



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE.**

----- No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e três minutos, tendo-se verificado a falta da Senhora Deputada, Adelaide Joana da Silva Modesto (Justificada).----- Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Senhor Fernando António Pereira de Figueiredo remeteu via correio eletrónico **Renúncia ao mandato.**-----

– O Exmo. Sr. Capitão José Carvalho remete via correio eletrónico pedido de audiência para sessão de cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente da AM.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de France remete via correio eletrónico justificação de falta à Sessão Ordinária da AM de Viseu realizada no passado 10 de novembro de 2014.-----

– A CIM Viseu Dão Lafões remete via correio eletrónico, informação relativa à Reunião da Assembleia Intermunicipal que se realizará dia 28/11/2014 pelas 18h, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Oliveira de Frades.-----

– A CIM Viseu Dão Lafões remete via correio eletrónico pedido de informação relativa ao substituto a ser convocado para Reunião da Assembleia Intermunicipal que se realizará dia 28/11/2014 em virtude do pedido de substituição do Exmo. Sr. Deputado Manuel Teodósio.-----

– A Associação Nacional de Municípios Portugueses remete via correio eletrónico para conhecimento e devidos efeitos, resolução aprovada pelo Conselho Geral relativa a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015.-----

– A Exma. Sra. Deputada Municipal Maria Filomena de Matos Pires, solicitou via correio eletrónico declaração de Membro da Assembleia Municipal bem como das ações em que participou integrando os Grupos de Trabalho.-----

– A Assembleia Municipal recebeu Votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo de diversos Organismos, Associações e Entidades.-----

– O Exmo. Senhor José Ernesto Pereira da Silva entregou em mão documento referente ao resultado das eleições para os Órgãos Sociais da FAD (Federação das Associações da Diáspora) realizadas no passado dia 6/12/2014.-----

– O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões remete via postal Plano de Atividades e Orçamento do Exercício económico de 2015.-----

– A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido

sobre o projeto de Lei nº 691/XII, Alteração da denominação da Freguesia de “União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto”, no município de Viseu, para “São Cipriano e Vil de Souto” apresentado pelos Grupo Parlamentares do PSD e CDS/PP.-----

– A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 693/XII, Alteração da denominação da Freguesia da “União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima”, no município de Viseu, para “Coutos de Viseu” apresentado pelos Grupo Parlamentares do PSD e CDS/PP.-----

– A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 694/XII, Alteração da denominação da Freguesia da “União das Freguesias de Repeses e São Salvador”, no município de Viseu, para “Repeses e São Salvador” apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP.-----

– A Associação Nacional de Municípios remete email relativo à solicitação da Eleição dos Presidentes de Junta (efetivo e suplente) representantes das Juntas de Freguesia no XXII Congresso da ANMP, que se irá realizar nos dias 27 e 28 de março de 2015.-----

– A Exma. Sra. Dra. Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca remeteu via correio eletrónico Renúncia ao mandato.-----

– Grupo Parlamentar do PCP remete para conhecimento via correio eletrónico, requerimento entregue na AR para que seja realizada uma audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, sobre evolução dos preços dos combustíveis.--

– O Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal remete via postal comprovativo de receção da Moção " A Importância Estratégica da Rede Ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso para a Região Norte e Centro do País" aprovada por unanimidade na Sessão de 10-11-2014 desta Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu remete via postal resposta à Moção "Para um Apoio Regular da Segurança Social à APPDA" aprovada por unanimidade na Sessão de 10 de-11-2014 nesta Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tondela remete via postal Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS aprovada por maioria na sessão de 17 de dezembro de 2014 da Assembleia Municipal de Tondela.-----

– Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico, Requerimento de Audição sobre a situação do Sector Táxi apresentado na Assembleia da Republica.-----

– O Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu remete via postal aditamento à resposta da Moção "Para um Apoio Regular da Segurança Social à APPDA" aprovada por unanimidade na Sessão de 10 de-11-2014 nesta Assembleia Municipal.-----

– A CCDRC remete via postal resposta ao Pedido de Parecer relativo à aplicação da Lei nº4-83, de 2 de Abril.-----

– O Teatro Viriato remete via postal Apresentação da Temporada de Janeiro- Março de 2015.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remete para conhecimento via correio eletrónico, pergunta dirigida ao Ministério da Saúde sobre o tempo de espera excessivo pela primeira consulta de especialidade no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

– A ANMP remete email referente ao Debate Público sobre Restruturação do Setor das Águas que se realizar em colaboração com a Associação de Distribuidores de Água.-----

– A ANMP remete email referente à Convocatória para XXII Congresso da ANMP.-----

O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico requerimento de audição parlamentar sobre evolução dos preços dos combustíveis.-----

– A ANMP remete email referente à circular nº12/2015 na qual é informado que está disponível em www.anmp.pt um espaço dedicado à recolha de contributos tendo em vista a preparação dos textos a apresentar no XXII Congresso da ANMP.-----

– O Gabinete da Presidência da CMV reencaminha para conhecimento via correio

eletrónico documento remetido pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativo à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu referente à queixa apresentada neste Tribunal pelos Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela.-----

– A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 760/XII, Alteração da denominação da Freguesia da “União das Freguesias de Repeses e São Salvador”, no município de Viseu, para “Repeses e São Salvador” apresentado pelo Grupo Parlamentares do PS.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico, Pergunta ao Governo dos Deputados do PCP Carla Cruz Paula Santos e Miguel Tiago sobre o Encerramento do Laboratório do Hospital de Lamego no horário noturno.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da CERV remete via correio eletrónico, informação relativa ao Jantar solidário com a APPDA que se realizará no próximo dia 20 de fevereiro.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz remeteu via correio eletrónico pedido de suspensão do mandato por um período de 30 dias.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para o período de 23 a 28 de fevereiro.-----

– A Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local solicita via postal cópia autenticada da Ata da reunião desta Assembleia Municipal com o parecer emitido sobre o projeto de Lei nº 761/XII, Alteração da denominação da Freguesia de “União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto”, no município de Viseu, para “São Cipriano e Vil de Souto” apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico Apreciação Parlamentar do PCP ao DL 30-2015 e Intervenção da Deputada Paula Santos - Descentralização de competências.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Henriques dos Santos Alves remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão da Assembleia Municipal de 27-02-2015.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho remeteu via correio eletrónico pedido de suspensão do mandato por um período de 30 dias.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remete via correio eletrónico, bem como fisicamente documentos relativos à Sessão Ordinária da AM de 27 de fevereiro de 2015.-----

– A CCDRC remete via postal resposta ao Pedido de Parecer para esclarecimento de dúvidas relativas à interpretação do n.º 3 do art.º 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.--

– A Freguesia de Viseu remete email relativo à correta designação da Freguesia de Viseu.--

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo ao Envio da Apreciação Parlamentar Decreto-Lei n.º 102015 de 16 de janeiro que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio serviços e restauração.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remeteu via correio eletrónico Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente relativa à Sessão Ordinária da AM de 27 de fevereiro de 2015.---

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Vale Martins remeteu via correio eletrónico pedido de suspensão do mandato por um período de 3 meses.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remete via correio eletrónico Perguntas ao Governo sobre Contratos de Emprego-Inserção nas Escolas Públicas.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remete via correio eletrónico pergunta ao Governo sobre o Aluimento do piso da Estrada Nacional nº2 no troço localizado a sul da Vila de Castro Daire.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 10 de novembro de 2014.-----
- Na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo informou-se o CDS/PP via postal, que cumpre à Exma. Sra. Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz o preenchimento da vaga em apreço, a quem foi comunicada a substituição.
- Na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo informou-se a Exma. Sra. Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz para proceder ao preenchimento da vaga em apreço.-----
- Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais email/convite da Associação Nacional de Municípios relativo ao Seminário sobre o Poder Local e o Setor Solidário.-----
- Por ocasião da cessação de funções do Exmo. Senhor Deputado Fernando António Pereira de Figueiredo como Membro da Assembleia Municipal de Viseu em virtude da renúncia ao mandato, foram remetidos agradecimentos pela disponibilidade bem como pela colaboração recebida.-----
- Foi informado via postal o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro de France que, em virtude dos motivos invocados, a falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro e France à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 10 de novembro, foi considerada justificada.-----
- Foi remetido via correio eletrónico convite à Exma. Sra. Deputada Dra. Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro para se associar à Sessão pública que a Assembleia Municipal de Viseu vai promover em conjunto com a Câmara Municipal de Viseu, subordinada ao tema "Não à Violência Doméstica".-----
- Foram devolvidos em mão, bem como via EDOC ao Exmo. Senhor Diretor do DRHFM, Originais do Orçamento e Gop, da CMV e SMAS devidamente assinados.-----
- Foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMVDL a Renúncia ao Mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo, bem como de que o respetivo preenchimento de vaga cumpre à Exma. Sra. Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva.-----
- Foi remetida via postal a Sua Excelência o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares, a MOÇÃO - PARA UM APOIO REGULAR DA SEGURANÇA SOCIAL À APPDA, apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda Dr. Carlos Vieira e Castro na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014, aprovada por unanimidade.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu Dr. Telmo Antunes, a MOÇÃO - PARA UM APOIO REGULAR DA SEGURANÇA SOCIAL À APPDA, apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda Dr. Carlos Vieira e Castro na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014, aprovada por unanimidade.-----
- Foi remetida via postal a Sua Excelência o Primeiro Ministro Dr. Pedro Passos Coelho, a MOÇÃO - A Importância Estratégica da Rede Ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso para A Região Norte e Centro do País, apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal do PSD Dr. Paulo Jorge de Almeida Pereira na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014, aprovada por unanimidade.-----
- Foi remetida via postal a Sua Excelência o Ministro da Economia Dr. António Pires de Lima, a MOÇÃO - A Importância Estratégica da Rede Ferroviária Aveiro-Viseu-Vilar Formoso para A Região Norte e Centro do País, apresentada pelo Exmo. Sr. Deputado

Municipal do PSD Dr. Paulo Jorge de Almeida Pereira na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014, aprovada por unanimidade.-----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Recomendação “Pela Criação de Um Conselho Consultivo e Um Plano Municipal Para a Igualdade”, apresentada pela Exma. Sra. Deputada Municipal da CDU Dra. Maria Filomena de Matos Pires na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014.-----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Recomendação “Devolução do IRS aos Viseenses”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP na Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014.-----

– Foi remetida resposta ao pedido ao da Câmara Municipal de Viseu, relativo ao envio de documentos relacionados com o processo do Tribunal de Contas – Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção.-----

– Foram remetidos via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Comercial do Distrito de Viseu agradecimentos pela cedência do Salão onde decorreu Sessão Pública “Não à Violência Doméstica”.-----

– Foram remetidos via postal à Exma. Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do PSD, Dra. Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro, agradecimentos pelo contributo na Sessão Pública “Não à Violência Doméstica”.-----

– Foram remetidos via postal à Exma. Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do PS, Dra. Elza Maria Henriques Deus Pais, agradecimentos pelo contributo na Sessão Pública “Não à Violência Doméstica”.-----

– Foram remetidos via postal à Exma. Sra. Juiz Presidente do Tribunal da Comarca de Viseu Dra. Maria José Monteiro Guerra, agradecimentos pelo contributo na Sessão Pública “Não à Violência Doméstica”.-----

– Foram remetidos via postal à Exma. Sra. Dra. Carla Andrade do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu, agradecimentos pelo contributo na Sessão Pública “Não à Violência Doméstica”.-----

– Foi remetido à Câmara Municipal de Viseu via EDOC, cópias das Atas aprovadas das Sessões Ordinárias da AM realizadas em 30 de junho e 30 de setembro de 2014.-----

– Foi entregue em mão à Exma. Sra. Deputada Municipal Dra. Filomena Pires declaração de Membro da Assembleia Municipal bem como das ações em que participou integrando os Grupos de Trabalho.-----

– Foram remetidas via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópias das Atas aprovadas referentes às Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Viseu Realizadas em 30 de junho e 30 de setembro de 2014.-----

– Foi remetido aos Grupos Municipais via correio eletrónico documento entregue em mão pelo Exmo. Senhor José Ernesto Pereira da Silva referente ao resultado das eleições para os Órgãos Sociais da FAD (Federação das Associações da Diáspora) realizadas no passado dia 6/12/2014.-----

– O Foi remetido aos Grupos Municipais via correio eletrónico Plano de Atividades e Orçamento do Exercício económico de 2015 enviado remete via postal pelo Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação “União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto”.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação “União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima”.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação “União das Freguesias de Repeses e São Salvador”.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Líderes dos Grupos Municipais bem como aos

Senhores Presidentes de Junta de “Repeses e São Salvador”, “Coutos de Viseu” e “São Cipriano e Vil de Souto” documentos relativos à alteração de denominação.-----

– Na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pela Exma. Sra. Deputada Municipal Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca informou-se Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes para proceder ao preenchimento da vaga em apreço.-----

– Na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pela Exma. Sra. Deputada Municipal Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca informou-se o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PPD/PSD via postal, que cumpre ao Exmo. Sr. Deputado António José Coelho Lopes o preenchimento da vaga em apreço, a quem foi comunicada a substituição.-----

– Foi Remetido via postal à CCDRC Pedido de Parecer relativo à aplicação da Lei nº4-83, de 2 de Abril.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP relativo ao requerimento entregue na AR para que seja realizada uma audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, sobre evolução dos preços dos combustíveis.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS aprovada por maioria na Sessão de 17/12/2014 da Assembleia Municipal de Tondela.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais, bem como aos Srs. Presidentes de Junta de Abraveses e União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita via correio eletrónico resposta do Exmo. Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu à Moção enviada " Para um Apoio Regular da S.S. à APPDA".-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP relativo ao Requerimento de Audição sobre a situação do Sector Táxi apresentado na Assembleia da Republica.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, ofício relativo ao pedido de esclarecimento referente a transporte escolar apresentado pela. Sra. D. Fernanda Coelho no período de Audiência dos Cidadãos.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico pergunta do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dirigida ao Ministério da Saúde sobre o tempo de espera excessivo pela primeira consulta de especialidade no Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----

– No seguimento da solicitação, foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cópia integral do texto das deliberações tomadas nas Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Viseu nos dias 28 de fevereiro de 2014 e 30 de junho de 2014 referente à Expovis-Promoção de Eventos Lda. e Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico documento proveniente da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativo à decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu referente à queixa apresentada neste Tribunal pelos Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email da ANMP referente ao Debate Público sobre Restruturação do Setor das Águas que se realizar em colaboração com a Associação de Distribuidores de Água.-----

– Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP no qual informam que o Requerimento de audição parlamentar sobre evolução dos preços dos combustíveis foi aprovado.-----

– Foi Remetido via postal à CCDRC um Pedido de Parecer para esclarecimento de dúvidas relativas à interpretação do n.º 3 do art.º 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.--

- Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, por um período de 30 dias, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, por um período de 30 dias, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentada pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques, para o período de 23 a 28 de fevereiro, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio Martins Henriques, para o período de 23 a 28 de fevereiro, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que a Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal de Viseu que se realiza em 27/02/2015, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal de Viseu que se realiza em 27/02/2015, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho, por um período de 30 dias, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho, por um período de 30 dias, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto foi informado para proceder à respetiva substituição.----
- Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP relativo à Pergunta ao Governo dos Deputados do PCP Carla Cruz Paula Santos e Miguel Tiago sobre o Encerramento do Laboratório do Hospital de Lamego no horário noturno.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Membros da Assembleia Municipal de Viseu email do Exmo. Sr. Presidente da CERV, relativo à informação do Jantar solidário com a APPDA que se realizará no próximo dia 20 de fevereiro.-----
- Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP relativo à Apreciação Parlamentar do PCP ao DL 30-2015 e Intervenção da Deputada Paula Santos - Descentralização de competências.-----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015.-----

- Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015.-----
  - Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
  - Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal Via Rápida, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015.-----
  - Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Vale Martins, por um período de 3 meses, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado José Paulo Vila Chã Cavaleiro para proceder à respetiva substituição.-----
  - Na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Vale Martins, por um período de 3 meses, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que o Senhor Deputado José Paulo Vila Chã Cavaleiro foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
  - Foi remetido para conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico email do Grupo Parlamentar do PCP relativo à Apreciação Parlamentar Decreto-Lei n.º 102015 de 16 de janeiro que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio serviços e restauração.-----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos, está verificada já a existência de quórum, por isso íamos iniciar a sessão. Cumprimentava os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, cumprimentava também os Senhores Jornalistas e também todos os cidadãos que assistem à sessão. Informava mais uma vez os Senhores Deputados que o registo das votações será feito individualmente e por cada votação/deliberação segundo o modelo que fica sempre anexo à Ata e também tem divulgação *online*. Iríamos dar algumas informações rápidas. O Senhor Dr. Carlos do Vale Martins do PS cessou a suspensão retomando o mandato em 15 de dezembro de 2014, reiterou novamente o pedido de suspensão pelo período de 90 dias a contar de 23 de fevereiro sendo substituído pelo Senhor José Paulo Vila Chã Cavaleiro, também a Dra. Elisabete Farreca do PSD renunciou ao mandato em 31 de dezembro de 2014 por mudança de residência para o estrangeiro e foi substituída pelo Deputado António José Coelho Lopes, a partir de agora membro efetivo desta Assembleia, também o Deputado Manuel Teodósio do PSD solicitou a sua substituição sendo substituído hoje pela Deputada Florbela Soutinho, também a Deputada Maria da Graça Canto Moniz do CDS/PP, solicitou a sua substituição, sendo substituída hoje pelo Deputado Gonçalo Calheiros, também o Deputado Pedro Alves solicitou a sua substituição sendo substituído hoje pelo Deputado Pedro Osório, o Dr. Ribeiro de Carvalho do PS, solicitou a sua suspensão do mandato por trinta dias, sendo substituído hoje pela Deputada Adelaide Modesto. Informar também, que a Assembleia Municipal através do seu Grupo de Trabalho constituído para o efeito com o envolvimento dos Grupos Municipais e também da Câmara Municipal de Viseu, procurou dar o seu contributo para a erradicação do flagelo social que é a violência doméstica e por isso deu início às iniciativas com vista à sensibilização, informação, prevenção e atuação também numa lógica de adoção de medidas concretas e adequadas de proteção e apoio às vítimas e penalização dos agressores. A primeira Sessão Pública do “Não À Violência Doméstica” decorreu no dia 21 de novembro com a moderação da Deputada Cristina Gomes, Secretária da Mesa com, e podemos dizer, com um público que esteve muito atento e participativo e contou com a participação das Deputadas à Assembleia da República Elsa Pais e Mónica Ferro e da Juiz Presidente do Tribunal da Comarca de Viseu Dra. Maria José Guerra e da representante

do Núcleo de Apoio à Vítima Dra. Carla Andrade. A todos, incluindo também aos Membros do Grupo de Trabalho agradecemos pelo sucesso da iniciativa. Agradecemos também a colaboração da Associação Comercial de Viseu que gentilmente nos cedeu as instalações. Realizou-se também na passada dia 4ª feira dia 25 a X Sessão Plenária da Assembleia Municipal Infantil o tema que abordado foi “O Património Histórico, Ambiental e Cultural”, sublinha-se neste âmbito toda a dinâmica de todos os que estiveram envolvidos na organização do evento, um agradecimento a todos os participantes nomeadamente os Agrupamentos de Escolas, e estiveram todos os Agrupamentos, a Zona Urbana de Viseu, o Viseu Norte, o Viseu Sul, o do Viso, o de Mundão, quer os dois Colégios, quer o Colégio da Via Sacra quer o da Imaculada Conceição, um agradecimento por isso a todos os professores, diretores e alunos, tiveram todos uma participação fantástica, apresentaram trabalhos muito bons, e foram muito reivindicativos na apresentação dos problemas junto do Senhor Presidente da Câmara, e queremos aqui também reconhecer todo apoio e disponibilidade da Câmara Municipal para a realização desta Assembleia Municipal Infantil. Quero dizer também que todos os Grupos Municipais estiveram presentes o que também é um aspeto a realçar. Os cartazes estão expostos no átrio e podemos também dizer que tivemos aqui, e vai ser elaborada uma Ata e que ao fim daremos conhecimento, tivemos aqui intervenções e trabalhos muito interessantes da parte dos alunos, e por isso estão de parabéns quer os diretores das escolas, quer os professores, mas fundamentalmente os alunos. Também um agradecimento à Federação Regional das Associações de Pais pelo contributo que deu, à Escola Profissional Mariana Seixas que nos possibilitou a transmissão *online* da sessão para as escolas e também à Comissão Proteção de Crianças e Jovens. No âmbito da abertura da Assembleia Municipal de Viseu à sociedade civil, também um Grupo desta Assembleia, com a Mesa e também com os Grupos Municipais, deslocou-se ao Colégio da Imaculada Conceição para uma reunião com os alunos subordinada ao tema “Direitos e Deveres de Cidadania”. Como sabem tem vindo a realizar-se o período de audiência pública, que se tem mantido com periodicidade mensal, ocorrendo na primeira segunda-feira de cada mês, por isso também na próxima segunda-feira, dia 2 de Março, das 19 às 20 horas, decorre mais um dia para audiência dos cidadãos e informar também que nesta audiência está sempre presente a Mesa e também os Grupos Municipais. Informamos também que, após ter havido a votação da proposta nesta Assembleia Municipal, que a União das Freguesias de Viseu viu a sua designação alterada para Freguesia de Viseu, com a aprovação da mesma na Assembleia da República em 16 de janeiro de 2015 e penso que até já foi publicado em Diário da República ontem ou anteontem, acho que já está publicado em Diário da República. Também informar que ontem no final do dia, foi enviado um email do cidadão Agostinho Lopes de Matos e que vai ficar disponível para todos os Grupos Municipais, até porque pede para ser dado conhecimento aos Grupos Municipais e que ficará disponível depois também para consulta de todos os Grupos Municipais este email que veio da parte de um cidadão. Iriamos agora proceder à votação da Ata da Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2014. Por isso, está em apreciação a Ata de 10 de novembro. Algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo nenhuma solicitação do uso da palavra, colocava à votação. Quem Vota contra? Quem se abstém? Temos que fazer a contagem. Pedia aos Serviços que fizessem a contagem. Foi aprovada com quarenta e três (43) votos a favor e três (3) abstenções.-----

Vamos iniciar de imediato o Período Antes da Ordem do Dia e por isso solicitava aos Grupos Municipais a apresentação de listas com as intervenções dos Senhores Deputados. Se permitirem, eu propunha, aquilo que é regimental, mas que tem que ser feito sempre, que todas as deliberações tomadas quer na Ordem de Trabalhos, quer no Período Antes da Ordem do Dia sejam aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata, bem como todas as propostas, Moções, etc., que sejam aprovadas. Há alguém que queira colocar alguma questão? Por isso, quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Íamos então agora começar o Período Antes da Ordem do Dia, nós temos aqui já, do PSD, do CDS, do PS, da CDU

e também do Bloco de Esquerda. Eu tenho aqui uma inscrição e começaria já.-----

----- *O Senhor Presidente da Mesa dirige-se ao parlatório e intervém na qualidade de Deputado Municipal dizendo o seguinte:*

Eu ia apresentar uma Moção a título individual de um tema que considero que não é um tema que seja local, também não é um tema que seja regional, também não é um tema nacional, mas é um tema que diz respeito a toda a sociedade portuguesa. Por isso a sua apresentação não diz respeito ao político A ou ao político B, mas diz respeito no fundo a todos nós independentemente onde se exercem as funções políticas. É nosso entendimento, penso que de todos, que a vida política é uma missão ao serviço do bem comum e que também todos consideramos que a atividade política é nobre e por isso penso que devemos todos contribuir para a valorização e dignificação, contribuindo para se acabar de uma vez por todas o ambiente de suspeição que mina a confiança nos eleitos e também a confiança nas instituições democráticas. Com este gesto pretendo dar um pequeno contributo para a credibilização da política e dar um sinal também a todos os cidadãos que de uma forma nobre querem vir a participar no futuro no governo da coisa pública. Por isso trago à discussão nesta Assembleia no Período Antes da Ordem do Dia um tema que entendo que não nos devemos silenciar, e o tema é “O Combate à Corrupção”. A corrupção é para todos e para a sociedade uma grave ameaça e é também uma ameaça não só à sociedade como à democracia e também à economia. A corrupção afasta as pessoas honestas e atrai aqueles para quem isso é uma forma de vida, por isso, devemos todos combater a generalização assente no efeito corrosivo das suspeita que ouvimos, “são todos iguais”, e não, não somos todos iguais, e por isso devemos todos dizer bem alto que a corrupção é uma exceção no comportamento dos agentes políticos e é obrigação dos políticos a prevenção da suspeita introduzindo também eles transparência na sua ação pessoal e política. Aquele é para todos o ideal republicano de uma maior transparência na vida política, não se restringe só à Lei, mas engloba as incompatibilidades éticas, mas devemos também apelar à sociedade, ela sim também deve ser mais exigente, uma sociedade que deve ser mais escrutinadora e que ela própria valorize e dê a primazia a uma cultura de legalidade, transparência e de prestação de contas. A corrupção também tem de ser dissuadida pela sociedade, sancionada pela opinião pública e punida pelas leis. Como é óbvio, sei que não é esta tomada de posição que vai resolver o problema, mas é importante contribuirmos todos à nossa maneira no local que pudermos para este combate cívico. Dar também sinais à sociedade que estamos atentos, que o problema nos preocupa e que todos tudo faremos para dignificar a política. Muitos dirão, já sei, é habitual e convém também a muita gente, “lá vem mais um discurso moralista” outros dirão que não há nada a fazer, a corrupção existirá sempre. Cada um responde por si, eu estou a responder por mim, dando corpo a este combate. Responderei somente que a generalização é corrosiva para o futuro da política e que a política do “silêncio” e da “avestruz” é sempre uma opção. Como alguém referiu, o combate à corrupção é um combate de todos os dias em evolução permanente e nunca tem fim e por isso este é também o meu dia e o meu contributo possível. Estou totalmente disponível como é óbvio, pensei muito sobre esta oportunidade, pensei inclusivamente se devia ou não devia, entendi fazê-lo e quero aqui ser franco numa situação. Nós que convivemos com pessoas no dia-a-dia, ouvimos as críticas mas, também vemos as nossas costas e a situação que temos é esta. Vemos os jovens que se afastam da política, há um desencanto com a política e com os políticos e temos que assumir isto, e por isso a forma não é silenciar, a forma é enfrentar o problema, e por isso estou totalmente disponível se assim o entenderem, para retirar a Moção, mudar a Moção, mudar os termos, mudar tudo, inclusivamente propor e destinar uma sessão de reflexão da sociedade, não tenho nada sobre isso, quero é, e entendo que como cidadão que se deve marcar uma posição. A posição fica marcada e por isso estou disponível para tudo, inclusivamente retirar a Moção, mudá-la, retirar pontos, não há problema, o que interessa é que este combate seja diário e seja um combate de todos, por isso vou apresentar a Moção.-----

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em sessão ordinária, no dia 27 de fevereiro de 2015, entende que:-----

1 - O combate eficaz à corrupção deve ser uma prioridade, um desígnio nacional. A corrupção tem que ser prevenida, investigada, combatida e punida, devendo ser reforçados os meios de investigação de acordo com as necessidades.-----

2 - Deverá ser dada prioridade absoluta ao processo (que hoje está em curso finalmente) de aprovação da legislação sobre a criminalização do enriquecimento ilícito e não justificado.---

3 - É uma obrigação ética e de cidadania a aprovação de legislação que responsabilize civil e criminalmente os decisores públicos, que assumam compromissos ruinosos para o Interesse Público, em proveito próprio e de terceiros.-----

4 - Deverá ser feita uma revisão criteriosa da legislação, que permita uma separação clara entre a política e os interesses económico-financeiros, com o registo claro dos grupos de interesse e de pressão.-----

Não há problema nenhum numa economia aberta as pessoas fazerem consultadorias, numa economia aberta as pessoas fazerem grupos de pressão, agora, que se registem e que digam quem são e os interesses que têm. É a este nível que deve haver transparência em todo este processo e quando se fala muitas vezes no ideal republicano, o ideal republicano que se fala, não é só naquilo que é punido pela Lei, o ideal republicano vai também a questões éticas. Era só a este nível que deixava este contributo.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Íamos colocar à apreciação e à votação esta Moção. Não sei se algum dos Senhores Deputados quer intervir? Senhor Deputado Amaro faça o favor.-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Deputados Municipais. Como não podia deixar de ser o Grupo Municipal do Partido Socialista, não tem nenhuma oposição a esta Moção nem tão pouco quanto ao debate do tema, a única coisa que me ocorre é que talvez, não é tanto a Moção mas penso que um tema como este, se morrer aqui com uma simples Moção, talvez não seja ou digamos que, não tenha o impacto que me parece que deve ter. Eu penso que do ponto de vista da Assembleia Municipal, é uma temática que pode até ir mais longe, propondo um debate aberto e um debate sobre essas questões nomeadamente se o debate for como parece também que era a intenção da Moção, se o debate se colocar precisamente naquilo que é uma questão sensível e importante hoje e como sempre foi, que é digamos que, a participação política, ou seja, eu bem sei que a participação política ou aquilo que a impede não é só devido à corrupção, há muitas formas de corrupção, há corrupção quando os políticos prometem uma coisa em campanha e depois fazem outra logo a seguir, há corrupção quando os políticos não são transparentes na apresentação daquilo que é o seu património, não são transparentes naquilo que são os seus interesses e portanto nessa medida eu penso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará sempre aberto a um debate que coloque essas questões em cima da mesa. Aliás eu, obviamente não podemos demorar aqui e fazer esse debate agora, mas basta ver o que se passa na Europa e ver o que o que acontece com os ditos partidos tradicionais do poder e ver quais são as propostas daqueles que de algum modo nas sondagens aparecem como partidos vencedores, para ver como essa questão acaba por ser uma questão central. Portanto, da nossa parte a única coisa que podemos propor é que pode ainda ir-se mais longe num debate aqui na Assembleia Municipal, num debate que integre todas as pessoas e que como disse e bem não seja uma questão, digamos que, moralista, que todos aceitam muito bem, toda a gente é contra mas depois no exercício de cargos públicos nós vemos que isso não acontece, aliás, eu tenho para mim e com isto terminava, eu tenho para mim que nem sempre se tem bem a ideia na sociedade portuguesa e é uma questão cultural, do que é a corrupção, o problema muitas vezes passa por pessoas que estão a entrar num processo que se pode considerar de corrupção e se falarmos com ela a pessoa não entende isso, apenas acha que fez um favor, que está a fazer um favor a um amigo ou que está a fazer um favor a quem quer que seja. Ora isso, a corrupção, é não só algo ilegal, mas que do

ponto de vista ético tem uma importância a meu ver grande do ponto de vista político e portanto, da leitura da Moção apenas gostaria de ressaltar algo que é sensível que é aquilo que tem a ver com o enriquecimento ilícito ou seja o ónus da prova, que eu não tenho em princípio nada contra, a única coisa que eu acrescentaria é de acordo com aquilo que é a Constituição, porque se não, digamos que, porque se não também é um debate que não tem, digamos que, não tem sentido, mas sou favorável, a que se saiba corretamente qual é o património que um político tem quando entra num cargo público e qual é o património que ele tem depois e que seja obrigado politicamente a explicar-se nesse aspeto. Portanto, nada a opor a não ser neste pequeno ponto e nesta pequena proposta que penso que ficaria, e já agora quer dizer, se ela fica confinada, digamos que, ao espaço da Assembleia Municipal ou se depois tem... porque isto não estava claro se isso depois se transmite. Muito obrigado.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da Palavra? Filipa.-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente, Vereação, os meus Colegas, Comunicação Social e o Público Presente. Como é óbvio o PSD não poderia deixar de subscrever a Moção do Dr. Mota Faria, eu apenas queria só falar aqui de um pormenor que o colega que me antecedeu falou. Acho que não poderemos comparar a demagogia, ou meter a demagogia política dentro do cartão da corrupção não é? Isso é uma questão ética e moral, que sim, que deve ser criticada e não se deve agir dessa maneira, mas, meter a demagogia política dentro da corrupção acho que é abrir portas maiores do que as da corrupção. Apenas subscrevia também que o combate à corrupção passa por cada um de nós, em cada uma das nossas facetas profissionais e políticas também. Apenas deixar também uma nota ao Dr. Mota Faria, isto é também uma opinião minha pessoal, que não acho que os jovens estão afastados da política, eu acho que estão afastados do sistema político tradicional, porque cada vez mais nós vemos manifestações de jovens contra o sistema político tradicional, eu acho que também deve ser um alerta para nós, para nós enquanto membros e elementos do sistema político tradicional, que nos temos que adaptar aos novos tempos e temos que ir de encontro a essas novas realidades e sermos também um exemplo para as novas gerações, acho que isso é também muito importante. Obrigado.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Cumprimentar todos os presentes que aqui se encontram e dirigir-me muito concretamente ao Dr. Mota Faria a propósito desta Moção e dizer-lhe que o CDS não podia estar mais de acordo com ela porque de facto nós defendemos uma política com moral e com valores e o combate à corrupção é precisamente uma batalha que também defendemos, pode contar com o nosso apoio para encetarmos essa luta conjunta. Dizer ainda que somos completamente contra, fraudes, aproveitamento de lugares públicos para fins pessoais ou para “amiguismos”, também somos completamente contra enriquecimentos ilícitos e mais, vemos que há muita gente que passa pelos governos, pela governação do país e que depois consegue altos patamares e altos cargos, é outra questão que podemos aqui discutir e levantar. Dizer-lhe que este tema da corrupção dá “pano para mangas” e que pode contar com o apoio do CDS à sua Moção e também para encetarmos juntos este combate. Muito obrigado.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Mais algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Faça favor Senhora Deputada.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Relativamente à Moção aqui

apresentada pelo Dr. Mota Faria, não poderíamos de modo algum discordar, mesmo pela coerência que isso traduz relativamente a iniciativas parlamentares que o meu partido tem apresentado. Dizer também que da longa experiência que tenho e é pública, de trabalho com jovens, no âmbito do programa Parlamento dos Jovens, de facto sempre procurei imbuir nos jovens com quem trabalhei o espírito do respeito pela atividade política, imbuir a ideia de que a atividade política é serviço público e tive sempre alguma dificuldade em que os jovens de facto assumissem esse espírito nomeadamente olhando para aquilo que são alguns exemplos que a nossa Assembleia da República e que os nossos Governos têm de facto demonstrado. Dizer que ainda esta semana tive a experiência de ouvir uma menina dizer, eu quero dar opinião, eu tenho interesse pela questão pública mas eu não quero pertencer a um órgão e isto penso eu que traduz o sentimento de muitos jovens. De facto eles querem participar, eles têm opinião para dar, mas têm alguma dificuldade em se identificarem com a intervenção política institucional, e eu penso que tem muito a ver com o facto de a política dos últimos tempos, pelo menos em alguns dos seus representantes não assumir de facto a sua finalidade o seu objetivo que é o serviço público. Dizer também que estaremos disponíveis para um amplo debate em torno desta questão que eu penso que é pertinente e absolutamente oportuno e também solicitar que de facto esta Moção não fique apenas no âmbito desta Assembleia, mas que saia dela porque o tema exige e interessa.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora, Senhor Presidente da Mesa, peço desculpa estava a obter informações mais fidedignas que a minha memória não abarca tudo.-----
Senhor Presidente da Mesa Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Apraz-me imenso que o Senhor Deputado Mota Faria tenha trazido este tema, no entanto ele de facto é pertinente é um problema candente porque Portugal está sinalizado a nível internacional como um dos países mais corruptos da Europa. Portanto, digamos que é mesmo um dos motivos porque a nossa democracia está a sofrer de uma corrosão acentuada na opinião dos portugueses e com o alheamento inclusivamente nas eleições e na vida cívica e exatamente por isso foi o Bloco de Esquerda que aliás tem tido isso como uma pedra de toque, penso que é um dos partidos que mais tem apresentado propostas sobre isso, inclusivamente, recentemente apresentámos em sede própria, na Assembleia da República e passados quinze dias o PCP acompanhou-nos também com uma proposta do seu partido, uma proposta sobre enriquecimento não declarado ou injustificado, o alargamento das incompatibilidades dos Deputados e não só, que na prestação de falsas informações, propondo inclusivamente a perda de património em excesso para o Estado, também contas no estrangeiro etc. Até agora, o PSD, só tem ficado no campo das promessas, pelo menos no Parlamento Nacional, e apraz-nos registar que pelo menos aqui na pessoa do Deputado Mota Faria há essa preocupação e naturalmente que por isso mesmo não poderíamos deixar de votar a favor.-

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Bom dia. Senhor Presidente em exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia. Obviamente que a opinião do nosso Grupo Parlamentar já foi aqui transmitida mas eu também não queria deixar de vir aqui acrescentar alguns elementos que também decorrem obviamente da minha própria opinião pessoal. Em primeiro lugar é preciso dizer que não é fácil medir a corrupção e portanto os índices que existem para medição da corrupção resultam muito mais da perceção que as pessoas têm,

obviamente que se as pessoas têm uma perceção de algo é porque esse algo existe e é um facto que Portugal ocupa um dos últimos lugares naquilo que é a medida do índice da perceção da corrupção existente. Depois, é também interessante ter verificado aqui a associação que foi feita já por vários elementos que me antecederam desde logo o António Amaro em primeiro lugar e depois outros elementos entre a corrupção e a participação política, é engraçado porque eu até tenho ali na intervenção que vou fazer mais daqui a pouco, alguns dados concretos sobre a participação política e o que é um facto é que realmente a participação política em Portugal é das mais baixas da Europa e portanto há claramente aqui uma correlação negativa entre a corrupção e a participação política, portanto, a um nível elevado de uma, corresponde um nível reduzido de outra. Ora, são de louvar todas as iniciativas que possam ser levadas a cabo e concretizadas para realmente combater esta situação e por isso apoiamos não só a Moção conforma já foi referido mas também outras iniciativas que venham a ser desenvolvidas no âmbito da Assembleia Municipal e portanto, na promoção de eventualmente uma discussão posterior sobre esta situação. É importante realmente que a sociedade seja fiscalizadora deste aspeto, é importante que exista atuação judicial adequada, mas é importante mais ainda que exista um combate diário, no dia-a-dia de todas as pessoas à corrupção, e portanto, era aquilo que se me aprazia dizer sobre este assunto. Obrigado.-----

----- O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se o proponente da Moção quer acrescentar algo.-----

----- SETE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): Era só, por um lado agradecer esta discussão e também a forma como ela se desencadeou. Eu começaria por dizer uma coisa que temos que aqui assumir, a corrupção não pode ser uma arma de arremesso político, primeiro aspeto, e por isso também nunca podemos banalizar nem desvalorizar socialmente também a corrupção, e temos que aqui, e aqui estou inteiramente e comprometo-me a levar a discussão a uma reunião com os Grupos Municipais, temos que contribuir para uma consciência coletiva do problema. Eu ia só aqui referir alguns aspetos que têm a ver com o ónus da prova. Eu tive o cuidado porque a verificação da constitucionalidade está na Assembleia da República, eu tive o cuidado de dizer que está em curso a aprovação da legislação, ou seja, pressupõe esse cuidado da verificação da constitucionalidade, porque não é uma proposta, é o que está em curso em termos da Assembleia da República, por outro lado não poderia deixar de dar a minha opinião pessoal que é, eu defendo o ónus da prova e vou-me socorrer de uma pessoa porque eu não sou jurista, vou-me socorrer de uma pessoa que é o Dr. Jorge Sampaio, um Deputado Jurista e também ex-Presidente da República que defendeu uma revisão criteriosa das Leis anticorrupção e a introdução da inversão do ónus da prova, defendeu o Dr. Jorge Sampaio e dizia que deviam fazer prova da proveniência lícita dos seus bens, e que ele era contra aquilo que eram as chamadas declarações fiscais de indigência e por isso nós temos aquilo que é, “quem não deve não teme” e por isso, em relação ao ónus da prova é uma mera opinião pessoal. Agora, a verificação da sua constitucionalidade está no processo. Por sua vez, concordar também com a Filipa, que tem a ver com o sistema, e temos que concordar também com aquilo que foi dito, em termos que ter participação, mas também temos que ter aquilo que é uma sociedade mais exigente, a sociedade também tem que dar um contributo a esta causa e também ela tem que ser mais exigente a começar pela Comunicação Social, ou seja, numa democracia é imprescindível o escrutínio e a crítica do Poder Político pela Comunicação Social que muitas vezes também o não faz, ou seja, não é só a classe política é a sociedade no seu todo e é a comunicação social que nesta área tem também aqui um grande papel a resolver. Por isso, eu não sou Gaulista, mas costumo utilizar muito uma frase de De Gaulle “que em política as intenções não contam, contam sempre os resultados” e por isso também nesta área, da minha parte comprometo-mo a fazer tudo o que seja necessário em termos de não deixar morrer o tema, já noutras funções e de acordo se houver consenso

entre todos.-----

----- **O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais intervenções e pôr a Moção à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovada por unanimidade. Muito obrigado. Senhor Presidente pode regressar à Mesa.-----

----- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Esqueci-me de uma coisa que era uma sugestão. A divulgação da aprovação desta Moção, se estiverem de acordo, eu esqueci-me de referir isso, se estiverem de acordo, nós enviaremos para a Assembleia da República e para as Assembleia Municipais.-----

Tem a palavra o Deputado António Vicente de Figueiredo.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas Público em geral e Comunicação Social. Trazem-me aqui a esta Tribuna três assuntos que têm relação direta com a cultura. O primeiro para dizer que a Cidade de Viseu e o Concelho de Viseu têm o privilégio de ter um movimento associativo ímpar e agentes culturais que, pela sua ação, se constituem como polos de desenvolvimento das comunidades residentes na área do Município. Na sua ação, promovem o gosto pela cultura, pela preservação dessa herança que é Património de todos e que é fio condutor de comunidades ligadas por padrões e identidades comuns.-----

A edilidade viseense, no corrente ano de 2015, encontrou a forma de dar corpo à ação cultural que é promovida pelos agentes culturais e pelas associações sem fins lucrativos. Fê-lo através do programa «Viseu Terceiro» que trouxe para a cultura um investimento de 400 mil euros, a distribuir por um conjunto de projetos que se apresentaram a concurso. Esta atitude do Executivo marca uma nova etapa na atribuição dos apoios à cultura, louvável a todos os títulos, porque incentiva os agentes culturais a serem criativos e dinâmicos, porque abre espaço à criatividade e ao mérito, e porque proporciona o surgimento de novos talentos.-----

Realço e enalteço aqui esta iniciativa que, em primeira edição, teve o mérito de confirmar a vitalidade cultural do concelho, não só pelo número expressivo de candidaturas apresentadas a concurso, mas também pela qualidade dos projetos aprovados. Contudo, Senhor Presidente permita-me que deixe duas notas como simples contributo para as próximas edições, que eu suponho que as próximas edições que irão continuar nos próximos anos. A primeira prende-se com o alargamento do prazo para apresentação das candidaturas que a meu ver foi curto nesta primeira edição, precisamente por se tratar de uma primeira edição e as pessoas não estavam preparadas penso eu, para a elaboração dos projetos. Alargando o prazo, terá isso o mérito de melhorar os projetos e estabelecer parcerias. A segunda nota que gostaria de deixar, tem a ver com as coletividades de recreio que desenvolvem atividades de lazer e animação cultural. Penso que o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora me entenderão nesta sugestão que aqui deixo. Sendo um concurso destinado a financiar projetos e eventos culturais do concelho de Viseu, notei que é bastante reduzido o número de associações das freguesias rurais que apresentaram candidatura. Mas são elas que animam culturalmente essas freguesias, com festivais de folclore, com cortejos etnográficos, com festivais de música, com provas desportivas ou com a recriação de tradições e usos da terra. Não apoiar esta ação cultural nas suas competências básicas, estamos a falar de coisas simples e provavelmente por isso não apresentaram candidaturas, é criar um fosso entre a cultura rural e a cultura urbana e será sempre um passo perigoso que pode levar à morte de muitas dessas associações e coletividades. Tenho esperança e sei, por experiência de anos anteriores que a câmara apoiará, as juntas de freguesia também apoiaram e saberão encontrar uma forma de apoiar estas associações na concretização dos seus objetivos anuais.-----

Um segundo assunto que gostaria de abordar muito rapidamente, é um assunto que não

tivemos ainda a oportunidade de salientar aqui e tem a ver exatamente com Viseu Natal. Tivemos mais uma vez a oportunidade de assistir a uma animação natalícia que fez a conjugação exatamente deste esforço entre a autarquia, os agentes culturais, as associações e a comunidade local. Vimos as pessoas de mãos juntas nesta programação natalícia quer nos espetáculos de rua, quer espetáculos e concertos em espaços fechados e não poderia deixar, apesar de decorrer já algum tempo após este projeto, não poderia deixar de salientar a validade deste programa.-----

Finalmente, terceiro e último assunto, para me congratular com a mais recente decisão do Senhor Secretário de Estado da Cultura de elevar o museu de Grão Vasco à categoria de Museu Nacional. Trata-se de uma reclassificação, o Museu desde o início da república que foi considerado um museu regional, esta reclassificação que é inédita, como afirmou o Diretor do Museu Grão Vasco, tem a virtualidade de dar projeção à cidade e dar projeção ao museu. Desde 1965 que o regulamento classificava os museus de municipais, regionais e nacionais e até agora havia museus nacionais em Lisboa, e fora de Lisboa apenas em duas cidades, na cidade do Porto com Museu Soares dos Reis e na cidade de Coimbra com o Museu Machado de Castro. Viseu passa então a ser a terceira cidade fora da capital a ter um museu nacional. Esta decisão é, antes de mais, a demonstração do respeito pelo Município de Viseu e pelo Museu de Grão Vasco.-----

Respeito por um município que, à data da constituição do museu nos inícios da República, já merecia ter um museu classificado de nacional pelo acervo histórico e pelo nome que está associado ao museu, o nome de Grão Vasco. Respeito por um museu que, de há muito, cumpre os requisitos exigidos para aceder à categoria de museu nacional, um museu que apresenta ao mundo um invejável acervo artístico, com obras que o colocam numa posição cimeira da museologia nacional, um museu que está associado à figura de Vasco Fernandes - o Grão Vasco do renascimento que pintou as grandes telas que emolduravam o retábulo da Sé de Viseu e as igrejas da região, um museu que faz parte da vida da cidade, com um crescimento notável no número de visitantes, apenas ultrapassado pelos museus nacionais de Lisboa. Refira-se que em 2014, visitaram o museu de Grão Vasco num ano só, 80.241 pessoas, o que corresponde a um aumento de 16% no total de visitantes nacionais e 22 % de visitantes estrangeiros, relativamente ao ano 2013.-----

São evidentes as vantagens que advêm desta classificação a que o Secretário de Estado da Cultura deu e também a Direção Geral deu já o seu aval. Ao que sei e ao que li na imprensa, faltarão apenas o parecer do Conselho Nacional de Cultura que não é vinculativo e que por isso estamos seguros de que esta será uma realidade que nos orgulha e que vai trazer projeção como há bocadinho referi, à Cidade de Viseu e ao Museu. Uma outra vantagem tem a ver com o contributo no desenvolvimento do turismo local, inegável, mas também o prestígio cultural que a decisão confere à cidade, no esforço da apresentação do centro histórico a Património da Humanidade.-----

A decisão não terá apanhado de certeza, de surpresa os mentores da elevação do museu a uma categoria superior e realço aqui a tarefa do Diretor do Museu de Grão Vasco, que é merecedor da gratidão e do louvor que a cidade lhe devota, mas também o trabalho constante, permanente e às vezes escondido do Presidente da Câmara de Viseu, que soube acompanhar devidamente o processo e apoiar a ideia do Diretor do Museu de Grão Vasco. Refiro-me também a todos os visitantes anónimos, 80.241 pessoas que visitaram no passado ano de 2014 o Museu de Grão Vasco, incluindo os viseenses, que não se alheiam e que não viram costas ao seu Museu num movimento ascendente que não terá sido alheio à decisão dos governos. Permitam-me também e a terminar que realce a unidade dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia à volta deste assunto e é bom que assim seja, porque em causa está um bem da nossa terra e está a defesa dos interesses da cidade e do concelho e a este propósito gostaria de deixar uma pequena nota sobre o processo e dizer que, neste processo como noutros, o PSD não reivindica vitórias para si, nem tão pouco se põe em bicos de pés para ser visto. Mas também não admitirá que outros o

façam. Quando se trata de causas que trazem benefício ao concelho, unimo-nos à volta de todos os que abraçam o progresso e o desenvolvimento, quando nos retiram os serviços ou nos negam aquilo que nos cabe por direito, unimo-nos na reivindicação e no protesto. E é assim que tem de ser.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia, Público em geral, Comunicação Social. Começaria por saudar a intervenção acerca do Museu Grão Vasco aqui produzida pelo Deputado Dr. António Vicente, intervenção que no que respeita ao Museu Grão Vasco subscrevi-a inteiramente e portanto sem nenhum receio. É nessa linha que também trago aqui a intervenção e a posição do Partido Socialista e que vou passar ler porque a trago escrita.-----

O Grupo Municipal do PS, vem por este meio fazer um Voto de Congratulação pela elevação do Museu Grão Vasco a Museu Nacional.-----

Foi com enorme satisfação, e, diga-se, com o sentimento do dever cumprido, que o PS tomou conhecimento deste anúncio.-----

Esta é uma grande conquista de todos os Viseenses e da região, que projeta e valoriza mais do que simbolicamente um dos maiores ícones culturais da cidade de Viseu, da região e do país. Gostaríamos de salientar o papel e a estratégia gizada pelo Diretor do Museu Grão Vasco – Dr. Agostinho Ribeiro – que, com paixão e competência (como tivemos oportunidade constatar em reunião recente), submeter ao Sr. Secretário da tutela um dossier com as alegações em que fundamentava a inevitabilidade e a justiça da referida reclassificação, que incluía cartas de instituições, empresas, personalidades e agentes culturais de Viseu e da região, com as respetivas declarações de apoio.-----

Estamos igualmente conscientes que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu terá movido as devidas influências para este desiderato. Os nossos Parabéns Sr. Presidente!-----

Para o enquadramento político desta reivindicação, tem ser que ressaltado o papel que na linha da frente foi desempenhado pelo Partido Socialista, refiram-se:-----

- A questão colocada ao Secretário de Estado da Cultura pelo Deputado Acácio Pinto sobre este assunto, no âmbito do debate na especialidade da cultura no orçamento de estado de 2015.-----

- A apresentação recente de um Projeto de Resolução com este propósito, pelos Deputados do PS pelo Círculo Eleitoral de Viseu na Assembleia da República.-----

- Por iniciativa da Concelhia de Viseu do Partido Socialista, a reunião sobre esta matéria, realizada a 7 de fevereiro no Museu Grão Vasco, entre o Sr. Diretor do Museu Grão Vasco, os Deputados José Junqueiro e Acácio Pinto, diversos Deputados Municipais e o Coordenador da Concelhia de Viseu da JS, Manuel Mirandez, além da Presidente da Concelhia de Viseu como é óbvio.-----

- O comunicado da Concelhia de Viseu da Juventude Socialista com a mesma reivindicação.-----

- Acrescente-se que para a presente Assembleia Municipal de Viseu, o Grupo Municipal do Partido Socialista já tinha acordado a apresentação de uma Moção para a reclassificação do Museu Grão Vasco a Museu Nacional, que entretanto deixou de ser necessária como é óbvio depois do anúncio da reclassificação oficial, embora ainda não divulgada oficialmente.-----

De facto, como recentemente atestam as propostas do PS Viseu para o Centro Histórico de Viseu ou a proposta na última Assembleia Municipal de Viseu para a valorização do património histórico e cultural, através de iniciativas para a classificação como interesse público, interesse nacional ou interesse municipal (nesta sequência, saúda-se o processo de classificação de “Património Municipal” do Bairro Municipal), o PS Viseu sempre

pugnará pela classificação/valorização do nosso rico território e património. Tenho dito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado João Cotta.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados. A minha intervenção vem reforçar aquilo que os meus dois colegas antecedentes referiram, a importância não apenas concelhia mas regional do reconhecimento do Museu Grão Vasco como Património Nacional e a sua importância para a atratividade do território, a importância que tem o património cultural como fator de identidade e como fator de atratividade, porque nós dependemos muito do nosso património cultural, não temos praias, (exceto em Mangualde não é!) portanto, é importante a questão do património, de todo o património e o património cultural é relevante, e sei que foram decisivos o empenho do Senhor Diretor do Museu e o empenho do Senhor Presidente da Câmara neste processo. Portanto, queria felicitar e manifestar o reconhecimento pelo resultado obtido. Isto é baseado no mérito, na qualidade e quantidade do património do Museu Grão Vasco e portanto, isto no fundo mostra que quando queremos trabalhar em equipa conseguimos obter coisas relevantes para a nossa região, porque entendo que isto é uma distinção que não é apenas importante para o Concelho de Viseu mas é importante para toda a região de Viseu como fator de atratividade e de desenvolvimento do nosso território. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Reitero os meus cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social aqui presente. O Assunto que nos traz aqui é um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Braga da Costa.-----

Jorge Braga da Costa faleceu no passado dia 11 de Fevereiro aos 71 anos.-----

Nascido a 2/12/1944, Jorge Braga da Costa era natural de Segões, Concelho de Moimenta da Beira, Distrito de Viseu. O gosto pela pintura veio-lhe desde muito cedo e foi-lhe transmitido por sua mãe.-----

O seu talento revelou-se precocemente, realizando a sua primeira exposição com quinze anos no V Salão de Estética de Lamego, cidade onde efetuou os seus estudos secundários no antigo Liceu Nacional, tendo recebido menções honrosas nas modalidades de Desenho, Aguarela e Óleo.-----

Aos dezoito anos parte para Angola, de onde regressa em 1975 para fixar residência em Viseu, onde exerce também as funções de funcionário público.-----

No entanto, o gosto pela pintura e pelo desenho continua bem presente, pelo que a partir de 1976 começa a expor, sendo no “desenho à pena” que alcança maior notoriedade e reconhecimento. Colaborou com as suas ilustrações em vários jornais, livros e revistas.-----

De entre as várias mostras do seu trabalho dedicado a Viseu, destaca-se a exposição que realizou na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva intitulada “Viseu cidade monumental”.-----

Outro marco relevante na sua carreira artística foi a publicação, em Junho de 2007, do livro Monumentalidade Viseense, onde se encontra reunida toda a sua obra artística dedicada a Viseu.-----

Em Setembro de 2009, foi convidado pela autarquia viseense e pelo seu então Presidente, Dr. Fernando Ruas, para expor os seus trabalhos no âmbito das Comemorações sobre os novecentos anos do nascimento de D. Afonso Henriques. Essa exposição teve como título “Viseu – Cidade de Afonso Henriques”, sendo o talento artístico de Jorge Braga da Costa alvo de um justo reconhecimento e homenagem pela autarquia viseense.-----

Jorge Braga da Costa deixou-nos no dia 11 de fevereiro, mas continuará a viver na memória dos seus familiares e dos inúmeros amigos que deixou, quanto à sua obra apenas nos ocorre dizer que a mesma perdurará longos anos graças à genialidade e paixão com que desenhou e pintou Viseu, sobre a qual um dia afirmou:” Viseu é a cidade ideal, tem todas as vantagens das cidades grandes sem ter os inconvenientes”.-----
Solicita-se, portanto, a esta Assembleia que mande publicar o presente voto de pesar, se homenageie a sua memória com um minuto de silêncio e recomenda-se que a autarquia passe a incluir o seu nome na toponímia viseense.-----
Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está para apreciação este Voto de Pesar. Tem a palavra o Deputado António Vicente de Figueiredo.-----

----- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Quero louvar o Senhor Deputado do CDS por trazer o Voto de Pesar para esta Assembleia aprovar. Dizer que estou aqui na qualidade de amigo que fui e sou de Jorge Braga da Costa, conheci-o ainda cedo, ele foi e na biografia aqui apresentada não foi referido isso, ele foi funcionário administrativo no serviço de ação social escolar da Escola Grão Vasco, tive a oportunidade de o conhecer aí e tive também o privilégio de conhecer a genialidade daquele homem no desenho, ele era um exímio desenhador de tinta-da-china e uma boa parte dos quadros que ele fez nomeadamente retratando as casas solarengas, arquitetura religiosa, não apenas do Concelho do Viseu mas de todo o Distrito, ele tinha um traço muito preciso e muito perfeito, ele sentava-se mesmo até às vezes durante o serviço, naqueles intervalozitos, quando nós chegamos pegava numa folha de papel, pegava numa caneta de tinta-da-china, porque ele tinha várias e de várias espessuras em termos de bico e desenhava fosse o que fosse, fosse uma figura humana, fosse uma janela, mas com uma precisão impressionante. Depois, realçava uma outra característica de Jorge Braga da Costa, ele era um amigo do seu amigo, gostava muito da vida, gostava de conviver com os verdadeiros amigos e depois teve a infelicidade de a doença lhe bater à porta e depois num estado progressivo acabar por falecer. Associo-me ao Voto de Pesar, penso também representar o PSD neste Voto de Pesar ao Jorge Braga da Costa e também à sugestão que é deixada ao executivo municipal da atribuição de um topónimo de uma das ruas da cidade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção põe-se à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Foi aprovada por unanimidade.* Iamos agora então guardar um minuto de silêncio.-----

Tem a palavra o Deputado Pedro Osório dos Santos ferreira.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Caros representantes da Comunicação Social, Digníssimo Público.-----

A Câmara Municipal de Viseu classificou no passado dia 12 de fevereiro de 2015 o “Bairro da Cadeia também conhecido como Bairro Municipal de Viseu” como “Património de Interesse Municipal”. Esta classificação faz justiça ao valor patrimonial, histórico e afetivo do Bairro, tendo a decisão sido fundamentada na importante dimensão humana e social e histórica do Bairro, e é claramente mais uma garantia da sua reabilitação. Vemos nesta classificação o concretizar de mais um compromisso assumido por este Executivo Municipal, demonstrando inequivocamente como a palavra dada às populações é realmente essencial e definidor da forma de fazer política. Edificado entre 1946 e 1948, como “Bairro de Casas para Classes Pobres”, o Bairro Municipal de Viseu foi considerado “um bem cultural relevante, material e imaterial, da Cidade de Viseu e da sua história

social do século XX, sendo simultaneamente um testemunho singular e significativo da arquitetura portuguesa no tempo do Estado Novo”. Do “Bairro da Cadeia / Bairro Municipal de Viseu” fazem parte também uma Escola Primária e o Estabelecimento Prisional de Viseu, também obras do Estado Novo. Realço, que conforme o executivo já afirmou, a futura operação de reabilitação terá em conta objetivos de combate à pobreza e à exclusão e de valorização social e cultural. É também de valorizar, a intervenção prevista para o Bairro, mais concretamente a obra de execução do projeto vencedor do 1º Orçamento Participativo de Viseu, relativo à reabilitação de coberturas, portas e janelas de habitações do Bairro a cargo da Viseu Novo e da Habisolvis.-----

Com esta classificação, fechamos uma página, mas abrimos um novo capítulo relativo a este espaço.-----

Está salvaguardado este espaço, histórico e importante da nossa cidade.-----

Este assunto ocupou cidadãos de todos os quadrantes políticos e sociais, moradores antigos e atuais, porque ninguém estava indiferente a este espaço.-----

Temos a clara sensação de que estamos perante uma decisão que une a maioria dos viseenses. Acreditamos que há soluções criativas para aproveitar os recursos e a possibilitar, eventualmente, novos usos do Bairro, sem que este perca o carácter único e a sua vertente social. Devemos manter o traçado habitacional histórico da cidade, sendo este bairro um dos raros testemunhos dignos desse nome. Houve por parte deste Executivo, uma clara aposta na perseveração da cultura urbana, garantindo assim, as suas memórias, as suas referências, e no fundo a história de Viseu. Com esta classificação, pretende-se a longo prazo que este espaço seja uma mais-valia da cidade, para benefício não só dos seus moradores, antigos e atuais mas também de toda uma comunidade.-----

Caro Presidente, Caros Deputados. Os Deputados do Grupo Parlamentar dão os parabéns ao Executivo pela decisão de classificar o “Bairro Municipal” como “Património de Interesse Municipal” e aproveitamos este período para perguntar se nos pode dar mais informações relativamente a este assunto?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CATORZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Reiterar os cumprimentos a todos os presentes e apresentar duas Moções e uma Saudação. A primeira Moção designada “EM DEFESA DE MAIS MEIOS HUMANOS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES NO HOSPITAL DE S. TEOTÓNIO” Segundo os critérios de avaliação utilizados pela Entidade Reguladora de Saúde (ERS), o Hospital de S. Teotónio, de Viseu, obteve pontuação máxima em várias áreas de desempenho. Porém, esse reconhecimento feito aos profissionais competentes de todas as áreas que ali trabalham, esconde uma crua realidade traduzida na grave falta de recursos humanos ao nível de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, a falta de equipamentos essenciais para respostas mais eficazes e abrangentes em várias valências, a exiguidade e inadequação do espaço das urgências.-----

Nas urgências chega a haver apenas 3 auxiliares para 400 utentes! Só não há situações de rutura devido à disponibilidade total de médicos, enfermeiros e auxiliares.-----

No serviço de neurocirurgia há 1 médico da especialidade a tempo inteiro e alguns a tempo parcial quando devia de haver 4. Sublinhe-se que este serviço é dos que mais utentes atende devido aos acidentes de viação, de trabalho e domésticos.-----

O serviço de urologia está à beira da rutura em todos os sectores: médicos, enfermeiros e auxiliares.-----

No serviço de oncologia o volume de doentes em algumas patologias é semelhante ao do CHU de Coimbra: há todos os anos mais 1.000 doentes (cólon/recto + 200/ano; esófago / estômago + 100/ano; mama + 200/ano; próstata não há capacidade para tratar e vão para Coimbra). Devia de haver 4 médicos da especialidade e há 2.-----

A par das dramáticas carências em pessoal e equipamentos, impõe-se igualmente como

decisiva para a prestação de mais e melhores cuidados de saúde no Hospital de S. Teotónio, ampliar e adequar às necessidades o espaço das urgências.-----
Imperioso para responder com mais eficácia, mais comodidade para os utentes e menos custos para o Estado é a existência de um novo espaço físico autónomo para oncologia, com a instalação da radioterapia.-----

A não existência da radioterapia em Viseu, implica a deslocação de todos os doentes a e/ou para Coimbra, com os inconvenientes económicos, de bem-estar e de eficácia médica que isso implica. Neste momento há dezenas de doentes que por razões de distância e de horários preferem pagar do seu bolso os transportes e mesmo a instalação. Este serviço só não é criado porque há fortes pressões dos grupos económicos privados do sector da saúde. A sua criação seria uma mais-valia extraordinária para este hospital.-----

Estas respostas dependem apenas de vontade política.-----

Deixou de se falar da extinção do serviço de cirurgia pediátrica no Hospital de S. Teotónio, mas o problema está vivo. A causa última para proposta de extinção deste serviço radica no facto de o novo Hospital Pediátrico de Coimbra estar sobredimensionado e, portanto, necessitar de utentes. É caso para dizer: as crianças de Viseu não contam!-----

Em face desta preocupante realidade e considerando o papel decisivo que o Hospital de S. Teotónio e o Centro Hospitalar Tondela/Viseu assumem para a saúde e qualidade de vida de centenas de milhares de utentes destes serviços, a Assembleia Municipal de Viseu, vem reclamar junto do Senhor Ministro da Saúde o reforço urgente de meios humanos, de equipamentos e de instalações, para garantir a resposta necessária a todos os utentes e a defesa do Serviço Nacional de Saúde.-----

Passo a apresentar a Moção designada “Museu Grão Vasco – Museu Nacional” assunto já aqui trazido mas que trago sob a forma de Moção.-----

Vem o Governo reconhecer que o Museu Grão Vasco é um Museu Nacional.-----

Quer isto dizer que o Governo tenciona reforçar o apoio e as atividades dos Museus Nacionais, incluindo aquele que se encontra implantado num mui nobre edifício, contendo preciosas coleções e desfrutando de sólido prestígio como instituição científica que preserva e divulga um acervo de importância reconhecida no contexto da cultura europeia?-----

Devemos à fundação dos Museus Nacionais à consciência patriótica e cultural da República, que publicou uma Lei dos Museus 3 meses depois do 5 de Outubro. Depois da II Guerra Mundial, que este ano comemora o 70º aniversário, os Países da Europa devastados pela tragédia, no meio de uma crise sem precedentes, deram prioridade à reconstrução do seu Património Cultural. Varsóvia, que se encontrava praticamente arrasada, e que muitos aconselhavam a que se procedesse à construção em novo local, foi porém reconstruída pedra a pedra, com enorme sacrifício. Porque o Povo Polaco entendeu que não a reconstruir era permitir, de certo modo, o triunfo do ódio destruidor. E o mesmo vem acontecendo com outros povos e outras culturas. Porque o Património Cultural de uma Pátria, e da Humanidade, é indispensável à construção de um futuro, da cultura, da ciência, do encontro entre os povos, de tudo o que nos une em prol dos mortos que continuam vivos, dos vivos que necessitam de desenvolver as suas competências e consciências, em prol dos filhos e dos netos e bisnetos que hão-de vir. Não há crise que justifique o desleixo na Cultura, nem a miséria em que vão sobrevivendo, os Museus Portugueses.-----

O Museu Nacional Grão Vasco não precisava de mudar de nome para ser o que é, nem se modifica por ver reconhecido por este Governo aquilo que já todos sabíamos. Necessita sim de reforçar os meios humanos e técnicos que lhe permitam levar a cabo as funções que lhe são próprias: conservar, estudar, divulgar!-----

Mas festejemos o nosso Museu, que em Viseu se criou, graças ao esforço, dedicação e amor pela arte de muitas gerações de viseusenses. Assim propomos a seguinte Moção:-----

1. Congratula-se esta Assembleia Municipal e a Cidade de Viseu, pelo reconhecimento e o estatuto oficial atribuído ao Museu Grão Vasco.-----

2. Requer esta Assembleia Municipal ao Governo e especialmente à Secretaria de Estado da Cultura, que reforce os seus meios humanos e técnicos, de que tanto necessita.-----

3. Que sejam criadas condições para festejar dignamente o próximo centenário do Museu Grão Vasco. Que estas comemorações tenham um carácter nacional.-----

Abreviando o tempo, uma saudação às mulheres e ao Dia Internacional da Mulher.-----

Considerando que:-----

1. O "Dia Internacional da Mulher", marca simbolicamente a longa luta das mulheres pela igualdade de direitos, pela sua emancipação, pela afirmação de que mulheres e homens são iguais na construção de uma sociedade mais justa e solidária.-----

2. 40 Anos após as primeiras comemorações do 8 de março em liberdade, 40 anos depois do *Ano Internacional da Mulher*, a desigualdade subsiste no nosso país. Vive-se na desvalorização das competências das mulheres, no facto de serem as principais vítimas de assédio moral no local de trabalho e de violência doméstica. Elas auferem os salários, reformas e pensões mais baixos. Trabalham mais horas, têm menor oportunidade de sucesso nas carreiras, há menos mulheres em cargos de poder e de decisão. São elas quem mais sofre a precariedade e o desemprego. No nosso Concelho, em Janeiro de 2015, o IIEFP registava um total de cerca de 6.000 desempregados dos quais 54% eram mulheres.-----

3. Celebrar o Dia Internacional da Mulher é homenagear as mulheres que em todo o mundo diariamente resistem às inúmeras formas de opressão, mas é também assumirmos responsabilidades na luta pela igualdade.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida na sua sessão de 27 de Fevereiro de 2015:-----

Saúda todas as mulheres, apelando à sua cada vez mais interventiva participação na vida cívica;-----

Manifesta um voto especial para que este ano de 2015 seja, de facto, o ano de viragem nos rumos do país, e que uma nova política retome os caminhos do progresso também no que respeita ao estatuto de dignidade da mulher.-----

Compromete-se a trabalhar no sentido de cumprir a Constituição da República, retomando os caminhos de Abril, convergentes com as grandes orientações do Ano Internacional da Mulher e das Conferências posteriores da ONU sobre os direitos das mulheres.-----

Deixar aqui o convite a que todos participem nas comemorações que vão decorrer em Viseu no dia 8 de março, mas também no dia 7 à noite. Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Eu punha à consideração uma situação com a Senhora Deputada que é? Há um enquadramento das Moções. Se o resultado que se põe à aprovação e à apreciação, certamente terá em conta o enquadramento se só a proposta final da Moção?-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires responde dizendo: Eu não ponho objeções no enquadramento e eventualmente pode sofrer alterações ou que possa ser retirado.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: Não, não é isso, quer dizer, nesta situação é assim. A Assembleia pronuncia-se sobre a proposta final?-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires responde dizendo: Sim, sim.-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma novamente a palavra dizendo: Pronto, era isso ok. Está aberta a apreciação das três Moções. Em primeiro a primeira Moção sobre o Hospital.-----

----- QUINZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Permita-me que o cumprimente agora, Senhor Presidente, Senhora Secretária Senhor Secretário e renovo também os cumprimentos ao Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. Foi-nos apresentada aqui uma primeira Moção e é essa que eu venho aqui apreciar relativamente à situação dos meios humanos,

equipamentos e instalações do Hospital de Viseu. Ora, em primeiro lugar é preciso referir que ocorreram algumas contingências também em termos climáticos e que depois originaram uma epidemia em termos de surto de gripe que provocaram como todos sabemos a nível nacional uma afluência bastante acima da média, claramente acima da média aos serviços de saúde e portanto os hospitais e nomeadamente as suas urgências, também tiveram a necessidade de tentar fazer face a esta situação, mas ocorreu uma procura muito superior aquilo que era a oferta em termos de serviços de saúde existente e portanto, isso ocorre periodicamente, é uma situação para a qual têm sempre de ser encontradas na nossa opinião situações pontuais uma vez que o pico de procura é um pico claramente pontual, esse é um aspeto relevante, outro aspeto é que eu próprio tive recentemente uma experiência pessoal no Hospital que esteve claramente em contradição com aquilo que foi aqui apresentado relativamente a algumas situações. Tive necessidade de fazer uma intervenção cirúrgica, socorri-me do serviço público prestado pelo Hospital e dentro de um dos campos que foi referido precisamente na Moção, e aquilo que aconteceu com a minha experiência pessoal é que efetivamente tive uma consulta antes das férias, logo após as férias fui chamado, fiz a intervenção cirúrgica e portanto, é a minha experiência pessoal. Não foi feito nenhum esforço acrescido, se é que me percebam, para que o processo fosse diligenciado de uma forma mais rápida..., *(neste momento ainda que de uma forma impercetível ouvem-se várias vozes em simultâneo)* -----

- O Senhor Presidente da Mesa interfere dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo está Bem?-----

- O Senhor Deputado Paulo Jorge de Almeida Pereira prossegue a sua intervenção dizendo: Pedia a vossa compreensão e a vossa atenção, ouvi-vos com muita atenção quando estavam a falar, tive o cuidado de não interromper nem fazer barulho e portanto, pedia também que realmente houvesse da vossa parte um procedimento análogo. É de relevar também a qualidade com que os serviços do Hospital são reconhecidos a vários níveis, a nível regional e a nível nacional, todos nós temos conhecimento desta situação. Obviamente que há alguns aspetos da Moção com os quais nós temos que concordar, como por exemplo a referência à radioterapia, mas, na sua globalidade a Moção é demasiado generalista, é demasiado generalista porquê? Porque toca em muitos aspetos, alguns como disse nós concordamos, outros nem por isso e além do mais há alguns que para nós carecem de efetiva confirmação. Ora, por esse motivo o Grupo Parlamentar do PSD não vai aprovar esta Moção e portanto, irá votar contra a Moção que aqui foi apresentada.-----

-Não sei se posso já fazer uma referência ao Dia Nacional da Mulher ou fica para depois?--

- O Senhor Presidente da Mesa responde: O que combinámos foi Moção a Moção.-----

- O Senhor Deputado Paulo Jorge de Almeida Pereira retoma a sua intervenção dizendo: Relativamente ao Dia Nacional da Mulher, obviamente que o Partido Social Democrata se associa a esta saudação e ainda para mais quando foi enfatizado o papel da participação na vida cívica que a mulher e não só, o homem globalmente deve ter, e como já foi referido várias vezes, portanto a participação política e a participação cívica, a cidadania é algo que deve ser catalisado, nós estamos num país em que realmente estes aspetos não são suficientemente desenvolvidos.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:) Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Vai-me desculpar o meu colega e amigo Paulo Pereira, porque eu não estava sequer para vir aqui, pensei que isto era uma coisa tão pacífica para ser aprovada, nem era minha intenção vir, mas dado o tom colorido com que o meu colega apresentou aqui a situação quer do Hospital quer da saúde em geral, que ao cabo e ao resto é da saúde geral em Portugal, eu vi-me obrigado a vir aqui e eu ao dizer isto, reconheço uma coisa e aproveito para dizer isto, que são duas coisas diferentes, uma coisa é nós reconhecermos que num âmbito do estado de

providência criado em Portugal depois do 25 de Abril, o Serviço Nacional de Saúde em Portugal é algo que até há dois ou três anos atrás constituiu-se como um digamos que, um eixo central daquilo que é o estado social em Portugal e digamos que, é considerado ainda hoje unanimemente como um dos Serviços Nacional de Saúde mais importantes, tendo em conta os recursos que tem no contexto europeu, agora, há uma coisa que é importante dizer, que a Moção que aqui foi apresentada pela Deputada Filomena Pires, diz algo que ninguém pode negar e aliás, já aqui foi discutido, sobre por exemplo o caso da Radioterapia já aqui falámos nisso e ninguém pode negar, ou seja, basta falar com os profissionais de saúde do hospital e não podemos esquecer, do ponto de vista individual todos sabemos que os profissionais de saúde fazem sempre o melhor e somos bem atendidos, mas eu penso que é, e vão-me perdoar isto, eu penso que, temos que falar verdade nestas situações e do ponto de vista se é para defender as populações e se é para defender digamos que, todos os munícipes, não podemos negar nem tão pouco branquear que o hospital neste momento e eu tenho também falado com alguns profissionais de saúde, está digamos que, daquilo que são os seus recursos e equipamentos, mas sobretudo nos seus recursos humanos e foi aqui falado na neurocirurgia, esse é um facto, aliás até conheço as pessoas que se foram embora de neurocirurgia e que não foi contratado mais ninguém, portanto, não podemos negar aquilo que se passa e como tal o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta Moção como não podia deixar de ser. Aqui não se trata se é o Governo A se é o Governo B, se tem financiamento se não tem financiamento, trata-se de que, nesta questão para sermos coerentes, quando as coisas não estão bem há que denunciá-las e ainda bem que foi trazido aqui este problema. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **DEZASSETTE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. A Deputada Filomena Pires trouxe aqui dados concretos sobre a situação do hospital mas, o Deputado Paulo Pereira invocou o exemplo dele mas francamente, a gente basta, os Viseenses, a gente ouve todos os dias histórias tanto de profissionais como de utentes e depois ouve-se as notícias, “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar” a situação de saúde neste país é caótica, ainda ontem ou anteontem se demitiram mais profissionais no hospital, isto é continuamente não é? E demitem-se porque não podem, a situação é insustentável, demitem-se porque não há meios humanos, porque os serviços estão à beira da rutura, morrem pessoas nas urgências dos hospitais, não é um caso, se fosse um caso, enfim, a exceção faz a regra, o problema é que isto começa a ser consecutivo e qualquer dia estamos como o Ministro das Finanças do Japão que disse que os velhos que estavam nos hospitais que estavam a dar prejuízo mais valia desligá-los, já não tinham hipóteses de sobrevivência e portanto desligavam-se. Portanto, uma das conquistas de Abril que mais nos devia orgulhar era precisamente o Serviço Nacional de Saúde que chegou a ser considerado como o décimo segundo melhor do mundo não é? Era um dos melhores da Europa e neste momento está a ser desmantelado, diga-se em abono da verdade, aliás, foi o dito pai do Serviço Nacional de Saúde António Arnaut que disse que lamentavelmente pelo menos o Ministro do Partido Socialista também contribui para isso, estava-se a referir naturalmente ao nosso conterrâneo Correia de Campos, mas a verdade é que este Governo está a levar isso a um extremo perfeitamente inaceitável e suicidário, estamos a ficar qualquer dia sem Serviço Nacional de Saúde e mesmo esta proposta de municipalização da saúde só pode levar a um aprofundamento dessa situação. Portanto, por isso não podia deixar de votar favoravelmente esta Moção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP)**: Senhor Presidente da Mesa, reitero os meus cumprimentos a todos. Sobre esta Moção do hospital o que quero dizer é que a defesa do serviço público de saúde compete-nos a todos nós e de facto é algo que ainda é de “borla”, agora resta saber se haverá ou não condições para que as nossas reivindicações sejam atendidas. Da parte do CDS, o que nós queremos aqui dizer é que votaremos a Moção favoravelmente se a Deputada Filomena Pires tirar a parte a que se refere aos privados, porque os privados não impedem coisa nenhuma, os privados coexistem com o serviço público, e de mais a mais, enquanto funcionários públicos todos nós temos a ADSE e recorremos muitas vezes aos serviços das entidades privadas, por isso deixemo-nos de falsas hipocrisias uma coisa são os privados, outra coisa é a defesa do serviço público de saúde, por isso da nossa parte votaremos favoravelmente se fizer essa alteração à sua proposta caso contrário ou nos absteremos ou votaremos contra. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** – Obrigado. Deputado António Vicente.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD)**: Peço que me dispense dos cumprimentos porque quero ser muito rápido. Primeiro para dizer que lamento que o Deputado do Bloco de esquerda e ainda bem que está a chegar, estava eu a dizer que lamento que o Bloco de Esquerda em vez de se ter cingido à discussão desta Moção e ao caso concreto do Hospital de Viseu, tenha virado a sua explanação para os problemas de saúde a nível nacional e tenha feita aqui um lamentável discurso político, arrevesado à boa maneira do PCP e do Bloco de Esquerda. Sobre o Partido Socialista, ó Senhor Deputado, não posso também deixar de lamentar a sua falta de memória porque efetivamente o Partido Socialista teve dez anos no poder, o Hospital de S. Teotónio, que na altura era então o Hospital S. Teotónio, sempre foi um Hospital de referência, continua a ter as mesmas valências, continua a ter aquilo que teve no período Socialista e o Senhor agora vem para aqui dizer e concordar com esta Moção e dizer que o Hospital que está mal sabendo perfeitamente o Senhor como todos nós sabemos que o inverno que nós estamos a passar, porque ainda não passou... ó Senhor Deputado, os Senhores podem-se rir à vontade, não é causa primeira, mas evidentemente que houve um surto de gripe que não é usual noutros invernos e levou exatamente... muito obrigado pela vossa atitude Senhores Deputados, eu por norma tenho por hábito ouvir o que dizem, e concluo, não podem negar que o surto de gripe deste ano não é usual, e isso levou a que muita gente se socorresse das urgências. Provavelmente aquilo que estão a dizer do alargamento do espaço da urgência do Hospital, daqui por uns anos se o surto de gripe não for como este ano, será depois excessivo, sei lá!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Eu antes de dar a palavra à Dra. Filomena Pires, não gostaria de deixar de dar aqui uma achega e dizer algumas coisas sobre este aspeto. Começaria por uma situação, em saúde, cuidado com os alarmismos sociais e também dizer que os profissionais do Hospital de Viseu deram uma resposta adequada, com grande esforço, mobilizaram-se, e o Hospital de Viseu deu a resposta adequada às situações que houve. Também dizer duas coisas, a diferenciação técnica, e por isso estou de acordo com uma situação final, a diferenciação técnica do Hospital, deve ser sempre um motivo de reivindicação nossa, seja, querer mais recursos, mais equipamentos, mais instalações, acho que nos une a todos. Podemos ter diferenças no diagnóstico a forma como, a expressão, a defesa do Serviço Nacional de Saúde também nos une a todos, o ter uma resposta mais capaz e mais necessária aos utentes também nos une a todos, acho que aqui nos une. Agora, depois há um problema dos considerandos e os considerandos têm a ver com algumas situações, o que é o serviço e o que era consulta de pediatria, não é um serviço, é uma consulta, tem a ver com aquilo que aqui se falou, é importante termos um Serviço de Neurocirurgia, mas os neurocirurgiões não estão ao dobrar da esquina para contratar, as pessoas sabem, há uma mobilidade de profissionais

que não é fácil, e por isso a radioterapia, penso que já tivemos aqui uma Moção também todos a reivindicar um Serviço de Radioterapia e por isso acho que era possível haver aqui, sem alarmes sociais, as situações estão controladas, tivemos no outro dia uma demonstração e era importante todos terem ido ao Dia do Hospital em que tivemos uma demonstração, quem lá esteve dos resultados do Hospital de Viseu, foram resultados que nos orgulham a todos, e foram feitas comparações com outros anos em termos de resposta e por isso acho que, o reivindicar o reforço de meios humanos, de equipamentos, de instalações para garantir a resposta necessária a todos os utentes e a defesa do serviço Nacional de Saúde, inteiramente de acordo, acho que deve ser sempre querer o melhor para o nosso Hospital até porque é um Hospital central e por isso tem que se ter sempre como grande objetivo a diferenciação técnica. Agora, é óbvio que depois são feitas algumas considerações e que aí podemos ter divergências, não só técnicas como divergências políticas, agora, o sumo final, da minha parte não vejo nenhum problema em relação ao sumo final. Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **VINTE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa e da Assembleia pelas palavras que acabou de proferir, penso realmente que é sobretudo isso que está em causa, é a defesa do atendimento no Serviço Nacional de Saúde para todos os viseenses e para aqueles que da região de facto vêm ser atendidos neste hospital. Estou inteiramente disponível para pôr à votação apenas o texto da Moção, portanto, não considerando naturalmente todo o enquadramento, já tinha feito essa comunicação à Mesa, no entanto eu não posso deixar de fazer aqui algumas referências relativamente aquilo que foi dito, é que, de facto ouvindo os profissionais, ouvindo os voluntários que trabalham nas urgências, consultando os relatórios publicados nomeadamente no site do nosso hospital, aquilo que verificamos é que isto não é um problema do inverno, isto é um problema estrutural que tem vindo a agravar-se profundamente e agravar-se em consequência da falta de investimento, não há dinheiro? Pois, poderá não haver dinheiro para a saúde, mas de facto há dinheiro para muitas outras coisas e portanto, não podemos deixar de entender que isto é de facto uma opção política e é uma opção política que inevitavelmente se enquadra naquilo que tem sido o caminho traçado, enfim, nos últimos anos em Portugal, a destruição daquilo que são os serviços públicos para que efetivamente, enfim, a prestação de cuidados e até o apoio social, sejam substituídos por empresas que efetivamente trabalham para o lucro, não há volta a dar a isto, entendemos nós. Portanto, é uma questão política, é uma questão ideológica, não é uma questão estritamente financeira em circunstância alguma. Portanto, não poderia de maneira nenhuma deixar de aqui referir isto, penso que o carácter generalista, enfim, não é de facto visível no texto que aqui trouxe porque o texto foi todo ele fundamentado em informações precisas que nos foram dadas por profissionais que efetivamente trabalham no hospital, mas reiterar aqui a disponibilidade da CDU para efetivamente pôr à votação apenas o texto da Moção. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Pedindo a dispensa dos cumprimentos, estamos aqui perante uma situação diferente daquela que apreciei há pouco. Portanto, a apreciação que fiz há pouco foi do texto global que nos apresentou em que pelo facto de não concordarmos com algumas das considerações que foram realizadas, nós não podíamos obviamente votar favoravelmente a Moção em função dos considerandos que a antecedia. Como o Senhor Presidente da Mesa referiu, se nos cingirmos apenas aquela parte final e considerarmos essa parte como a Moção efetivamente apresentada, obviamente que nós como viseenses não nos vamos opor a algo que será sempre positivo para a região de Viseu. No entanto, não queria deixar de referir aqui que voltou nesta segunda intervenção a enfatizar de

forma demasiado exacerbada uma determinada situação, quando fala por exemplo na destruição de serviços públicos. Essa é uma forma exacerbada de encarar a situação. Portanto, não há uma destruição de serviços públicos, poderão existir aspetos com os quais nós concordamos, aspetos com os quais nós discordamos, mas na minha ótica não pode ser feita uma apreciação tão generalizada como essa que faz, quando faz uma afirmação com essa força não é? Agora, obviamente que cingindo-nos aquilo que foi a leitura da frase feita pelo Senhor Presidente da Mesa, nós se nos formos cingir à apreciação apenas desse texto, nós aí mudamos o nosso sentido de voto e votamos favoravelmente relativamente à Moção que nos é apresentada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Eu ia dizer a Dra. Filomena Pires que só aqui há uma situação, e veja isto em termos meramente técnicos, só de uma palavra, tem a ver, nós não podemos em circunstância alguma e podemos garantir isto, e penso que até seria em relação ao nosso hospital, acho que seria inaceitável até. Não está em causa a prestação da qualidade dos cuidados de saúde, não está em causa, também não está em causa neste momento nenhuma situação em que qualquer utente pode ir ao hospital e tem os cuidados adequados, e por isso eu sugeria se fosse possível também esta situação que eu li e que retirei a palavra que era o reforço urgente, a um reforço de meios, não há uma necessidade de urgência para amanhã de meios, é isso que eu gostaria aqui de colocar. Pronto, era só a este nível.-----
Deputado Rafael Amaro.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, renovo os cumprimentos. Senhor Presidente, eu vinha aqui muito expressamente para duas coisas, e é isso que realmente interessa, eu vinha aqui dizer que, apreciamos bastante a forma como o Senhor Presidente conhecedor como é evidente, muito mais conhecedor pelo menos no que me diz respeito do que eu sobre uma área que não domino, tenho apenas a perceção de um cidadão que está na cidade e vai aos hospitais, apreciamos bastante a forma como acabou por enquadrar esta questão e estou perfeitamente de acordo e dizer também que quando nós dissemos que votávamos a Moção, já estávamos a pensar na Moção, a Moção é aquilo que é o resultado da Moção, obviamente que os enquadramentos que cada um faz, cada um faz isso com a sua própria sensibilidade, não é isso que eu vou votar e portanto, nesse aspeto consideramos que aquilo que é proposto, e se for essa também a opinião da Deputada Filomena Pires estamos perfeitamente de acordo e aliás, acho que temos tudo a ganhar se daqui sair uma Moção que é uma Moção que a todos deve orgulhar, e portanto neste sentido, eu não posso deixar de, com a estima que tenho pelo Deputado Vicente como aliás tenho pelo Deputado Paulo Pereira de quem sou não só amigo e colega, e portanto, não é isso que aqui interessa, mas é a frontalidade das questões, acusou-me um pouco de falta de memória, eu bem sei que isso é um discurso retórico que não vou levar a mal, mas eu, se há uma coisa que eu tenho, penso ainda, é uma memória que não digo prodigiosa mas é uma memória normal, e a minha memória normal leva-me a dizer o seguinte, eu quando vim aqui tive a preocupação política de me cingir expressamente ao Hospital que estávamos aqui a tratar que é o Hospital de Viseu, não tenho nenhum espírito de partidarite aguda, aliás, toda a gente sabe que nem sequer tenho partido, sou um Deputado independente eleito nas listas do Partido Socialista, com muito orgulho nesse aspeto e portanto, essa acusação de falta de memória lembrando-me o tempo do Partido Socialista, a mim não me afeta porque eu não coloquei as coisas em termos partidários, é uma situação, (não, não és tu, foi o Deputado Vicente, não foste tu) eu sei quem é que disse, agora, porque me lembrou, agora tenho-lhe a dizer uma coisa, já que trouxe o problema assim, tenho a dizer-lhe uma coisa, não confundimos o que se passa hoje no Serviço Nacional de Saúde por todos reconhecido que nos últimos três anos, pelo facto de se ter ido além da “Troika”, já que pede que tenha a minha opinião tenho que lhe dizer, pelo facto de se ter ido além da “Troika”, no corte do Serviço Nacional der Saúde, que o Serviço

Nacional de Saúde tem hoje uma falta de recursos quer técnicos quer humanos que não tinha à quatro ou cinco anos, não é que antes se fizesse tudo bem, há que ter algum orgulho nisso, e portanto eu tenho que lhe lembrar já que me disse, mas eu não queria levar para aí a questão, eu queria cingir-me apenas aqui ao hospital e é aquilo que aqui nos interessa e portanto, nesse aspeto comungo totalmente das palavras do senhor Presidente da Assembleia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputado Carlos Cunha.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Reitero os meus cumprimentos. Senhora Deputada Filomena Pires, venho aqui dizer-lhe uma vez mais e, no enquadramento e no seguimento das palavras do Dr. Mota Faria, dizer-lhe que uma das "joias da coroa" de Viseu é precisamente o seu hospital e a qualidade dos serviços que são lá prestados, contra isso não há qualquer tipo de discussão e estamos plenamente de acordo, assim como referiu e bem o Dr. Mota Faria a questão dos alarmismos sociais, são necessários mais meios, o hospital até já contratou mais enfermeiros, tem dado as respostas que são possíveis e adequadas para fazer face às doenças e às contingências que lhe vão aparecendo, também há aqui um decréscimo uma vez que o hospital em termos dos rankings nacionais, o Hospital de Viseu também desceu alguns lugares, o que prova ao nível da sua eficiência que nem tudo está bem, agora, há outra questão que temos que ver aqui e alguns melhoramentos a talhe de foice foram falados também aqui nesta Assembleia e que se diga para o bem da verdade, uma das coisas que preocupava era precisamente um acesso mais fácil e mais rápido aos serviço de urgência e pelo que sei a autarquia tomou as devidas diligências e até se adiantou nessa matéria para que o acesso às urgências fosse facilitado e fosse muito mais direto, e o seu a seu dono e temos também que fazer aqui esta ressalva. Em relação à matéria dos privados, ó Senhora Deputada, no âmbito da saúde, há uma coisa que é assim, os privados sempre existiram e é bem que existam, é bem que exista em Viseu uma Casa de Saúde, é bem que exista um Hospital Público, pois nós não temos nada contra a iniciativa privada, o facto de querermos defender a saúde pública não colide com o desejo de que os privados desenvolvam a sua atividade, até porque isso é bom para nós porque cria mais postos de trabalho, emprega mais gente e por isso, é assim, nós não nos esquecemos que temos uma Escola Superior de Saúde e que formamos enfermeiros e que os mesmos precisam também de ter mercado para trabalhar, por isso a nossa retórica ou digamos assim, os nossos argumentos não se baseiam numa não defesa do hospital, aliás, somos favoráveis a isso, agora no entanto, aquilo que eu lhe peço na sua Moção, que faça essa revisão e que atente com atenção à parte da iniciativa privada, porque a iniciativa privada pode fazer muito bem o seu caminho assim como nós podemos debater e defender um melhor hospital com mais valências e um melhor serviço de saúde. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu iria dar um acordo final que era: A Assembleia Municipal de Viseu vem reclamar junto do Senhor Ministro da Saúde o reforço de meios, de equipamentos e de instalações, e agora teria que dizer do Centro Hospitalar Tondela Viseu certo? Para garantir a resposta necessária a todos os utentes e a defesa do Serviço Nacional de Saúde." O que está em causa, que foi aqui o que Deputado Carlos Cunha referiu, não invalida esta situação, o que o Deputado Carlos Cunha falou foi do Sistema Nacional de Saúde onde se insere o Serviço Nacional de Saúde e todos os privados, convencionados, etc., é o Sistema, por isso o que estamos aqui a falar é do Serviço Nacional de Saúde em concreto onde está inserido o hospital. Concorda? Estamos a retirar as considerações, estamos só nesta fase final. Deputada Filomena Pires concorda? Pronto. Então, esta redação final é que está em votação. Depois, pedíamos à Senhora Deputada que no final em conjunto depois fizéssemos aqui a redação que seria assinada. Em relação a esta Moção, nestes termos, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.-----

Íamos agora à Moção do Museu Grão Vasco. Tem a palavra o Deputado Vicente.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Relativamente a esta Moção, o Grupo Parlamentar do PSD tem algumas dúvidas e eu gostava de colocar as dúvidas que temos à Senhora Deputada Filomena Pires, nomeadamente no que respeita ao segundo ponto, penso que a Moção tem três pontos, o primeiro tem a congratulação pelo reconhecimento da elevação à categoria de Museu Nacional, depois requer que reforce os meios humanos e técnicos do museu, não sei se foi isto exatamente nestes termos que eu ouvi, e depois, eu só tomei nota, de caráter nacional na celebração do seu centenário que vai ocorrer no próximo ano. Relativamente ao segundo ponto, eu não sei se a Senhora Deputada tem dados que lhe permitam dizer que os meios são insuficientes, os meios técnicos e os recursos humanos, não sei se ouviu o Senhor Diretor do Museu de Grão Vasco, porque efetivamente nós não temos essa informação, por outro lado também, parece-me e não é uma questão semântica, mas parece-me que o termo requer é demasiado forte para uma Moção, de mais a mais, não sei, eu sugeria talvez que seja dotado dos meios necessários ou dos meios adequados, não é uma questão semântica aqui, a Senhora sabe perfeitamente que o requerer ou o exigir não é a mesma coisa de que, pelo menos, se a Senhora tem os meios adequados ou os dados para dizer que os recursos humanos são insuficientes, porque as dúvidas que nos surgem têm a ver também com isto: Então o Museu que atinge o patamar que hoje lhe é reconhecido, e que atingiu este patamar com os meios técnicos e recursos humanos existentes, agora mesmo sendo previsível que há um aumento de visitantes do Museu, vamos exigir ou requerer mais meios técnicos e mais recursos humanos? Por outro lado também, deixem-me só uma nota muito rápida, dizer ao Senhor Deputado Ascensão a propósito deste tema ainda, apreciei muito que tenha apreciado a minha intervenção, mas eu na minha intervenção disse uma coisa que o Senhor com certeza não ouviu, é que o PSD não se colocava em bicos de pés nas vitórias. Exatamente. O que depois o Senhor aqui fez na sua intervenção foi um elogio, eu pelo menos entendi assim ao trabalho desenvolvido pelo PS em todo este processo. É verdade Senhor Ascensão! Com toda a estima que eu tenho por si, o senhor sabe disso, mas a mim pareceu-me um elogio ao PS, e esqueceu aqui a atitude de um Secretário de Estado que tomou a decisão. Ninguém referiu a atitude do Secretário de Estado, mas é curioso, ninguém referiu a atitude do Secretário de Estado, e depois também deixo só esta questão para depois o Senhor refletir. Este empenho que os Deputados do Partido Socialista, a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, a Comissão da Juventude, todos aqueles que se empenharam nisto, é uma posição recente e é um empenho recente, ou seja num período de sete meses vocês acordaram para uma coisa que já podiam ter acordado em anos anteriores quando tivemos Governos Socialistas. Quando entretanto viram que estava o processo a decorrer então vocês colaram-se e por isso eu digo, nós não temos a atitude de nos colocar em bicos de pés, também não gostámos que outros o fizessem.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão. Agradecemos alguma celeridade na discussão está bem?-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia e todos os Membros presentes. Eu queria só reforçar aquilo que disse, eu não fiz elogio nenhum eu vim aqui fazer uma constatação e fazer uma referência aquilo que aconteceu, tanto assim que fizemos um elogio ao Senhor Presidente da Câmara, referimos de facto a ação do Senhor Secretário de Estado, não podemos é deixar de referir aquilo que também fizemos, seríamos maus elementos, maus viseenses se não tivéssemos a noção daquilo que também conseguimos fazer e sabemos aquilo que fizemos, reconhecendo também aquilo que os outros fizeram. Não nos pomos em bicos de pés, quem acaba por se pôr em bicos de pés é quem vem dizer que nós pusemos. Não, não

nos pusemos, fizemos só o relatório da constatação que fizemos, também tinha reparado nessa afirmação e não fiz nenhuma exceção na subscrição que faria daquilo que o Deputado António Vicente aqui fez. Portanto, reconhecendo efetivamente tudo aquilo que tinha dito, e estive com atenção, não distraído sabia aquilo que tinha dito. Aquilo que nós fizemos aqui não é nenhum autoelogio é de facto uma constatação daquilo que fizemos e já agora dizer que não vimos ninguém ao nosso lado a promover aquilo que promovemos, quer na Assembleia da República, quer em Viseu, com vista a que as coisas se desencadeassem o mais rapidamente possível. Fizemo-lo, constatámos isso, não vimos ninguém ao nosso lado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires se assim o entender.-----

----- **VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente, só para responder ao Senhor Deputado Vicente, que estarei naturalmente disponível para substituir o termo que enfim, lhe faz de facto alguma dificuldade em aceitar favoravelmente a Moção. Não sei se aceita o termo solícita, se está de acordo com isso, portanto, da minha parte não há problema nenhum em substituir o termo requerer pelo termo solícita, e também dizer-lhe que de facto nos museus tal como acontece em muitos outros serviços que são públicos e ainda há bocadinho aqui falávamos dos profissionais da saúde ... sim, sim, mas que não foge naturalmente aquilo que é o plano geral de apoio aos museus, não foge não é? Há verbas que são atribuídas e que naturalmente o Museu Grão Vasco também não foge a isso, eu lamentavelmente não trouxe os números, quando fizemos a Moção tivemos em conta essa informação, mas neste momento não a tenho aqui, mas os desabafos que ouço são de facto imensos relativamente às dificuldades, os serviços mantêm-se de pé e com qualidade, atingem níveis de qualidade extraordinários porque efetivamente os profissionais são de uma dedicação extrema e são profissionais a tempo inteiro, nomeadamente a questão de estarem a trabalhar mais horas, desgasta-os de tal forma que seria previsível que a qualidade dos serviços públicos prestados, nomeadamente também nos museus tivesse decrescido de uma forma extraordinária, mas efetivamente, é graças à entrega que temos que enaltecer dos profissionais, de tudo aquilo que são os serviços públicos e também dos museus que efetivamente o serviço tem a qualidade que tem, mas que os recursos têm diminuído têm, e portanto, entendemos que este reconhecimento ao Museu Grão Vasco para que efetivamente venha a desenvolver um trabalho à altura daquilo que é esta qualificação exige efetivamente que não haja esse corte permanente dos recursos e que efetivamente venha a ser reforçado. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Colocamos então à votação esta Moção. Quem vota contra? Quem se Abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Iriamos à última proposta de tem a ver com a “Saudação às mulheres e ao Dia Internacional da Mulher”. Está em discussão, está em apreciação e votação. Não havendo nenhuma inscrição vamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Bodiosa Rui Ferreira.-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação, aos Deputados desta Assembleia aos Colegas Presidentes de Junta e ao Público presente.-----

Passados dezasseis meses desde que tomámos posse nesta assembleia, dirijo-me a todos os presentes para mostrar o meu agrado e certamente dos meus colegas Presidentes de Junta, para com a nova metodologia adotada pelo executivo camarário em termos de

planeamento e execução dos trabalhos de infraestruturização, para este mandato, previamente discutida e ponderada com as Juntas de Freguesia.-----
Esta metodologia permite-nos saber com certeza com o que podemos contar por parte do município, em termos de apoio financeiro, para conseguirmos criar melhores condições de vida nas nossas aldeias. Apesar dos constrangimentos iniciais, alguns ainda não ultrapassados, já se estão a elaborar projetos e algumas obras previstas para o presente ano já se encontram a decorrer.-----

Além disso, não posso deixar também de mencionar os valores transferidos para as Juntas, através dos protocolos de delegação de competências e que nos permitem ter os meios financeiros necessários para efetuar a limpeza das vias, a manutenção dos espaços verdes, executar pequenas reparações nas escolas e manter os seus recreios asseados. Estas verbas e as áreas afetas aos protocolos foram revistas pelo 2º ano consecutivo, totalizando este ano os 600 mil euros.-----

Para quem não tem a noção da importância de que se revestem estas transferências na gestão corrente de uma Freguesia, convém referir que, em alguns casos, representam mais de 70% do valor total que lhes está consignado pelo fundo de financiamento das freguesias.-----

Faço questão também de dizer que vejo com bons olhos a assinatura destes protocolos, por freguesia, e na Freguesia, permitindo aos nossos concidadãos poderem presenciar estas cerimónias, embora simbólicas e terem a possibilidade de contactar diretamente com o Presidente da Câmara e com a Vereação.-----

Outro ponto que quero aqui referir diz respeito à 9ª edição da Atividade Sénior que teve início no passado dia 2 e este ano contou logo à partida com o envolvimento de 23 das 25 freguesias do Concelho, com 1870 pessoas inscritas, distribuídas por 91 grupos, dos quais 7 são novos. Atualmente, segundo os dados obtidos até ao passado dia 25, já foram ultrapassadas as 2000 inscrições, já estão envolvidas diretamente 24 Freguesias e a única que ainda não participa está em vias de formar um grupo de participantes.-----

Concluo dizendo que, é deveras recompensador ver a alegria e o entusiasmo com que os nossos seniores participam nas aulas e o envolvimento que têm com os técnicos e com os colegas que os acompanham há 9 edições. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Vou ler duas Moções muito rapidamente.-----

Primeira Moção, “PELA REQUALIFICAÇÃO DO IP3, SEM PORTAGENS”.-----

Considerando que:-----

1. O traçado do IP3 que integra a rede rodoviária sob jurisdição da Estradas de Portugal tem uma extensão de 72 quilómetros, faz a ligação entre Coimbra e Viseu e diariamente é atravessado por mais de 13 mil veículos sendo que cerca de 15% do tráfego é de viaturas pesadas. Está construído na sua maioria com um perfil transversal de 2+1 vias, com um traçado muito perigoso, já tendo provocado inúmeras vítimas em acidentes de trânsito.----

2. A construção do IP3 (Coimbra-Viseu) desenvolveu-se entre 1991 e 1998, embora alguns troços da estrada (designadamente os troços Oliveira do Mondego-Santa Comba Dão e Tondela-Canas de Santa Maria), já estivessem construídos desde inícios da década de 1980, integrados na EN 2, pelo que foram aproveitados para o atual traçado do IP3. O troço entre Coimbra e Oliveira do Mondego foi alvo de uma grande transformação quando em inícios da década de 2000 foi colocado separador central em toda a sua extensão, depois de pressões das populações. Graças a esta medida, a sinistralidade rodoviária neste troço baixou em grande escala. O troço a partir de Oliveira do Mondego

e até Viseu não tem separador central mas tem um traçado ligeiramente menos sinuoso. É maioritariamente a partir de Santa Comba Dão que o traçado do IP3 deixa de ser menos sinuoso, mas não deixa de ter zonas perigosas e uma descida com uma inclinação de 7%.---

3. O IP3 está a ter intervenções por parte da Estradas de Portugal, EP, o que implica diversas limitações no tráfego e incómodos nas populações, mas não são suficientes para conferirem níveis aceitáveis de segurança, comodidade e funcionalidade a esta importante via que une os territórios dos sete municípios em que se insere;-----

4. Esta constatação levou à reivindicação, por parte das populações e dos autarcas, há longos anos, de uma ligação rodoviária com perfil de autoestrada, entre Viseu e Coimbra, que chegou a ser projetada e posteriormente suspensa pelo governo anterior e que o atual governo considerou como infraestrutura prioritária de elevado valor acrescentado, tendo a Assembleia Municipal de Viseu, aprovado por unanimidade, na sessão de 30 de dezembro de 2013, uma moção no sentido de relevar e cito "as absolutas prioridades de melhoria da ligação rodoviária da cidade-região de Viseu a Sul, com características de autoestrada sem portagens (...)";-----

5. Em face das declarações do secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, a um jornal regional, em Fevereiro de 2014, (Jornal do Centro) confessando que (estou a citar) “se tivermos um IP3 requalificado e ao lado uma autoestrada, ninguém vai pela autoestrada e, portanto, não haverá privados que a queiram fazer”(fim de citação) e posteriormente do anúncio da EP de requalificar o IP3, por troços que irão sendo portajados à medida que forem concluídos, para financiar a obra, alguns dirigentes locais, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, (podia citar também João Cotta atual Presidente da Associação Empresarial da Região de Viseu) mas dizia eu o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou em declarações a esse jornal ser preferível ter o IP3 melhorado, com duas faixas para cada lado, sem portagens, do que ter uma solução destas em que ficaremos cercados por portagens;-----

6. Desde 8 de Dezembro de 2011, data em que foram ativados os pórticos na A24 e na A25, os viseenses e as populações e empresas da região têm sido penalizadas com a cobrança abusiva de portagens que não só causam prejuízos financeiros como limitam o direito à mobilidade;-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, delibera:-----

Manifestar aos poderes nacionais e regionais:-----

1. A sua discordância com o plano publicitado pela Estradas de Portugal, EP, no sentido de portajar os troços do IP3 à medida que sejam requalificados, o que equivaleria a deixar Viseu como uma ilha rodeada de portagens por todos os lados.-----

2. A exigência da requalificação urgente deste Itinerário Principal no sentido de o dotar das condições de segurança, comodidade e funcionalidade, sem portagens, independentemente de qualquer projeto, para um futuro mais ou menos próximo, de construção e concessão, pelo Estado ou por privados, de uma autoestrada para sul.-----

Agora rapidamente a segunda Moção” DESCENTRALIZAR SIM, EMBUSTE NÃO! “----
O Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, recentemente publicado, estabelece o regime de delegação de competências nos municípios no domínio de funções sociais. Apresentado como o desenvolvimento da legislação autárquica aprovada pelo PSD e CDS/PP em 2013, dispõe que a execução da descentralização deve obedecer a princípios, como o não aumento da despesa pública do Estado.-----

É certo que se vive há demasiado tempo num país macrocéfalo. A centralização administrativa tem trazido prejuízos incalculáveis ao desenvolvimento harmonioso do país.-----

O processo de decisão tomado a centenas de quilómetros não é eficiente nem eficaz, provoca desperdício financeiro, aprofunda as desigualdades territoriais e degrada a democracia.-----

De acordo com os dados do Eurostat, o peso dos gastos da administração local no total da administração pública em Portugal é em média 10 pontos percentuais inferior à média da União Europeia. E há até áreas em que Portugal integra o grupo dos países mais centralizados da OCDE.-----

A resposta constitucional à centralização é a regionalização. Mas esse não é o caminho que sucessivos governos têm percorrido. O governo atual do PSD e CDS/PP, depois de encerrar em inúmeros municípios, principalmente do interior, serviços públicos e equipamentos na área da educação, da saúde ou da justiça, vem agora apontar os contratos interadministrativos de delegação de competências como o caminho da descentralização administrativa. À pressa (as eleições são dentro de meses), sem respeitar a opinião da Associação Nacional de Municípios Portugueses e de quem está no terreno, sem estudos de impacto no desempenho dos serviços públicos, sem ter em conta as limitações financeiras e de pessoal das autarquias. Delegação de competências não é descentralização.-----

O município de Viseu, como muitos outros, quer um país com coesão territorial, onde as autarquias e as populações tenham intervenção na procura de formas eficientes de satisfação das necessidades sociais básicas. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, delibera:-----

1 – Manifestar a sua discordância pelo rumo imprimido pelo governo quanto à concretização da descentralização democrática da administração prevista na Constituição da República (artºs. 6º e 237º);-----

2 – Apoiar a ANMP e o seu XXII Congresso a realizar em 27 e 28 de Março, na rejeição dos contratos interadministrativos de delegação de competências como meio de concretizar a tão necessária descentralização administrativa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Estão em discussão as duas Moções. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Renovo os cumprimentos à Mesa e ao Executivo Camarário. Venho fazer então, a apreciação em primeiro lugar da primeira Moção em que sinceramente me faz lembrar aquela letra da música o Anzol, “*mandei pintar o céu em tons de azul, para ser original, mas então eu vi que azul já ele era, porque houve alguém que teve uma ideia igual*”. Ora, se o Senhor Deputado estivesse realmente com atenção, nós, não foi assim tão recentemente mas em 30 de dezembro de 2013 aprovámos por unanimidade uma tomada de posição, uma Moção em que eram relevadas as prioridades da melhoria da ligação rodoviária da cidade região de Viseu a sul, na altura com características de autoestrada sem portagem e portanto o que nós temos aqui é algo muito semelhante aquilo que já foi aprovado anteriormente. A pergunta é, se faz realmente sentido fazer aqui uma repetição, fazer aqui um encore, fazer aqui um bis relativamente ao que foi já anteriormente proposto, além de que não é para mim claro e existem também estudos nesse sentido que seja de manter uma opção que reproduza integralmente o trajeto do IP3, eu tenho para mim que existe a possibilidade de a partir por exemplo de Penacova, fazer a ligação a Sul à A12 que depois vai dar a Tomar e ao Entroncamento e obviamente que por essa via também poder fazer a ligação a Condeixa, poupava-se claramente em termos de quilómetros percorridos, em termos de tempo e ficaríamos certamente beneficiados nesse aspeto. Portanto, eu tenho aqui algumas sugestões para que a proposta fosse, digo eu, novamente aprovada porque é uma proposta claramente idêntica à que foi apresentada acerca de um ano e pouco atrás pelo PSD e foi como já disse aprovada por unanimidade, eu penso que revendo estes aspetos ou os aspetos da sua Moção que estão associados com aquilo que eu acabei de referir, nós obviamente que apresentaremos um voto renovado de aprovação uma vez que a Moção não tem nada de diferente em termos substanciais no seu conteúdo relativamente aquela que nós propusemos e aprovámos anteriormente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há

mais alguma intervenção? Deputado Rafael Amaro tem a palavra-----

----- **TRINTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Eu compreendo a posição do Deputado Paulo Pereira, agora, a verdade é que estamos a discutir uma nova proposta e como acabou de dizer, se insere, digamos que, naquilo que sobre esta matéria também já aqui foi decidido, portanto, quer dizer, só temos uma opção, ou estamos de acordo em vir mais uma vez e obrigar nesse sentido ou pelo menos tentar que o Governo sobre esta matéria se pronuncie de uma forma clara e que clarifique o assunto porque continua a não está claro e a preocupação de todos é nesse sentido, ou não, e portanto, eu penso que não prejudica, porque se prejudicasse ou trouxesse ruído não estaria de acordo, não prejudica, muito pelo contrário digamos que, reforça aquilo que temos aqui aprovado e dito e como tal, não vemos nenhum problema em votar favoravelmente esta Moção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente, apenas para dizer que votaremos favoravelmente ambas as Moções. Não sei se estamos a pronunciar-nos separadamente, é só há primeira não é? Então, relativamente à primeira Moção, não poderemos estar mais de acordo pois há imenso tempo que defendemos que de facto a requalificação tem que ser feita, temos que ter uma ligação segura e confortável até Coimbra mas, sem portagens. Isso é efetivamente aquilo que defendemos há muito tempo e portanto, votaremos naturalmente a favor da Moção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Mais uma vez reitero os meus cumprimentos. A propósito desta Moção que nos traz aqui o Deputado Carlos Vieira, dizer-lhe uma vez mais e já aqui falámos, já a mesma aqui foi aprovada sobre a ligação de Viseu a Sul, somos obviamente favoráveis a essa ligação, agora é assim, não queremos aqui uma autoestrada às pinguinhas, não damos para esse peditério. Autoestrada às pinguinhas, não contem com a nossa colaboração nem com o nosso patrocínio porque não nos interessa e entendemos que não serve Viseu. É assim, o que nós defendemos sobre esta matéria, é uma requalificação do IP3 como aqui já fizemos e então, se houver condições que se construa a autoestrada porque também não temos nada contra a sua construção, o que temos é que a construção da autoestrada não deve inviabilizar uma saída sem ser portajada a sul de Viseu. Acho que a parte das portagens, condiciona bastante a mobilidade das pessoas, é um fator contra os custos das empresas que aqui se querem instalar porque também traz-lhes custos acrescidos na mobilidade por isso é assim uma requalificação do IP3 e achamos que a requalificação do mesmo deveria começar sobretudo pelas zonas de maior sinistralidade, acho que essa sim é que era uma requalificação séria de modo a que naquela via baixasse o número de sinistros rodoviários e onde os condutores pudessem circular com segurança. Neste sentido votaremos uma vez mais favoravelmente a Moção apresentada, uma vez que também já o fizemos anteriormente. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Se me permitem vou já ao ponto. Eu para já folgo porque acho que estamos todos de acordo, agora, só para esclarecer, a situação de facto alterou-se, porque quando aprovámos a Moção e o Senhor Deputado repare que a Moção foi em dezembro não é, que de resto foram duas, a do PSD e a do PS no mesmo sentido e eu tive o cuidado de dizer que só aprovava essa Moção conjunta que estava a ser portanto, redesenhada digamos conjuntamente se ficasse explícito que era sem portagens, e ficou e

porquê? Porque é que eu fiz isso? Porque eu já sabia que ia acontecer, se isso não ficasse explícito que ia acontecer aquilo que depois o Secretário de Estado dos Transportes veio dizer aqui numa entrevista ao Jornal do Centro, que o Estado nunca requalificaria o IP3 porque senão, não havia nenhum privado que fizesse a autoestrada por uma questão de negócio, e depois quando surge o Plano de Atividades da Estradas de Portugal, com uma solução que acho que nunca tinha passado pela cabeça de nenhum de nós, que levou o Senhor Presidente da Câmara a fazer as declarações que eu citei, o Senhor Presidente da AIRV, da Associação Empresarial de Viseu João Cotta a dizer que a ligação de Viseu a Coimbra não tem que ser obrigatoriamente por autoestrada mas o atual IP3 está uma vergonha e é um erro onerar a via com portagens, o Senhor Presidente da Assembleia Mota Faria disse, o IP3 deve ser requalificado para se tornar uma via segura, e portanto, e portanto a situação alterou-se, fiquei a saber hoje pelo Jornal do Centro também que o IC12 vai ser... por isso é que a Moção diz independentemente de qualquer outra solução. Agora, o que temos de salvaguardar e é isso que acho que estamos todos de acordo, é que haja de facto uma alternativa segura, que o IP3 se mantenha, que não se faça mesmo erro que se cometeu com IP5 portajando o troço e acho que nisso estamos de acordo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Pediu a palavra o Deputado João Cotta, porque foi citado.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Bom dia. Obviamente que estou de acordo e irei votar favoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda, agora para nós e aquilo que eu defendo, pelo menos para mim, aquilo que eu defendo é de facto a requalificação do IP3, portajar o IP3 é um erro crasso, nem é fundamental, eu aqui votei favoravelmente aquela Moção da autoestrada, obviamente é sempre uma visão maximalista das coisas, mas em termos de fixação de investimento penso que não há necessidade de termos uma autoestrada a Coimbra, o IP3 é uma vergonha, o atual IP3 é uma vergonha, eu passo três ou quatro vezes por semana no IP3 e sei o quão perigosa é a via, mas também referir que considero, e a notícia que veio hoje, a questão do IC12 também considero uma perspetiva isotérica e portanto, que nada tem a ver com a ligação, portanto, considero algo despropositado e seguramente que será algo que será esclarecido porque não faz qualquer sentido ser uma alternativa ao IP3. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Antes da votação eu ia ler a proposta.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, delibera:-----

Manifestar aos poderes nacionais e regionais:-----

1. A sua discordância com o plano publicitado pela Estradas de Portugal, EP, no sentido de portajar os troços do IP3 à medida que sejam requalificados, o que equivaleria a deixar Viseu como uma ilha rodeada de portagens por todos os lados.-----

2. A exigência da requalificação urgente deste Itinerário Principal no sentido de o dotar das condições de segurança, comodidade e funcionalidade, sem portagens, independentemente de qualquer projeto, para um futuro mais ou menos próximo, de construção e concessão, pelo Estado ou por privados, de uma autoestrada para sul.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Está em discussão a Moção “Descentralizar sim, Embuste Não” é o título e eu não poderia de deixar porque o título na altura não foi lido e por isso tenho que o ler, que é “Descentralizar sim, Embuste não”. Termina assim, vou ler só a Moção-----

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 27 de Fevereiro de 2015, delibera:---

1 – Manifestar a sua discordância pelo rumo imprimido pelo governo quanto à concretização da descentralização democrática da administração prevista na Constituição da República (artºs. 6º e 237º);-----

2 – Apoiar a ANMP e o seu XXII Congresso a realizar em 27 e 28 de Março, na rejeição dos contratos interadministrativos de delegação de competências como meio de

concretizar a tão necessária descentralização administrativa.-----

Está em discussão esta Moção. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Renovo os cumprimentos. Hoje estamos aqui perante as palavras fortes não é? Nesta Moção vem novamente uma palavra forte, “o embuste” bem, o nosso Governo não anda aqui, aí nesse aspeto a enganar ninguém, e portanto, penso que começamos desde logo a fazer uma apreciação negativa da Moção que nos é aqui proposta. Depois refere alguns aspetos relativos à descentralização democrática, fazendo referência a legislação aprovada que nós reconhecemos que não temos neste momento dados ou elementos suficientes para fazer a apreciação deste aspeto, mas depois fala também numa deliberação relativamente ao Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que ainda nem aconteceu, que vai acontecer no futuro, portanto, já nos estamos aqui a antecipar a algo que vai ocorrer. Eu penso que a delegação de competências nos municípios será um importante primeiro passo, agora, a forma como depois esse primeiro passo vai progredir e a evolução que terá no futuro é difícil para nós fazer desde já uma perspetivação desse aspeto. Portanto, a nossa ideia, é realmente não aprovar a Moção que nos aqui apresenta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito bem. A palavra pode ser forte, mas é um alerta, é exatamente... é o “Acordai” do Lopes Graça, porque eu recordo que quando se começou a falar no plano de reconfiguração das freguesias, aliás, na altura não era só das freguesias, mas depois redundou na aniquilação de freguesias, eu propus aqui a constituição de um grupo de trabalho para se discutir isto, e na altura o PSD, a posição do PSD é que era prematuro, que não estava nada à vista, depois viu-se, passado pouco tempo quiseram fazer reuniões à pressa e grupos de trabalho à pressa quando faltavam dois ou três meses. Portanto, palavras fortes teve o Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que diz “rejeita este modelo porque não é compaginável com o garrote financeiro que o Governo impõe aos municípios através da Lei do Orçamento de Estado e pela via da Lei dos Compromissos, há municípios que não podem contratar pessoas pelos limites económicos que se são imputados e defende que a delegação de competências é apenas um contrato interadministrativo de natureza efémera que termina quando termina o mandato do Governo. Acusa ainda o Governo de não fornecer os estudos e outros documentos de sustentação à Associação de Municípios relativamente ao modelo descentralização de competências e alerta o Governo para os perigos de legislar à pressa e fazendo um apelo que ele considera que é quase um alerta para que este processo acelerado de legislar por cima de toda a folha pode ser perigoso, pode criar danos irreparáveis à vida democrática à saúde democrática e à educação democrática. Eu recordaria apenas o exemplo da educação, aí de facto está provado que é um embuste, porque está a ser feita à custa da autonomia das escolas, está a ser retirado às escolas para ser dado às autarquias, portanto, afastando-a ainda dos cidadãos e portanto, acho que era a altura de nós aprendermos com os erros.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Iria então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *A Moção foi rejeitada com trinta e um (31) votos contra, oito (8) abstenções e oito (8) votos a favor.*-----

Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- **TRINTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito bom dia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras

Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público em geral e Comunicação Social.-----

O partido socialista preocupado com a atual situação que se vive no país, no que concerne às más políticas do atual governo PSD/CDS, assume nesta Assembleia Municipal uma tomada de posição contra a municipalização da escola pública.-----

A educação tem sido, das áreas da governação, aquela que mais tem sofrido com a deriva ideológica neoliberal implementadas pelo atual governo.-----

Os factos não mentem e falam por si ao longo dos últimos três anos e meio. Todas as políticas desta área, em que Nuno Crato era apresentado como o grande educador, se traduziram em menos serviço público de educação e em menos qualificações para os portugueses.-----

O Programa do XIX Governo Constitucional previa, no capítulo respeitante à Administração Local e Reforma Administrativa, (...) uma agenda reformista e inovadora» para o Poder Local, eminentemente assente na descentralização administrativa.-----

Quatro anos volvidos, os resultados são francamente desoladores, quando não inexistentes, e a realidade muito distante das proclamações constantes do Programa de Governo.-----

O governo no recente projeto de diploma, aprovado em conselho de ministros, dia 15 de janeiro do corrente ano, não só risca da sua agenda a delegação de competências de órgãos do Estado em outros órgãos das autarquias locais, como abandona a proclamada descentralização administrativa enquanto processo evolutivo de organização do Estado igualmente previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Infelizmente, o citado diploma aprovado pelo Governo deixa fortes dúvidas quanto à definição dos limites da autonomia municipal (ou intermunicipal), ao respeito pela integridade da soberania do Estado em domínios como a educação, a saúde, a segurança social ou a cultura, quanto ao exercício partilhado de competências e quanto à promoção de um equilíbrio eficiente na articulação de poderes, nomeadamente porque não são conhecidos os estudos, previstos na lei, que fundamentam a delegação prevista.-----

Agora, o que surge no horizonte é a designada municipalização da educação. Sob a capa do programa “Aproximar educação” o ministério tem vindo a negociar com as autarquias a delegação, para estas, de competências da administração central, mas num processo que não foi alvo de uma prévia discussão pública que tivesse envolvido todos os agentes educacionais.-----

A municipalização da educação, é um processo conduzido nas costas dos portugueses, obscuro, processo que merece a nossa completa discordância.-----

O Partido Socialista nada tem contra o princípio da delegação de competências para decisores mais próximos, ao invés daquilo que tem sido feito por este governo que tudo centralizou, contudo, já muito temos para dizer sobre o conteúdo dessa proposta.-----

Assim, e no princípio da igualdade de acesso à escola pública, o Partido socialista defende que:-----

1) As questões pedagógicas, curriculares e a colocação e gestão de professores não devem sair do âmbito do Ministério da Educação. É lá que faz sentido que estejam e é lá que, têm que ficar ancoradas. Até porque há plataformas de debate e de interação nestas matérias nos conselhos municipais de educação e através da participação da autarquia nos conselhos gerais das escolas.-----

2) As políticas públicas que consubstanciarem a descentralização de competências têm de garantir, entre outros, o aumento da qualidade do serviço público de educação, a igualdade de oportunidades, a coesão territorial e o respeito pela autonomia das instituições.-----

3) O Partido Socialista defende que num processo como este o diálogo alargado é imprescindível, bem como o envolvimento dos parceiros:-----

a) Torna-se inaceitável a metodologia utilizada pelo MEC, pois se queria contratualizar com as autarquias a ANMP não foi envolvida neste processo desde o início.-----

b) Acrescentamos ainda que esta associação não deu parecer favorável à proposta do governo.-----

c) O MEC não envolveu as escolas e os agentes educacionais;-----

d) Colocou de fora deste debate as associações de pais, os diretores de escolas e o pessoal docente e não docente.-----

Para o Partido Socialista, a descentralização administrativa assume-se como pedra angular da Reforma do Estado, tendo sido sempre encarada como oportunidade para a valorização dos recursos do País, permitindo ter um Estado mais próximo do cidadão, e um Estado mais célere e eficiente na prestação de serviços públicos.-----

Porque o Partido Socialista entende a descentralização como a via que permite que os diferentes níveis e subníveis de governação colaborem entre si para a prestação de serviços mais eficazes, mais eficientes e mais convenientes, não numa ótica de sobreposição – com os inerentes prejuízos para os cidadãos e para a sociedade em geral – mas de complementaridade, do ponto de vista da organização e do funcionamento, em estrito respeito pelos princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa.-----

Assim, é nosso entendimento que o atual governo e o seu Ministério da educação e ciência, está a agravar as desigualdades no serviço público de educação, a espartilhar o sistema educativo e a aumentar a conflitualidade entre os diversos agentes educacionais, para quê? Para desacreditar ainda mais a escola pública, deixando-a à mercê de todos os ataques.----

Muitas das políticas educativas são baseadas em modelos externos, e esta reforma não fugiu à regra. A Suécia foi a sua “fonte inspiradora”, o modelo “importado”. Mas, esta mesma reforma, iniciada há 20 anos na Suécia, “falhou em toda a linha”, cresceu a “segregação social, a diferença de qualidade no ensino acentuou-se e os resultados dos alunos suecos, medidos pelo Pisa, desceram exponencialmente, acrescentando que os gastos públicos não diminuíram”.-----

Será este o modelo decadente que o governo PSD/CDS quer trazer para Portugal? Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Fernando Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santos Evos.-----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTOS EVOS FERNANDO JOSÉ CARDOSO RODRIGUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e Presente Público.-- Minhas Senhoras e Meus Senhores, em 2005 lançámos uma semente num terreno muito acidentado e pouco fértil. O tempo foi passando, esta pequena semente germinou e transformou-se numa linda planta. Esta planta foi tratada com carinho, atenção e dedicação e começou a dar frutos para todos nós. Frutos saudáveis com uma cor brilhante e com um aroma doce e inclusivo. Esta linda planta também transmitia esperança e confiança.-----

Assim, a Freguesia de Santos Evos, está a colher os frutos de um trabalho executado com empenhamento, dedicação e responsabilidade na execução de projetos inovadores, que respeitam a diferença e a identidade.-----

Esta linda planta cresceu de uma forma harmoniosa, com um caule robusto e com umas pétalas coloridas e vistosas. No momento, esta planta já tem várias histórias para contar. Agora, no momento até já é visitada por pessoas de norte a sul do país, ciclistas que vêm pedalar no nosso Circuito Oficial de BTT. Muitas... até turistas ingleses e holandeses já fizeram caminhadas no nosso percurso pedestre de Corvos-à-Nogueira. Em julho último a nossa caminhada organizada em simultâneo com a Câmara Municipal de Viseu, ficou na

história. Cerca de 800 pessoas participaram no evento, 800 pessoas!-----
No domingo, 15 do corrente mês, recebeu muitas pessoas que assistiram ao grande carnaval da freguesia, mais de um milhar, muitos já dizem que de acordo com o número de participantes e visitantes, é o maior carnaval do nosso concelho.-----

As feiras de Santo Ivo, estimulam a agricultura e o artesanato, também já têm 6 histórias que ficam na nossa história.-----

Nos parques de lazer e no recanto fluvial de Corvos-à-Nogueira, muitas pessoas aproveitam para relaxar e apanhar banhos de sol, e grandes histórias ficam para contar. Tantas histórias já contadas, agora temos um conto muito recente, que desperta os sentidos: O paladar, o olfato, o tato e a visão. Um conto que vai ficar na história da nossa freguesia e também do nosso concelho. No último domingo, dia 22 do corrente mês, inaugurámos com a presença do Senhor Dr. Almeida Henriques Presidente da Câmara Municipal de Viseu 3 fornos comunitários, o de Pinheiro, de Santos- Evos e o de Corvos-à-Nogueira. É uma aposta na área da conservação e reabilitação. Valoriza o património da freguesia e ajuda a preservar a história do nosso povo e da nossa gente. Também, irão certamente desenvolver o turismo local e rural. Os nossos fornos estão de portas abertas para o uso de toda a população da freguesia e de todas as pessoas que queiram cozer o pão de uma forma tradicional.-----

Estamos a trabalhar para a criação de uma marca turística para a nossa freguesia (já temos, estejam atentos) e também para o nosso concelho, Elaborámos um mapa de trabalho com linhas orientadoras, com métodos, apostas e referências estratégicas, isto é, políticas de desenvolvimento local. Políticas amigas do ambiente e do património, atentas à educação e à área social, políticas que fomentam o investimento, a promoção e o desenvolvimento empresarial, o turismo rural e de lazer. Promovem o desporto e a cultura, e estimulam e projetam a imagem da freguesia.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, estão convidados para de uma forma tradicional, cozerem o pão nos nossos fornos comunitários. Depois do pão cozido, podem fazer uma caminhada no nosso percurso pedestre, dar um passeio de bicicleta nos nossos trilhos de Santo Ivo e no verão, ainda podem relaxar no nosso recanto fluvial de Corvos-à-Nogueira. Muito obrigado a todos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputada Elsa Lemos, é a última.-----

----- **TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros, Senhor Presidente da Autarquia, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público aqui presente e Comunicação Social. Eu estou aqui para apresentar um Voto de Louvor pelo Centenário da Papelaria Costa.-----

Situada nos números 67 e 69 da Rua Formosa, em pleno coração da cidade de Viseu, a Papelaria Costa celebrou, no passado dia 27 de Novembro de 2014, o seu centésimo aniversário, feito assinalável que raras lojas comerciais conseguem atingir. Estão, por isso, de parabéns Alfredo Costa e os seus familiares, em especial, a sua neta Leonor Costa, que, com a sabedoria necessária, souberam gerir um negócio familiar, durante várias décadas, transformando-o num espaço de referência.-----

A Papelaria Costa é atualmente um símbolo do comércio local pela forma afável e profissional como atende os seus clientes, alguns dos quais se tornaram amigos de longa data, que ali têm o seu ponto de encontro diário.-----

A Papelaria Costa resistiu à erosão do tempo, sabendo readaptar-se às exigências de quem a procura, preservando simultaneamente os valores e a tradição do comércio de proximidade, dando o seu contributo, ao longo dos anos, para promover Viseu enquanto cidade de comércio.-----

A história do Comércio viseense constrói-se e alicerça-se com a ajuda de vários

protagonistas, por isso, e pelos argumentos anteriormente invocados, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe, a esta Assembleia Municipal, que seja atribuído um voto de louvor à Papelaria Costa e aos seus proprietários pela celebração do seu centésimo aniversário. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Está em apreciação este Voto de Louvor. Alguém quer intervir? Não havendo nenhum Senhor Deputado, punha-se à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Bom dia a todas e a todos. Queria por começar por cumprimentar o Mesa na pessoa do Senhor Presidente e dos Senhores Secretários, cumprimentar também o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta, o Público e a Comunicação Social que nos acompanha. Estive aqui três hora e um quarto a ouvir calmamente as várias intervenções dos Senhores Deputados e a única questão que eu gostava de pedir ao senhor Presidente da Assembleia é que efetivamente os horários fossem cumpridos, hoje as reuniões de câmara à hora marcada começam e os Senhores Vereadores da oposição também lá estão a horas. Portanto, os horários devem ser cumpridos independentemente das horas. Como costumo dizer, estou disponível para estar aqui o dia todo a debater os assuntos que forem necessários, não sou daqueles que estou aqui em pulgas para que a Assembleia termine, mas o cumprimento de horários, acho que também é uma forma de darmos um bom exemplo à nossa comunidade, e portanto hoje cultivamos muito essa questão.-----

Queria começar também por realçar a X edição da Assembleia Municipal Infantil, tive o privilégio de participar de uma forma ativa, aliás, estarei sempre que tiver a oportunidade, nem que tenha que alterar agenda para estar, porque é de facto um momento, para além de ter sido o impulsionador desta iniciativa enquanto Presidente da Assembleia Municipal, é de facto sempre um momento muito gratificante e ver como é que as nossas crianças vão evoluindo tanto do ponto de vista da participação cívica, apresentam, trabalhos tão interessantes e ao mesmo tempo fazem perguntas tão pertinentes. Portanto, queria realçar aqui a sua realização e felicitar o Senhor Presidente da Assembleia pela forma como fez evoluir esta iniciativa e também pelo tema que escolheu para este ano. Gostava também de me associar à proposta sobre o nosso falecido conterrâneo Braga da Costa, nós aprovámos no próprio dia do funeral um Voto de Pesar, é de facto uma ilustre figura da nossa cidade e do nosso país com toda a obra e com todo o percurso que fez, seguramente conhecido o que levará em boa conta do ponto de vista da questão da toponímia de poder atribuir o seu nome a uma das artérias da cidade. O Dr. Mota Faria trouxe aqui a questão da Corrupção e transparência, eu gostava de realçar que independentemente da pertinência deste tema, é sempre um tema que vale a pena abordá-lo, mas transparência em todos os setores da sociedade portuguesa, às vezes fica um bocado a ideia, os próprios políticos reduzem o debate sobre esta matéria, nós queremos é transparência e combate à corrupção em todos os setores da sociedade portuguesa. Nós queremos que o estado de direito funcione e que efetivamente ninguém esteja acima da Lei e felizmente que ultimamente temos visto que o próprio Poder Judicial tem atuado. Do ponto de vista da autarquia quero também aqui dizer que a autarquia está a dar o exemplo, há uma preocupação permanente de colocação de toda a informação que tomamos, hoje, muitas vezes quando me perguntam sobre determinado aspeto, o site da autarquia cada vez tem mais informação e o próprio Portal Nacional das Compras Públicas tem essa informação. Quero também referir que na reestruturação que está a ser feita do site da autarquia, vamos seguir basicamente todos os indicadores, os vários

elementos que devem estar a constar no domínio da tabela da transparência exatamente para que toda a informação seja pública e que toda a gente possa ter acesso a ela, no entanto também gostava de realçar que eu acho que por vezes se aborda muito esta questão do ponto de vista “do copo meio vazio” porque a verdade é que Portugal apesar de tudo, eu acho que nós somos muitas vezes sadomasoquistas porque vimos para aqui dizer que o nosso é um dos piores países do mundo, quando nós estamos em trigésimo primeiro lugar num ranking de 180 países, portanto, não somos assim um país tão mal classificado do ponto de vista dos indicadores da transparência e do combate à corrupção. Portanto, também por amor de Deus, a classe política por vezes também é ela própria indutora do mau juízo que é feito dos próprios políticos, eu tenho muito orgulho de ser político, tenho muito orgulho em ter dedicado uma parte da minha vida à atividade pública e também sabem bem que essa é uma tecla que nunca abdicó, é a tecla da transparência e a tecla, enfim, de toda a honestidade que temos que colocar no exercício da nossa função e penso que uma obrigação que temos, é dar o exemplo nos vários princípios e portanto, eu acho que para além da questão da transparência, acho muito bem que este tema seja debatido e eu acho que para além desta matéria que tem que ser transversal aos vários setores da sociedade é sobretudo também pugnarmos pela valorização da atividade política que é para podermos também induzir alguns destes jovens que muitas vezes demonstram desencanto a participarem de uma forma ativa, de facto a atividade política é a mais nobre atividade que pode existir, é servir os outros de uma forma correta, direta e transparente. Portanto, fez bem em trazer o assunto mas não queria deixar também de realçar que abordar pela negativa é também induzir as pessoas muitas vezes a fazer o tal juízo negativo, nós também devemos abordar pela positiva e ver em que posição é que estamos. O Deputado António Vicente veio qui falar sobre três matérias, e sobre o Viseu terceiro eu gostava de realçar o seguinte: Tenho orgulho e posso afirmá-lo que Viseu seja o primeiro município do país que utiliza um concurso público para desenvolver a sua agenda cultural. O Viseu Terceiro é claramente, com a alocação de 400 mil euros neste concurso, para a agenda de eventos da cidade e sobretudo com a filosofia que ficou aqui marcada, por um lado a escolha de um júri perfeitamente independente, que há claramente pessoas qualificadas, o facto de ter sido levado à reunião de câmara para validação daquilo que é a grelha que está neste momento em que há cada uma destas entidades de vir a apresentar argumentos de não concordar ou concordar com a sua, audiência prévia, que é assim o termo técnico e depois permitir também aqui como é visível já na seriação que é pública uma renovação, porque dá-se assim a oportunidade não só de poder eventualmente validar iniciativas que já são hoje emblemas da cidade, estou-me a lembrar por exemplo os Jardins Efémeros ou do Festival de Jazz e outros, mas ao mesmo tempo trazer iniciativas novas que podem ser desenvolvidas. Dizer também ao Senhor Deputado António Vicente que do ponto de vista da política cultural da câmara há uma coisa que a câmara não subsidiará, é os jogos de sueca e os bares, isso não subsidiaremos através da cultura, até podemos eventualmente nalgum momento ajudar alguma associação cultural e recreativa a melhorar as suas instalações, agora no âmbito do apoio à cultura, a filosofia que a autarquia tem seguido é comprar espetáculos. Quem produz é apoiado, quem não produz não é, o que não quer dizer que um evento desenvolvido por uma entidade não possa ser apoiado e quero-lhe dizer que efetivamente temos apoiado muitas instituições, agora, apoiamos projetos concretos, não faz sentido nenhum estar a atribuir um subsídio de um determinado montante anual à associação A, B ou C se ela não tiver atividade e se não apresentar projetos concretos que efetivamente possam ser apoiados, e vamos continuar a fazê-lo assim. Queria também referir que o Viseu Natal, Sonho Tradicional na sua segunda edição teve este ano o envolvimento das 25 freguesias, foram mais de 50 iniciativas e de facto, como eu já o disse, a nossa cidade de Viseu, “A Melhor Cidade para Viver”, foi também a Cidade Luz durante este período de Natal e com um envolvimento muito forte dos vários parceiros. Referir também em

relação ao Museu Grão Vasco o seguinte: Congratulo-me obviamente que haja unanimidade em relação a esta matéria, mal parecia que o não fosse, mas quero-vos dizer que este é um assunto que está a ser tratado por mim, pela Senhora Vereadora da Cultura e pelo Senhor Diretor do Museu, desde há um ano atrás, portanto, este assunto já tem um ano e pouco, se alguns acordaram para ele agora, nós já andamos a tratar disto há muito tempo, já são muitas as reuniões, já tive pelo menos três reuniões com o Senhor Secretário de Estado da Cultura em que um dos pontos da agenda foi exatamente este, ao mesmo tempo, falou-se aqui do Centenário do Museu Grão Vasco, esteja a Senhora Deputada descansada porque efetivamente até já há uma Comissão de Honra presidida até pelo Senhor Presidente da República a que eu também tive muito gosto de aderir já existe um pré-programa, felizmente que temos um bom Diretor do Museu, e existe uma excelente articulação entre as várias instituições culturais, em boa hora nós criamos o Fórum Viseu Cultura que nos tem permitido exatamente fazer a concertação entre os vários atores no nosso território, e em bom momento também no Conselho Estratégico de Viseu chamámos o Museu Grão Vasco como uma das entidades que está no Conselho Estratégico, porque o consideramos uma âncora da nossa Cidade-Região. Este foi um tema tratado por vários Senhores Deputados, o Deputado João Cotta também falou sobre o assunto e outros Senhores Deputados também falaram, o que eu quero dizer é que efetivamente ainda bem que atingimos este resultado, porque nisto não havia só um caminho, havia vários caminhos que podiam ser tomados, o município podia ter equacionado a hipótese de dentro do projeto de descentralização entender que podia ser mais adequado que o Museu Grão Vasco passasse a ser municipal, podia ter enveredado por esse caminho, a verdade é que nunca o fez, desde a primeira hora que entendeu que a classificação do Museu Grão Vasco como Museu Nacional, também era uma questão de justiça e o Museu Grão Vasco é classificado ou será classificado formalmente como Museu Nacional por muitas razões e ainda bem que é exatamente na véspera do seu Centenário, porque acho que é uma excelente prenda que podemos dar ao Museu Grão Vasco e no caso concreto Viseu passa a jogar na primeira liga, em bom rigor só existiam dois museus, que era o Soares dos Reis no Porto e o Machado de Castro em Coimbra que eram nacionais, e Viseu passa a ter o terceiro fora de Lisboa como Museu Nacional, e porque é que é classificado? Porque de facto temos os tesouros nacionais reconhecidos que são, temos o museu que temos, não é indiferente o facto de ter as instalações que tem e também não é indiferente ter a equipa. Senhora Deputada, fique sabendo que o Museu Grão Vasco tem vinte e duas pessoas, vinte e dois efetivos ao seu serviço, das quais cinco pessoas na área da Museologia e História de Arte, portanto, também não é indiferente na classificação do museu o facto de ter um quadro de pessoas qualificadas para desenvolver a atividade do museu enquanto nacional. Portanto, só para lhe estabelecer um termo comparativo, tem mais pessoas o Museu Grão Vasco do que a Rede Municipal de Museus, portanto para fazer um termo comparativo, porque há sempre esta tendência facilitista de vir falar no reforço de recursos, olhe, nunca ouvi o Senhor Diretor do Museu Grão Vasco queixar-se de insuficiência de recursos e a verdade é que o Museu funciona bem com as pessoas que lá estão e tem esse pessoal qualificado, e que já agora a Senhora Deputada fica com esta informação para numa próxima intervenção, já passa a ter mais esta informação. Portanto, penso que foi um bom passo que demos, e realçar aqui, que enfim, com tantos elogios do Partido Socialista, ainda me atrevo a tê-los a subscrever a minha recandidatura daqui a dois anos e meio, porque de facto hoje fiquei deveras surpreendido e tenho ficado com estes elogios que fazem, e sobretudo com a permanente tentativa de assumirem a paternidade daquilo que é o trabalho da câmara, é muito bom sinal. Se de facto o maior partido da oposição no concelho vem assumir a paternidade de muitas opções de fundo que a câmara vai tomando, é muito bom sinal, é sinal que estamos no bom caminho e que estamos a interpretar bem aquilo que é o sentir da globalidade, até porque estamos a governar para as cem mil pessoas do nosso concelho, portanto, também estamos a governar para os

Senhores Deputados do Partido Socialista. Portanto, folgo muito em vê-los a assumirem a agenda da câmara como a sua própria agenda, é um bom princípio sem sombra de dúvidas. Portanto, o Senhor Deputado Alberto Ascensão também se referiu a esta situação e já agora referir aqui, esta é tal articulação em rede. Repare, quando nós falamos de uma nova forma de governação da nossa cidade região e do nosso concelho, é exatamente isto, o facto de nós termos um Conselho Estratégico onde as várias políticas são concertadas entre os vários atores, o facto de termos um fórum para a cultura, onde os principais agentes culturais acabam por fazer um trabalho conjunto, dá estes resultados se cada um estivesse a trabalhar para seu lado seguramente que isto não aconteceria. O Senhor Deputado Pedro Osório veio falar de um projeto que me é muito caro, pelo qual tenho mesmo muito carinho, que é o Bairro da Cadeia, foi um dos compromissos eleitorais que assumi, com enfim, com racionalidade mas também com a emotividade da minha ligação ao Bairro da Cadeia que conhecem. Portanto, mesmo quando alguém vem tentar introduzir ruído na relação da autarquia com a solução que adotou para o Bairro da Cadeia e na relação designadamente com os moradores, a relação é tão sólida que não conseguem introduzir ruído nem colocar aqui qualquer sentimento de diferença ou mesmo de antagonismo com os habitantes daquele Bairro porque nós tomámos conscientemente a opção de não demolir, de não continuar com o projeto anterior de demolição do Bairro, e fizemo-lo com convicção, fizemo-lo também com igual convicção a classificação como património de interesse municipal, e saúdo o facto de ter sido uma aprovação unânime no executivo municipal. Portanto, nós temos seguido um caminho, temos consciência da importância deste Bairro e honramos a palavra dada, nós dissemos às pessoas desde início que, mesmo a passagem para o edifício que está praticamente concluído só seria feita para quem quisesse efetivamente fazer a passagem, portanto, não haverá ninguém que seja obrigado a fazer a sua passagem para o edifício novo, que fique bem claro, e por outro lado referir também que o próprio orçamento participativo veio dar razão, 25% dos votos do orçamento participativo foram para projetos que tinham a ver com o Bairro da Cadeia. Portanto, se mais razão não tivéssemos a própria votação do orçamento participativo veio dar razão em relação à opção que o município fez e portanto, o processo também está em curso e queria também referir, está nas minhas informações que contamos poder intervencionar oito casas no âmbito desta operação do orçamento participativo e já está o contrato programa assinado com a SRU e com a Habisolvis no sentido de avançarem para o terreno, já agora referir que esta não é a única classificação que fizemos, ainda há dias fizemos também a classificação da Casa da Ribeira, convém não esquecer e estamos aí, a Senhora Vereadora está a fazer um trabalho muito aprofundado no domínio da classificação dos imóveis. Portanto, a questão do Bairro da Cadeia será seguramente também um projeto, e estamos também a ver o enquadramento no próximo quadro comunitário de apoio, mas seguramente que vamos manter a sua pureza de um projeto de combate à pobreza, portanto uma reabilitação do bairro, no fundo levando à sua pureza o original mantendo-o como um projeto de combate à pobreza e ao mesmo tempo com uma vertente cultural, portanto, serão estas duas balizas do projeto que vai ser desenvolvido e que está a ser desenvolvido para o Bairro da Cadeia. Em relação à questão aqui levantada, não me vou pronunciar muito sobre ela, mas queria realçar aqui o orgulho que temos no nosso Hospital de Viseu, eu acho que é uma das âncoras do nosso concelho e é uma clara mais-valia do ponto de vista daquilo que temos em Viseu, mas queria também referir, digamos que, as valências na saúde que hoje o nosso concelho ou que a nossa cidade região tem, aferem-se por vários fatores, aferem-se pelo seu hospital, aferem-se pelas várias unidades existentes privadas, pelo desenvolvimento que a Casa de Saúde está a ter e vai ter e também pela construção do novo Hospital da CUF que vem ser também uma mais-valia aqui para a nossa região. Eu tenho mantido várias reuniões com o Senhor Ministro da Saúde e designadamente com o Senhor Secretário de Estado Leal da Costa onde invariavelmente há temas que temos vindo a tratar, a questão da radioterapia, eu não

tenho nada a mesma percepção, eu quero é a radioterapia em Viseu, não estou nada preocupado se é pública ou privada eu quero é que esse serviço esteja a ser prestado o mais rapidamente possível na proximidade dos cidadãos, e não estou nada preocupado se ele fica no hospital ou se é uma concessão, porque o que eu quero é o serviço na proximidade para quer efetivamente as pessoas não andem a caminhar para Coimbra todos os dias para fazer os seu tratamentos. Portanto, aí tenho uma posição bastante diferente e aquilo que eu tenho reivindicado junto do Governo é que, crie-se o serviço de radioterapia seja pela via da criação no hospital ou seja pela via de abrir a instalação a privados em Viseu, não tenho nenhum preconceito em relação a isso. De referir também que obviamente a questão da amplidão das urgências também tem sido um tema sempre debatido com a saúde, assim como a nossa Unidade de Saúde Familiar no Centro Histórico e referir que o próprio município muitas vezes não pergunta se é ou não da sua competência, foi aqui referido os acessos às urgências, que foi exatamente um trabalho da câmara, foi, disponibilizámo-nos, encontrámos a solução através de um protocolo com a Casa do Pessoal do Hospital de S. Teotónio que está neste momento em fase de ser adjudicada, portanto, o acesso direto às urgências será pago pela autarquia através de um protocolo com a Casa do Pessoal do Hospital de S. Teotónio. Obviamente que me associo à questão do Dia Internacional da Mulher e à Saudação que aqui foi feita e sou dos que pugno por uma posição de igualdade plena das mulheres designadamente na participação pública e lamento que não haja mais mulheres envolvida, que não haja mais mulheres Presidentes de Junta, mulheres Presidentes de Câmara, acho que de facto o papel da mulher é um papel extremamente relevante numa lógica de total igualdade na sociedade portuguesa. Senhor Presidente da Junta de Bodiosa, meu caro amigo Rui Ferreira, veio aqui realçar o facto da relação da autarquia, do executivo com as Juntas de Freguesia. Estão aqui os 25 Senhores Presidentes de Junta com quem tenho o gosto de me relacionar diariamente e tenho vindo a fazer uma volta a todas as freguesias para assinar os contratos de delegação de competências, e há uma coisa que me dá um particular prazer, é passar por cada uma das freguesias e ouvir cada um dos Senhores Presidentes de Junta, mesmo os que não foram eleitos pelo meu partido a elogiarem a boa relação existente entre a autarquia e a igualdade de tratamento é extremamente importante, nós governamos para as 25 freguesias do nosso concelho e os Senhores Presidentes de Junta que não foram eleitos pelas listas do PSD são os primeiros, ainda ontem estive a visitar duas freguesias onde tive de facto o privilégio de ouvir os Senhores Presidentes de Junta a enaltecerem e referirem ao mesmo tempo a relação de transparência que existe, porque desde os protocolos de delegação e competências que no fundo dão autonomia aos Senhores Presidentes de Junta para atuarem na proximidade e desta convicção que tenho de que o que é feito na proximidade é sempre muito mais bem feito, até à cedência de materiais, só no ano passado foram de 300 mil euros que nós cedemos de materiais para as juntas, feitas as contas isto significa um milhão e meio de euros de investimento, porque de facto os materiais somados a projetos à mão-de-obra e a tudo isso, significa que é possível atuar com mais rapidez em pequenas obras em cada uma das freguesias e são já centenas de obras de são feitas ao abrigo da cedência de materiais, para além da negociação que fizemos porque procurámos com cada freguesia ir encontrar com os planos de desenvolvimento para cada uma delas e desenvolver agora uma estratégia para cada uma das freguesias porque elas são diferentes e têm estratégias diferentes. Queria também já agora realçar a vinda aqui do Senhor Presidente da Junta de Santos Evos que veio e muito bem, a história que contou é uma história muito bonita, porque é uma história que todos os Senhores Presidentes de Junta que aqui estão podiam contar histórias do bom trabalho que têm vindo a fazer no terreno, e o Fernando Rodrigues contou muito bem toda esta história que leva inclusivamente, enfim, a hoje haver na Freguesia de Santos Evos fatores de diferenciação como existe também noutras freguesias, é assim que se faz e que se valoriza o território, já agora dizer que em relação aos fornos comunitários, de facto eles

são comunitários, não é preciso ser convidado para ir lá, convém é levar a farinha e as coisas porque enfim, eu acho que o Fernando não vai disponibilizar a matéria-prima, eu posso-vos dizer que o pão que comi feito lá no forno foi de facto um pão de grande qualidade e portanto, aconselho vivamente a utilizarem o forno e realço também aqui a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Santos Evos que fez e muito bem vir aqui enaltecer o trabalho que está a fazer e quando temos trabalho para mostrar, não devemos ter qualquer receio de o enaltecer. O Senhor Presidente da Junta de Bodiosa, falou também na Atividade Sénior é também uma atividade pela qual eu tenho um particular carinho e é também com orgulho, aliás, questionava aqui o Senhor Vereador do Desporto, falta só S. Pedro de France, mas sabemos que o grupo está praticamente constituído, portanto podemos afirmar já que vamos ter as 25 freguesias envolvidas na Atividade Sénior e mais de dois mil séniores envolvidos nesta mesma atividade. Deputado Carlos Vieira, em relação à questão do IP3, não tenho muito mais a acrescentar do que aquilo que tenho dito, há uma garantia que o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas me deu, é que não tomará nenhuma decisão sem falar com os principais responsáveis, portanto seguramente que não tomará nenhuma decisão sem falar com o Presidente da Câmara de Viseu, estou convicto disso, por outro lado também já o disse em várias ocasiões de que quando foi em 12 de dezembro publicado pela Estradas de Portugal aquele que seria o plano de investimentos da rede de mobilidade rodoviária, fiz vários comentários, realcei a existência de uma verba para a melhoria do traçado do antigo IP5, portanto na parte que passa junto a Viseu, e que tinha sido uma área em que tínhamos vindo a trabalhar, portanto, entre o nó da Boa Aldeia e Barbeita, é extremamente útil, estamos também a trabalhar com as Estradas de Portugal no sentido da desclassificação, é muito importante desclassificar aquele troço do IP5 para nos dar uma maior acessibilidade às várias freguesias que estão à volta do IP5, congratulei-me também pelo facto de haver uma verba destinada à ligação Viseu/Sátão que terá sempre de resultar de um entendimento entre a Câmara de Viseu, a Câmara do Sátão, a CCDR e a Estradas de Portugal, são estes quatro atores que vão ter um papel relevante quando efetivamente hoje nos fundos comunitários deixaram de ser elegíveis as estradas, assim como me congratulei pelo facto de existir um valor determinado para o investimento na autoestrada, não deixando de defender que não podemos ter uma autoestrada às pinguinhas, foi exatamente a expressão que eu utilizei e que pelos vistos já repetido por outros e que nós não queremos de facto ficar cercados por portagens em Viseu, por outro lado veio agora recentemente ao debate esta questão do IC12 e eu quero dizer que mantenho a coerência com tudo aquilo que sempre disse, enquanto Deputado sempre defendi que devia ser concluído o IC12, mas a conclusão do IC12 não tem nada a ver com a ligação Viseu-Coimbra, são coisas completamente distintas, portanto, que fique bem claro, a ligação Viseu Coimbra é a continuidade da A24 em direção a Sul, portanto, que não venhamos para aqui baralhar as coisas que são coisas distintas. Se o Governo entender fazer a conclusão do IC12, tem obviamente o meu apoio como sempre teve, fiz vários requerimentos sobre essa matéria e questionei vários Governos de diferentes cores políticas sobre essa matéria, agora, não vamos confundir as coisas e folgo que haja aqui também uma unanimidade de pontos de vista em relação a esta matéria. Já em relação à descentralização Senhor Deputado Carlos Vieira, deixe-me dizer-lhe o seguinte, eu acho que o Governo tem estado bem, ao contrário do que disse, na Associação Nacional dos Municípios, tem havido um debate muito intenso sobre esta questão da descentralização e o Governo fez bem em aprovar o diploma que aprovou, porque se era uma promessa eleitoral, está a cumprir a promessa eleitoral, dentro da Associação Nacional dos Municípios isso é público, há duas perspetivas de olhar para este assunto e elas foram bem claras e por outro lado já agora referir, há vários municípios do Partido Socialista a negociarem com o Governo designadamente no setor da educação, que fique bem claro isso, no caso de Viseu também quero-vos deixar tranquilos, nós, a única opção que fizemos

foi no domínio do Programa Aproximar. No domínio do Programa Aproximar, estamos a trabalhar de uma forma muito intensa com o Governo para aproximar dos cidadãos alguns serviços da Administração Central designadamente utilizando infraestruturas do município, agora, no domínio municipal e respondo aqui também à Senhora Deputada Lúcia Silva, eu acho que o passo que foi dado está à vista, o facto das autarquias e no caso concreto da autarquia de Viseu, nós podemos falar por nós, a boa articulação que nós fazemos no Conselho Municipal de Educação, que vai realizar-se mais uma reunião no próximo dia cinco, a boa articulação que fazemos com os agrupamentos e com as diferentes escolas do nosso concelho, permitem-nos hoje estarmos a funcionar num clima de paz, de grande diálogo com as diferentes instituições e de grande responsabilidade. Se não estivesse na órbita da autarquia as suas competências do ponto do vista do ensino pré-escolar e do ensino básico, provavelmente não tinha as coisas a funcionar com esta normalidade nem teriam os equipamentos escolares em tão bom estado como eles estão, mesmo esta articulação que nós fazemos com as Juntas de Freguesia, as pequenas reparações são feitas na hora quando elas são necessárias, portanto, eu acho que tem mérito este modelo e acho que deve ser aprofundado, mas, tem que ser aprofundado de uma forma consciente, Viseu não está, e isso que fique bem claro, aliás, tive inclusivamente já duas ou três pessoas que me pediram audiências para falar sobre a municipalização da educação, esse problema não se coloca em Viseu, em Viseu estamos bem como estamos e vamos continuar a estar, portanto, vamos continuar a trabalhar exatamente com o modelo que temos neste momento no terreno, porque se ele está a funcionar, não faz sentido estar a mudá-lo, mas não ponho fora de hipótese também com toda a transparência o deixo bem presente que se o Governo quiser negociar com o município de Viseu, a gestão das infraestruturas escolares nós estamos disponíveis para assumir desde que haja o envelope financeiro, porque um dos fatores negativos da passagem de competências para as autarquias no ensino pré-escolar e no ensino básico, é que de facto nós hoje temos um défice muito profundo, nós gastamos um milhão e meio, aliás, o concurso que foi aprovado de refeições, estamos a falar de um milhão e meio, de transportes escolares estamos a falar de um milhão de euros, para além de toda a manutenção de escolas, do aquecimento, etc., etc., etc. Portanto, é um investimento muito forte que o município faz no capítulo da educação e o que eu lhe quero dizer é que, nós estamos disponíveis para aprofundar o modelo que estamos a desenvolver que é um modelo ganhador e se é um modelo ganhador vamos continuar a desenvolvê-lo, e também quero deixá-los tranquilos que do ponto de vista da descentralização, elogiando a atividade do Governo, acho que o Governo fez muito bem em avançar com a aprovação do diploma, acho que fez muito bem em estar a negociar, até porque em última análise o Governo só negocia com os municípios que quiserem negociar, em última análise se os municípios não quiserem e acho que este é que é o modelo correto, não quiserem assumir, mas há municípios, inclusivamente Socialistas que disseram ao Governo, nós queremos ficar a gerir toda a componente educativa no nosso município, é uma opção desse município, não é a opção de Viseu, fiquem também tranquilos sobre essa matéria e que fique bem claro qual é a nossa posição sobre esta matéria. Por fim, também associar-me ao Voto de Louvor que a Senhora Deputada Elsa Lemos trouxe, de facto a Papelaria Costa é um bom exemplo do bom comércio da nossa cidade e portanto, é justo realçarmos os bons exemplos e portanto associo-me e seguramente que fiquei satisfeito até que trouxesse o assunto aqui, eu não tive a oportunidade de me associar nesse dia porque não estava, estava em reuniões em Lisboa, mas o Senhor Vice-Presidente estava a representar o município na celebração do centenário e é muito bom ver como, enfim, o bom comércio persiste e temos orgulho de ter em Viseu atividades centenárias. Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são as observações que me ocorrem fazer sobre o Período de Antes da Ordem do Dia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu só

vou referir duas preocupações que foram aqui levantadas pelo Senhor Presidente, e que não posso deixar de dar resposta. Em primeiro lugar dizer ao Senhor Presidente que os cumprimentos de horários esta Assembleia pugna por eles, outra coisa que eu penso que é diferente foi os desvios regimentais, e como é óbvio tem havido da parte de todos os Grupos Municipais uma grande abertura no sentido quer no aspeto voluntário, quer no aspeto de após as Assembleias se analisarem eventuais desvios que cada Grupo Municipal teve e fazer-se uma aproximação aquilo que está no regimento. Outra situação que é diferente, e aqui entramos no domínio da tolerância democrática, outra situação que é diferente é que controlar a participação e o debate dos Deputados e a discussão que deve ser viva de cada matéria, aí a Mesa entende ter a máxima tolerância democrática em relação a essa discussão, isto é a Casa da Democracia e por isso, muitas vezes esse é o debate que nós não podemos em circunstância alguma da parte da Mesa terá a mesma tolerância democrática que tem com os Senhores Deputados que também têm tido sempre com o Senhor Presidente da Câmara. Por isso, são domínios diferentes, um é o domínio do cumprimento das regras regimentais que é uma obrigação de todos fazer esse esforço, outra é a tolerância democrática no debate que tem que existir e na discussão das diversas matérias. Outra situação, outra preocupação que o Senhor Presidente da Câmara teve e que nós certamente teremos, o combate cívico que deve ser e que foi exprimido da parte de todos, o combate cívico em termos da corrupção, deve ser sempre abordado, em nossa perspetiva, deve ser sempre abordado pela positiva mas partindo sempre da consciência do problema e para o discutir, valorizando a vida política, a dedicação ao bem comum, mas, a atividade política e a valorização da atividade política passa sempre também por separar “o trigo do joio” e por isso também esse contributo, acho que o devemos ter porque estamos no domínio daquilo que nós consideramos a decência pública e penso que o combate sem tréguas que deve existir à corrupção é também de todos um sinal de grande respeito pelos sacrifícios que os portugueses têm feito, é nesse domínio e nesse enquadramento e por isso de certeza que todos se for essa a vontade da parte da Assembleia essa discussão vai ser tida e o Senhor Presidente esteja garantido que vai ser tida sempre no domínio da positiva e pela positiva e valorizando sempre a atividade política. Iriamos então agora, ou suspendíamos, recomeçando logo às duas horas ou entrávamos no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. Dava a palavra ao Senhor Presidente para o primeiro ponto da Ordem de trabalhos.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Renovo os meus cumprimentos a todos os presentes e deixar bem patente ao Senhor Presidente da Assembleia que o Presidente da Câmara e todo o Executivo estão disponíveis para fazer o número de reuniões de Assembleias Municipais que se entenderem, para discutir os temas que entenderem, com as horas que forem necessárias. A lógica da democracia participativa que eu defendo, é exatamente uma lógica de participação genuína, não é de faz de contas, portanto, se me interpretou de outra forma, não interprete, a única coisa que mexe um pouco com o meu sistema nervoso é o não cumprimento de horários, isso mexe mesmo com o meu sistema nervoso porque sou muito rigoroso nos meus horários e acho que vinte minutos depois da hora marcada é exagerado, do ponto de vista de uma reunião. Aliás, os Senhores Vereadores em todas as reuniões de Câmara, começamos exatamente às nove e meia, aliás, quando o relógio marca 9 e 30, nós começamos, porque também é uma maneira, mesmo nas públicas que fizemos como foi no caso da Freguesia do Campo, também darmos um sinal aos nossos cidadãos do rigor que colocamos no exercício da nossa atividade política, eu acho que é um bom exemplo que damos às pessoas, aliás, os Senhores Presidentes de Junta hoje, todos eles sabem que à hora que marcamos a não ser que haja às vezes um imprevisto que pode acontecer a qualquer um, mas é só isso Senhor Presidente, de resto, eu estou cá para o debate, seja ele, se for preciso o dia inteiro até à meia-noite, não se preocupe. Queria então no âmbito da informação do Presidente da Câmara, irei utilizar o procedimento que já tinha acordado, não vou ler a

minha intervenção até porque ela já foi disponibilizada aos Grupos Municipais, vou realçar alguns aspetos desta minha intervenção no sentido até de poupar algum tempo. Queria começar por realçar o Orçamento Participativo, já me referi a ele nas perguntas, eu acho que foi de facto um marco muito positivo e construtivo na história da democracia local, e o anúncio do projeto vencedor que ocorreu no dia 14 de janeiro, foi de facto um grande momento, foi o primeiro investimento da democracia participativa de Viseu e portanto, desse ponto de vista gostava de o realçar. Gostava também de realçar as 72 boas ideias que apareceram, os 51 projetos que foram submetidos a votação, o facto de terem existido 3271 votos registados, que foram feitos em assembleias presenciais e também em plataformas eletrónicas e gostava também de dizer que acho que todos ganhámos com esta experiência e sobretudo a qualidade da nossa democracia. Gostava também de referir aqui que o facto de ter sido a “Recuperação dos telhados, portas e janelas” do Bairro Municipal, para mim teve um significado muito especial do ponto de vista afetivo embora existissem muitos mais projetos que podiam ter sido ganhadores. Queria também referir que como sabem, isso também já é público, a autarquia aderiu a uma associação, à Associação IN LOCO, que é promotora com a Fundação Calouste Gulbenkian do projeto “Portugal Participa”, e nós manifestámos a nossa disponibilidade e interesse de sermos membros fundadores desta Rede Portuguesa das Autarquias Participativas e quero também referir que o nosso Programa Viseu Participa, onde está incluído o Orçamento Participativo, mas também toda a lógica participativa do município, ainda recentemente o candidatámos a uma boa prática do ponto de vista de um concurso nacional, não sei se seremos contemplados ou não, mas entendemos que a prática que tínhamos justificava a apresentação dessa candidatura e portanto, dizer também que Viseu com esta adesão a esta renda, faz parte dos 30 municípios aderentes a esta rede de municípios que apostam neste tipo de iniciativas. Quero também deixar já bem presente que o segundo Orçamento Participativo já está a ser preparado, aliás já tem data marcada para ser apresentado e só vão ser abrangidas as 24 freguesias periurbanas e rurais, vou ter uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta para a qual os vou convidar exatamente para prepararmos com calma toda esta lógica participativa das diferentes freguesias e também com a duplicação do valor que já tínhamos falado. Portanto, vamos realizar o seu lançamento já no mês de março, desta vez bastante mais cedo até porque já temos meio percurso feito. Queria também realçar aqui o facto que já realcei há pouco, da reclassificação Bairro Municipal como Património de Interesse Municipal e portanto, não me vou prender muito em relação a essa matéria, porque já falei sobre ela, e realçar também o facto de o Bairro também estar envolvido na candidatura que apresentámos, a uma candidatura de “Desenvolvimento Local de Base Comunitária” (DLBC) que batizámos de VISSAIUM 21, que no fundo é uma candidatura virada para política local para a inclusão social, o combate à pobreza, a empregabilidade e o empreendedorismo social, estão vinte entidades envolvidas nesta candidatura e com uma inovação, é que não é o município que vai coordenar a implantação desta candidatura se ela for vencedora, será uma das entidades, no caso concreto o CERV e portanto, são dinâmicas novas que foi impulsionada pelo município mas não será o município a coordenar, cada uma destas vinte entidades vai ter, digamos, um programa específico que irá desenvolver numa lógica de rede. Sobre o Bairro ficaria por aqui. Em relação à agenda económica gostava também de realçar durante este período e às vezes é difícil selecionar as temáticas que trago aqui ao ponto de informações até pela dinâmica que temos procurado imprimir à governação municipal, mas não queria deixar de referir o lançamento do “Viseu Rural”, vamos ter um momento próprio aqui na Assembleia, solicitei ao Senhor Presidente que o agendasse, podendo ser somente aprovado no âmbito do executivo, entendi que sendo uma estratégia estruturante do nosso concelho, faria todo o sentido que o debate fosse alargado à Assembleia Municipal como o espaço de maior participação dos representantes eleitos. Queria também referir que Viseu teve um lançamento nacional dos programas do Portugal 2020, acho que é um fator que

nos deve também no fundo orgulhar, Viseu ter sido escolhido para lançar não só o Centro 2020 mas todos os programas sectoriais a nível nacional, obviamente que aqui não terá sido despreciando o facto de ter sido eu que no Governo iniciei a negociação com a Comissão Europeia, e provavelmente os próprios membros do Governo responsáveis quiseram de alguma maneira, enfim, ter esta deferência para com o Presidente da Câmara e para com a Cidade de Viseu, foram mais 1000 pessoas que participaram neste evento e tivemos 10 membros do Governo em Viseu durante esses dias. Obviamente que tendo a possibilidade de usar da palavra, como tive na sessão de abertura, não deixei de elogiar o que tinha que ser elogiado mas também chamar a atenção a aspetos que estão a ser ainda programados neste quadro comunitário de apoio que me preocupam, designadamente o excesso de condicionantes em determinadas vertentes como a vertente da política de cidades que me preocupa, e noutros aspetos não deixei de o fazer também dessa forma, e já agora referir que os que não entendiam muitas vezes esta estratégia que estávamos a seguir, perceberão agora, ao lerem os objetivos do Portugal 2020 e a olharem para o programa Viseu Primeiro, para a estratégia do “Viseu Viva” para o “Viseu Educa”, para o “Viseu Investe” ou para “Viseu Rural”, vão chegar a uma conclusão, é que todos estes documentos estratégicos são um suporte para potenciais candidaturas ao Portugal 2020 e portanto, este também foi um trabalho intenso que fizemos neste último ano e pouco com as várias instituições da nossa sociedade e portanto, um trabalho que também não queria deixar de realçar aqui, para além da colaboração e do envolvimento que temos tido no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões na formatação da Intervenção Territorial Integrada, portanto, no fundo a contratualização que irá ser feita com a Comunidade Intermunicipal e já agora referir também que do ponto de vista urbano, Viseu também se assumirá como um organismo intermédio para a sua estratégia de desenvolvimento urbano onde está já o Viseu Viva como seu suporte estratégico para essa mesma intervenção. Gostava também de realçar o workshop que fizemos aqui no âmbito do nosso projeto do programa Viseu Investe o workshop que foi feito sobre “O que é que Viseu tem?” e realçar também que esta semana que vem vamos ter cá o Senhor Embaixador da Colômbia numa iniciativa conjunta com o Senhor Secretário de Estado da Cooperação, vamos ter também aí uma ação nacional com o AICEP sobre os novos sistemas de incentivos à internacionalização da economia enfim, continuando todo o trabalho que temos vindo a fazer no domínio do investimento. Só fazer o ponto de situação de que em menos de um ano o Gabinete do Investidor do município acompanhou 140 processos empresariais dos quais 115 estão concluídos e 80 deles com sucesso e significado para o concelho. Realçar também que no âmbito do Centro Histórico que é um dos três pilares do nosso programa de atuação, realçar que foi lançado já o concurso de ideias para a revitalização do Mercado 2 de Maio, preferimos chegar a um entendimento perfeito com a Ordem dos Arquitetos e ter a Ordem dos Arquitetos a dar-nos todo o suporte técnico nesta candidatura, às vezes é preferível não sermos apressados e darmos o tempo ao tempo para que as coisas se consigam fazer e portanto o lançamento do concurso foi feito exatamente com essa perspetiva. Foi igualmente lançado o concurso de construção exploração do primeiro Hostel de Viseu, portanto, são dois investimentos estruturantes que dão um impulso muito importante na execução do Plano Estratégico do Viseu Viva. Temos também posto grande ênfase na atribuição de apoios municipais para a reabilitação de fachadas como sabem o regulamento está em vigor até ao final de este ano exatamente para incentivarmos os proprietários a fazerem a reabilitação das suas fachadas quando é só esse o caso e gostava também de deixar aqui alguns números que nos estimulam muito. Desde o início de funções desta administração foram transacionados 45 edifícios no Centro Histórico, que acho que é um número já muito significativo e se fizermos a resenha histórica, em 2012 tinham sido apenas 6; em 2013, 13; em 2014, 28 e nos dois primeiros meses de 2015 quando eu escrevi esta intervenção eram 10 edifícios, hoje já são 12 edifícios transacionados, aliás ainda ontem, na Reunião de Câmara,

abordámos o exercício do direito de preferência, exercemos o direito de preferência num caso e deixámos de o exercer em mais três, portanto, para no fundo falar um pouco sobre como as coisas têm vindo a correr. Realçar também que em 2014, assistimos também a uma recuperação do urbanismo comercial, abriram 20 novas lojas no Centro Histórico, e só no domínio da autarquia estão em curso, ou em fase de arranque, cerca de 17 intervenções municipais de revitalização de edifícios e espaços públicos. Realço aqui as obras já em curso do Reabilitar para Arrendar que estão visíveis, também o contrato programa que celebrámos com a SRU para a futura sede das Águas de Viseu portanto num edifício na Rua do Comércio, o trabalho que temos vindo a desenvolver com a saúde para a feitura do projeto para a Unidade de Saúde Familiar na Rua das Bocas, na Casa das Bocas, o projeto de reabilitação também do Orfeão, enfim, uma série de opções que fizemos que são âncoras do próprio Centro Histórico e já agora realçar, porque sei que este tem sido um tema também abordado, que a passagem da Escola Mariana Seixas para o edifício da Rua Direita está em curso, agora a entidade está a fazer a sua negociação com a Direção Regional de Educação para que o edifício seja adaptado com as condições que são exigidas, acompanhado devidamente por o município e a garantia que eu tenho da parte da Direção da Escola é que entendem que faz mais sentido iniciar o funcionamento da escola na Rua Direita, no início do próximo ano escolar. Gostava também de referir que tivemos a visita do Senhor Ministro do Ambiente, foi uma visita extremamente importante, não só porque nos permitiu mostrar-lhe o andamento das obras da ETAR Viseu Sul e dos respetivos emissários, mas também nos permitiu, posso-vos dizer que é o investimento municipal de maior dimensão no âmbito do POVT, do programa que ainda está em curso para este aspeto, portanto, o investimento na altura em que isto foi escrito andaria em um pouco mais de 8 milhões, neste momento já nos estamos a aproximar muito dos 10 Milhões de obra nesta infraestrutura e contamos que ela em setembro de 2015 esteja concluída. Inaugurámos também a ETAR da Ponte do Farreco, que fica localizada num espaço rural e que servirá 3200 habitantes de 27 povoações de 3 freguesias e uniões de freguesia e representou neste caso concreto um investimento de 2,4 milhões de euros, financiados a 70% pelo Fundo de Coesão.-----

Sobre as ligações ferroviárias e a parte do IP3 também já me pronunciei sobre isso, e sobre as opções que foram feitas no plano de investimentos da Estradas de Portugal, não vou repetir aquilo que efetivamente já disse no período de respostas no Período de Antes da Ordem do Dia, portanto, vou passar à frente de uma boa parte da intervenção que versava esta matéria. Gostava também de realçar e na sequência até da resposta que dei à Senhora Deputada do Partido Comunista sobre o papel da mulher na sociedade, realçar que a violência doméstica também tem sido um tema ao qual o município tem dedicado uma especial atenção, um trabalho muitas vezes invisível porque este trabalho tem que ser invisível muitas vezes, não se pode apregoar o que se anda a fazer nesta matéria, mas posso-lhe dizer que em todas as situações que têm ocorrido, desde a atribuição de casas a mulheres vítimas de violência doméstica que têm ocorrido até ao acolhimento de vítimas que vão sendo feitas num protocolo existente com uma instituição do nosso concelho, esse trabalho tem sido feito e penso de uma forma exemplar reconhecido até pela rede do ponto de vista nacional. Gostava também de realçar que aderimos a um repto que nos foi lançado por o Jornal “i” lançou-nos o desafio de podermos perpetuar o nome de uma vítima de violência doméstica numa artéria da cidade. Aderimos com entusiasmo à situação até porque achamos que é uma forma de homenagear aquelas que foram vítimas de violência doméstica, já a identificamos na rede porque normalmente fazemos isto com a rede ligada ao setor, já identificámos um nome e estamos neste momento a falar com a família para obtermos obviamente as devidas autorizações, mas será também um momento muito importante de sensibilização para de facto combatermos de uma forma direta um flagelo que tem vindo a crescer e que não pode crescer de maneira nenhuma. Portanto, nesta área também do apoio social, gostava também de enfatizar que no âmbito

da solidariedade, ascende a quase um milhão de euros o investimento feito neste último ano. O apoio a instituições no âmbito da ação social em 2014 atingiu o montante de 250 mil euros muitas vezes substituímo-nos até ao Poder Central em alguns apoios que demos e realçar também que na área da deficiência e apoio a 5 instituições fizemos também um investimento de 41 mil euros.-----

Realçar também aqui um aspeto que ocorreu ainda antes de ontem, a Associação Hípica e Psicomotora de Viseu, quando esta informação foi escrita ainda isto não tinha acontecido, passou a ter já também uma sede, disponibilizamos uma escola, de facto este é um projeto muito interessante que está a ser desenvolvido no nosso concelho, até tem sido muito acarinhado pela comunicação social, desde quarta-feira na minha visita a Vil de Soito que assinámos um protocolo em que esta associação passou a utilizar a escola para o desenvolvimento da sua atividade e vai entrar também não só no domínio do apoio à deficiência mas também do apoio da atividade à terceira idade. Portanto, é de facto um projeto muito interessante que surgiu há pouco tempo mas que está a caminhar numa forma muito intensa. Já agora também deixar aqui um voto, acho que do âmbito do Portugal 2020 ter-se criado um programa operacional para a inclusão social, cria-nos aqui uma expectativa muito positiva, porque acho que é valorizar um setor extremamente importante e no fundo esperamos que isso se venha a traduzir em apoios específicos às nossas diferentes instituições. Referir também enfim, os nossos concertos solidários, as receitas foram para duas instituições ligadas à área da deficiência, portanto, a APPDA e à Associação de Paralisia Cerebral de Viseu e portanto, era também um aspeto que eu gostava de realçar. No âmbito do trabalho que temos vindo a fazer na educação, também gostava de realçar aqui a iniciativa da fruta escolar que avançou de uma forma bastante abrangente, são este ano a 3503 alunos, de 54 escolas, que são abrangidas por este programa que como sabem tem também depois o apoio do IFAP e que felizmente ganhou o concurso uma cooperativa aqui da nossa região o de não deixa de, sendo um concurso público, não podemos interferir, mas felizmente que foi uma entidade aqui da região.-----

A Atividade Sénior também já me referi a ela, é também um aspeto que relevo na minha intervenção, não deixando de destacar aqui um aspeto, em 2014 cerca de um terço dos participantes da Atividade Sénior foram isentos do pagamento, porque às vezes fica a ideia, algumas pessoas levantam a questão, obviamente que há um pagamento, cada pessoa que participa na Atividade Sénior paga um determinado montante, não é muito elevado até face ao benefício que tiram, mas cerca de um terço e estimamos que este ano possa ser o mesmo, das pessoas ficam isentas fruto da sua situação social e das dificuldades financeiras que possam ter. Realçar aqui também que a Atividade Sénior para além de tudo eu acho que é uma boa terapia sobretudo para a solidão, porque muitas pessoas são vítimas quando saem da vida ativa, portanto, eu acho que tem sido muito gratificante verificar como muitas pessoas, são mais de 2000 pessoas que estão envolvidas na Atividade Sénior valorizam, e nós também valorizamos. Portanto, os cem mil euros que aplicamos diretamente nesta iniciativa, consideramos que é um excelente investimento na qualidade de vida destas pessoas, por outro lado realçar que o estudo que foi feito, como sabem neste momento a Atividade Sénior também está a ter acompanhamento da escola Superior de Educação, acompanhamento médico, portanto, os nossos seniores são avaliados no início da atividade, a meio e no fim e temos já os indicadores, o estudo é também público numa autoavaliação, vou só destacar aqui dois indicadores, numa autoavaliação, 53% dos seniores inquiridos considerou estar “melhor” ou “muito melhor” de saúde, comparando com a sua situação no ano anterior, o que é de facto um resultado animador, e também a propensão para a queda nos seniores com mais de 60 anos diminuiu também de forma muito significativa. No início do programa 31% dos participantes estavam classificados nos grupos de alto e médio risco de queda e passou para 21% no final do programa, portanto, são indicadores relevantes deste estudo que foi feito sobre esta matéria. Gostava também de realçar nesta intervenção a aposta que temos feito na nossa cidade como

cidade vinhateira são bem visíveis e designadamente foi bem visível o Salão “ Vinhos de Inverno”, com cerca de 2500 pessoas a participarem de uma forma direta, 50 operadores, vamos com certeza continuar a desenvolver este programa e provando-se que o Solar do Vinho do Dão é claramente um excelente palco para este tipo de iniciativas e vamos continuar a apostar nesse aspeto. Gostava também de referir e sei que este é um tema que é muito caro a muitas pessoas que o procuram deturpar, que “confraria infanto-juvenil do Dão”, vai conhecer a luz do dia, aliás é uma iniciativa que está a ser desenvolvida designadamente com a Escola Superior Agrária e com várias instituições e que visa exatamente sensibilizar os mais pequenos para as questões ligadas à produção agrícola e o vinho é uma delas, assim como o pão será outra, como os legumes, e portanto, seguramente que este projeto, nós quando lançamos os projetos é porque entendemos que eles são úteis e vamos continuar, e seguramente dentro de poucos dias vão ter novidades com o lançamento deste projeto, juntamente com a Escola Superior de Educação de Viseu e com a Escola Superior Agrária de Viseu. Agora, obviamente quando as redações se fazem de uma forma infeliz, e quando a oposição tenta tirar partido de situações que não são reais, enfim, obviamente que não estamos aqui a procurar a pôr as crianças a beber vinho, nunca foi essa a intenção, mas sim sensibilizá-las para esta questão, e para o mundo rural que é extremamente importante.-----

Sobre o “Viseu Natal Sonho Tradicional” que é aí referido também não vou falar sobre isso porque já falei, no entanto não vou deixar de referir que neste momento muitas das atividades que estão a ser desenvolvidas pelo município até pela qualidade que apresentam, conseguem encontrar patrocínios nacionais diminuindo digamos assim o esforço do município que pretende aumentar a nossa ambição nesta matéria.-----

Refiro aí também o “Viseu Terceiro”, mas como já o falei também, gostava só de realçar que é uma metodologia vencedora nova, transparente, mobilizadora dos agentes culturais e de novos projetos e portanto, referir também a composição do Júri que é presidido pela Senhora Vereadora Cultura, constituído pelos Professores Dalila Rodrigues, Aires do Couto, Agostinho Ribeiro e Norberto Santos, portanto, é esta a equipa do Júri que tem estado a analisar e a ver designadamente nesta fase da audiência prévia. Um aspeto também que gostava de realçar é a modernização dos serviços municipais, está em curso uma verdadeira revolução silenciosa, o Viseu Net, não é nada mais, nada menos, do que uma revolução silenciosa, porque contamos até ao final do ano, nós neste momento já 15 serviços *online*, gostava de convidar os Senhores Deputados a irem ao site da Câmara e a fazerem o vosso registo mesmo que não tenham nenhum procedimento neste momento para tratar, porque o simples registo permite-vos passar a ter uma password de acesso a este serviço, já estão 15 procedimentos desmaterializados e até ao final do ano conto ter 177 procedimentos desmaterializados e na fase seguinte, vamos também junto das Juntas de Freguesia criar competências de apoio a pessoas que tenham menos competências de utilização das ferramentas informáticas, isto é de facto uma verdadeira revolução do ponto de vista da democratização do acesso e também da transparência, porque estes procedimentos tornam muito mais transparente o acesso aos serviços e obviamente a celeridade que daqui advirá, portanto, é claramente um aspeto onde estamos a trabalhar e portanto, o portal Net migrará para a Web, progressivamente, os tais 177 processos e serviços onde estão incluídos desde pedidos de licenças, autorizações, declarações e certidões, fiscalização municipal e gestão urbanística, é claramente também um grande salto que estamos a dar do ponto de vista autárquico com este programa de desmaterialização, que ira á casar depois com o Programa Aproximar, portanto, a negociação que eu à bocado referi que estamos a fazer com o Governo, vai permitir conjugar este esforço de simplificação dos procedimentos no município com alguns procedimentos de âmbito nacional que passarão assim a estar numa lógica de maior proximidade com os cidadão, mas brevemente vão ter novidades sobre esta matéria. Quero também referir que este processo que estamos a tratar, designadamente a criação

do Portal, é ainda feito ao abrigo deste QREN em vigor, portanto, ainda estamos a aproveitar as janelas deste quadro comunitário que ainda tem dinheiro e por isso vamos fazendo esse aproveitamento. Gostava também de realçar aqui um salto grande que se calhar não se aperceberam no domínio da educação, foi a plataforma Web para Educação que criámos e que já está disponibilizada e portanto, destinada aos encarregados de educação com crianças a frequentar o pré-escolar e alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, para que no fundo permita aos encarregados de educação terem um acompanhamento muito mais próximo e simples da vida escolar dos seus filhos, além de que permite também ao município passar a ter uma plataforma muito mais efetiva de controlo das refeições escolares, dos transportes escolares, enfim daquilo que são um maior rigor na fiscalização digamos assim, destes vários serviços. Gostava de realçar que este também foi um princípio, portanto, um desígnio que nos motivou desde o início e hoje os encarregados de educação já podem ter acesso a um conjunto de informação referente a refeições e lanches escolares, passando pelas ementas e por aí a fora, prolongamento de horários e ainda a consulta de saldos e pagamentos com referências multibanco ativas, portanto penso que é também um grande salto que demos do ponto de vista da plataforma educativa. Estas são algumas das informações que eu selecionei para prestar às Senhoras e aos Senhores Deputados, obviamente que estou completamente disponível para prestar estas ou outras que entendam como convenientes, aliás é este exatamente o ponto adequado para o poder fazer. Portanto, muito obrigado pela vossa atenção.-----

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015.-----

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados,-----
Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.*

1. Nesta prestação de contas regular da administração municipal, opto por destacar o facto de o início do ano de 2015 ter sido marcado, no Município de Viseu, pela conclusão bem-sucedida do 1º Orçamento Participativo de Viseu.-----

A 14 de janeiro, numa cerimónia pública muito participada nos Paços do Concelho, pusemos um marco positivo e construtivo na história da nossa democracia local, com o anúncio do projeto vencedor, agora primeiro investimento da democracia participativa de Viseu.-----

As 72 boas ideias que foram apresentadas no Orçamento Participativo, os 51 projetos que foram submetidos a votação e os 3271 votos registados, em assembleias presenciais e na plataforma eletrónica Viseu Participa, são sementes para uma democracia melhor em Viseu.

Aqui não há vencedores nem vencidos. Todos ganhámos com esta experiência – e sobretudo a qualidade da nossa democracia. Este Orçamento Participativo não é uma conquista da Câmara e da sua administração, não é uma conquista de ninguém, nem é tão pouco do projeto vencedor. É uma conquista da comunidade e da democracia local. Feita com o desígnio de aproximar os cidadãos da governação local. Sem fronteiras, sem preconceitos. Utilizando ferramentas inovadoras, desenvolvidas localmente. Este Orçamento Participativo é uma conquista em particular de todos cidadãos que participaram. Que apresentaram ideias, que se juntaram e debateram em assembleias, que se informaram e que votaram. Ao contrário da retórica do maldizer, participar dá trabalho!-----

O projeto que sai vencedor desta iniciativa foi o da “Recuperação dos telhados, portas e janelas das casas habitadas”, no Bairro Municipal de Viseu, com um orçamento de 75.000 euros, a totalidade do valor disponível. Estamos já a preparar a execução do projeto de modo a colocarmos esta obra no terreno, quanto antes.-----

A Viseu Novo e a Habisolvis estão responsáveis pela execução do projeto, com a garantia de auscultação e acompanhamento dos seus proponentes e dos moradores do Bairro Municipal.

Dei orientações para que a execução do projeto respeite os termos e os pressupostos do projeto vencedor, no limite do Orçamento disponível.-----

Pelos dados de que dispomos, estimam-se que venham a ser intervencionadas até 8 habitações, seguindo o critério social que já anunciei: o de serem selecionadas as habitações dos residentes mais idosos do bairro. Como disse na noite do anúncio dos projetos vencedores, “são os mais idosos que têm esperado mais por este dia”.-----

Desta experiência pioneira no concelho e na região fazemos uma aprendizagem para futuro. Estamos neste momento a realizar uma avaliação sobre os resultados, os canais e as metodologias de participação. Também por este motivo, tomei a iniciativa de manifestar à Associação IN LOCO, promotora com a Fundação Calouste Gulbenkian do projeto “Portugal Participa”, a disponibilidade e o interesse do Município de Viseu em ser membro fundador da Rede Portuguesa das Autarquias Participativas.-----

Viseu integra assim um conjunto de 30 municípios aderentes, contribuindo para a formação e o lançamento de uma rede informal, sem custos, que visa promover a disseminação e a qualidade de mecanismos de democracia participativa local, nomeadamente de orçamentos participativos, consultas públicas e processos de planeamento coletivo. Com este passo criamos melhores condições para evoluirmos positivamente neste domínio que constitui uma aposta do programa de governo concelhio “VISEU PRIMEIRO”.-----

O 2º Orçamento Participativo de Viseu está já a ser preparado com o dobro da verba. Na próxima edição alargaremos esta experiência às 24 freguesias que não foram abrangidas na 1ª edição. Levaremos às freguesias periurbanas e rurais o repto da participação!-----

Contamos realizar o seu lançamento já no próximo mês de março.-----

2. O resultado do 1º Orçamento Participativo de Viseu deixa uma marca indelével na cultura participativa da democracia local, mas confirma também que a decisão do Município em torno da preservação e reabilitação física, social e cultural do Bairro Municipal tem o acordo dos cidadãos. Se somarmos todos os votos registados em projetos participativos destinados ao Bairro Municipal, essa percentagem atinge a 25%.-----

O Bairro é um património arquitetónico, histórico, cultural e social de grande significado na cidade de Viseu. A sua revitalização constitui um compromisso assumido, também inscrito, de forma inequívoca, na estratégia urbana de “Desenvolvimento Local de Base Comunitária” (DLBC) VISSAIUM 21, candidata ao concurso de pré-qualificação do Portugal 2020 já a 13 de fevereiro, numa parceria institucional local muito alargada em torno de uma política local para a inclusão social, o combate à pobreza, a empregabilidade e o empreendedorismo social.-----

Estamos na expectativa dos meios de financiamento que serão abertas no PORTUGAL 2020 para a intervenção em áreas críticas e no combate à exclusão, meios esses que são indispensáveis para uma intervenção integrada e qualificante no Bairro Municipal, que o restitua quer à sua identidade arquitetónica e paisagística, quer à sua vocação primordial de habitação social de qualidade em contexto urbano, num ambiente social e cultural inclusivo e atrativo.-----

Por isto, não perdemos tempo em concluir e avançar com o processo de instrução da classificação do Bairro Municipal como “Património Municipal”, decisão que foi tomada no passado dia 12 de fevereiro pela Câmara Municipal.-----

A Câmara Municipal de Viseu classificou assim o “Bairro da Cadeia/ Bairro Municipal de Viseu” como “Património de Interesse Municipal”, num ato que faz justiça ao valor patrimonial, histórico e afetivo do Bairro e é mais uma garantia dada ao projeto da sua reabilitação.-----

Edificado entre 1946 e 1948, como “Bairro de Casas para Classes Pobres”, o Bairro Municipal de Viseu foi considerado pela Câmara como “um bem cultural relevante, material e imaterial, da cidade de Viseu e da sua história social do século XX, sendo simultaneamente um testemunho singular e significativo da arquitetura portuguesa no tempo do Estado Novo”.

A Câmara fundamentou ainda a sua decisão na importante dimensão humana e social do Bairro e da sua história.-----

O “Bairro da Cadeia / Bairro Municipal de Viseu” situa-se ainda de forma muito próxima do coração da cidade e do rio Pavia, a noroeste do Rossio, e da sua envolvente direta fazem parte uma escola primária e o Estabelecimento Prisional de Viseu (“Cadeia da Comarca”), também obras do Estado Novo que devem ser protegidas e valorizadas.-----

3. A agenda económica e de estímulo ao investimento no concelho constitui uma prioridade axial deste exercício e do programa “VISEU PRIMEIRO”.-----

Assim sucedeu também na transição de 2014 para o novo ano e nestes primeiros meses de 2015, período em que destaco a apresentação da proposta do programa “VISEU RURAL”, já debatida em sede do Conselho Estratégico do Presidente da Câmara e hoje aberta a consulta pública.-----

A apresentação do PORTUGAL 2020 na Região Centro acaba também de ter lugar em Viseu, a 20 de fevereiro. Não foi uma escolha accidental ou indiferente. Viseu assume hoje uma voz no plano regional e nacional e revê-se na prioridade estratégica dada à competitividade e internacionalização, à valorização do território e ao desenvolvimento regional, à qualificação das pessoas, ao emprego e à inclusão social.-----

Este foi um grande acontecimento, que juntou 1000 participantes e 10 membros do Governo de Portugal para apresentar os diversos programas e instrumentos de que a Região Centro, incluindo Viseu, irá beneficiar para apoiar investimentos públicos e privados nos próximos 7 anos.-----

Nessa ocasião, Viseu teve também uma voz para defender uma justa territorialização e descentralização dos programas e financiamentos deste novo ciclo de fundos estruturais. Foi por convicção de que o princípio sagrado da política de coesão comunitária, que privilegia o combate às assimetrias territoriais, deve ser respeitado e é uma condição sine qua non da competitividade. Batemo-nos pois para que as regiões menos desenvolvidas, que são também as que apresentam maior potencial económico e humano por concretizar, sejam o alvo prioritário das políticas e dos instrumentos, nomeadamente os territórios do Interior e das suas cidades médias.-----

Neste importante dossier para a cidade-região, pugnamos também para que os fundos estruturais do PORTUGAL 2020 sejam disponibilizados ao país real de forma simples, acessível, compreensível e sem um excesso de requisitos e condicionalidades que bloqueiem ou atrasem a realização de investimentos no desenvolvimento local, no apoio às PME e às economias regionais, na empregabilidade e nas qualificações, no combate à pobreza e na inclusão social, na política de cidades, na eficiência dos recursos e na valorização dos territórios.-----

Manifestámos pois as nossas preocupações de forma desassombrada e objetiva, nomeadamente no que respeita à regulamentação específica dos financiamentos, já que em matéria de prioridades há uma sintonia de estratégias entre o PORTUGAL 2020 e o programa VISEU PRIMEIRO e as estratégias locais “VISEU VIVA”, “VISEU EDUCA”, “VISEU INVESTE” e “VISEU RURAL”, sobre os quais tenho nesta sede prestado informações e esclarecimentos regulares e detalhados.-----

Também ao nível da formatação da Intervenção Territorial Integrada (ITI) da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões o Município se encontra a trabalhar, em conjunto com os demais municípios. Com base nesta ITI será desenvolvido um contrato de financiamento intermunicipal muito relevante para a região, tanto em matéria de desenvolvimento económico, como de empreendedorismo e formação, marketing territorial e capacitação institucional dos territórios.-----

Neste contexto – e atendendo à relevância estratégica de que se reveste a agenda económica para Viseu – pusemos em marcha um conjunto de iniciativas e encontros relacionados com o programa “VISEU INVESTE”. Colocar Viseu no mapa económico do país, na rota do

investimento e em parcerias para a internacionalização é um objetivo fundamental deste programa e da Administração Municipal.-----

Nesse contexto realizámos o 1º workshop “O que é que Viseu tem?” a 11 de dezembro de 2014, numa iniciativa com o Senhor Presidente da AICEP Portugal Global, Miguel Frasquilho.-----

Neste workshop foram apresentados casos recentes de empreendedorismo e investimento empresarial em Viseu, em diferentes áreas de negócio e com perspetivas de crescimento: a TOMIWORLD, a Só Sabão, a Coelho & Dias e a BizDirect. O Município apresentou ainda os instrumentos de apoio à economia e ao investimento que tem criados e já em pleno funcionamento. Nomeadamente, o sistema de incentivos locais ao investimento produtivo, os gabinetes de apoio ao investidor e ao agricultor e o Conselho Municipal da Diáspora.-----

A este propósito, cumpre-me informar que, em menos de um ano, o Gabinete do Investidor do Município acompanhou 140 processos empresariais, dos quais 115 estão concluídos e 80 deles com sucesso e significado para o concelho.-----

A política de estímulo ao investimento económico passa também pelo Centro Histórico de Viseu e pelo desígnio da sua revitalização.-----

Já este mês de Fevereiro o Município lançou o concurso público de ideias para a revitalização do Mercado 2 de Maio e para a construção-exploração do 1º Hostel de Viseu. São dois investimentos estruturantes e que dão um impulso muito importante na execução do Plano Estratégico “VISEU VIVA”.-----

Mas o Centro Histórico é hoje uma enorme oportunidade económica para a iniciativa privada e para investimentos particulares de reabilitação do edificado. Temos posto grande ênfase na atribuição de apoios municipais à reabilitação de fachadas assim como no acompanhamento de projetos de investimento neste que é o coração da cidade.-----

Desde o início de funções desta Administração, foram transacionados 45 edifícios no Centro Histórico. Em 2012 tinham sido apenas 6; em 2013 foram já 13; em 2014, 28 e nos dois primeiros meses de 2015 contam-se já 10 edifícios transacionados.-----

Em 2014, assistimos também a uma recuperação do urbanismo comercial: abriram 20 novas lojas no Centro Histórico! A imagem de um centro histórico apagado e abandonado, pouco atrativo e dinâmico, não é hoje apenas uma propaganda falsa como um retrato do passado que se vai desvanecendo cada vez mais.-----

Em curso, ou em fase de arranque, estão ainda 17 intervenções municipais de revitalização de edifícios e espaços públicos.-----

Espero que este novo ano nos traga um clima político e económico nacional favorável e que os fundos do Portugal 2020 não tardem para dar fôlego às dinâmicas que se podem criar na cidade e no concelho.-----

4. Temos conferido um acompanhamento de proximidade à execução do maior investimento local em curso: a construção da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) Viseu Sul e respetivos emissários.-----

Essa visita de acompanhamento foi realizada pelo Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e por responsáveis de gestão do Programa Operacional Valorização do Território e do Fundo de Coesão.-----

O andamento deste projeto, que servirá 90 dos 100 mil habitantes do concelho com o tratamento mais evoluído de águas residuais disponível, está hoje em velocidade de cruzeiro. O investimento já executado na construção da ETAR de Viseu Sul ascende a 8 milhões de euros. A infraestrutura estará pronta em setembro de 2015, assim acreditamos, beneficiando do financiamento comunitário contratualizado.-----

Aproveitamos a visita do Ministro do Ambiente para inaugurar a ETAR da Ponte do Farreco, que se encontra já em fase de testes operacionais. A ETAR, localizada numa zona de fundo rural e natural, servirá 3200 habitantes de 27 povoações de 3 freguesias e uniões de freguesia. Representou um investimento de 2,4 milhões de euros, financiados a 70% pelo Fundo de Coesão.-----

5. *É também a pensar nesta agenda económica que nos temos batido pelas infraestruturas de contexto como a ligação ferroviária Aveiro – Salamanca e a criação de uma alternativa de qualidade ao IP3, na nossa ligação a Sul. Fizemo-lo uma vez mais no evento de lançamento do PORTUGAL 2020 na Região Centro, em Viseu, a 20 de fevereiro, perante vários membros do Governo e autoridades nacionais.*-----

O anúncio do Governo em dezembro passado, através das Estradas de Portugal, de construção de uma nova ligação de Viseu ao Satão, é também neste contexto positiva e bem-vinda. Permitirá eliminar constrangimentos de mobilidade económica e potenciar bolsas industriais.-----

Com efeito, as Estradas de Portugal publicaram o plano de investimentos na rede de mobilidade rodoviária nacional de 2015 a 2020, quer na vertente dos investimentos estruturantes, quer na vertente das infraestruturas de proximidade. Congratulei-me pelo facto de nestes planos terem sido assumidos investimentos que são estratégicos para o desenvolvimento e a mobilidade económica de Viseu, enquanto concelho e enquanto região.-- Está aí fixada a prioridade de construção de uma nova ligação a Coimbra (IP3), em perfil de autoestrada, com um investimento de 600 Milhões de Euros. Está ainda assumida a prioridade de uma nova ligação ao Satão (EN 229) que permita resolver os constrangimentos de mobilidade entre os concelhos e de comunicação económica dos parques industriais à rede viária principal. É ainda positivo que tenha sido assumida a requalificação dos troços do ex-IP5 do concelho de Viseu, entre os nós de Boa Aldeia e Barbeira e Penoita e Barbeira.-----

Entendi tomar, todavia, como Presidente da Câmara Municipal de Viseu, uma posição crítica quanto ao facto destes importantes investimentos terem sido anunciados da forma que o foram. A relevância de que se revestem não se compadece com uma publicação discreta e de fonte anónima numa página de Internet. Tenho todavia já o compromisso do Governo que nenhuma decisão será tomada em definitivo sem um diálogo com os municípios e empresas da região.-----

Questionei também publicamente as opções de construção de uma autoestrada Viseu – Coimbra de forma faseada, sem calendário concreto, dependente do encaixe financeiro feito em troços às custas das cidades de Viseu e Coimbra. Uma autoestrada “às pinguinhas”, como classifiquei, corre o risco de ser um projeto-problema, com execução indefinida, com impasses, recuos e sem fim à vista. Um projeto desta importância (como ainda esta semana se sentiu, em mais um acidente mortal) tem de ter um calendário definido e ser executado com fim à vista.-----

A realidade do IP3 merece e justifica plenamente um tratamento de exceção por parte do Estado e por parte da Comissão Europeia. É um buraco negro sem paralelo no país.-----

Os excessos de outros tempos não justificam a exclusão de todo este território. Considero ainda muito negativo para a coesão territorial da região que Viseu fique cercado de portagens na sua rede de mobilidade, pelo que condeno a opção de portajar a infraestrutura – e muito mais pequenos troços.-----

6. *Cumprir-me aqui atualizar informação a respeito da prioridade conferida à solidariedade, à inclusão social, ao combate à pobreza e à violência doméstica. A Câmara Municipal mantém aqui uma agenda ativa e esclarecida, em linha com o preconizado no programa “VISEU PRIMEIRO”.*-----

Os municípios têm um papel central no apoio à organização das redes sociais locais, substituindo-se muitas vezes ao Estado Central e às suas funções. No caso de Viseu, o apoio anual no âmbito da solidariedade ascende a quase 1 milhão de euros. O apoio a instituições no âmbito da ação social em 2014 atingiu o montante de 250 mil euros para meia centena de entidades. Na área da deficiência o apoio a 5 instituições foi de 41 mil euros.-----

No dia internacional da deficiência que se comemorou a 3 de dezembro, entendeu a Câmara dar público apoio e destaque ao projeto de hipoterapia e musicoterapia para crianças e jovens portadores de deficiência, promovido de forma inovadora e meritória pela Associação Hípica

e Psicomotora de Viseu, na Quinta de Ferronhe (Vil de Soito). Se há heróis anónimos da solidariedade, este é um caso.-----

Tive oportunidade de tomar contato com a atividade de elevado relevo da associação, concretizada numa base de voluntariado, e em atividades de terapia e ateliês pedagógicos. Não deixaremos de corresponder aos desafios prementes desta associação sobretudo no apoio à aquisição de equipamento de suporte à atividade de hipoterapia e no transporte de crianças e jovens.-----

Tenho elevada expectativa de que o Programa Operacional da Inclusão do PORTUGAL 2020 traga um fôlego à rede social do país no domínio da deficiência. Este programa que é uma das principais novidades do Portugal 2020 – não pode ser um recurso para subsidiar o Estado, mas deve ser sobretudo um instrumento para apoiar instituições e projetos locais que operam no terreno, e que se substituem ao Estado.-----

Também a tremenda chaga social da violência doméstica motivou ações recentes que importa aqui assinalar.-----

Numa iniciativa conjunta da Câmara e da Assembleia, realizou-se a 21 de Novembro uma sessão pública de sensibilização dedicada ao tema da violência doméstica. Fomos consequentes com esse compromisso de sensibilização e aderimos de seguida ao desafio do jornal “i” para que 4 cidades portuguesas prestassem um tributo público a uma vítima mortal de violência doméstica, através da atribuição de uma toponímia. Tem o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal a responsabilidade de encetar com as associações cívicas que operam sobre este grave problema social português para que se encontrem propostas de nomes de vítimas para esta atribuição. Mantemos também a política de disponibilidade para acolhimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica, em habitações não identificadas do Município.-----

Diversos eventos da programação de Natal e Ano Novo assumiram também uma finalidade solidária. Esta preocupação é de resto transversal à política de programação municipal, numa estreita cooperação com a rede de instituições sociais, nomeadamente de intervenção em crianças e cidadãos portadores de deficiência. Foram os casos do Concerto de Ano Novo, no Viriato Teatro Municipal, cuja reverteu para a APPDA VISEU, e do XMAS RUN, em favor da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu.-----

No contexto das opções sociais, o Executivo Municipal garantiu ainda que todas as escolas sob a sua responsabilidade (Pré-escolar e Ensino Básico) garantissem, na interrupção letiva do Natal, refeições escolares às crianças cujos pais o solicitassem, fosse por motivos de necessidade ou devido à realização de atividades extracurriculares. O Município deu também orientação para que as cantinas recebam pedidos de refeições de familiares direitos dos alunos, por motivos comprovados de carência material. Esta medida será replicada no futuro e visa reforçar o acesso a refeições sociais no concelho, seja por falta de transporte, seja por vergonha encoberta. Entendemos que na “Melhor Cidade para Viver” não podem existir motivos para qualquer carência alimentar. É mais um passo em concreto para uma comunidade mais inclusiva.-----

O Município de Viseu deu início, em janeiro, à iniciativa anual de “Fruta Escolar” nas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho, destinada a fomentar o consumo de fruta das crianças neste nível de ensino, entre os 6 e os 10 anos. Inserida no programa municipal “Viseu Educa”, a “Fruta Escolar” aplica-se este ano a 3503 alunos, de 54 escolas, e garante a distribuição gratuita de uma peça de fruta duas vezes por semana até ao final do ano letivo, num montante de investimento do município de 26 mil euros. O fornecimento é garantido pela Cooperativa Agrícola de Fruticultores da Beira Alta e o investimento municipal será candidatado aos apoios disponíveis do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) para este efeito. A iniciativa está a ser desenvolvida em parceria com os cinco Agrupamentos de Escolas, que garantem complementarmente a organização de visitas a quintas, mercados e feiras e a sensibilização das crianças para a importância de uma alimentação saudável e do consumo de produtos locais. A medida não substitui outros

programas já existentes, como o do leite escolar e a distribuição de fruta nas refeições escolares.-----

A promoção da qualidade de vida e da inclusão social têm também na “Atividade Sénior” um forte e inovador instrumento, que merece aqui especial referência, pelo impacto que tem na população sénior de Viseu.-----

O Município lançou já a edição de 2015, garantindo a participação, pela primeira vez, das 25 freguesias e assumindo o objetivo de alcançar a maior participação de sempre, com 2000 seniores aderentes. Promotores locais são já 50. A ACES Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Viseu e a Escola Superior de Educação são parceiros fundamentais no desenvolvimento do projeto, nos seus resultados e na capacidade de os avaliarmos.-----

No último ano, 1819 seniores viseenses, distribuídos por 82 grupos de atividade, em 22 freguesias do concelho de Viseu, participaram deste programa de atividade física, com mais de 5600 horas de aulas.-----

Este é um grande projeto – um projeto que cresceu em 2014, com mais parceiros, com mais participantes e com mais qualidade. Mas em 2015 levamos mais longe a nossa ambição! Queremos tornar este projeto atrativo para os seniores que ainda não participam. O Município tudo fará nesse sentido, continuando a financiar as isenções a seniores que não possam pagar a parte do valor da inscrição, por razões de carência. Em 2014, cerca de um terço dos participantes (509) foram isentos do pagamento dessa taxa por comprovada insuficiência económica. É um bom exemplo de solidariedade. Continuaremos a fazê-lo.-----

A Atividade Sénior de Viseu garante 10 meses de atividade física de qualidade, com a devida orientação profissional, acompanhamento médico e avaliação científica. Os mais de 100 mil euros de investimento direto e outro tanto indireto que pomos na “Atividade Sénior” são muito bem recompensados nos resultados e nos testemunhos de melhoria da qualidade de vida. No lançamento da edição 2015, investigadores da Escola Superior de Educação de Viseu apresentaram as conclusões do estudo de avaliação dos impactos desta atividade na saúde, no bem-estar e na mobilidade dos nossos seniores. Estas conclusões são um estímulo para continuarmos a investir neste projeto e para introduzirmos alguns ajustamos na programação dos exercícios.-----

A perceção de saúde e bem-estar dos participantes registou uma melhoria muito significativa. Numa autoavaliação, 53% dos seniores inquiridos considerou estar “melhor” ou “muito melhor” de saúde, comparando com a sua situação no ano anterior. A propensão para a queda nos seniores com mais de 60 anos diminui também de forma muito significativa. No início do programa 31% dos participantes estavam classificados nos grupos de alto e médio risco de queda. Com o projeto, saíram destes grupos de risco praticamente um terço dos seniores que aí estavam. De acordo com a avaliação, os seniores em situação de risco de queda diminuíram de 31% para 21% - menos 10% portanto do universo total. É uma conquista nos níveis de bem-estar e qualidade de vida dos nossos seniores! Hoje, em Viseu, os grupos de seniores com médio e alto risco de queda são significativamente menores.-----

Em 2015 pretendemos não apenas fidelizar e aumentar o número de participantes, como também aumentar o número de grupos com 3 aulas semanais. Acreditamos que será esse o desafio dos próximos anos.-----

7. Depois do sucesso da Festa das Vindimas em Setembro, a iniciativa “Viseu & Vinho Dão Festa” regressou a Viseu com o salão “Vinhos de Inverno”, um programa de eventos vînicos, culturais, turísticos e agroalimentares que reanimou o Solar do Vinho do Dão, entre os dias 5 e 7 de dezembro. Mais de 2500 visitantes encheram o Solar. Desta iniciativa, destaca-se o elevado número de turistas, famílias e mulheres entre os visitantes. A agenda vinhateira de Viseu veio para ficar. A ‘Festa das Vindimas’ e os ‘Vinhos de Inverno’ serão consolidados em 2015, com inovações que serão brevemente apresentadas.-----

Participaram do evento cerca de 50 operadores económicos ligados aos vinhos do Dão e ao setor agroalimentar de Viseu.-----

O certame ofereceu 18 horas de provas vnicas, com mais de 100 marcas de vinhos do Dão, degustação de produtos gourmet, espaço de venda de vinhos, um restaurante regional, workshops para enófilos e iniciados, animação musical, duas wine parties, cinema e uma exposição artística do grupo “Urban Sketchers”.-----

Está também provado o potencial do Solar do Dão como palco de eventos vinhateiros em Viseu. Este palacete único da cidade é o espaço natural das realizações indoor em torno dos nossos vinhos.-----

Quero aproveitar para prestar um esclarecimento acerca do ruído e desassossego recentes em torno da ideia de irmos a patrocinar a criação de uma “confraria infanto-juvenil do Dão”, enquanto serviço educativo do programa VISEU RURAL e de promoção do conhecimento dos ciclos da terra da região, por parte de crianças em idade escolar.-----

Convém que fique absolutamente claro que nunca o Município procurou projetar nesta iniciativa um meio para promover o consumo de vinho. Seria absolutamente impensável. Justamente por isso, a ideia, em fase de estudo, tem como parceiros reputadas instituições como a Escola Superior de Educação de Viseu e a Escola Superior Agrária de Viseu.-----

A redação menos feliz de uma notícia associou os dois temas de forma não intencional, tendo aberto espaço a uma crítica essa sim mal-intencionada. O objetivo do Município é o de, tão só, valorizar na comunidade e nos públicos escolares o conhecimento dos valores e atividades rurais, nos quais se destaca na nossa região a cultura da vinha, de cuja excelência e tradição nos orgulhamos.-----

Tão só com esse objetivo foi também realizada a “Vindima Petiz”, no Mercado 2 de Maio, por altura da Festa das Vindimas, com uma experiência de pisa a pé e de laboratório de uvas para 100 crianças, com a colaboração da Escola Superior Agrária, numa iniciativa saudada por pais e educadores, e amplamente publicitada como inovadora e positiva.-----

8. Viseu continua a afirmar-se como uma cidade destino de eventos e tradições. O cartaz “Viseu Natal Sonho Tradicional” concorreu também para esse objetivo, com inegável sucesso, nomeadamente por altura dos principais concertos musicais, dos espetáculos de passagem de ano e das manifestações populares. A programação arrancou a 30 de novembro e prolongou-se até aos Reis, tendo pelo menos um momento em cada uma das nossas 25 freguesias. Ao todo, o concelho foi palco de mais de 50 iniciativas, 550 horas de animação para crianças em 8 espaços distintos, 40 concertos de Natal, Ano Novo e Reis e 50 parcerias, com destaque para a estabelecida com a Associação Comercial do Distrito de Viseu.-----

Aproveitamos também estas iniciativas para reforçar a inovação do ambiente urbano. A “cidade-jardim” foi neste Natal “cidade-luz”, numa intervenção de iluminação singular e inovadora que valorizou o nosso centro histórico, as suas praças e artérias comerciais, assim como o nosso património cultural. O efeito de promoção obtido por via da publicação e partilha de recursos audiovisuais nas redes sociais é incalculável. Com efeito, foram instaladas no centro da cidade de Viseu mais de 275 mil luzes e 200 peças decorativas, distribuídas por 25 ruas, praças, largos e jardins da cidade de Viseu, num projeto original.-----

O Município de Viseu investiu 100 mil euros, contando com o patrocínio do Montepio Geral em 75 mil euros. Foi a primeira vez que um patrocinador partilhou com o Município o investimento na iluminação e na programação de Natal.-----

9. Importa prestar informação atualizada sobre a iniciativa “VISEU TERCEIRO”, que colocou a concurso 400 mil euros de financiamento municipal a projetos e eventos de cultura e criatividade em Viseu, no presente ano. Esta é uma metodologia vencedora. Porque mais transparente, acessível e rigorosa. Porque mais mobilizadora dos agentes culturais e de novos projetos.-----

Ao todo, foram rececionadas 90 candidaturas. O financiamento solicitado mais que sextuplicou o orçamento disponibilizado para o ano de 2015. A procura superou as expectativas e é um sinal da forte vitalidade do setor cultural de Viseu e da atratividade do concelho para eventos e produções artísticas. Estes números provam também que a opção por um concurso público fazia sentido porque assegura igualdade de acesso para todos os agentes

culturais. Esta realidade traduz a necessidade de reforço e diversificação de incentivos à cultura de modo a viabilizar o crescimento do setor. Espero que os fundos comunitários do Portugal 2020 venham a dar também uma resposta a esta importante oportunidade, numa lógica descentralizada.-----

A Câmara Municipal de Viseu aprovou a 12 de Fevereiro, por unanimidade, a avaliação do Júri do concurso, composto por Odete Paiva (vereadora da Cultura), Dalila Rodrigues, Aires do Couto, Agostinho Ribeiro e Norberto Santos. Esta comissão hierarquizou as 90 candidaturas recebidas, segundo critérios de mérito, adequação à estratégia municipal e demais parâmetros definidos no concurso.-----

No momento da presente informação, decorre ainda a fase de audiência prévia dos interessados, não tendo sido produzido o relatório final pelo Júri do concurso. Ao todo, todavia, deverão ser apoiados 15 projetos, dos quais cerca de metade poderão corresponder a novas iniciativas. A decisão final será tomada após a fase de audiência dos interessados.-----

10. A modernização dos serviços municipais conheceu também em 2015 um passo decisivo, com o arranque do portal de serviços Viseu Net, a 15 de janeiro. É relevante e justo aqui sublinhá-lo. Passará finalmente a ser possível aos munícipes de Viseu relacionarem-se administrativamente com a Câmara através da Internet, efetuando os seus pedidos, sem terem de se deslocar ao atendimento. Cumprimos assim mais um compromisso assumido com os viseenses e tornamos mais fácil a relação dos munícipes com a Autarquia.-----

Este portal disponibiliza para já 15 serviços on-line, em período experimental, criando uma alternativa mais sustentável, eficiente e económica aos processos até agora submetidos e tramitados exclusivamente em papel. Considerando o ano de 2014, estes primeiros 15 serviços representam um universo de 10.500 processos.-----

Esta plataforma visa migrar para a Internet a totalidade dos serviços e processos municipais, simplificando a vida dos munícipes e das empresas. É um passo de gigante na modernização municipal e num relacionamento mais eficiente e transparente com a população e os agentes económicos. Ao todo, o portal VISEU NET migrará para a Web, progressivamente, 177 processos e serviços, incluindo pedidos de licenças, autorizações, declarações e certidões, fiscalização municipal e gestão urbanística.-----

No primeiro semestre de 2015 será concluída a disponibilização do pacote de processos e serviços online relativos ao atendimento e fiscalização, sendo operacionalizada no segundo semestre, e até ao final do ano, o conjunto de processos e serviços de gestão urbanística.-----

O catálogo de serviços online incluirá assim um menu vasto de áreas, entre as quais as relativas a atividades económicas e de lazer, operações urbanísticas, ambiente, acessibilidade e transportes, realização de feiras e mercados, ocupação de espaço público, publicidade, emissão ou controlo de ruído, e cemitérios. Sem necessidade de autenticação, o portal disponibilizará toda a informação relativa a este catálogo, incluindo a documentação necessária para cada processo e as taxas inerentes.-----

O investimento realizado na criação do portal, envolvendo desenvolvimento tecnológico e aquisição de equipamento, ascende a 150 mil euros, 80 por cento dos quais financiados por fundos comunitários, ao abrigo do QREN/Programa COMPETE.-----

Também desde o fim de Janeiro, o Município de Viseu disponibiliza uma plataforma Web na área da Educação, destinada aos Encarregados de Educação com crianças a frequentar o Pré-escolar e Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, para um acompanhamento mais próximo e simples da vida escolar.-----

Através da Plataforma, os Encarregados de Educação podem ter acesso a um conjunto de informações sobre os seus educandos de forma rápida e cómoda, consultar informações referentes a refeições e lanches escolares, prolongamento de horário, ementas escolares e possibilita ainda a consulta de saldos e pagamentos com referências multibanco ativas.-----

(Anexo 1, página 118).-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Eu agora proponha, se assim o entendessem, interrompíamos os trabalhos e recomeçávamos

às duas e um quarto impreterivelmente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então reiniciar os trabalhos, penso que já há quórum. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caras Deputadas, Caros Deputados. É com prazer que vou participar neste início da Sessão da tarde, embora ainda alguns elementos se estejam a acomodar, mas vimos fazer então uma primeira apreciação da informação sobre a atividade municipal que foi apresentada nesta sessão da Assembleia Municipal pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que nos apresenta um conjunto muito abrangente de assuntos, o que demonstra, em primeiro lugar, a relevante atividade do executivo camarário. São portanto focados vários projetos e concretizações deste mesmo executivo camarário, nomeadamente o primeiro Orçamento Participativo e a preparação do segundo que saliente-se, apresenta desde já o dobro das verbas disponíveis, bem como o interesse, daí decorrente, do município de Viseu ser membro fundador da Rede Portuguesa de Autarquias Participativas. Também a apresentação da proposta Viseu Rural debatida, em primeira instância, no Conselho Estratégico do Presidente da Câmara, a promoção de sistemas de incentivos locais ao investimento, o concurso público de ideias para a revitalização do mercado 2 de maio e para o primeiro Hostel de Viseu, o apoio às redes sociais locais na promoção da solidariedade e inclusão, o financiamento de projetos e eventos de cultura e criatividade, entre outros aspetos da atividade camarária, uns que foram mais salientados pelo Presidente na sua apresentação outros que constam da informação escrita que nos foi apresentada.-----

Ora, Desde já, não queremos que os digníssimos Deputados da oposição que ainda estão presentes em pouco número, comecem a cogitar que estamos aqui apenas a fazer eco da informação dada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não, a referência a todos estes aspetos da atividade municipal tem a ver com a apreciação de um denominador comum a todos eles. Todos eles pedem a participação do cidadão ou resultam até da participação do cidadão. Foi um aspeto que já foi salientado na parte da manhã nomeadamente o cariz diminuído com que os cidadãos exercem este seu direito. Ora, os Direitos Políticos concedem, desde logo, ao cidadão a possibilidade de participação no processo político e nas respetivas decisões, o que foi uma conquista progressiva na Europa Ocidental. Se adicionarmos aos Direitos Políticos também os Direitos Cívicos e os Direitos Sociais temos como resultado do somatório destes três elementos a cidadania e a cidadania ativa efetiva.-----

É um facto que a participação do cidadão na política tem sofrido uma forte diminuição nos últimos anos, por exemplo, os dados da Pesquisa Social Europeia (*European Social Survey*) indicam que a participação política, em Portugal, diminuiu de um valor de 8,3 em 2002 para 3,0 em 2012 (valores num índice percentual), ou seja esta participação reduziu-se para quase um terço em 10 anos. Além disso, este valor é o mais baixo entre 15 países europeus estudados, por exemplo, em termos comparativos em 2012, a Espanha apresenta um índice de participação política de 10,2% e o país onde a participação política é mais elevada é obviamente um país nórdico, a Noruega com um índice de 18,7%.-----

Desta forma, a atuação de um órgão como uma autarquia na promoção da cidadania é de relevar. Aliás, a própria etimologia da palavra cidadania vem do latim *civitas*, que, como sabem, significa cidade, pelo que é relevante vermos a cidade de Viseu a puxar pelos cidadãos para fazerem valer os seus direitos, para participarem ativamente na vida pública, para influenciarem as decisões políticas, para viverem efetivamente em sociedade, para desenvolverem a sua cidadania. É importante que o cidadão seja um sujeito de ação, por oposição à contemplação, à omissão e à preocupação consigo próprio, é importante que não se esteja apenas na cidade, mas que se promova ação na cidade, é importante

reduzir o individualismo e promover a apreciação dos problemas da cidade e a apresentação de soluções para esses problemas, assim, as soluções apresentadas para a cidade serão certamente melhores e mais importante, do interesse de um número mais abrangente de pessoas. Além destas referências que têm como denominador comum a promoção da cidadania, existem outros aspetos que importa salientar na informação que nos foi apresentada, como por exemplo a apresentação em Viseu do Portugal 2020, que é antes de mais um reconhecimento importante da nossa região e das suas capacidades de promover o investimento, a prossecução da construção da ETAR Viseu Sul, que irá beneficiar a qualidade do tratamento das águas residuais, e a luta pelas infraestruturas ferroviárias e rodoviárias, que esperamos ter boa concretização e atempadamente.-----

Finalmente um último aspeto que não quero deixar de salientar e que me é bastante caro consiste na desmaterialização dos serviços. Se consideramos a burocracia como a gestão de sistemas com regras, controlos e procedimentos redundantes e desnecessários ao seu funcionamento, por vezes, é preocupante a burocracia que ainda subsiste na gestão de serviços públicos. Portanto, é de salientar a forma como a desmaterialização de serviços contribui fortemente para a diminuição da burocracia e como vimos também já na informação prestada, não se vai ficar pelo que já foi realizado e concretizado, vai ter um desenvolvimento bastante mais extenso. Portanto, globalmente, a informação aqui apresentada pelo Exmo. Senhor Presidente do Executivo Camarário traduz o papel relevante que a autarquia desempenha, não apenas para a concretização do seu programa de governação, mas também para a promoção da cidadania participativa, do desenvolvimento regional e da desmaterialização de procedimentos.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição neste ponto. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- QUARENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente, diria que não se percebe porque méritos efetivos, mas o Orçamento Participativo assumiu nos encómios propagandísticos da Câmara uma predominância inversamente proporcional ao seu alcance prático. A informação do Senhor Presidente à Assembleia Municipal reflete essa linha de sobrevalorização, através da ampliação artificial da imagem para o objeto parecer grande, do adicionar botox às carradas na cara do projeto para ele ter bom especto e parecer risonho.-----

Compreendo que através deste expediente o Senhor pretenda apagar a imagem pública de um Executivo autoritário, prepotente, com laivos antidemocráticos herdada por força de vários episódios conhecidos da anterior Câmara e dar um novo visual à sua gestão. É aceitável. Mas não queira fazer de nós tolos ou distraídos.-----

A grandiloquência das suas palavras não tem correspondência com a realidade. “O Orçamento Participativo deixou uma marca indelével na qualidade da nossa democracia”. Então o Senhor mede a qualidade da nossa democracia pela contagem de 3.271 votos (a comunicação social tinha falado em 2.500. Devem ter acrescentado os votos por correspondência, calculo!), num universo em que podia votar toda a gente, sendo que só no Concelho o podiam fazer pelo menos 100 mil potenciais votantes? Então é uma “marca indelével” na gestão municipal destinar menos de 1% do total do Orçamento a este projeto? Não sei porque associação de ideias, mas este Orçamento Participativo e toda a encenação em seu redor fez-me lembrar o sorteio do carro do Ministério das Finanças pelos contribuintes. Uma farsa.-----

Felicitando, como não podia deixar de ser, a população do Bairro da Cadeia e as associações que os apoiaram neste processo que conduziu à vitória do seu projeto no Orçamento Participativo, não posso deixar de reconhecer que esses nossos concidadãos merecem muito mais.-----

No discurso do Senhor Presidente sobre o alcance desta vitória para aquela população, há várias contradições que é necessário esclarecer. Então a Câmara necessitava de referendar

junto dos cidadãos, como afirma no seu texto, a decisão de intervir no Bairro Municipal ao nível da reabilitação física, social e cultural”? Todos pensávamos que o Bairro era Municipal e que a sua reabilitação estava na ordem de preocupações do Município. Afinal enganei-me. Foi mesmo o Orçamento Participativo que trouxe para a ordem do dia todas as carências daquela população e as necessidades de intervenção física nas habitações.----- Explica-se assim que a Câmara, dona dos imóveis, só agora tenha despertado para aquela realidade e tenha ficado muito feliz que os 75 mil euros tenham “saído” no sorteio ao Bairro da Cadeia/Bairro Municipal.-----

E então esse dinheiro é mesmo para intervir na “reabilitação física, social e cultural” do Bairro? Não. É só para reparar telhados, portas e janelas em 3 ou 4 casas, que afinal podem ser 7 ou 8, mas que nunca serão todas. Não brinque com coisas sérias Senhor Presidente. É obrigação histórica, legal e institucional da Câmara cuidar das condições de habitabilidade das pessoas do Bairro da Cadeia/Bairro Municipal, independentemente de qualquer Orçamento Participativo. Lamentável é que se tenha esquecido desse seu dever político e venha agora agitar o Orçamento Participativo como panaceia para os males acumulados. Não pega como desculpa, esconder-se agora atrás dos 75 mil euros do Orçamento Participativo, para não arranjar a totalidade das habitações, por dentro e por fora, dando assim resposta às necessidades reais dos habitantes do Bairro e conteúdo aquilo que diz ser a sua preocupação social com os idosos daquela urbanização. Menos do que isso é demagogia barata, numa Câmara que exhibe um obscuro saldo positivo de 24 milhões de euros. Aliás, esta situação, por analogia, traz-me à memória o poema de Joaquim Namorado sobre o milagre das rosas. Escreveu ele que a rainha abriu o manto e dele saíram rosas. E concluía que o povo lamentava que não tivessem sido batatas. O povo do Bairro da Cadeia/Bairro Municipal, Senhor Presidente, lamenta que o tão badalado Orçamento, para além das flores da propaganda, não dê sequer para fazer intervenções mínimas em todas as casas.-----

Os seus gabinetes de imagem seguiram os cânones do marketing. “Por cada euro doado, gasta outro a dizer que doaste”. E assim se fabricam êxitos, imagens positivas, boas ações e se faz crer na bondade de determinadas obras. Mas garantidamente, como se prova, não é assim que se dá resposta efetiva aos problemas.-----

Outras matérias constam da sua informação. Por exemplo o Viseu Investe de onde caiu sem explicação (que eu conheça) a Habidecor ou a justificação desconcertante sobre a nado morta Confraria Infante Juvenil do Dão.-----

Sobre o Mercado 2 de Maio, enquanto o trabalho do Arquiteto Sisa Vieira continua imparável recebendo prémios e reconhecimento em todo o mundo, nesta pequena cidade de província, uns iluminados autarcas arregaçam as mangas a congeminar formas de deitar abaixo a sua obra. A história há-de registar Sisa Vieira nos anais dos homens grandes deste país. Daqui por uns anos, ninguém se lembrará dos outros.-----

Quanto às acessibilidades registar com agrado a sua conversão à defesa da Autoestrada sem portagens para Coimbra (ou a Sul) como gosta de referir. É um progresso. Contudo, a região para se desenvolver, necessita da requalificação do IP3 como estrada alternativa, das ligações à Serra da Estrela através do IC37, da ligação a Sátão em perfil de IC, da conclusão do IC12, até Mangualde e, sobretudo, da ligação ferroviária à linha da Beira Alta, com ou sem ligação Aveiro/Vilar Formoso. Constatei na preparação desta Assembleia, que o Grupo Parlamentar do PCP já em 1999 fez propostas em PIDDAC sobre todas estas acessibilidades, curiosamente chumbadas com o voto contra do PS do PSD e do CDS.-----

Mas as vias municipais também devem merecer a atenção do município pela importância de que se revestem para a mobilidade das populações, é confrangedor verificar que a estrada paralela ao IP5 de ligação entre Barbeita e Travassós de Baixo, que passa junto ao novo quartel do Bombeiros com acesso para as Quintas do Salgueiro e do Carvoeiro está uma lástima, tal como a estrada da Serra do Crasto de ligação entre Mozelos e S.

Martinho, para não falar da estrada de ligação de Pascoal a Quintela de Orgens que o Senhor Vereador por duas vezes afirmou que iria ser reparada, uma delas nesta Assembleia que continua esventrada como há um ano atrás. Sobre a adesão do município ao desafio do Jornal “i”, Senhor Presidente, louvar a preocupação do seu executivo com o problema grave de direitos humanos que a todos toca e a todos envergonha. Dar visibilidade à Violência Doméstica através da atribuição de uma toponímia é certamente um contributo para a sua erradicação embora me pareça muito pequeno. Concretizá-lo na pessoa de uma das vítimas provoca em mim alguma reserva. Que critério terá sido usado para decidir o nome da vítima? Não seria mais adequado fazê-lo sem individualizar a homenagem, a sensibilização no nome de uma pessoa? Referenciar todas as vítimas? Entendo que verdadeiramente importante é desenvolver ações de prevenção, encarar este problema no enquadramento social que exige combater as causas, esbater as consequências negativas, é preciso fazer muito mais.-----

Quanto “à cidade luz” e aos milhares de lâmpadas colocadas nas iluminações de Natal, lembrar-lhe que apesar da grandeza dos números, estes não foram suficientes para chegar a importantes artérias comerciais da cidade como as Ruas Capitão Silva Pereira e Alberto Sampaio. Os cidadãos e os comerciantes registaram.-----

Porque neste mundo da Disney em que mergulhámos há 16 meses ainda existem coisas a sério, queria saudar o empenho da autarquia na dinamização da Atividade Sénior e a sua intenção de a fazer chegar a todas as freguesias do Concelho. É um projeto valioso que deve ser enaltecido apoiado e melhorado, porque os idosos devem merecer de nós sempre todos os mimos que lhes possamos dar para que vivam com qualidade e bem-estar. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Não vou repetir a evolução que houve no nosso município relativamente ao Orçamento Participativo, já me referi aqui a isso, desde dizerem que não era preciso Orçamento Participativo para nada porque já havia abaixo assinados, ou até dizerem que era um PREC e para justificarem o voto contra o Bloco de esquerda quando propôs consecutivamente, o PS também o fez, até o CDS que dizia que se abstinha porque não se podia discutir tudo, portanto, não se pode exagerar, curiosamente o Deputado que se absteve depois esteve à frente de uma Assembleia Participativa o que também mostra que há de facto uma evolução e portanto, como dizia Boaventura Sousa Santos, ainda bem que este executivo concluiu como ele *“que quanto mais poder se dá mais poder se recebe”*. Apraz-me também sublinhar que houve alguns perigos que este executivo não incorreu nesta primeira experiência, pioneira, o que só por si, acho eu enfim, como eu disse, a verba inicial era 50 mil euros, depois do Bloco de Esquerda dizer que isso não dava para nada que era um décimo do orçamento participativo de Odemira, passou para 75 mil, parecem-nos que ainda são insignificantes os 75 mil mas pronto, o caminho faz-se caminhando como dizia o António Machado. Esses perigos era a frustração de haver muitas propostas, eu não considero que tivesse havido muitas, 51 foi bom, 72 boas ideias como aqui se diz, porque de facto se fossem mais também depois havia o risco de haver um sentimento de frustração por parte dos munícipes que concorriam e isso é outra coisa a evitar que acho que também não se incorreu que foi a competição entre as propostas, portanto, valorizar a solidariedade, o espírito comunitário, acho que se deve ter em conta o princípio da justiça social nesses orçamentos. Por exemplo, se não fossem as propostas do Bairro, quase que se corria o risco de ter ganho uma proposta que até ficou bem classificada que era deixa aqui o seu carro, que à partida seria uma proposta bem-intencionada para as pessoas não

andarem de carro, para não irem de carro para Centro Histórico, deixavam o carro na feira e iam de funicular, mas era até às duas da manhã, quer dizer, se os moradores já se queixam do barulho e da trepidação que o funicular provoca, até às duas da manhã, não dormiam não é? Portanto, acho que também tem que haver de alguma pedagogia, digamos, algum afinar do acompanhamento das propostas de forma a não, prejudicar terceiros, de qualquer modo foi de facto uma boa iniciativa. Relativamente ao Bairro Municipal eu recorro que nós apresentámos, o Bloco de Esquerda apresentou em 27 de abril de 2011 uma Moção para a classificação e reabilitação do Bairro que foi chumbada e um dos argumentos até foi o Senhor Presidente na altura da Junta de Coração de Jesus que disse que as casas eram exíguas, que aquilo não tinha razão nenhuma de ser porque tinham os compartimentos tão pequeninos, para surpresa dos moradores, isso foi um argumento que a câmara utilizou para tentar demover os moradores da demolição do bairro, mas a verdade é que depois os moradores foram ver o bloco que estava a ser construído, o novo bloco e os compartimentos também eram exíguos tanto ou mais como os daquelas casas. É evidente que concordo com a crítica que a Deputada Filomena Pires fez, eu acho que e disse-o aqui que era urgentíssimo a câmara corrigir o abandono que durante décadas o município deixou aquele bairro, portanto, sem fazer obras de vulto, houve uma intervenção só nos anos 80 no pavimento e portanto, o que levou os moradores à necessidade até de fazerem aqueles anexos descaracterizadores porque de facto não houve nenhum acompanhamento por parte da câmara na melhoria do Bairro, na requalificação do Bairro. A Associação Olho Vivo a que eu me orgulho de pertencer, em face da recusa do anterior executivo em ver que estávamos perante um património cultural e até social tomou a iniciativa em colaboração com os moradores de propor à Direção Geral do Património Cultural a classificação do bairro e que depois a Direção Geral do Património Cultural, enviou o parecer da Direção Regional de Cultura do Centro que enviou cá técnicos que recomendava à Câmara, embora o bairro de facto não tivesse valor para monumento nacional mas reconhecia que deveria ser classificado pelo município de património de interesse municipal que como sabem levou a que Fernando Ruas iniciasse a demolição ainda mais depressa do bairro. Pronto, esse erro foi corrigido, congratulamo-nos com isso, o bairro já foi classificado e isso é uma vitória importante dos viseenses. Desculpem lá estar a falar também tanto no bairro, é que também tenho uma ligação afetiva com o bairro porque a seguir ao 25 de Abril, uma das primeiras atividades cívicas que eu fiz foi pertencer a uma associação cultural que incluía pessoas do bairro, era Associação Cultural Campo de Viriato, que tinha pessoas do Campo de Viriato algumas delas analfabetas, a associação fez a alfabetização e depois aquelas pessoas que tinham muita criatividade, fizeram peças de teatro com o apoio da Centelha que na altura estava aqui, o Fraga, a S. José Lapa o Alberto Lopes e portanto, foi muito enriquecedor e isso criou laços muito afetivos com aquela gente. Relativamente ao Centro Histórico, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente como é que esta a loja ao cimo da Rua do Comércio, a ex-rústica, aquele projeto da Rosário Nascimento, e cito a pessoa porque de facto ela é proprietária da loja mas teve o cuidado de recuperar aquele interior, Arte Nova e Art Déco o Senhor Presidente já disse aqui que tinha um projeto, gostava de saber em ponto é que isso está, se está salvaguardado porque nós também já propusemos a classificação do Património Arte Nova daquele conjunto arquitetónico nomeadamente da Rua do Comércio. Só para me referir à ligação Viseu – Coimbra, para dizer que concordo plenamente com a opinião do Deputado João Cotta, eu também acho que não precisamos da autoestrada mas de um IP3 de facto requalificado sem ser portajado para não ficarmos completamente isolados. Relativamente à, e não posso deixar de me referir a isto, à “Confraria infanto-juvenil do Dão” o Senhor Presidente claro, da mesma forma, ao mesmo tempo que assume que houve uma má redação, uma redação menos feliz, depois diz que há uma crítica mal-intencionada, ó Senhor Presidente, a câmara pôs-se a jeito, quer dizer, sabe que às vezes quando os criativos são hiperativos, às vezes até uma tempestade

de ideias pode gerar curto-circuitos, agora, as críticas não são mal-intencionada, as críticas foram oportunas, foram na hora, e claro pôs-se a jeito, e claro eu até na altura lembro-me de ter sugerido um hino para a confraria parafraseando o hino da mocidade portuguesa não sei se se lembram, “*Somos pequenos lusitos, mas já firmes e leais, amamos e respeitamos nossos chefes nossos pais. Temos pela pátria amor e esperança no provir, desejamos já ser grandes pró nosso dever cumprir*”, e então o hino da confraria seria assim, não levem a mal mas para descomprimir e para dar um ar de humor que a gente também precisa. Na nossa cidade acho que precisamos um pouco de mais amor, humor e bom senso era assim: “*Somos pequenos lusitos, mas já bebemos por dedais, mamamos e escorropichamos pelos copos dos nossos pais. Temos pelo Dão amor e esperança no provir, desejamos já ser grandes para o nosso beber cumprir*”. Pronto, e com esta me vou.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Depois deste momento tão criativo e tão bem disposto que o Deputado Carlos Vieira aqui nos trouxe, quer dizer, falar a brincar de coisas sérias. Queria também fazer-lhe aqui um pequeno reparo Senhor Deputado, em relação à posição do CDS sobre o Orçamento Participativo, nós não reivindicamos paternidades, apenas reivindicamos o fim do mesmo, gostamos que o mesmo..., sim, mas, aquilo que eu lhe disse também se consultou essa Ata, também já deve ter consultado a anterior quando eu aqui estive, e dizer-lhe que a única preocupação que nós temos é que o dinheiro seja bem empregue e seja bem gasto e que traga proveito às pessoas que dele usufruem e neste momento, acho que sim, que era uma obra que era necessária e que vai acudir quem não tem possibilidades de remodelar e de reformular as suas casas. Feita esta introdução, uma vez mais gostaríamos de iniciar esta intervenção pelo âmbito da educação, destacando que assistimos com muita preocupação enquanto viseenses à agonia do Instituto Jean Piaget de Viseu, uma instituição que outrora formou muitos jovens e que aos poucos vai decaindo, tememos que infelizmente o seu futuro passe pelo encerramento, o que constitui uma perda para Viseu.-----

Enalteçemos a recuperação efetuada na Escola de Santiago, onde os alunos já podem almoçar no refeitório e verificámos com apreço que a sugestão apresentada pelo CDS relativamente à progressiva substituição dos equipamentos informáticos mereceu de Vossa Excelência o melhor acolhimento, uma vez que assumiu publicamente (por acaso na Assembleia Municipal Infantil onde eu estive) a intenção de apresentar uma candidatura para renovação dos equipamentos informáticos no âmbito do novo Quadro de Fundos Comunitários, no entanto queríamos alertar Vossa Excelência para a situação caótica vivida na Escola Rolando Oliveira durante a frequência das AEC de atividade física, é lamentável que uma das escolas mais modernas da cidade não tenha um espaço coberto amplo que possa albergar os alunos em dia de chuva para a prática da atividade física. Se Vossa Excelência se deslocar àquele estabelecimento de ensino depois das 16 horas pode facilmente constatar esta situação. Esperamos que a mesma se encontre devidamente salvaguardada no futuro Centro Escolar Aquilino Ribeiro, cujas obras já se encontram em fase bastante adiantada.-----

Outro assunto que nos preocupa refere-se à manutenção dos sistemas de aquecimento e de refrigeração dos Centros Escolares. Quem é o responsável pela sua manutenção e com que periodicidade a mesma é efetuada?-----

Salientamos os melhoramentos introduzidos pela plataforma SIGA, sobretudo porque tirou das escolas do 1ºCEB a responsabilidade de receber os pagamentos dos encarregados de educação e permitiu um melhor acompanhamento aos encarregados de educação dos seus alunos.-----

Em relação ao Fontelo, saudamos o prolongamento da Ecopista e gostaríamos que Vossa Excelência nos esclarecesse para quando está prevista a conclusão das obras do Pavilhão e

quanto custarão as mesmas ao erário municipal entre os avanços e recuos a que temos assistido?-----

Dada a sobrecarga de jogos nos relvados sintéticos sugerimos que seja efetuada uma avaliação do seu estado geral no final da época desportiva e perguntamos a Vossa Excelência se sempre prevê avançar com a construção de mais algum campo de futebol?--- Quanto à Mata do Fontelo, sabemos que já lançou o concurso para a exploração do café aí existente, no entanto, entendemos que o mesmo deveria ser alvo de uma requalificação de forma a tornar-se num local mais aprazível e acolhedor, assim como defendemos um maior policiamento a pé daquela zona da cidade, pois sabemos que o anterior proprietário fez várias participações de furtos aquando da sua exploração. Ainda neste espaço faltam sanitários e pensamos que a mata deveria ser alvo de uma intervenção especializada no sentido de se protegerem as espécies aí existentes, podendo igualmente equacionar-se a implementação de um Parque Botânico.-----

Registamos com apreço que Vossa Excelência tem dado bom acolhimento a algumas propostas do CDS-PP (e faz muito bem), porque entendemos que as mesmas contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos viseenses, sem onerarem o erário público e como tal mereciam ser implementadas, sobretudo aprecio-lhe o gosto, neste caso o bom gosto.---- Ainda no âmbito da Cultura enaltecemos todo o trabalho efetuado em prol Museu Grão Vasco de todas as entidades incluindo o executivo municipal no sentido de tornar o Museu Grão Vasco num Museu Nacional. Viseu e o Centro Histórico merecem esse reconhecimento.-----

Falando do Centro Histórico, e no âmbito do Viseu Viva, incluído na estratégia Viseu Primeiro gostaríamos de saber se ainda se mantém a sua promessa de aí criar uma Residência para Estudantes e quando prevê o lançamento do concurso público para a sua construção?-----

Quanto à Cava de Viriato, tomámos boa nota da preocupação em proceder a melhoramentos de forma a torná-la mais atrativa, por isso, lhe sugerimos, para já, que proceda a uma melhoria da iluminação da Estátua de Viriato e também à reparação de algum do pavimento do Campo de Viriato, nomeadamente junto à entrada principal da Feira de S. Mateus, que se encontra degradado e a necessitar de uma reparação urgente assim como algum mobiliário urbano aí existente e não esqueça também a remoção dos Graffitis de mau gosto que estão no topo da entrada do Túnel de Viriato, quando a ele acedemos pela Rotunda do Coval, chama-se a isso poluição visual. Falando da Feira de S. Mateus e para evitar mal entendidos e borborinhos desnecessários gostaríamos que nos explicasse melhor por forma a não haver equívocos nem interpretações secundárias sobre os 90.000 euros que pretende a autarquia despende num trabalho de pesquisa sobre a Feira.-----

Por fim, gostaríamos de lançar a Vossa Excelência e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um desafio que é o de combater sem tréguas o Vandalismo, pois, não podemos tolerar que a Autarquia continue a despende como aqui já afirmou de cerca de 100.000,00 € anuais para repor aquilo que alguns frustrados continuam a estragar e que pertence a todos nós. A título exemplificativo podemos dizer que esta verba representa mais 25% do que aquilo que foi gasto no Orçamento Participativo, e que este dinheiro vai ter grande utilidade, pois, vai ser gasto para efetuar melhoramentos nas casas de quem efetivamente não tem meios para o fazer. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Madeira Antunes.-----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente, desde já pedir-lhe desculpas pelo meu atraso, sei que é a pessoa que gere os tempos da Assembleia e peço desculpa pelos atrasos, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssima Senhora Secretária, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. Antes de mais numa nota introdutória queria elogiar o papel quer do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer do Senhor Presidente da Câmara relativamente à Assembleia Municipal Infantil, enfim, usando palavras devidas para a temática foi muito giro e acho que é muito mais importante do que isso, do que a forma, é realmente sentir o que aqueles miúdos cresceram durante aquela manhã, e foram ativos nas reivindicações, sugestões e críticas à Câmara Municipal, que o Senhor Presidente recolheu com muita pedagogia inclusivamente notou-se relativamente a Assembleias Municipais passadas e isso foi muito pedagógico, mostrar que essas queixas tinham seguimento e acho que, enfim, deu continuidade aquilo que iniciou e muito bem, há dez anos que há este evento para o público juvenil. Bom, o que me traz aqui hoje é falar mais uma vez porque tem sido recorrente há muitos anos da minha parte sobre as atividades económicas aqui no nosso município.-----

Passado que é, praticamente, um ano e meio de um novo mandato na Câmara Municipal de Viseu, na transição entre o que vulgarmente se designa de “estado de graça” para uma fase em que se começam a pedir resultados no terreno, é já mais fácil perceber – ou confirmar... - o que é intrínseco a estes “Novos Tempos”. E relativamente a isto eu fiquei há bocado um bocadinho alarmado e bem por um lado, quando o Senhor Presidente da Câmara falou que entretanto lançaram estas estratégias e agora há que esperar também pelo Portugal 2020 para no fundo dar azo à concretização de alguns dos projetos, de algumas ideias, e eu fico com medo, é que eu estava aqui a dizer que estávamos a transitar para uma fase que é necessário pedir resultados e que depois haja, enfim, a desculpa do Portugal 2020 e que enfim, as coisas continuem a não aparecer no terreno, nomeadamente e eu estou-me a centrar, tudo o que falarei é sobre a atividade económica. Portanto, cingir-me-ei sobretudo ao papel da autarquia na indução de atividade económica. Sabemos todos, que este é um capítulo da governação autárquica vital para o desenvolvimento sustentável dos municípios, mas desde há décadas muito descuidado em Viseu. Enfim, outro tipo de atividades sem ser produção de bens transacionáveis, nomeadamente a construção civil e o comércio, esse infelizmente, enfim, agora relativamente à questão da indústria da agricultura dos serviços de valor acrescentado, enfim, é o que é o nosso concelho, e de facto, à semelhança de outros candidatos à Câmara Municipal de Viseu, esta foi uma das prioridades identificadas pelo Senhor Presidente Almeida Henriques.----- Hoje, em Viseu, o que se atesta é aquilo que poderemos designar de uma nova forma de Política de Fomento, esta já não fundamentada em infraestruturação como o Fontismo original, mas alicerçada em iniciativas imateriais enquadradas nos tempos atuais, mais mediatizados em que e tenho de o dizer em termos gerais não é? Em bom português isto não é uma “boca” para já relativamente à autarquia, em que por vezes, a forma se sobrepõe ao conteúdo.-----

Aplicando uma metáfora cara ao Exmo. Sr. Presidente, a governação da Câmara Municipal de Viseu já não é tão orientada para o *hardware*, focando-se mais no *software*. Não é verdade? Porém, o que se tem constatado, não é a implementação de um efetivo Sistema Operativo, sublinho Operativo, eficazmente instrumental para atrair investimento em atividades económicas produtoras de bens e serviços transacionáveis, acrescentando valor aos recursos endógenos, garantindo competitividade ao território, aumentando o emprego e o rendimento da população.-----

Desejo estar equivocado, mas o que tem transparecido parece ser essencialmente media *software*, com uma mais atraente que funcional “interface com o utilizador”, leia-se munícipes e agentes económicos.-----

Geraram-se grandes expectativas (ou talvez não...), decorrentes de uma política com intenção de ser mais cosmopolita e contemporânea, de que realmente Viseu carecia, carecia mesmo, com muito Marketing Territorial, com esmero na imagem, aqui e ali excessivo, outras vezes quase (eu tirara o quase) obsessivo, a partir da criação de diversos

conselhos, comissões, grupos e gabinetes, fóruns, e com alguma ligação à comunidade às vezes emblematicamente como foi o Orçamento Participativo sem dúvida, com o lançamento de uma estratégia Viseu Primeiro que eu já aqui critiquei, é um excelente mote para uma campanha, é um péssimo tema para uma estratégia de um município que quer ser cidade-região e outras “estratégias” especializadas (estratégias entre aspas), com encontros e desencontros (desencontros por exemplo com os municípios vizinhos), o Senhor Presidente, enfim, a câmara continua a estar desligada dos municípios à volta, com algumas iniciativas positivas e estruturantes, é verdade, algumas muito interessantes, com diversas inconsequentes, já nem falo da questão da confraria do petiz, nem importa fixar o nome, mas outras também que é fácil de identificar, associadas a anúncios vários, em eventos mediaticamente estudados e outros mais festivos.-----

Bem..., entretanto, na vertente de Propaganda Municipal, tão comentada entre os Viseenses, eu vou-lhe dizer uma coisa, enfim, o Senhor Presidente não está a olhar mas, diria para o executivo, é mais do que notório quer queiramos quer não que os viseenses dizem que a câmara é só festas, eu acho isto errado, eu acho isto errado, porque é um exagero, mas, há essa perceção, a “vox populi” fala muito disso, e certamente andarão também pela rua e sentirão esse comentário, mas de facto agora há um abrandamento até diria pelos elementos que estão na plateia, até diria há mesmo um abrandamento que condesso que é de salutar, mas ainda não compreendi se este maior comedimento, (eu tinha aqui sobriedade e tirei), é apenas adormecimento, tática ou estratégia. Será o fim de uma certa excitação iniciática, com uma maior maturidade executiva do cargo ou dos cargos...?-----

Exmo. Sr. Presidente, com o voluntarismo de uma nova Política de Fomento que caracterizei, com a pulverização de tantos planos, ideias, propostas e contactos, arriscou muito, realmente o executivo arriscou muito, em bom português, terá consciência que “a parada está alta”, elevou a parada.-----

Agora aproveitando aqui uma metáfora do Senhor Presidente de (Santo Estevão), por coincidência tinha aqui uma parecida, Santos Evos peço desculpa, não tarda a primavera está aí, agora é o tempo de as suas sementes - coloridas... - que semeou neste solo rico que é o nosso Concelho, demonstrarem que têm substância e comecem a germinar, para se assim for, as também saiba regar. Desejamos e exigimos! Agora é tempo de estarmos atentos aos resultados. Os Viseenses, eu tenho a certeza que estamos todos atentos! Era só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social. Permitam que me socorra da informação do senhor Presidente para iniciar a minha intervenção. *“os municípios têm um papel central no apoio à organização das redes sociais locais, substituindo-se, muitas vezes, ao Estado Central e às suas funções.”* Julgo que nesta Assembleia Municipal, todas e todos concordamos com esta premissa, sobretudo por estarmos cientes de que o Estado, nos últimos tempos, tem deixado muito a desejar, no que diz respeito a assumir os seus compromissos, num conjunto de domínios que todos nós sabemos. A Educação tem sido e é um bom exemplo disso. Os tempos falam por si, se tivermos a capacidade de ouvir os profissionais que laboram no terreno; se estivermos disponíveis para, sem preconceitos ou fundamentalismos partidários, ver e analisar as necessidades com que se confrontam as escolas para prestarem, diariamente, a melhor resposta para os seus alunos. Também as opções das políticas educativas, falam por si, se tivermos em conta o Orçamento que lhe está destinado para 2015: “supressão de investimento” consubstanciada num evidente

desinvestimento na Educação. Também a Educação Especial, ou melhor, as condições da atual Escola Inclusiva fala por si.-----

Senhor Presidente, não duvidamos e até saudamos o facto de a inclusão social, entre outras, ser uma prioridade do atual executivo. Mas impõe-se trazer aqui os impactos que estas políticas têm produzido na Escola Pública. Para todas e todos que defendemos uma Escola Pública para Todos, ou seja, para todos nós que defendemos uma escola inclusiva que tem como princípio fundamental que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças será consensual e mais do que legítima a preocupação de, nos últimos anos, assistirmos, ano após ano, à redução sistemática, imposta e até forçada, do seu número de profissionais, de assistentes operacionais, de técnicos de terapêutica, de psicólogos, já para não falarmos no incumprimento dos diplomas legislativos, na constituição das turmas, que não só passaram a ser mais numerosas, como também passaram a integrar, mais de 2 alunos com deficiências.-----

Em relação aos alunos que apresentam deficiências e incapacidades, todas e todos sabemos, ou devíamos saber, que num número significativo de casos, é necessário prover a escola de meios de apoio à aprendizagem, nomeadamente, professores de apoio, de professores de Educação Especial, de técnicos especializados e outros recursos de apoio a uma aprendizagem personalizada. Se estes apoios não chegarem às escolas, se as opções educativas passarem pela redução dos profissionais, não haverá outra possibilidade que não seja a de, gradualmente, separar os ditos “bons” dos ditos “maus” alunos.-----

Senhor Presidente, Também nós Grupo Municipal do Partido Socialista defendemos que na “Melhor Cidade para Viver”, apesar da insuficiência de profissionais dos serviços públicos, nos serviços da saúde (tão falada), nas escolas nos centros de recursos para a inclusão que operam no terreno, as famílias dos alunos com necessidades educativas especiais não podem ser impedidas de requerer e de beneficiar das respostas terapêuticas que as necessidades e incapacidades dos seus educandos exigem.-----

Regressando assim à premissa inicial, concordamos com o papel central dos municípios. Concordamos com o papel central da autarquia de Viseu desde que esse apoio, no caso concreto da Educação, não signifique o esvaziar da pouca autonomia que as escolas e os agrupamentos detêm, desde que isso não signifique o enfraquecimento da transferência de competências do Ministério de Educação e Ciência para as escolas; desde que isso não signifique o condicionamento da organização e da gestão pedagógica e administrativa das escolas.-----

Não está, pois, em causa o papel central do poder local no apoio ao funcionamento das escolas, porém, entendemos que o reforço dos meios não pode, nem deve passar pela criação de vias e de práticas externas, cujos riscos de inconsistência e de desconhecimento, poderão gerar confusão e sobreposição às escolas e às famílias.-----

Riscos e reflexões que o Grupo Municipal do Partido Socialista, entendeu trazer à discussão, e que, cientes de se tratar de práticas bem intencionadas, correm o sério risco de não cumprir o objetivo inicial. Recentemente, por iniciativa do executivo da Freguesia de Viseu, chegou a um conjunto de Agrupamentos de Escolas uma proposta de parceria com um Centro Privado de Psicologia e Apoio Educativo que visa a prestação de serviços de saúde e reabilitação, nomeadamente Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Psicologia, a custos reduzidos ou, dependendo das situações, até mesmo gratuitos. Desta parceria com o referido Centro Privado, os alunos beneficiariam de um conjunto de condições das quais relevo as seguintes: Uma primeira consulta de despiste gratuita a alunos suspeitos de apresentarem alguma dificuldade e o acompanhamento gratuito a crianças ou jovens com necessidades educativas especiais cujas famílias apresentam baixos rendimentos. A escola e a família não têm qualquer encargo financeiro dado que a Segurança Social procede ao pagamento das várias terapias, através de subsídio próprio. De facto esta proposta, recente, dirigida aos

Agrupamentos e Escolas da comunidade sem sombra de dúvida, bem-intencionada e que reflete que as estruturas de administração local sabem das necessidades de técnicos por parte das escolas, assenta no desconhecimento da tramitação processual dos requerimentos do subsídio de educação especial em vigor.-----

No dia 22 de outubro de 2013, os organismos que tutelam a educação e a Segurança Social celebraram um protocolo de colaboração, do qual resultou uma circular conjunta que entrou em vigor no início de este ano letivo, e que define os circuitos e os procedimentos no âmbito da atribuição do referido subsídio de educação especial. Há alunos a quem tenha sido identificada a necessidade de mobilizar técnicos especializados decorrentes da implementação das medidas educativas especiais. Ficou claro que os responsáveis intervenientes neste processo de atribuição do subsídio de educação especial são os Agrupamentos de Escolas, os Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, IP, cabendo às Equipas Locais de Intervenção Precoce e aos serviços da DGestE, e às Escolas o estudo e a avaliação interdisciplinar das crianças com deficiência e com idade até aos 6 anos, bem como, no que respeita às crianças e jovens na faixa etária dos 6 aos 18 anos, a avaliação de carácter permanente é da competência das escolas.-----

Trago-vos aqui então pois, a seguinte questão:-----

Qual a pertinência, pois, do anúncio da disponibilização de um acompanhamento gratuito dos recursos proposta pelo referido executivo, se o estudo e a análise das condições e da viabilidade plasmadas na proposta de prestação de serviços são da inteira responsabilidade das Equipas Locais de Intervenção Precoce ou dos Agrupamentos de Escolas? E mais, qual a utilidade do anúncio da disponibilização de um acompanhamento gratuito de um conjunto de recursos terapêuticos, se o prazo para os requerer tem o seu término exatamente no dia de hoje?-----

Não duvidamos, e voltamos a repetir, da intenção associada à disponibilização deste serviço, porém, na sua dimensão gratuita, tem morte anunciada. Com algum recurso ao humor, esperamos que a mesma não faça parte de um projeto-piloto ou de uma medida de carácter experimental em que a organização e a decisão escolar sobre o tipo de acompanhamento gratuito a prestar a crianças ou a jovens com necessidades educativas especiais cujas famílias apresentam baixos rendimentos, em vez de ser decidida e avaliada pelos agentes educativos que melhor conhecem os seus alunos e com os quais, diariamente, interagem, passem a ser decididas por entidades externas, tantas vezes desfasadas da realidade educativa.-----

Para finalizar, dizer-vos o quê? Sem sombra de dúvida, estando na Ordem do Dia estas questões em torno da educação, urge mesmo um debate, um debate aberto, amplo para que efetivamente em Viseu, de forma articulada e todos a caminharmos no mesmo sentido e na “Melhor Cidade para Viver” a educação vença as desigualdades.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Fernando Leitão Presidente da Junta da União das freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima.-----

----- **QUARENTA OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS COUTO DE BAIXO E COUTO DE CIMA FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente. Eu queria apenas fazer aqui um pequeno esclarecimento se é que o poderei fazer efetivamente, e tem a ver com uma intervenção da Senhora Deputada do Partido Comunista. Eu acredito que relativamente aquilo que eu vou falar, ela o faz por algum desconhecimento, o que é perfeitamente normal. Eu por questões profissionais conheço bem o processo, e tem a ver com a questão da iluminação decorativa de Natal. Quando a Senhora Deputada diz que efetivamente a Avenida Alberto Sampaio e a Capitão Silva Pereira não tiveram iluminação, dá a impressão que esse facto se deve à autarquia, mas não é verdade Senhora Deputada. O processo da iluminação é um processo que tem

uma componente pública, digamos que é a parte mais significativa e que é paga pela câmara municipal e tem uma componente privada que é paga pelos agentes económicos de cada uma das ruas, assim sendo, a associação de que faço parte, todos os anos trata deste processo da parte privada, isto é, aferir em que ruas é possível conseguir-se o montante privado para essa iluminação se proceder, lamentavelmente e não por falta de vontade da autarquia, lamentavelmente na Avenida Alberto Sampaio e na Capitão Silva Pereira não se conseguiu esse montante privado, e nem é só dos comerciantes, é de todos os agentes económicos, nem são só os comerciantes, isto é, não compete apenas aos comerciantes mas a todos os agentes económicos que estão naquelas ruas. Nestas duas artérias, não foi possível, apesar do esforço que foi feito para se conseguir, porque eram realmente também duas artérias que nós gostaríamos muito de ver iluminadas e que o seriam, a câmara municipal estaria disponível para se efetivamente aquele pedacinho privado fosse conseguido e não foi. Portanto, percebo as razões dos empresários e dos agentes económicos que estão nas ruas, nós percebemos essas razões, mas este é o critério, no futuro poderá haver um mais justo, diferente, mas este é o que tem estado em vigor, pode-se equacionar outra forma, mas esta tem resultado, mas daí até a acusarmos a autarquia de que isso não foi feito, isto é, que não houve iluminação nessas artérias por responsabilidade da autarquia, não é verdade e este esclarecimento tinha que ser feito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora deputada Lúcia Silva.-----

----- **QUARENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde a todos, peço que me dispensem dos cumprimentos. Perante a informação do Senhor Presidente da Câmara relativamente à rede rododiferroviária as preocupações manifestadas aqui são comuns, quer ao Senhor Presidente, quer também aos Deputados aqui desta Assembleia Municipal, aliás, como já foi notado durante esta sessão. Contudo e tendo como ponto de partida o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos conhecidos como o Plano Juncker na project list que respeita a Portugal mais concretamente para Viseu, esse documento suscita-nos algumas dúvidas e atendendo às ligações privilegiadas do Senhor Presidente da Câmara ao atual Governo, o Partido Socialista gostaria de obter algumas respostas concretas, até porque estamos em ano de eleições e as respostas são fundamentais. Assim, o Partido Socialista pergunta ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte:-----

No corredor ferroviário Porto-Aveiro-Vilar Formoso, qual o traçado definido pelo Governo? E porque motivo se inserem 900 Milhões de euros quando o Secretário de Estado das Infraestruturas Transportes e Comunicações garantiu serem necessários no mínimo 1400 Milhões de euros?-----

Uma outra questão que também gostaríamos de colocar aqui ao Senhor Presidente da Câmara é por que razão nesse corredor se excluem os nomes das cidades de Viseu, Mangualde e Guarda? É evidente que nós embora falemos aqui nestas três cidades mas a nossa preocupação vai sobretudo para a nossa cidade de Viseu, bem como também a definição concreta de uma estação em Viseu. Nesse mesmo documento não existe nenhuma alusão à intervenção mais do que urgente na Linha da Beira Alta, o Senhor Presidente e dada também como eu disse há pouco a sua posição privilegiada em relação ao Governo, tem informações que nos queira transmitir? O Senhor Presidente sabe mais de alguma coisa que nós não saibamos? Gostaríamos também de obter aqui algumas respostas.-----

Relativamente ainda a outra questão que se prende com o atribuir o nome a uma rua, o nome de uma mulher vítima de violência doméstica, consideramos que a intenção pode ser positiva (a intenção), contudo consideramos também que esse ato carece de alguma reflexão até ao nível humanístico, porque uma mulher que seja vítima de violência doméstica, já lhe é suficiente a humilhação que ela vive na sua família por esse facto, quanto mais ainda ser exposto o nome dela por essa razão numa rua. Talvez em vez de se

individualizar, fazer-se essa homenagem mas sim num âmbito mais coletivo, é uma questão de sensibilidade e espero que o senhor Presidente faça uma reflexão sobre isso. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Viseu.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os meus cordeais cumprimentos, Senhor Presidente do Município, restantes Vereadores, cumprimento-os igualmente também, naturalmente os Senhores Deputados Municipais, Colegas Presidentes de Junta, Público em geral e Jornalistas. Eu hoje era para ficar de alguma forma sossegado nesta Assembleia, e estar mais para ouvir do que intervir, mas, uma vez que a Senhora Deputada Cristina Fonseca me fez referência em relação aquilo que nós eventualmente fizemos, eu gostaria de deixar aqui claro o seguinte, esta questão da municipalização da educação que é uma questão de fundo para o Partido Socialista e para outros partidos, eu não consigo perceber qual é de facto a verdadeira preocupação, sobretudo se entendermos que nesta relação de proximidade que o município e as freguesias fazem, e comprovadamente bem em relação às escolas do 1ºciclo nalgumas competências, não consegui perceber realmente este tipo de preocupação que é aqui anunciado, diria até mesmo mais, naquilo que os municípios e as freguesias fazem, as coisas aparecem concretizadas e elogiadas, nós sabemo-lo aqui, depois naquilo em que já não é a competência dos municípios nomeadamente a questão das escolas do 2ºciclo os Senhores vêm aqui permanentemente falar da mesma coisa, apesar de realmente de todo o comprometimento que nós temos tido do Senhor Presidente do município dizendo a sua vontade em estar na primeira linha para de alguma forma colaborar nessa reabilitação, eu pergunto se isto de facto pode ou não traduzir-se numa vantagem, a questão de termos mais próximos problemas de diversas áreas, diversos setores, sejam da justiça, sejam da educação, sejam da própria saúde, eu pergunto se de facto nós, transformando isto para uma relação de proximidade com quem realmente nos governa, é ou não é mais facilitador? Depois, os Senhores parece-me que assumem aqui um bocado o papel do “Velho do Restelo”, estão sempre preocupados com todas as coisas, tudo há-de correr mal. Eu acho que importa sobretudo é testar, e depois em face dos resultados perceber o que é que correu bem e o que é que correu mal. No caso vertente da questão daquele protocolo ou daquele acordo que nós fizemos com o Centro de Psicologia Privado, quero-lhe dizer Senhora Deputada que nós aceitamos protocolos com privados ou com o público, venham eles ter connosco e se for para trazerem uma mais-valia para a população da freguesia nós estamos completamente disponíveis para o fazer e acreditámos nessa possibilidade, sobretudo para as famílias carenciadas, sobretudo para aquelas que não podem pagar e de alguma forma fomos de encontro a essa parceria que nos foi proposta por esse centro. Devo dizer-lhe também outra coisa Senhora Deputada, eu também já estive no ensino e percebi muito bem das carências e das dificuldades que as escolas e que os diretores das escolas tinham em dar respostas, percebi muito bem o tempo de espera de alguns miúdos para serem atendidos por exemplo no gabinete de psicologia e portanto, foi com essa boa intenção. Agora, nós estamos aqui realmente a perceber que aqui o que é mais importante se calhar, são as palavras do que propriamente as ações. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder e informar os Senhores Deputados.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, é com gosto que eu respondo a todas as questões que me colocam. Cumprimento os Senhores Deputados, esperando que tenham tido um bom almoço, e começar por dizer o seguinte. Eu acho que é bom que a oposição se entenda não é? O

Partido Socialista que de uma vez por todas encontre a vossa linha de oposição, que não venham aqui num determinado momento dizer que assumem a paternidade das políticas que nós estamos a desenvolver e depois logo a seguir criticarem todas as políticas, vamos lá ver se nos entendemos não é? Se de facto numa hora estão de acordo e logo a seguir estão contra. Em relação ao Partido Comunista já nos habituámos não é? Porque é a política do “*bota abaixo*” e portanto, tudo está errado, aliás, nós temos que fazer sempre o contrário do que o Partido Comunista diz que é para sabermos que estamos a ir no caminho certo. Já agora Senhora Deputada, criticou a participação do Orçamento Participativo, sabe que em termos proporcionais em todo o país, foi das percentagens mais elevadas de participação, sabe que participaram muito mais pessoas no Orçamento Participativo do que os votos que a Senhora teve para ser eleita. Portanto, é meritório, é que a Senhora foi eleita com, não chegou a dois mil votos no Orçamento Participativo foram três mil e muitas pessoas que participaram e quando se está a denegrir as onze Assembleias Participativas, dez delas onde não teve nenhuma participação minha nem da câmara, foram pessoas, cidadãos que estiveram a discutir de uma forma aberta e livre as propostas, a Senhora está denegrir a própria democracia. Eu sei que a democracia do Partido Comunista não é a mesma democracia que eu defendo e estamos perfeitamente entendidos quanto a isso, porque eu sei que o que a Senhora quereria é que a câmara fosse governada com as suas ideias, mas não, nós é que temos a legitimidade do voto e olhe, apresentámos um programa, até fizemos mais, sufragamos o Viseu Primeiro, não tínhamos que o fazer, levámo-lo a debate, pusemo-lo em debate público e portanto, tem sido essa a metodologia que temos seguido, no final do mandato serei julgado com a minha equipa, e as pessoas que estão também aqui na Assembleia Municipal, o PSD que exerceu a coordenação e que está à frente da Câmara de Viseu será julgado, depois vamos ver, vamos ver se a Senhora é eleita, vamos ver se efetivamente as suas ideias vingam ou não, aliás, disse que isto parecia a Disney, eu não sei que papel a Senhora quer ter na tal Disney que inventou, provavelmente vai ter o papel de “rezingão” ou assim uma coisa do género não é? A Branca de Neve tem os 7 anões, acho que lhe ficaria muito bem o papel do anão rezingão porque efetivamente as suas intervenções são de facto muito parecidas com as do anão, parece que está sempre zangada, pelo menos o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda faz-me sorrir, e faz uma oposição...até mostrou que sabe o Hino da Mocidade Portuguesa veja lá! É uma oposição que eu acho que é muito mais correta porque fá-lo de uma forma solta com simpatia, sem ser agreste, não há necessidade de agressividade nem de ser agreste, e olhe, se de vez em quando elogiar alguma coisa que a câmara faz, olhe que não perde votos, esteja descansada que os seus camaradas que a estão ali a fiscalizar em cima não a expulsam do partido, não a expulsam do partido esteja descansada, eu estou seguro que isso não irá acontecer. Portanto, eu gosto muito de oposição, gosto muito de debater ideias, mas gosto também de boa disposição. Sabe Senhora Deputada, apreciei de facto...quem tem um discurso propagandístico, autoritário e prepotente é a Senhora Deputada porque sistematicamente vem aqui com o mesmo discurso que é tirado a papel químico sessão após sessão, não acrescenta nada porque não traz uma ideia valorativa, julga que está a falar pela voz das outras pessoas, olhe, eu ainda fui ao Bairro Municipal no dia em que foi classificado como Património Municipal e vi bem o carinho com que fui tratado por aquelas pessoas todas que lá estavam no bairro, olhe, e fui lá espontaneamente porque havia uma televisão que queria fazer umas imagens sobre o nosso Bairro Municipal e espontaneamente as pessoas foram saindo de casa para vir comigo e todas cordialmente a dizerem, o Senhor Presidente está a fazer aquilo que efetivamente nós pretendemos para o Bairro Municipal. Olhe, esse é que é o meu barómetro, assim como quando o Senhor Deputado Baila Antunes diz que a “*vox populi*”, só se for a “*vox populi*” do Partido Socialista, é natural que eu dentro do Partido Socialista, também mal parecia que os Senhores votassem em nós não é? Enfim, nunca se sabe, às vezes a tudo se chega, mas a “*vox populi*” que nós temos, olhe, é a forma como nós estamos a governar, eu sei

que vos incomoda, eu sei que incómoda muito a forma como estamos a governar, pela dinâmica, agora, o que eu não aceito é que se façam juízos ao trabalho, e à dedicação que nós temos à câmara, não se pode pôr em causa e brincar com o trabalho de pessoas que trabalham de segunda a domingo nas suas diferentes funções, ou os eleitos que aqui estão, sejam eles do Executivo, sejam das Juntas de Freguesia, é que nós trabalhamos muito sabe Senhora Deputada e fique ciente que o trabalho produz frutos, e de facto eu sei que o vosso problema é que os frutos começam a aparecer, também só se atiram pedras a árvores que dão frutos e portanto, é normal que a Senhora o faça e que se mostre tão incomodada com aquilo que se faz, mas esteja descansada, mesmo que repita muitas vezes o mesmo discurso ele não se vai tornar verdade, isto não é assim, as verdades falam por si, além disso a Senhora anda com a lupa aí pelo concelho, nós não precisamos de andar com a lupa, nós sabemos exatamente o que é que falta fazer no concelho, temos um levantamento todo feito freguesia a freguesia discutimos os planos estratégicos com cada um dos Presidentes de Junta, sabemos exatamente o que falta fazer, também temos uma certeza, não vamos fazer tudo de uma vez só, nem há possibilidades de fazer tudo porque os orçamentos não são elásticos e portanto, Senhora Deputada, fique ciente que nós vamos continuar o nosso percurso, independentemente do ruído que a Senhora vai fazendo, porque é o que vem fazer aqui nestas Assembleias. Já agora, agradecer ao Senhor Presidente da Junta dos Coutos que noutra qualidade veio aqui esclarecer porque de facto se nós fizéssemos de outra maneira também era criticável não é? Nós sabemos que somos presos por ter cão e presos por não ter, se fizermos de uma maneira é criticável, se fizermos de outra também é criticável, fez muito bem vir aqui esclarecer meu caro amigo Fernando, efetivamente o programa de Natal é uma parceria entre a Câmara e Associação Comercial e a forma como decorre a questão da iluminação de Natal que ficou completamente esclarecida. Voltando agora às questões que foram colocadas. Para já agradecer ao Senhor Deputado Paulo Pereira a sua intervenção, é bom também ir enfatizando o percurso que vamos fazendo, sobretudo o enfoque que colocou nesta nova forma de fazer política e de levar os cidadãos à participação, a melhor maneira de valorizar a democracia é exatamente estimular os cidadãos a participar, o Orçamento Participativo, que sei que não é muito caro ali à Senhora Deputada Filomena Pires, parece que gosta pouco do Orçamento Participativo, sei que gosta mais dos sistemas planificados e autoritários e nós não, nós gostamos de dar a voz aos cidadãos e de ouvir a opinião, eu sei que podia decidir coisas no âmbito do executivo mas prefiro discuti-las com os cidadãos. Olhe, discutimos de facto o programa, sujeitámo-lo a debate público, discutimos a estratégia do Centro Histórico, sujeitámos neste momento a concurso público o Concurso de Ideias para o Mercado 2 de Maio, criámos os fóruns onde estão a ser discutidos os vários assuntos, o Conselho Estratégico onde estão as pessoas ligadas às principais estruturas, desde o Tribunal ao Regimento de Infantaria 14, às várias Escolas da Cidade, enfim, todas as entidades que, enfim, que mexem estão nesse Conselho Estratégico é isso que temos feito no Conselho Municipal de Juventude, onde as várias políticas para a juventude têm sido discutidas com os jovens sejam de organizações partidárias ou não, é isso que temos feito no Conselho de Educação, as políticas educativas do nosso concelho hoje são concertadas no Conselho Municipal de Educação, e isso sei que é algo que também vos incómoda, porque mesmo no âmbito do programa Viseu Educa, há já vinte projetos que estão neste momento em curso mas todos eles devidamente concertados no Conselho Municipal de Educação porque é assim que entendemos que a governação deve ser feita, o mesmo acontece no CLAS, no que diz respeito à área social, os projetos são lá validados e discutidos com as várias instituições que estão ligadas à área social, o mesmo acontece também no fórum Viseu Cultura exatamente para termos a concertação, é uma nova forma de governação, nós podíamos governar de outra maneira, eu sei que isto incómoda alguma oposição, mas também há muitas pessoas ligadas à oposição que têm participado nestes fóruns e aplaudo, aplaudo porque essa é a forma correta de o fazer, não

é pôr-se de fora e criticar, deve participar de uma forma perfeitamente ativa. Portanto, eu continuarei a ignorar a cassete e o insulto e a valorizar aquilo que seja exatamente o debate positivo. Realçou também a questão do Centro Histórico é claramente uma das nossas prioridades e os frutos estão aí, e a questão do Bairro da Cadeia de que já falei hoje muito sobre este assunto, mas que é claramente uma das questões. Olhe, dou-lhe só um exemplo de como nós ouvimos as pessoas, ainda há tempos, um grupo de cidadãos, apercebi-me que estava a fazer uma campanha a propósito do saudoso fotógrafo Aires, e eu por acaso apercebi-me que estava a haver um movimento de alguns cidadãos que achavam que a campa do cidadão e o seu nome deviam ser devia ser perpetuados e percebi que efetivamente fazia todo o sentido e de imediato estimei a que essa petição chegasse à câmara e a própria autarquia tomou a iniciativa de perpetuar o nome de um cidadão ilustre de Viseu porquê? Porque estamos atentos, faz sentido ouvir os cidadãos, mesmo neste programa, no VISSAIUM 21, na rede de 20 instituições lá está uma associação que foi criada no Bairro Municipal, no Bairro da Cadeia, existia do ponto de vista informal e foi a própria autarquia que estimulou esta associação informal a constituir-se para participar neste programa que apresentámos do ponto de vista do VISSAIUM 21, esta é a nossa forma de ver a governação do Concelho, é a nossa forma de nos relacionarmos com as pessoas, é e vai continuar a ser, foi este o compromisso que assumimos e vamos continuar a honrá-lo, não deixando obviamente de prestar contas também nos órgãos próprios. O Senhor Deputado Pedro Baila Antunes elogiou o comportamento da Assembleia Municipal Infantil para depois começar também com o seu habitual discurso, eu por acaso da sua parte esperava mais, espero sempre mais, não é por eu andar todos os dias a falar do investimento A, B ou C que significa que ele não se esteja a concretizar, o Senhor avalie os resultados que estão feitos designadamente todos os instrumentos que criámos, todos os instrumentos que nos propusemos criar estão criados e o trabalho está a ser feito. Agora, também gostava às vezes de ver algum investimento aparecer na câmara pela sua mão porque também tem responsabilidades, e gostava, gostava que todos os cidadãos também participassem porque o trabalho de angariação de investimento para o nosso concelho é um trabalho duro, diário, que nós fazemos junto de várias instituições e com frutos já dados, de facto o Hospital da CUF vai começar a ser construído no próximo trimestre, o projeto que está instalado na sua escola, o projeto da bizzdirect que até está instalado na sua escola, pode ir lá, está lá mesmo ao seu lado, pode ir lá e aperceber-se de como tem vindo a crescer e como tem vindo a academia a funcionar designadamente na formação de pessoas, os projetos que estão em curso para se instalarem no nosso Parque Empresarial de Mundão, para não falar de outras questões, por exemplo a dinâmica do Centro Histórico é atividade económica, veja se a atividade não está neste momento a ser desenvolvida. Portanto, o que eu lhe quero dizer é que num ano e pouco, acho que até andámos muito face aquilo que era o ponto de partida e portanto, seguramente que a questão do investimento vai continuar a ser a nossa prioridade das prioridades e seremos seguramente julgados com a cabeça levantada como eu ando sempre, à coisa de que eu não tenho medo, é de trabalhar, de debater e pôr as ideias na prática. Diz que pusemos a fasquia alta, pusemos sim Senhor, pusemos, escolhemos o lema da “Melhor Cidade para Viver” e não porque seja classificada pelo ranking A, ou ranking B, escolhemos esse lema porque achamos que é o lema que mais se identifica com os cidadãos de Viseu e portanto, é exatamente esse grau de exigência que nós esperamos da parte dos cidadãos e sabemos que a fasquia está alta, mas seremos julgados também por essa fasquia, porque a verdade é quer nós trouxemos ao debate, trouxemos para o nosso programa trouxemos estratégia, e traçámos estratégia nos diferentes domínios, eu não vi isso, eu só vejo o Partido Socialista depois dizer, essa ideia é minha, aquela ideia é nossa, e tal, é a vossa postura, olhe, as ideias são de quem as coloca na prática e eu recorde-me numa altura um Deputado Augusto Oliveira fez aqui uma intervenção notável aqui nesta Assembleia Municipal, era eu ainda um catraio, veio aqui fazer uma intervenção como se estivesse a projetar Viseu

no século XXII e depois rematou a dizer, e fiquem cientes que quando estas coisas todas se concretizarem fui eu, fui eu que fiz a proposta. Por acaso, foi uma das intervenções, o Dr. Mota Faria está-se a rir porque está-se a recordar dessa intervenção e na altura até foi o Deputado Miguel Ginestal, agora cidadão Miguel Ginestal, que numa Sessão da Assembleia veio cá também, na altura acho até que o PS era Governo se não estou em erro, as coisas vão acontecendo, nós também já cá andamos há uns anitos e veio aqui também ele próprio tentar assumir a paternidade de alguns assuntos, ele foi lá responder dessa maneira, de facto um momento hilariante, portanto vão sempre indo mais à frente no sentido de antecipar coisas que possam vir a acontecer. O Senhor Deputado Carlos Vieira, para já elogio-lhe o humor, sempre o elogiei, aliás, nós sempre tivemos uma relação pessoal muito boa, tenho que o dizer, aprecio a sua forma de fazer oposição porque pelo menos tem sentido de humor, não fica de rosto fechado, até consegue cantar o Hino da Mocidade Portuguesa, em relação aos versos eu vou ver se se adequam à confraria está bem? Portanto, vamos ver se efetivamente eles se adequam aos princípios e se a sua veia poética for ao encontro daquilo que são os desígnios desta lógica de trazer os jovens para as questões da natureza e da produção agrícola eu depois, vou obviamente chamá-lo para fazer jus aos seus direitos de autor não é? Portanto, esteja descansado. Obviamente que apreciei a avaliação que fez do Orçamento Participativo, foi uma avaliação isenta e tenho que realçar que em várias sessões, nas sessões públicas onde nós tivemos vi elementos do Bloco de Esquerda presentes, o mesmo não posso dizer de outros partidos, e também a forma como se referiu ao Bairro Municipal porque só quem não quis ver o trabalho que estamos a fazer, e enfim, o melhor reconhecimento é mesmo o reconhecimento das pessoas que lá vivem. Senhor Deputado Carlos Cunha em relação ao Instituto Piaget, o que lhe posso dizer é que nós temos acompanhado o processo com muita proximidade, já foi com este executivo que foi legalizado todo o complexo do Instituto Piaget e já foi também com este executivo que isentámos em 90% as taxas. Portanto, desse ponto de vista, temos acompanhado e procurado ajudar a instituição, também a temos procurado ajudar no sentido de localização de outras valências lá, e estão coisas em curso que podem vir a ajudar bastante o Instituto Piaget, obviamente que acompanhamos com preocupação, como acompanhamos sempre alguma instituição instalada em Viseu que vai diminuindo a sua atividade isso obviamente que sim. Em relação à questão da informática, de facto o que eu disse anteontem na Assembleia Municipal Infantil que temos o levantamento todo feito das escolas, sabemos bem que o parque informático precisa de ser renovado, precisa de evoluir assim como a largura de banda de acesso à internet, esse levantamento está todo feito pelo Senhor Vice-Presidente e estamos neste momento à espera de ver, se tivermos uma janela nos fundos comunitários, fazemos isto a um ritmo mais acelerado se não tivermos uma janela nos fundos comunitários, faremos a um ritmo mais cadenciado com os fundos próprios da autarquia, agora, temos consciência perfeita da necessidade de melhorar esta questão. Em relação às coberturas das escolas, também tem sido uma preocupação muito forte nossa e designadamente na Escola de Santiago que referiu, ela é já o exemplo de uma cobertura feita já com a metodologia que nós adotámos para esse efeito e penso que está bastante bem feita. Em relação ao Fontelo, deve ter lido num jornal que eu já falei sobre este assunto, dizendo que estávamos a fazer neste momento uma reinterpretação do Fontelo e está a ser feita pelos serviços da própria câmara é um projeto que enfim, não necessitará de ser contratado fora, porque há de facto competências dentro da própria autarquia que o estão a desenvolver. Falou também na ecopista, de facto a ligação ao Fontelo é uma realidade, do Pavilhão do Fontelo, o seu partido também tem um Vereador por acaso não está aqui agora, substituto que agora já não é substituto, como houve suspensão de mandato agora está em efetividade de funções e que sabe bem que ao longo das várias reuniões do executivo, várias alterações que têm sido levadas à reunião do executivo e o que lhe posso dizer é que, da forma como está a decorrer a reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo, nós estamos convictos que vamos conseguir

aproveitar os fundos comunitários que estão ligados a este projeto e estamos convictos também que vamos chegar ao final da obra com um desvio, espero que muito pequeno face aquilo que era o valor inicial. O Bar do Fontelo era uma questão de opção, ou esperávamos por ter o projeto de reinterpretação do Fontelo e deixávamos um verão sem bar ou abríamos o concurso para um período mais curto, por um ano, exatamente para que o Bar do Fontelo não ficasse deserto e portanto, optámos por fazer a abertura do concurso, independentemente da solução futura que venha a ser adotada na reinterpretação. O Fontelo é claramente um espaço da cidade que precisa de ser reinterpretado, mantendo a sua identidade, porque também não vale apenas, não estamos a falar de grandes obras que vamos fazer no Fontelo, estamos a falar sobretudo de uma reinterpretação que o melhore e que o torne mais atrativo para as pessoas poderem fruir deste espaço fantástico que Viseu tem o gosto de ter. Em relação às residências dos estudantes ó Senhor Deputado, há uma coisa que lhe quero dizer, o que nós pretendemos, se reparar, o município saiu do negócio imobiliário no Centro Histórico, antigamente fazia reabilitação para vender, nós não fazemos reabilitação para venda, foi uma opção do município, as orientações que foram dadas à SRU é, no Centro Histórico ou iremos reabilitar edifícios para uso próprio do município ou para outras valências, ou faremos reabilitação para arrendar, arrendamento com rendas condicionadas em que vamos privilegiar os casais jovens. Agora, em tudo o resto o que estamos a fazer é estimular os privados a investir, e o projeto das residências é um projeto privado, portanto, não esteja à espera de um concurso público da câmara porque não vai haver, o que há, há de facto já neste momento uma manifestação de interesse de privados que estão interessados em investir neste domínio. Em relação à Cava do Viriato, de facto quando apresentarmos a Feira de S. Mateus vai ter novidades sobre isso, quando apresentarmos o programa da Feira de S. Mateus para este ano verificará que a sua preocupação com a Estátua de Viriato e com a Cava de Viriato, até na Feira de S. Mateus estará bem presente. O vandalismo, não são 100 mil, são 150 mil, portanto, corrijam um bocadinho aí os dados, sempre foi, eu sempre falei em 150 mil euros de valor, assim como na questão dos graffitis, que como sabem estamos procurar envolver também os estudantes nisto, nós fizemos um protocolo com Associação Académica de Viseu, e vamos ter já a primeira sessão, já está marcado o dia até no fim de semana em que isso vai ser feito. Portanto, estamos a envolver também os nossos jovens universitários num trabalho que vai ser feito com funcionários da câmara e com o envolvimento de pessoas designadamente jovens universitários, vamos fazer algum combate aos graffitis, e vamos também adotar algumas paredes na cidade que vão ser sim objeto de alguma arte urbana que é hoje também um elemento distintivo, aliás, já temos aqui um coração aqui neste edifício ao lado e por acaso junto à Feira de S. Mateus, já está também contratado com uma artista de Viseu uma intervenção que penso que vão gostar. Em relação ao estudo da Feira de S. Mateus, como eu o referi no dia da aprovação em reunião de câmara, eu considero que é um investimento que o município tem que fazer, enfim, do ponto de vista de cartaz é o principal evento que Viseu tem, e tem uma história de séculos, é preciso estudá-lo, portanto, este estudo recorre aqui a pessoas exatamente do nosso concelho, o Rui Macário, o Luís Fernandes e a Liliana Castilho, que depois irão interagir com outras pessoas, pensamos que escolhemos bem, aliás, a Senhora Vereadora tratou deste assunto e portanto, nós vamos ter a elaboração da história da Feira de S. Mateus, a respetiva inventariação documental, e vamos ter várias abordagens, da fundação à contemporaneidade da Feira de S. Mateus, a contemporânea Feira de S. Mateus e as memórias, materialização e vivências da Feira de S. Mateus. Portanto, vão ser 36 fascículos que vão ser produzidos que no fundo é um investimento na história do próprio evento que nos ajudará a ter um conhecimento mais aprofundado do evento e inclusivamente a usar algum desse conhecimento para iniciativas futuras na própria feira de S. Mateus. Portanto, é claramente um investimento, não considero que isto seja uma despesa. Senhor Deputado Pedro Baila Antunes também já lhe respondi, Deputada

Cristina Fonseca, nós não falamos de educação como alguém já falou não é? Da paixão, mas depois se viu que a paixão não era muito intensa, às vezes as paixões duram pouco tempo não é? É melhor ter amor verdadeiro do que a paixão, e de facto, quer o nosso programa Viseu Educa, que eu sei que já o leu com atenção se revê nele. São cerca de vinte ações já neste momento que estão adotadas, aliás, vamos ter a próxima reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 5, assinei ontem a convocatória exatamente porque estamos a fazer, temos projetos na área da inclusão, na área da música, na área do teatro, enfim, há várias e de facto o município está-se a substituir ao Estado Central na tal atividade que o Estado Central, não só este Governo, já o anterior o fez, o desinvestimento que foi feito do ponto de vista da atividade extraescolar, nós estamos a investir e estamos aqui a substituir o Estado Central porque entendemos que isso vai permitir o quê? Vai permitir uma melhoria do aproveitamento escolar dos nossos jovens, das nossas crianças, e vai permitir também o abandono escolar e permitir uma formação mais ampla dos nossos jovens e portanto, estamos convictos que este modelo que estamos a adotar e na lógica que já de manhã deixei bem clara, nós não alinhámos nesta questão, nós achamos que o modelo que estamos a adotar no concelho está bem, está equilibrado, é muito participativo, os frutos estão aí à vista, há um forte envolvimento dos conselhos diretivos, das associações de pais que têm aqui um papel extremamente relevante, nós temos mantido uma ligação muito forte com cada uma das associações de pais dos agrupamentos e das próprias escolas porque esses é que são os verdadeiros, porque depois às vezes aparecem aí uns pretensos representantes de todos os pais, nós gostamos mais de falar diretamente com os pais, com os pais respetivos e sempre que temos um problema para resolver numa escola, nós queremos é falar com os pais dos meninos dessa escola porque esses é que conhecem o problema e é com eles que nós encontramos as soluções, não é com pretensos representantes de todas as escolas que depois provavelmente não saberão muito bem o que é que se passa em cada uma das escolas. Nós conhecemos muito bem a realidade é muito bem acompanhada pelo Senhor Vice Presidente esta questão da educação e portanto, esteja descansada que estamos a procurar fazer não só um trabalho do município, mas mais uma vez do ponto de vista da rede. Por fim, o Senhor Presidente da Junta Fernando Almeida, já falámos sobre isso, a Senhora Deputada Lúcia Silva vem aqui com a sua, enfim, voz meiga procurar saber o que é que o Senhor Juncker pensa, não sei, não falei com ele. Por acaso conheço-o pessoalmente mas não falei com ele, o que eu lhe posso dizer é o seguinte: estou muito confiante nas soluções que o Governo vai tomar, são muitas as reuniões as que eu já tive, desde o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas com quem reuni várias vezes passando pelo Senhor Ministro da Economia que tem a responsabilidade desta área, com o Presidente da Estradas de Portugal e com o Vice-Presidente que agora nesta estrutura que resulta da Estradas de Portugal e da REFER, como sabem estão as duas debaixo da mesma tutela, sei enfim, que a decisão estará a ser ultimada e sei também que se seguirá a fase da conceção construção do troço. Há uma garantia que eu tenho, é que nunca houve unanimidade ou melhor, não é unanimidade porque há vozes discordantes, mas nunca houve um consenso tão alargado entre o centro e o norte do país sobre aquilo que é efetivamente melhor para o país, e aquilo que nós neste momento estamos a discutir é a melhor solução para o país, e seguramente, estamos convictos que a melhor solução é claramente o corredor Aveiro-Vilar Formoso. Agora, depois disso iremos ao projeto conceção construção e não tenha dúvidas que Viseu terá uma estação mas não é a minha defesa, repare, eu não tenho optado por fazer aquela defesa pouco consistente dizendo assim, Viseu é o único concelho que ainda não tem comboio, isso não representa nada, o que representa num investimento desta envergadura é se efetivamente este traçado é o que serve melhor o país ou não, e de facto este traçado é o que melhor serve o país e estamos convictos que o Senhor Secretário de Estado e as suas equipas começam também a estar convencidos que esta é a melhor opção. Como é que isto se vai financiar? Só há duas formas Senhora Deputada é através

do fundo de coesão em que uma parte das verbas do fundo de coesão serão objetivamente para a ferrovia e o Governo já assumiu que cerca de 1 Milhão de euros seria exatamente para a ferrovia e depois há uma coisa que se chama Connecting Europe Facility que o Governo Português tem já acesso direto a cerca de 500 Milhões de euros e depois pode candidatar a outras fases que vão ser feitas, portanto, a outras tranches que vão ser abertas do ponto de vista europeu, será aí que irá entrar, isto dos portos, e por aí fora, isto é muito mais complexo, nós não estamos a falar de uma solução ferroviária, nós estamos a falar numa solução logística para o país, e portanto, solução logística que é de certa maneira o chamado "pi deitado" portanto, com as duas saídas europeias. Portanto, estou convicto que a decisão que o Governo vai tomar, será uma decisão que vai ser saudada pelo norte e pelo centro do país e pelo país como um todo, porque de facto será uma solução que não visa ser enfim, para o município A ou para o município B. Em relação à questão da nossa adesão à campanha do "i", há quatro municípios que estão envolvidos nesta sensibilização e achámos que era positivo associarmo-nos, é o Município de Braga, Município de Cascais, Município de Viseu e Município da Amadora, são os quatro municípios e aderimos porque entendemos que a ideia era muito boa, entendemos que era uma forma de puxarmos por esta matéria e de a sensibilizar, eu acho que muitas vezes não gostam da ideia porque nunca a tiveram, porque se a tivessem, talvez gostassem da ideia, agora, isto foi devidamente ponderado, e já debatemos isto também no âmbito da rede das instituições que atuam na área da violência doméstica e estamos convictos que fizemos uma boa opção, aliás, no caso do meu colega de Braga, até já deliberou o nome da pessoa e sei que o meu colega de Cascais também já tem o nome e que está a fazer a consulta às entidades e a Amadora a mesma coisa, portanto, vamos fazê-lo e achamos que estamos aqui a prestar um serviço mais de sensibilização para um problema que é real, que é concreto, que existe na sociedade portuguesa e que é urgente combater. Portanto, enfim, não se pode agradar a toda a gente, se calhar se tivéssemos escolhido que fosse uma rua só às vítimas da violência Doméstica, estariam a dizer, mas porque é que não personalizaram a rua, porque há pessoas que são vítimas e deviam ter o seu nome imortalizado. Olhe, desde que a família o permita, e estamos a falar sempre de vítimas de violência doméstica que infelizmente faleceram e portanto, desde que a família o autorize faremos, se conseguirmos encontrar como encontramos um nome que é consensual nas várias instituições e que é do Concelho de Viseu, faremos dessa forma, se não for, poderá ser do distrito ou até do país, porque o imortalizar e o sensibilizar para uma questão como esta, temos que fazer a sensibilização numa lógica de geometria de banda larga. Portanto, penso que respondi a todas as questões. Senhor Presidente muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Eu tive aqui um lapso, a Deputada Cristina Fonseca tinha pedido a palavra e por isso, se quiser neste momento. As segundas intervenções são de três minutos, está bem?-----

----- CINQUENTA E DOIS: – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): É muito rápido. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu queria apenas clarificar a intenção que traduziu a nossa intervenção do Grupo Municipal do Partido Socialista e que de forma alguma pretende desconsiderar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido quer pela autarquia quer pelas juntas de freguesia, mas apenas alertar para a necessidade de que estas lógicas de criarmos uma plataforma de comunicação e de estreitar formas de articulação e para que a colaboração seja mais eficaz, na verdade, importa que todos estejamos na posse de um conjunto de informação para que efetivamente os circuitos e os procedimentos que estão em vigor não inviabilizem propostas que à priori e que na sua origem parecem efetivamente fazer todo o sentido, até porque na matéria eu só tenho a elogiar, que sem se tratar da matéria, do grupo de população que poderá ser abrangido de forma gratuita, eu só tenho que saudar na outra questão os preços reduzidos que a freguesia, com o protocolo, com a parceria que estabeleceu com o referido serviço conseguirá prestar às famílias que efetivamente não

necessitam do protocolo da Segurança Social, Mas, na verdade eu vinha alertar para a pertinência e para a urgência de que de facto aproximar os serviços quer da administração local quer das juntas de freguesia, das várias estruturas do poder local, carecem de um aproximar muito discutido, muito debatido, a urgência de facto é para ontem e de forma nenhuma desconsiderar o trabalho e intenção que a junta de freguesia apresentou a proposta aos referidos agrupamentos, e eu gostava que isso ficasse claro. De facto importa salientar que, para que esta aproximação ocorra e para que haja eficácia nas propostas é importante que estas plataformas de articulação sejam aprofundadas no terreno.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Deputada Lúcia Silva. Há mais alguém que neste período queira usar da palavra?-----

----- **CINQUENTA E TRÊS: – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Reitero os cumprimentos. Apenas aqui uma outra questão que ficou penso eu, por responder e eu reitero a mesma questão e também gostava que o Senhor Presidente de uma forma cândida e doce me respondesse à questão. Caso não haja cumprimento da parte do atual Governo sobre aquilo que todos nós reivindicamos, o que é que o Senhor Presidente da Câmara tenciona fazer? Estará à espera que haja mudança do Governo para que depois possa fazer manifestações de rua ou outro tipo de ação? De uma forma cândida e doce Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Desde já, só dizer à Senhora Deputada Cristina Fonseca que toda a política educativa é concertada no Conselho Municipal de Educação, e obviamente que, estão aí representados os vários parceiros principais do concelho, e estarei sempre recetivo a aumentar a composição sempre que me indiquem alguma entidade que seja importante estar e aliás, já o fizemos. Portanto, o que é importante é que estejam lá os diferentes atores exatamente para essa ponderação, para não duplicarmos esforços, para sermos uma verdadeira rede de ação no domínio educativo. Senhora Deputada Lúcia Silva, eu sou conhecido também pela minha frontalidade, eu posso ser afável porque sou, mas sou direto e frontal e portanto, não alinho muito em manifestações da rua, este Governo assumiu comigo uma responsabilidade, que era tomar uma decisão, eu estou à espera que este Governo a tome e falando com a mesma voz que falo para o Governo do meu partido, como falarei para um Governo que não seja do meu partido, sempre fui assim, não vou mudar. Olhe, por acaso há dias, uma jornalista que agora já não é jornalista no ativo, mandou-me uma página que por acaso, até a partilhei com os meus colegas de administração da câmara em que me mostrava um bocadinho mais jovem, ainda sem cabelos brancos e com mais cabelo, na altura em que eu estava como Presidente da Associação Industrial, e numa entrevista que eu dei a uma revista que havia e que era a Revista BI, não sei se se recorda disso, a forma como me caracterizava era exatamente conhecido por dizer aquilo que pensa e por agir sempre com frontalidade e na altura até estávamos em vésperas de eleições presenciais e referia que eu iria dar o meu apoio público a um candidato que não era do meu partido. Portanto, que fique bem claro que eu sempre pensei pela minha cabeça e não sou muito favorável a manifestações de rua, acredito mais neste trabalho, é que sabe que, para a questão da ferrovia nós não nos limitámos a colocarmo-nos numa posição de reivindicação, isto tem dado muito trabalho, são muitas horas que estão investidas neste processo, porque concertámos posições com as três confederações do centro e norte de Portugal, com o Conselho Empresarial do Centro, com a Associação Empresarial do Minho e com a Associação Empresarial de Portugal, portanto, com a AEP, por outro lado, envolvemos os dois Presidentes das duas CCDDR, Norte e Centro e envolvemos também, os municípios todos que quiseram estar presentes e posso dizer-lhe que são dezenas e que vão

desde o município do Porto, ao município de Gaia, a Gondomar, nós temos pessoas de outros distritos a defenderem exatamente a mesma posição de Viseu, para já não falar da plataforma da A25 que defende esta mesma posição. Portanto, estamos a falar de uma consensualização de uma solução que passou por estudos, portanto, nós investimos também na feitura de..., conhecíamos a proposta das grandes infraestruturas e designadamente a melhoria da Linha da Beira Alta e apresentámos ao Governo, estudos alternativos, depois a primeira solução que apresentámos, era uma solução que não cabia dentro do orçamento disponível e nós viemos para casa refazer o trabalho, nós os técnicos que colaboraram connosco e com a nossa opinião política para podermos no fundo encaixar a nossa estratégia no orçamento disponível, e foi aí que se optou, não por uma solução de dupla via, portanto, de bitola europeia, não dupla via, mas via única com bypass para adequar aos custos do orçamento disponível. Portanto, nós não nos limitámos à postura reivindicativa de rua, não, é fazer o trabalho de casa, é isso que eu tenho feito, e se reparar, olhe, as obras lá de baixo do Palácio da Justiça já estão a decorrer, não sei se sabe, não sei se já lá foi, mas no terceiro piso, já estão a decorrer as obras de melhoramento do terceiro piso para ele ficar a funcionar como devia, é trabalho também do Presidente da Câmara que fez juntamente com a Senhora Juiz Presidente o trabalho junto do Governo, como o tenho feito noutras áreas, não abdicó de defender a região e de ser uma voz ativa na defesa dos interesses da região, esteja em causa Viseu ou a Cidade Região, mesmo quando o Senhor Deputado Baila Antunes que vem sempre aqui insinuar que eu me dou mal com os meus colegas, “tire o cavalinho da chuva”, eu relaciono-me bem com toda a gente e quem me conhece sabe bem que eu me relaciono com toda a gente e se há pessoa com capacidade de fazer pontes, seguramente que eu serei uma delas, portanto esteja descansado, pode dormir mesmo descansado, não tome o *lorenin* que isso pode-lhe fazer mal. Portanto, durma mesmo descansado que o papel de concertação regional não abdicó de o fazer e não abdicó de ser uma voz viva da região, na defesa dos interesses da região e de reivindicar deste Governo com a mesma veemência com que reivindicarei daqui a uns tempos se efetivamente houver mudança ou não, também não é líquido, eu sei que anda aí tudo muito nervoso e a posicionarem-se, também se percebe que há alguns posicionamentos para as listas e essas coisas, e quero-lhe dizer que não vou ser candidato não é? Eu estou Presidente da Câmara eleito, estou aqui em exclusividade de funções, não estou nessa guerra, obviamente que irei também emitir a minha opinião dentro do meu partido sobre aquilo que eu entendo que podem ser os melhores candidatos para este distrito, mas estejam descansados que eu estou Presidente da Câmara 24 horas por dia, sete dias por semana, portanto, não estou nessas corridas.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Ponto número Um. Iremos colocar à Apreciação e Votação o Ponto Número Dois da Ordem de Trabalhos **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – EDIFÍCIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA AUGUSTA DA CRUZ, N.º 12**. Algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este assunto? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires-----

----- CINQUENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Eu não posso deixar devido a esta tribuna, fazer aqui um reparo que efetivamente tenho constatado, quando alguém nesta sala diplomaticamente se refere a mim, eu sou a representante da CDU, quando pelo contrário a má vontade leva a atirar pedras, eu sou a Deputada do PCP e isto na minha perspetiva vem ao encontro de uma atitude que é profundamente preconceituosa em relação ao Partido Comunista Português e vem ao encontro de alimentar um conjunto de estereótipos e preconceitos que já era tempo de serem abandonados, a cassette já acabou, agora é o CD, agora é o Vídeo, portanto, era tempo de acabar com os preconceitos, basta fazer uma breve leitura daquilo que são as Atas das Sessões desta Assembleia, basta ter seguido com atenção aquilo que foi todo o meu desempenho até este momento nesta sessão para se perceber que eu não estou

no “bota abaixo”, são imensas as recomendações que eu faço, são imensas as propostas que eu faço, algumas explícitas outras nas entre linhas e de facto, é tempo de acabar com a cassete diria eu. Além disso, é um facto que nas autarquias da CDU, 80% do orçamento é transferido para as freguesias e é discutido tudo aquilo que se faz com as pessoas, isto é participação. Relativamente ao ponto que aqui me traz, eu queria dizer que, assumindo já que vamos votar a favor desta decisão, não podemos deixar de estranhar ser confrontados com uma aplicação retroativa da Lei, isto parece-nos uma coisa um bocadinho estranha, o pedido é de outubro de 2014 para aplicar uma isenção que remete para 2011, aparentemente é aqui aberto um precedente que esperamos não venha a ser caso único uma vez que está aberto, além disso recomendamos que a fundamentação jurídica seja numa próxima situação mais cuidada pois nos parece pecar por alguma falta de rigor. Muito obrigada.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. De facto ó Senhora Deputada é mesmo tempo de acabar com a cassete, e de passar ao domínio do digital e deixar os velhos métodos e já agora dizer-lhe que tenho grandes amigos do Partido Comunista por quem tenho uma grande consideração, mas grandes amigos mesmo, e são pessoas muito sérias na forma como fazem o debate e na própria direção da Associação Nacional dos Municípios, pergunte aos seus camaradas que fazem parte da Associação quem é uma das pessoas com que eles se relacionam melhor e eles responderão com toda a certeza e acredite que trocamos muitas experiências, eles até me vêm muitas vezes perguntar como é que eu estou a fazer em Viseu para aplicarem nos seus municípios. Portanto, está a ver, azar, azar, Senhora Deputada. Em relação ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, referir o seguinte, nós estamos a falar aqui de uma situação que até denota bem a forma como o município se comporta com total isenção na avaliação dos pedidos dos cidadãos, nós estamos a falar de um pedido de isenção que tem a ver com a Casa da Sé, e é conhecido, é público e notório a dessintonia que existe entre mim e as posições do proprietário deste espaço, mas reconhecendo a justeza do pedido que ele faz, e retroativamente porque a Lei o permite Senhora Deputada, a questão da isenção do IMI que aqui trazemos deste edifício que foi objeto de reabilitação, ali junto à Praça D. Duarte, levei isto a reunião de Câmara e traga agora à reunião da Assembleia Municipal exatamente pela fundamentação que a lei permite ter e portanto, dando aqui um benefício de isenção de IMI exatamente a um cidadão que fez um investimento no Centro Histórico, como outros cidadãos que venham a fazer investimentos poderão ter direito, portanto, há aqui um cumprimento escrupuloso da Lei, aliás, se reparar e se leu os dossiers, porque é que nós temos uma ARU em Viseu? Porque é que alargámos a ARU (Área de Reabilitação Urbana)? Não foi só porque é bonito ter uma ARU mais alargada, obviamente que do ponto de vista político faz sentido que a parte da Ribeira faça parte da integrante também do Centro Histórico, do núcleo, o chamado Casco Histórico, porquê? Porque isto vai permitir e está a permitir que as pessoas façam a reabilitação com IVA reduzido, com isenção do IMI e do IMT e também com recurso a isenções que a própria autarquia está a conceder nos licenciamentos na área da ARU e é nossa intenção replicar este procedimento nas Freguesias, portanto, isso eu também já o tinha dito, os Senhores Presidentes de Junta conhecem bem esta minha intenção, agora, neste caso não diga que é uma deficiente fundamentação, porque ela está fundamentada naquilo que a Lei permite e esta retroatividade é exatamente para premiar o investimento feito no Centro Histórico por este cidadão.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, iríamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 119/120).-----

Passamos ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA “VISEU RURAL”**. Dava a palavra ao Senhor Presidente.-

----- CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Este é um programa que do ponto de vista formal nada obrigaria a que trouxéssemos a esta Assembleia Municipal o seu debate, mas trago a esta reunião para apreciação o documento base do “Viseu Rural” que tive já a oportunidade de apresentar na reunião de câmara, tive também a oportunidade de o apresentar no Conselho Estratégico e o Senhor Vereador das Freguesias e do Desenvolvimento Rural, apresentou-o também no Conselho Municipal de Juventude, é uma estratégia que estamos a adotar exatamente virada para a promoção do nosso setor primário, numa concertação com as várias entidades e procurando aqui assumir aquilo que são as responsabilidades do próprio município. Este programa “Viseu Rural” aposta nas potencialidades e desenvolvimento do mundo rural e também do setor agroalimentar e florestal de Viseu e também nas capacidades de quantos nele trabalham e procura responder às preocupações sentidas pelos vários agentes e simultaneamente aos reptos de melhoria de qualidade de vida nas freguesias rurais e nas aldeias, e tem muito a ver com a tal estratégia que nós estamos a procurar seguir em cada uma das aldeias puxando por aquilo que intrinsecamente tem mais valor, e nuns lados puxar mais pela floresta, noutros sítios puxar mais pela agricultura, noutros mais pela pecuária e há um aspeto que eu tenho que realçar aqui, até das várias reuniões que o Senhor Engenheiro João Paulo Gouveia foi tendo, é que os parceiros ligados ao setor estão todos envolvidos no delinear desta estratégia, há um documento bastante mais extenso do que este onde no fundo baliza aquilo que é a nossa visão, a visão desta rede sobre a evolução da agricultura, ou melhor do Setor Primário no nosso concelho. Obviamente que há aqui matérias que são da competência do Governo, há matérias que serão da Direção de Florestas, há matérias que são da Estação Agrária, portanto, a autarquia não se vai substituir a estas entidades, mas o que no fundo faz aqui é, fixar uma visão, um conjunto de objetivos estratégicos, eixos de intervenção que no fundo permitam valorizar as aldeias, as suas paisagens, os recursos e produtos, tradições e saberes e garantido maior coesão e também mais atratividade para a fixação de pessoas nestes mesmos espaços. É também uma estratégia aberta está disponível para consulta e contributos também no nosso site. Basicamente o resumo que foi apresentado, baliza que esta é uma estratégia a dez anos, portanto, uma estratégia a dez anos com o envolvimento de toda esta rede, portanto, uma estratégia de valorização rural de Viseu com uma identidade e territorial como oportunidade social, económica, cultural e turística, por outro lado tem um conjunto de princípios programáticos, execução faseada neste horizonte, um estabelecimento de parcerias entre agentes locais, regionais e nacionais, o respeito pela autonomia de cada parceiro e a complementaridade também de cada um destes parceiros. Depois tem um conjunto de objetivos, um primeiro melhorar a qualidade de vida em espaço rural, um segundo objetivo contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade dos setores agroalimentar, florestal, turístico nos mercados locais nacional e externos e por via disso aumentar o rendimento das populações que se dedicam a esta atividade e depois também uma visão do “Viseu Rural” que é de facto permitir que Viseu seja um território cada vez mais coeso, mais competitivo nesta sua dupla vocação de território urbano e também território rural, no fundo estamos a olhar para o espaço plural com a especificidade que ele efetivamente tem. Depois temos um conjunto de eixos programáticos que se desenvolvem neste documento, desde logo o desenvolvimento rural para melhorar as condições de vida e o rendimento das populações locais, depois a assunção de Viseu como cidade vinhateira, como um dos seus produtos endógenos mais importantes e a produtividade e competitividade do complexo agrícola e florestal. Dentro disto, depois há vários programas, um dos princípios que assumimos é a criação de um fundo de microcrédito que vai ter um duplo objetivo, a promoção da atividade rural mas também da atividade do Centro Histórico, programas de incentivos ao empreendedorismo de aldeia, inclusivamente estamos a ponderar criar alguns espaços rurais que sejam uma espécie de umas incubadoras do meio rural com condições para

poder desenvolver determinado tipo de atividades, algumas infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos para esse efeito, no âmbito da cidade vinhateira, também a organização e promoção de uma agenda regular de eventos temáticos na esteira da experiência que fizemos em 2014, uma rede de conhecimento e inovação do vinho do Dão, a inserção de Viseu em redes internacionais de cidades vinhateiras, privilegiando aqui as que nos são mais próximas, a ativação do funcionamento da rota do vinho do Dão que está em curso esse investimento, aliás, tem já data marcada entre mim e o Presidente da CVR Dão para a sua inauguração, e a dinamização do Solar do Vinho do Dão enquanto palco de eventos. Depois na vertente produtividade e competitividade do complexo agrícola e florestal, temos aqui a parte do levantamento e caracterização do setor agrícola e florestal, uma grande feira das atividades agrícolas e agroindustriais que está neste momento a ser preparada e que contamos que a sua primeira edição venha a acontecer no próximo ano, um portal Viseu Rural, uma rede de informação onde já está inserido o Gabinete que resultou do protocolo com a Associação de Criadores de Gado e com a Confederação de Agricultura e, também a promoção de circuitos enfim, de comercialização dos produtos feitos na proximidade contando aqui com o nosso mercado municipal e com a evolução que ele venha a ter, mas também com as feiras que cada vez começam a disseminar-se mais pelas nossa freguesias e que são elas próprias também feiras de produtos rurais, de produtos agrícolas sobretudo e que também se traduzirão em vias de escoamento de produção. Portanto, esta é uma estratégia que nós não quisemos deixar de a debater aqui nesta Assembleia Municipal, não carecendo de qualquer votação, mas do debate propriamente dito, aberta, não implica que os Senhores Deputados hoje tragam os seus contributos, portanto, manteremos este documento em debate público pelo menos mais um mês, portanto até ao final do mês de março para acabarmos de o estabilizar do ponto de vista dos vários contributos, portanto, o objetivo aqui é dar a conhecer esta estratégia para o meio rural e ao mesmo tempo permitir que os contributos possam aparecer como têm aparecido, aliás, este será também um dos temas que temos vindo a discutir designadamente com os Presidentes de Junta que mais diretamente têm a ver com estas áreas e portanto, gostávamos obviamente Senhor Presidente, de ter uma palavra dinâmica também desta Assembleia e achamos que este é o local também certo para fazer um debate sobre uma estratégia para o mundo rural que aliás, era um dos vetores também do nosso programa “Viseu Primeiro” e portanto, trazemos aqui também esta estratégia, no fundo sobre a atuação no mundo rural.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Antes de dar a palavra queria só clarificar aqui uma situação do porquê vir para apreciação e votação. Acontece que na proposta que nos foi enviada, vinha a questão de, para apreciação, mas depois vinha que seja submetida à consideração dos Membros da Assembleia com vista ser aprovado. Ou seja, a ser aprovado nos termos da minuta e por isso por uma questão de mera precaução, pusemos apreciação e votação, porque tinha a ver com a proposta que foi enviada, de qualquer maneira, está clarificado que é somente a situação de apreciação. Tem a palavra do Deputado Pedro Madeira Antunes.-----

----- CINQUENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Renovação de votos de boa tarde a todos os presentes. Desde já quero adiantar que o Partido Socialista obviamente vai votar favoravelmente o “Viseu Rural”. Efetivamente que é um documento que adiciona, não subtrai, contudo importa dissecar algumas questões críticas e fazer uma análise política deste documento. Desde logo, a formatação do documento enferma dos mesmos problemas de outros textos de índole similar lançados pela Câmara Municipal de Viseu.----- É assim apresentado um rol de ideias ou iniciativas dispersas a implementar - a maioria demasiado genéricas, não estabelecendo metas concretas – sem apresentar o caminho para as concretizar, incluindo *timings*, uma estimativa de custos, o seu acompanhamento e a sua avaliação. Sobre o conteúdo é evidente como eu já transpareci é positivo, contemplando

princípios e ideias básicas relativamente positivas. Mas tem dois problemas que podem perigar seriamente a sua operacionalização.-----

1. Depois de identificar problemas gerais e comuns e toda a gente conhece os problemas, pelo menos aqueles mais visíveis das freguesias rurais do concelho, nomeadamente a desertificação enfim, e o envelhecimento da população, portanto uma depressão demográfica, é preciso identificar e agir “à lupa” e com “pinça”, e o que se nota neste documento é uma generalização, nós não tivemos conhecimento do documento mais extenso, por ventura aí terá uma focalização maior, mas é realmente vital isso e eu vou daqui a pouco dar alguns exemplos. Por outro lado, não deixa de haver neste documento uma perspetiva demasiado “ruralizante” – campesina – é verdade que é importante, faz parte da nossa genética, mas eu diria, os tempos são outros, a própria agricultura é uma nova agricultura. A agricultura é atrativa por exemplo, para atrair população, (este documento fala em fixar residentes), não, atrair pessoas, e eu sobre isso até falo enfim, é uma questão que me é cara a mim porque eu há vinte anos decidi ir para uma zona rural deste concelho e para atrair pessoas, é preciso ter uma matriz atrativa, não só para as pessoas mas também para as empresas que têm a ver com esse mundo não só campesino, rural, etc., e de facto basta ver se realmente as infraestruturas básicas estão devidamente colmatadas no nosso concelho, é verdade, ainda há problemas que é preciso debelar mas, por exemplo, ao nível de infraestruturas de segunda geração o concelho está com um handicap muito grande, eu não tenho Internet quase em casa, enfim, eu dou o meu exemplo que é o geral, tenho dois mega no máximo de Internet, a televisão tem que ser por satélite, não há gás natural, os meus filhos para virem para Viseu, têm de, enfim, têm de se socorrer dos pais e raramente têm transportes públicos minimamente lógicos em termos de horários, por outro lado, se os largos de igreja em muitas freguesias rurais estão bem tratados (isto é só uma imagem) em muitos lados ainda há falta de parques infantis, de zonas de lazer, etc. Outra questão muito importante a esse nível para atrair pessoas, reparem que no nosso concelho há freguesias que diminuíram de 1991 a 2011, 29% da população e realmente antes de atacar se calhar ou concomitantemente é certo este problema mais rural, é preciso ver a atração dos jovens e há problemas que ainda se mantêm e o novo PDM não resolveu ao nível de loteamento e ao nível da construção e, a nível de construção também é vital nos centros das freguesias rurais sobretudo, implementar as mesmas medidas que estão a ser implementadas no Centro Histórico, ao nível fiscal, ao nível da promoção de incentivos de financiamentos para as fachadas e para os interiores, etc., tem de haver realmente algum cuidado também a esse nível, no fundo paralelizar o Centro Histórico com as freguesias rurais a esse nível. Outra questão muito importante e também a ver com a ruralidade e com as questões económicas é que devia haver incentivos ao comércio de proximidade, eu vivo numa aldeia que já não tem uma mercearia, quanto mais outro tipo de comércio, e portanto, acho que pode caber perfeitamente à câmara municipal um papel de incentivo a esse nível. Outra questão importante é a economia social, isto é, se nós repararmos atualmente, mais de 50% do emprego nas freguesias rurais, tem a ver com a economia social e, quer dizer, independentemente do valor social que todos reconhecem, há que ter um foco eventualmente com algo mais específico mais uma vez sobre essa questão da empregabilidade que representa a economia social e realmente, sobre o território, agora virando-me mais para a questão da ruralidade e afins, e aqui neste documento não transparece isso, olhar melhor para o território, por exemplo a floresta, a floresta está a norte do concelho, a norte e na área oeste do concelho e é aí nessas freguesias que devem ser implementados todos os programas associados à floresta, tal como a sul, as questões por exemplo associadas à agricultura, mormente que é de facto o grande “cluster” da região a esse nível que é o vinho do Dão, e então, eu vou dar alguns exemplos de polos de desenvolvimento que aqui não se identificam, no programa, e que são as sementes para no território despoletar também esse tal desenvolvimento rural entre aspas puro e duro,

nomeadamente e eu só vou dar alguns exemplos aos Senhores Presidentes de Junta, eu não tenho tempo e realmente vou só dar alguns exemplos. Por exemplo: A Boa Aldeia, Farminhão, Torredeita, têm um potencial já com algumas empresas no terreno, já têm um micro parque industrial e realmente pode haver pequenos parques industriais, eventualmente associados a produtos endógenos dessas freguesias ou enfim que por um acaso histórico se instalaram aí, e portanto, tem de haver uma distribuição industrial também pelas freguesias rurais. Há uma questão que eu acho que é muito pertinente neste momento, que é a questão de Alcafache. Alcafache, enfim, que é dividido diria com o concelho de Mangualde, tem um grande potencial como é evidente em termos de termas, que estão a ter agora um grande incremento e tem a famosa praia Fluvial que há-de ser um dia inaugurada. Eu espero bem, e aí há um potencial para ser um polo de atração turística, ao nível da água por exemplo, fazer enfim, com aquilo que tem muito jeito esta câmara, qualquer coisa relativamente à água ali, porque é termas e a praia fluvial, mas há um problema que me preocupa que é a questão da Bandeira Azul, por exemplo, era fundamental desde já despoletar o processo para que aquilo tivesse esse carimbo da Bandeira Azul, eu espero bem que até já o tenham feito porque se a qualidade da água e outros critérios que são necessários não são atendidos ali, corre-se o risco de salvo o erro, não sei se é esse o valor de 700.000 euros de investimento ficarem um bocado perigados na sua utilidade. Outro exemplo, Silgueiros evidentemente ao nível do vinho do Dão, e ao nível do vinho do Dão, enfim, eu quase diria que uma pessoa tem que ter algum cuidado ao falar de vinho do Dão se não pode causar alguns pruridos, mas eu vou falar à vontade, falo sempre. Eu acho como já muita gente disse que há um certo exagero, ou pelo menos o modo como organizam esta questão do vinho do Dão, o vinho do Dão, tem que ser e o Senhor Presidente disse-o e espero bem que o concretize, tem que ser em interação com a Rota do Vinho do Dão e com os Municípios vizinhos, tal como outra questão que eu vou falar, e o Senhor Presidente disse que se dá bem com os municípios vizinhos, aqui era uma oportunidade, é indesmentível que por exemplo Nelas, para dar um exemplo, é que tem os sítios para onde as pessoas poderão ir em grande parte, a seguir a Viseu ou antes de Viseu numa rota de Enoturismo...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Ó Senhor Deputado,...-----

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue a sua intervenção dizendo: Eu vou ser breve, Ó senhor Presidente, é uma folha A4, estou mesmo acabar. Realmente o vinho do Dão e a questão florestal. Depois de grandes incêndios, há que ter um aspeto em mente, que é, a Região de Viseu, é uma das maiores de potencial florestal se não for a de maior potencial a nível florestal, porquê não criar um parque florestal, já várias vezes aqui disse esta ideia, porquê não interagir com outros concelhos também da região? O Senhor Presidente uma vez disse uma coisa muito interessante, que o distrito de Viseu era o único autossustentável em energias alternativas e achei muito interessante, fui pesquisar e é mesmo, e esse é outro Cluster mas não está potenciada essa questão que realmente tem um grande potencial ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, vai ter que terminar mesmo com a tolerância dada.-----

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes termina dizendo: Pronto, eu tinha aqui uma série de outros polos de desenvolvimento, enfim, era só umas sugestões, ok.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Reitero uma vez mais os meus cumprimentos, aproveito também para saudar o Público aqui presente. Senhor Presidente, dizer-lhe o seguinte sobre este tema do Viseu Rural. As freguesias rurais são aquelas que mais sentem o peso do isolamento geográfico, mas também a falta de oportunidades de trabalho, que levou, nos últimos anos,

ao esvaziamento de muitas aldeias. Muitas destas localidades apenas no terço do ano correspondente ao verão é que voltam a sentir o pulsar da vida com o regresso dos emigrantes.-----

Na verdade, o êxodo para os centros urbanos de média e grande dimensão, a emigração para o estrangeiro, a baixa da natalidade e o envelhecimento da população são preocupações que devem merecer a primazia na ação política local. Como disse e muito bem o Sr. Presidente nesta mesma Assembleia “ não pretendemos que mais ninguém saia das aldeias para vir morar na cidade”. No entanto, também é preciso que as aldeias sejam locais atrativos e com capacidade de fixar população, numa lógica de criação de riqueza e de desenvolvimento económico. Se assim não acontecer, assistiremos com tristeza ao encerrar de mais serviços e veremos que um futuro governo central, independentemente da sua cor política, e no quadro de uma futura reforma administrativa, por vezes traçada a régua e esquadro, olhará para as freguesias com menor densidade populacional como as primeiras candidatas à agregação. Contudo, nesta matéria, teremos uma postura reivindicativa, pois, consideramos que é nas zonas rurais que as Juntas de Freguesia têm maior razão de existir e acreditamos ainda que os Presidentes de Junta são os principais agentes da mudança, pois, ninguém melhor do que eles conhece as pessoas e os seus problemas. Nesta lógica, apoiamos o aparecimento de um plano de ação para as freguesias rurais e saudamos a delegação de competências e os contratos programa assinados pelo Município de Vossa Excelência.-----

Desde sempre, defendemos uma política de valorização crescente do Mercado Municipal, encarando-o como o principal ponto de escoamento dos produtos agrícolas locais, que são de excelente qualidade e com um custo bastante mais acessível do que aquele que muitas vezes é praticado nos espaços comerciais de maior superfície.-----

Registamos a preocupação do Executivo em melhorar as condições de quem ali vende e compra, porém entendemos que o Mercado, enquanto infraestrutura, precisa de uma intervenção de fundo, uma vez que metade do seu interior não pode continuar vazia. Por isso, caso haja enquadramento para tal, defendemos uma candidatura aos Fundos Comunitários visando a realização de obras de raiz no espaço interior de modo a que seja efetuada uma construção que acolha com comodidade e funcionalidade todos os que ali vendem e compram e também quem ali se desloca para simplesmente passear e conhecer o nosso Mercado Municipal.-----

Falando concretamente do Programa Viseu Rural aproveitamos para questionar Vossa Excelência sobre como pretende implementar algumas das medidas propostas a saber:-----

- O acesso ao Microcrédito, qual o montante a alocar e quando prevê implementar esta medida?-----

- Residências de jovens qualificados nas aldeias, quando pretende iniciar esta medida e durante quanto tempo poderão os jovens beneficiar deste auxílio à habitação? -----

- Unidade móvel de serviços visando a aproximação dos serviços às populações, que tipo de serviços e em que âmbito? -----

- Relativamente ao Programa Viseu Habita, verificámos que o mesmo já se encontra em fase mais adiantada uma vez que Vossa Excelência já definiu o montante de 300 000,00€ para a recuperação de habitações nas aldeias. Assim, pretendemos saber quando prevê abrir o processo de candidaturas?-----

- Quanto à ação cultural nas freguesias, sugerimos que descentralize algumas iniciativas culturais, nomeadamente concertos, peças de teatro, projeção de filmes em parceria com o Cine Clube de Viseu e outras que lhe ocorram no sentido de promover a dinâmica cultural das freguesias. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor

Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O Bloco de Esquerda considera bastante interessante este programa que agora apresenta na medida em que está a valorizar um setor económico, a agricultura que foi abandonado a troco de fundos comunitários para os “xico espertos” nacionais, e levou de facto à desertificação humana, portanto, ao despovoamento do mundo rural, das aldeias, e finalmente parece que se está a descobrir agora a importância da terra, do regresso à terra que é de onde vêm como sabem os nossos alimentos, embora haja crianças que ainda pensam que os alimentos vêm dos supermercados. Para além do mais, este programa prevê medidas que o Bloco de Esquerda na campanha autárquica apresentou ao eleitorado para a agricultura, não é estar a reivindicar direitos de autor, é só uma constatação de um facto, nomeadamente a bolsa de terras que foi uma medida bastante... e que depois o Governo, de resto este Governo veio adotar embora de forma enviesada, o apoio à iniciativa cooperativa, ao mercado de lavradores que nós no programa chamávamos mercados de proximidade, portanto, de forma a evitar intermediários o escoamento dos produtos, o associativismo, cooperativismo e outras formas de economia social, de qualquer modo penso que o programa peca ou pelo menos não vislumbro pela leitura que fiz de pontos que considero essenciais nomeadamente propomos que as entidades gestoras dos baldios sejam integradas nestas parcerias de que aqui se fala, na construção de parcerias, portanto, parcerias que venham a ser criadas para implementar o plano de desenvolvimento rural proposto, isto dada a importância dos baldios para o desenvolvimento de algumas comunidades rurais. As parcerias a constituir deverão ser representativas do território, portanto, em todas as suas dimensões. Também pensamos que seria relevante articular este plano com os concelhos vizinhos, de resto, o Deputado Baila Antunes acho que referiu-se a isso, nomeadamente com Vouzela e Nelas, de forma a potenciar estratégias de promoção dos produtos de qualidade com denominação protegida como é o caso da Vitela de Lafões em Vouzela, que inclui na sua área geográfica de produção, duas freguesias do concelho de Viseu, Bodiosa e Ribafeita. Portanto, Bodiosa e Ribafeita pertencem à área geográfica da Vitela de Lafões, aliás, até há uma Vitela de Queirã, que as pessoas de Queirã reivindicam, a Vitela de Queirã, é verdade não é? Está ali gente que sabe e corroboram o que eu disse. Também é o caso de Nelas relativamente ao vinho do Dão, repare Senhor Presidente e Senhor Vereador do pelouro, está a tomar notas, em Nelas existe a única estação Vitivinícola que pode ser importante para o setor vir a beneficiar de um plano estratégico de intervenção na região, caso contrário, corre o risco de ser mais um serviço público a encerrar, aliás, o Bloco de Esquerda chamou à atenção também para um laboratório de veterinária que também estava em risco de encerrar, portanto, é importante ter esta perspetiva porque assim e só assim é que Viseu se afirmará como cidade região para utilizar a expressão que o executivo tem aplicado e não em competição por vezes até, poderíamos dizer algo desleal com os concelhos vizinhos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado António José Coelho.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PPD/PSD):** Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, e Comunicação Social. A apresentação pública e oficial, do Programa de desenvolvimento Rural Portugal 2020, feita em Viseu, no passado dia 20 de Fevereiro, foi, para além de um justa homenagem a um dos seus criadores, também e mas sobretudo uma confirmação do dinamismo desta região no que respeita a número e diversidade de projetos apresentados no âmbito do último quadro de apoio, conhecido por PRODER nesta região.-----

De fato a região de Viseu, foi uma das mais pujantes, com os cerca de mais 500 projetos de jovens agricultores apresentados e aprovados.-----

Se considerarmos que por trás de cada projeto está uma família, direta ou indiretamente envolvida, podemos afirmar que nestes últimos anos, a agricultura pode ter sido responsável pela criação de vários postos, muitos postos mesmo de trabalho e pela fixação de muitas pessoas no mundo rural, que passaram a olhar a agricultura e a terra como uma fonte de rendimento e um possível modo de vida.-----

Efetivamente, numa região onde um dos recursos endógenos de maior valia é a própria terra, e aquilo que ela é capaz de produzir, urge olhar para o mundo rural como a grande oportunidade de desenvolvimento e crescimento desta região.-----

Viseu, para além do maior polo urbano da Beira Alta, é também aquele que apresenta maior capacidade de crescimento e afirmação quer como produtor de produtos de qualidade, a saber: o Vinho do Dão, a Maça da Beira Alta e Bravo de Esmolfe, no campo das DOP e IGP; para além das outras, algumas foram aqui referidas embora de menor expressão, bem como campo dos produtos emergentes, esta região pode vir a afirmar-se como o grande centro produtor de pequenos frutos, (mirtilo e framboesa); cogumelos e aves. Esta última atividade tem mesmo um grande destaque porque a grande capacidade de transformação, nomeadamente do abate instalada, os abates ultrapassam um número que nos surpreende a todos, cerca de dois milhões de aves por semana são abatidas na nossa região.-----

Esta dinâmica está contudo interligada e o seu sucesso dependente daquilo que as instituições locais pretendam melhorando o todo processo em que possam estar ou estão envolvidas.-----

Refiro aqui a título de exemplo que a Escola Superior Agrária e a Escola de Tecnologia de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu, podem e devem centrar a sua atenção na realidade da região, inovando e criando novas técnicas e produtos quer a montante quer a jusante da produção agrícola. Produtos e produções mais rentáveis, adaptáveis à nossa região, amigas do consumidor e do ambiente. Novas tecnologias de produção, através da adaptação de equipamentos de sementeira, colheita e processamento para a nossa realidade fundiária produtiva.-----

O Ministério da Agricultura, através dos serviços que tutela, deve estar mais presente junto dos agricultores e das suas associações, melhorar a qualidade de informação, acelerando os processos de licenciamento e aprovação de candidaturas, melhorando a resposta ao cabal cumprimento das regras de bem-estar animal, as boas práticas agrícolas e a segurança alimentar através do reforço de maíos humanos e materiais.-----

As autarquias e Comissões de Baldios, aqui já relembradas também, ao nível da promoção e da identificação de manchas com elevado potencial agrícola próprias ou de particulares e a sua disponibilização na Bolsa de Terras, como forma de atrair investimentos e investidores para as zonas rurais como forma de melhorar as condições de produção e aumentar a competitividade dos nossos produtos uma vez que o valor e o acesso à terra, constitui uma das maiores condicionantes no aparecimento e crescimento das explorações agrícolas. Criar condições legais que possam facilitar a instalação de empresas e empresários agrícolas, quer na produção quer no licenciamento de atividades de transformação dos produtos provenientes das explorações.-----

Caros colegas, também consideramos que o novo programa de apoio deve estar “desarmadilhado”, para isso esperamos que a qualidade dos novos projetos agrícolas melhore substancialmente. Que os seus promotores estejam convenientemente informados sobre os compromissos e sobre as culturas em que vão investir o seu tempo e o seu dinheiro, uma vez que pelo menos 15% do valor de investimento passa a ser obrigatoriamente feito por capitais próprios. Esperamos que os “projetistas” estejam devidamente certificados e identificados com os produtos, modernas técnicas de produção e ainda com um amplo conhecimento do mercado para poderem aconselhar e preparar as candidaturas dos produtores que os procuram e evitar a elaboração de projetos a metro ou fatos por medida ou experimentalismos desnecessários.-----

Consideramos que a experiência obtida com a aplicação do PRODER e a sua taxa de execução que rondou os 95%, são um bom pronúncio para esta nova “temporada”. Todos desejamos e estamos em crer que assim será, o PDR2020 como é conhecido é uma nova oportunidade de trazer desenvolvimento e crescimento económico para esta região.----- Neste sentido, em boa hora, entendeu o Município de Viseu, criar um grupo de alto desempenho e reflexão, para lançar as bases de um programa/orientação para o Desenvolvimento Rural do Concelho, documento esse que está aqui em apreciação e que desde já obtém a nossa concordância e o apoio pleno para que ele seja uma efetiva realidade. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Santos Evos.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTOS EVOS FERNANDO JOSÉ CARDOSO RODRIGUES (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e Presente Público. Quero apenas informar o Senhor Deputado Pedro Antunes. Senhor Deputado, a sua aldeia tem três cafés e uma mercearia, mais, tem transportes públicos de segunda a sexta-feira sabe? Mais, com várias carreiras, várias por dia, entre as 7 da manhã às 19 e 50 da noite. Mais, e ao sábado Senhor Deputado, o Senhor Deputado não sabe, tome atenção Senhor Deputado, aos sábados é até às 14 horas, sabe? Também foi no meu tempo que colocámos um autocarro aos domingos, depois não era rentável, a empresa e muito bem tirou o autocarro. Mais, Senhor Deputado, escute, não tente vender produtos fiados, venda sim produtos genuínos da nossa terra, produtos com qualidade. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** O que vai valendo são momentos assim não é verdade? Porque isto já vai muito cansativo e muito duro.-----

Eu vou ser muito breve, porque de facto, tinha preparado uma intervenção tendo em conta que isto iria ser votado, mas se ainda estamos em tempo de discussão, e pedidos de esclarecimentos e sobretudo do conhecimento do tal documento mais extenso que não nos foi dado a conhecer e que esperamos naturalmente vir a conhecer, vou deixar aqui duas ou três notas. Naturalmente congratulamo-nos com a atenção que o projeto parece querer dar ao mundo rural, isso é de valorizar, de facto congratulamo-nos com isso, mas a verdade é que lido o documento isto parece um projeto de intenções e portanto, torna-se muito difícil efetivamente tomar posição sobre isto, torna-se muito difícil dizer com fundamentação alguma coisa sobre aquilo que nos foi apresentado. Duas ou três questões e apenas duas ou três questões que aqui deixaríamos.-----

Foram realizados protocolos e estudos que justifiquem e fundamentem os objetivos, a metodologia e os potenciais ganhos estimados? Quem financia os programas de intervenção?(entretanto parece-me que já foi aqui adiantado qualquer coisa) Qual a proveniência dos terrenos a integrar nas bolsas de terras? Que terras são essas? Haverá baldios a integrar nessas bolsas? No tocante ao apoio à atividade pecuária haverá lugar para dar cumprimento à promessa eleitoral de construção de um matadouro há tanto reclamado pela CDU dando voz aos criadores do concelho? Esperemos então pelo tal documento mais extenso e pelo tempo da discussão para esclarecer estas e muitas outras questões. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Pediu a palavra o Deputado Madeira Antunes. Tem a palavra-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):**Excelentíssimos Senhores e Senhoras

presentes, Excelentíssimo Senhor Fernando Rodrigues, somos vizinhos não é? Antes de mais e porque enfim, fui educado com regras de boa educação, queria-lhe pedir desculpa de há bocado e a todos os fregueses da sua Junta de Freguesia, até porque somos vizinhos e foi um “lapsus linguae” quando referi Santo Estevão e peço desculpa, vivo a menos de um quilómetro da pista de BTT que pode ser e deve e acho que o senhor até está a fazer um bom trabalho, nomeadamente os fornos e outras iniciativas que eu conheço bem porque sou vizinho, depois, sobretudo o resto que disse, eu enfim, eu não vou responder, já agora, vou só responder a uma coisinha, tudo o que não seja, eu não quero utilizar o termo má educação, enfim, mas portanto, tudo o que não seja má educação eu vou responder, a mercearia que existe em Barbeita, existe mercearia? Um balcão atrás de um café que vende maia dúzia de quilos de arroz, isso é mercearia? Enfim! Quanto ao resto eu não respondo, eu estava para não responder, não merecia e não respondo mesmo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Côtã.-----

----- **SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA (PPD/PSD):** Muito boa tarde. Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. Falou-se aqui no norte do concelho, portanto, norte do concelho é Côtã, falou-se na floresta, na agricultura e Côtã é uma freguesia tipicamente rural, não há outra história, portanto, somos uma freguesia com 43 quilómetros quadrados em que 80% da área é floresta. Nós tratamos muito bem a floresta. A esta parte, portanto, em 2013 investimos na floresta mais de 200 mil euros, fizemos portanto, limpezas na rede primária, na rede secundária e fizemos mosaicos. Fizemos mais de 20 quilómetros de estradas em que não é necessário andar de Jeep, é uma área florestal mas até um carro normal poderá por lá passar, trouxemos lá niveladoras, foi um protocolo que fizemos aqui com o ICNF, portanto, trabalhamos muito bem a floresta e tivemos infelizmente como todos, em 2012 fomos assolados por um incêndio, um grande incêndio que veio, mas a porta do incêndio foi sempre Vila Nova de Paiva e chegou aqui ao Aeródromo, e consumiu aquela zona toda. Para essa área já temos novos seis projetos, portanto, nós não paramos, temos seis projetos para ordenamento. Agora vamos ordenar a floresta, o pinheirinho já está crescido. Temos também um projeto que é o fogo controlado, portanto, aquela área a norte de Calde, que ainda andamos lá agora, vamos fazer ali um fogo controlado com o ICNF, que já foi aprovado aqui na comissão (desculpem lá a minha voz que estou um bocado rouco, mas também é da época), quero dizer portanto, que a floresta tratamo-la bem, temos uma área muito grande de floresta e tratamo-la bem, portanto, não está descuidada. Fizemos lá também um projeto de, aliás, foi assinado com uma empresa e portanto, vamos ter lá Aerogeradores, portanto, já assinámos o contrato, vamos lá ter sete aerogeradores, eles andam lá, portanto, em princípio este ano iniciarão as obras, portanto, o contrato já foi feito, já assinámos o contrato em fevereiro, portanto, já recebemos a comissão do contrato, aliás, pela informação que temos o projeto está a decorrer normalmente. Quanto à agricultura, portanto, como disse somos uma freguesia tipicamente rural, temos lá meia dúzia de jovens agricultores que se candidataram, receberam os seus apoios, o PRODER aqui foi incansável, deram-lhes os apoios, eles estão lá, não é só os jovens que lá ficaram mas as famílias, como foi dito aqui pelo colega, as famílias que se lá radicaram, é óbvio que somos uma...mas isto é transversal a todos as freguesias, somos uma freguesia já com um índice muito elevada de velhos, portanto, com mais de 65 anos estamos na ordem dos 70%, é muito, é uma freguesia muito envelhecida, em dois anos faleceram lá quarenta pessoas e nasceram três, é óbvio que temos que contrariar isto, temos que as chamar para lá, temos que cativar as pessoas. Estamos a fazer esse trabalho, estamos a pedir ajuda, a câmara tem-nos apoiado o que agradecemos, ainda agora andámos lá a fazer uma visita na segunda-feira, assinámos o acordo de execução no domingo, na segunda-feira o Senhor

Vereador das Freguesias, o Engenheiro Paulo Gouveia, disponibilizou-se a ir á freguesia, andámos a ver aqueles pontos com que possamos cativar as pessoas, temos que lhe dar mais essas oportunidades e da junta de freguesia, todo o jovem agricultor que se queira lá instalar, é apoiado em acessos, de outra forma, tudo o que a junta e freguesia possa apoiar a todos os candidatos e então, convido toda a gente queira ir a Côta, aliás, temos o Parque Natural de Côta, que está sempre muito bem conservado que é o Parque de Vale de Cavalos em que nós também investimos muito, temos sempre os percursos cinco estrelas, sempre limpinhos, dois em dois meses, passamos e limpamos. Portanto, convido toda a população a visitar Côta e a nossa floresta que está bem ordenada, foi pena realmente, não conseguimos controlar os incêndios, mas controlamos parte. Muito obrigado. Boa tarde.---

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostava de começar as respostas enfatizando estas intervenções do Senhor Presidente da Junta de Côta e do Senhor Presidente da Junta de Santos Evos, porque a verdade é que o município não necessitava de apresentar esta estratégia do Viseu Rural, nada na Lei diz que o município tem que ter uma estratégia para o mundo rural, entendemos que a devíamos ter e os Senhores Presidentes de Junta que aqui estão sabem que nós começámos este trabalho exatamente pelos PRD, Programas de Desenvolvimento Rural, foi, em cada uma das freguesias fazer o diagnóstico e identificar as oportunidades em cada uma das freguesias, exatamente para este tipo de situação, eu ainda estive em seis freguesias no passado fim de semana, uma delas em Côta, de facto é preocupante, olhar como é que uma freguesia com um potencial florestal muito grande, está tão envelhecida, por exemplo, tem 100 pessoas inscritas no Viseu Sénior, o que face à proporção da freguesia tem um número muito elevado de pessoas inscritas o que denota aquilo que o Senhor Presidente de Junta disse aqui, uma população extremamente envelhecida e a necessidade de irmos conquistando, todos os dias fazermos pequenas conquistas, é que não é com uma varinha mágica ó Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, não é com teorias que isto lá vai, é com prática sabe, é com atuações concretas, o fixar um casal hoje num espaço destes já é uma conquista, e fixar o segundo já é uma conquista mais, isto é um trabalho de pesca à linha e aquilo que está aqui feito e isso orgulha-me, por um lado ver a forma como os Senhores Presidentes de Junta, todos eles estão sintonizados nesta nova estratégia, obviamente que a infraestrutura é importante, mas a infraestrutura é para servir pessoas, e se não tivermos pessoas na freguesia para que é que serve a infraestrutura, porque depois, se não tiver pessoas não vale a pena e portanto, há aqui claramente uma consciencialização da necessidade da fixação de pessoas, e há aqui três grandes balizas que é a baliza da mobilidade, que temos que discutir, e o município está a preparar um plano de mobilidade, inclusivamente há um ponto aqui que vai tratar do assunto que é a abertura do novo concurso dos Transportes Coletivos que é uma pequena parcela do programa de mobilidade, é a questão dos incentivos à fixação que eu ainda há bocado referi, aliás, o Senhor Deputado devia ter citado, citando o Senhor Presidente da Câmara, os incentivos a criar também nas freguesias rurais, ficava-lhe bem porque ainda tinha acabado na última intervenção, provavelmente estava distraído de falar exatamente que a ARU da cidade é também para replicar nas freguesias rurais e portanto, essa, não me venha dizer que a ideia é sua, já será um bocadinho excessivo, mas em todas as freguesias por onde eu tenho passado, tenho estado exatamente a dizer às pessoas e a falar com o povo sobre a nossa estratégia, mobilidade, a questão da reabilitação para fixar pessoas e para evitar o povoamento disperso, porque nós temos muita preocupação com a forma como é, aliás, esta preocupação já devia ter vindo de à vinte, trinta anos atrás, houve pouca preocupação na forma como se fez o ordenamento no nosso país, que conduz a sistemas que não são sustentáveis, porque depois, estar a levar a água, estar a levar os esgotos, estar a levar a estrada, para o meio de uma floresta onde só mora uma pessoa, isso

tem custos muito elevados, temos é que estimular as pessoas a reabilitarem o património que têm nas aldeias. Portanto, esta é também uma segunda vertente, e a terceira vertente é a vertente económica, não se fixam pessoas se nós não criarmos valor dentro dos territórios e em cada uma das freguesias há fatores distintivos, há fatores diferenciadores, e seguramente que há hoje, e por exemplo ainda à dias aprovámos a ampliação, devia saber disso, é na freguesia onde mora, aprovámos a ampliação da Zona Industrial de Santos Evos, se calhar não sabia, não vai à mercearia, depois não sabe destas coisas porque às vezes é na mercearia e no café que se sabem também as novidades, e portanto, nós estamos a procurar em cada uma das freguesias ajudar a potenciar o que cada uma delas tem, obviamente que a pista de BTT é hoje um fator distintivo da Freguesia de Santos Evos, como há outros fatores distintivos noutras freguesias. Portanto, é este trabalho que tem sido feito e por outro lado ó Senhor Deputado, não venha pôr em causa este trabalho, para já, orgulho-me de ter no Concelho de Viseu, um dos poucos concelhos que tem um Vereador como desenvolvimento rural, vá para a Net fazer uma pesquisa já que foi comprovar se era verdade a sustentabilidade do ponto de vista energético, é que quando o Presidente da Câmara diz aqui coisas é porque são verdade, fique descansado, porque trabalha, normalmente faz o trabalho de casa, estuda os dossiers, mesmo quando não os domina estuda-os que é para passar a dominar não é? Que é para poder vir aqui à vontade, mas tem que reconhecer que eu tenho um Vereador que exatamente toda a sua vida foi feita ao serviço da agricultura, portanto, para além da competência política, também tem competência técnica, nós juntámos à mesma mesa vinte entidades onde estão colegas seus da Escola Superior Agrária, que são profundos conhecedores, o próprio Deputado António Coelho que aqui está presente, participou de uma forma muito ativa também neste grupo noutra condição que não a de Deputado da Assembleia Municipal, nós temos aqui entidades como a CVR Dão, seguramente que a CVR Dão deve ter algum conhecimento na área dos vinhos, presumo eu que tenha, a Direção Regional do Centro da Agricultura, a Estação Agrária, os Criadores de Gado, a ADDLAP, a ANCOSE que é a Associação Nacional dos Criadores de Ovelhas da Serra da Estrela, enfim, foram vinte entidades que participaram, portanto, o trabalho que aqui está feito, não foi o Presidente da Câmara que acordou um dia bem-disposto, como acorda sempre e resolveu começar a escrever sobre agricultura, seguramente que não, nem foi o Senhor Engenheiro João Paulo Gouveia profundo conhecedor do setor agrícola que por sua autorrecriação colocou aquilo tudo no papel. Não, há aqui trabalho feito, há aqui muitas dezenas de horas de trabalho feito à volta da mesa sobre vários atores, agora, há aqui é, por um lado a assunção de uma responsabilidade, o Município de Viseu está muito consciente que ou puxa pelo setor primário em determinadas freguesias ou daqui a alguns anos não tem ninguém em algumas dessas freguesias, e portanto, está consciente que tem que fazer esse trabalho, está consciente do trabalho de enquadramento e daquilo que será a responsabilidade do Governo e daquilo que será a responsabilidade do município, aquilo que for da nossa responsabilidade, nós vamos procurar fazer, onde é que estão os fundos? Olhe, esse é mais um trabalho que está a ser feito na perspetiva de estarmos preparados para nos candidatar-mos agora aos fundos da ADDLAP e outros fundos ligados aos setores que aqui vão estar contemplados, agora, isto é fazer o trabalho de casa, é dizer assim: Quais são as nossas prioridades? Agora, com os regulamentos cá fora estamos melhor preparados para podermos fazer as nossas opções, e o Senhor Deputado percebe isso, claro que percebe e não vale a pena, seguramente que se quiser fazer uma análise imparcial reconhecerá que há aqui um trabalho sério, bem feito e com a participação dos Senhores Presidentes de Junta que são aqui os principais atores, repare, nenhuma destas estratégias sortirá efeito se a junta não estiver envolvida, eu se quiser fazer o tal banco de terras, ou se quero encontrar um hectare ou dois hectares para a fixação de um jovem agricultor, se quiser fazer um caminho que é imprescindível para que o jovem agricultura depois possa transportar o produto que produziu para depois o ir vender, se não houver

aqui um envolvimento direto dos Senhores Presidentes de Junta, nós não conseguimos nunca implantar esta estratégia que aqui está. Tenho consciência disso, e talvez tenha, que seja há vezes um bocado o erro das políticas nacionais do setor agrícola, é esquecerem-se que há um território e que se não houver o envolvimento das pessoas que estão no território nenhuma destas políticas fazem sentido, e por isso é que nós, a base desse trabalho está exatamente no território e na diferenciação de cada uma das freguesias. Já agora Senhor Deputado, as Termas de Alcafache, sabe como é que se chamam aquelas Termas? São as Termas do Banho, não sei se sabe que é o nome original daquelas termas, e dizer que aquela infelicidade que nos tem acontecido na Praia de Alcafache sabe de que é resultado? De um Código de Contratação Pública perfeitamente desadequado que temos em Portugal, que nos obriga a adjudicar e isto por acaso até já vem do executivo anterior e se fosse com nosso aconteceria o mesmo, que é adjudicar ao custo mais baixo, mesmo quando às vezes se sabe que a empresa já não está em boas condições, a empresa acabou de falir, felizmente que pediu a rescisão do contrato e tivemos que abrir um novo concurso para finalizar a obra, embora felizmente agora também já falta pouco e vamos seguramente finalizá-la, isto para lhe dizer que estas coisas não é só teoria não é? É preciso ter prática, é preciso meter as mãos na massa, da mesma maneira como se fez o pão lá em Santo Evos, aquelas Senhoras, por acaso, elas queriam que eu metesse a mão na massa mas eu disse que não iria meter, limitei-me a desenformar o pão não foi Senhor Presidente da Junta? Mas, nestas coisas tem que se saber o que se está a fazer, olhe, eu não percebo nada de agricultura nem quero perceber, percebo de estratégia como é óbvio, e sei que à volta da mesa estão pessoas conhecedoras nos diferentes setores, sei também que aquilo que nós estamos a procurar potenciar aqui e isto é uma resposta genérica a todas as pessoas que intervieram, é colocar no terreno uma estratégia em que cada um assuma a sua quota-parte de responsabilidades, o município não se quer substituir a ninguém como é óbvio, o município quer aqui ser um facilitador e é de facto um município que está preocupado com o setor primário e que tem uma estratégia para o setor primário, se calhar há poucos que o tenham, do ponto de vista do entrosamento intermunicipal, claro que há, então para que é que serve a ADDLAP? A ADDLAP até é presidida pelo Município de Viseu, através do Senhor Vereador exatamente das Freguesias e do desenvolvimento Rural, e portanto, fala-se sempre que não há entrosamento, a verdade é nós estamos em todos os órgãos, na CIM, o meu Vice-Presidente participa em todas as reuniões em representação do município, eu próprio também participei em algumas, portanto, deixem-se dessas coisas porque obviamente que muita desta reflexão e terminava aqui, muita desta reflexão e desta estratégia que nós estamos a desenvolver para o município, vai beneficiar também os concelhos vizinhos, por exemplo, vejam o nosso Viseu Educa, no fundo toda a estratégia que está contida no Viseu Educa, pode ser agora facilmente replicável nos concelhos vizinhos e ganhando a escala necessária para os indicadores que vão estar exatamente presentes no POCH, no Programa Operacional do Capital Humano. Portanto, também aí tivemos que fazer o nosso trabalho de casa para agora podermos aproveitar convenientemente os fundos comunitários porque de onde é que vem o dinheiro para isto? O dinheiro para isto virá, dos promotores que vão estar envolvidos em alguns projetos, virá do orçamento da Câmara em alguns dos casos e virá de fundos comunitários que estão aí disponíveis para quem tem estratégia, quem não tiver estratégia não tem projetos aprovados e por isso é que nós também nos preocupámos a tê-la a tempo e horas. Já agora dizer também ao Senhor Deputado Carlos Cunha, não é pelo facto de estar a falar no Mercado Municipal que esteja a antecipar alguma coisa que não esteja em curso, porque efetivamente tem sido uma área que nós temos trabalhado muito nela e por acaso até já está adjudicado o projeto de readaptação do Mercado Municipal, portanto, escusa depois vir também com a paternidade que também já está não é? Já agora, não são residências para agricultores, são incubadoras, não são residências, portanto, são no fundo ninhos de empresas, aproveitando algumas escolas e espaços que

ficam nalgumas freguesias, poderão ser espaços de apoio ao desenvolvimento da atividade agrícola, pomos mesmo a hipótese de num ou noutro desses pontos até virem a ter alfaiais agrícolas para ajudar os jovens agricultores, portanto, que fique bem presente isso. Em relação ao fundo do microcrédito, há um programa nacional que se chama FINICIA, já deve ter ouvido falar, portanto nós estamos a recorrer desse programa nacional e a autarquia já disse que está disponível para colocar 100 mil euros para dentro das proporções que está construído esse programa, há também já um banco que está também disponível para ser o banco parceiro neste processo e através de um programa nacional criarmos um fundo de meio milhão de euros que será destinado a quê? Atividade agrícola, setor primário e também ao desenvolvimento do Centro Histórico, portanto serão as duas áreas elegíveis neste fundo. Já agora dizer à Senhora Deputada Filomena Pires, que sei que esteve no Conselho Municipal de Juventude, então aí teve oportunidade de ver uma grande explicação, até exaustiva feita pelo Senhor Vereador e que seguramente aí ficou muito mais conhecedora da estratégia do Viseu Rural, de qualquer maneira nas várias intervenções que aqui foram feitas, ouvi algumas generalidades, mas não ouvi propostas concretas, mas elas serão bem-vindas, isto é, se aparecerem propostas concretas, façam-nas chegar porque isto não está em fase ainda de não concretização, porque muitas destas opções que estão aqui apontadas já estão no terreno e a serem tratadas, agora, este é um documento aberto como eu disse na minha intervenção inicial que está disponível para poder ser enriquecido com outras ideias que efetivamente tenham para trazer, as ideias boas são sempre bem-vindas e já agora dizer que o Senhor Presidente da Junta de Santos Evos foi muito elegante da forma como apresentou o assunto, aliás, como é seu hábito, aliás, todos os Presidentes de Junta são muito elegantes, são pessoas muito educadas e que fazem muito bem em vir aqui ao parlatório explicar o que se passa em cada uma das freguesias, porque às vezes há pessoas que não têm tempo de ir às freguesias não é? E mesmo outros morando nelas não têm tempo também para contactarem diretamente com as populações. Nós como andamos todos os dias nas freguesias e a contactar com as populações é natural que também tenhamos um conhecimento bastante mais aprofundado dos anseios e das angústias, por que às vezes eu chego a casa angustiado porque vejo coisas e procuro puxar pela cabeça juntamente com a minha equipa para ver como é que podemos ajudar a dar a volta a determinado tipo de situações, por exemplo a situação que eu vos falei há bocado de Côta, foi uma grande preocupação que tive, as cem pessoas inscritas na Atividade Sénior é por um lado positivo porque significa que a população aderiu muito e mérito ao Senhor Presidente da Junta, mas por outro lado é o tal fator que esteve presente nas nossas duas intervenções perante aquela plateia que era esmagadoramente constituída por pessoas idosas, o que nos preocupa porque é preciso fazer a renovação, e estamos a falar exatamente da freguesia digamos, mais longínqua do centro da cidade e também daquelas que conheceu uma maior desertificação, portanto, só para vos dizer que isto é um trabalho quase de, isto é cerzir não é? O cerzir, é aquela atividade que antigamente, hoje já pouca gente sabe cerzir não é? Cerzir, é mesmo o coser muito fininho no linho ou noutro tipo de material mais delicado, esta atividade que nós hoje temos que fazer neste territórios, é autenticamente cerzir, que é, ter uma conquista praticamente todos os dias e ir conseguindo contrariar estas tendências de desertificação porque efetivamente não são só no território, aliás, eu ainda numa reunião recente e em reuniões que tenho tido com o Governo, quando se está a classificar os territórios de baixa densidade eu digo assim: Cuidado com a classificação dos territórios de baixa densidade, porque por exemplo, Viseu aparece fora dos territórios de baixa densidade, mas temos várias freguesias no Concelho de Viseu que são territórios de muito baixa densidade e digo ao Governo, façam a classificação freguesia a freguesia porque senão estão a condenar definitivamente essas pequenas freguesias a não poderem captar investimentos a não serem elegíveis do ponto de vista da majoração dos fundos comunitários e portanto, é esse também o trabalho, nós estamos a olhar para o Concelho de Viseu, não medindo-o todo

pela mesma bitola mas separando aquilo que é diferente e no fundo procurando atuar de acordo com os territórios, porque se nós formos a alguns indicadores nem nos preocupávamos com estas coisas, porque de facto os indicadores de Viseu são melhores que a generalidade dos indicadores do país e de outros municípios vizinhos, mas a verdade é que dentro do nosso próprio município nós temos assimetrias e também são essas assimetrias que nós queremos ajudar designadamente através deste programa Viseu Rural, que enfim, que trouxemos aqui com esta genuína vontade, o município tem uma estratégia para o mundo rural e quer que esta assembleia Municipal se também debate esta matéria, se sinta parte integrante dessa estratégia que temos para o mundo rural. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Desde já agradecer, e pensamos também que foi importante para todos ter colocado à apreciação desta Assembleia a proposta do Programa Viseu Rural. Íamos de imediato passar ao Ponto Quatro **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO “VISEU HABITA”**, Tem a palavra o Senhor Presidente.-----

----- **SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, eu ia pedir só que fosse o Senhor Vice Presidente a fazer a apresentação da proposta só por uma razão natural.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito boa tarde. Cumprimento o Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. De uma forma rápida, o que é que se pretende com este regulamento? Eu sintetizaria isto em três palavras, atualizar, agilizar e facilitar. Atualizar um regulamento que já existe no âmbito do chamado PROHABITE e que nós agora rebatizamos ou batizamos como Viseu Habita embora não seja exatamente o mesmo, agilizar e facilitar porquê? Ainda no atualizar, houve aqui uma preocupação de introduzir o chamado Indexante da Ação Social, o célebre IAS, como é feito a nível nacional em todos os cálculos e portanto, também aqui houve essa preocupação, até para podermos seguir critérios mais ou menos idênticos em termos nacionais e ainda também apelar aqui um bocadinho à responsabilidade social nomeadamente dos projetistas. Explicando isto um bocadinho melhor, na questão do facilitar, como sabem, e penso que toda a gente sabe que o Viseu Habita tem a ver essencialmente com a preocupação de apoiar famílias mais carenciadas ou menos carenciadas mas com algumas dificuldades nas suas habitações e nas mais carenciadas existe um outro programa que é o chamado Viseu Solidário e muitas vezes nesses casos de manifesta precariedade habitacional e económica, o que acontecia, o que vem acontecendo é que essas famílias tinham que se candidatar a dois programas ao Programa Viseu Habita e ao Programa Viseu Solidário. Uma das preocupações que tivemos foi acabar com essa forma porque se estamos a falar de pessoas com grandes carências, às vezes com grandes dificuldades até para apresentarem a sua candidatura e depois ainda tinham que fazer duas candidaturas, portanto, o que se está a fazer é, sempre que no Viseu Habita sejam identificados esses casos de manifesta precariedade habitacional e económica, eles serão automaticamente enquadrados também no Programa Viseu Solidário sem haver necessidade de uma nova candidatura até porque não faria muito sentido estar a aprovar por exemplo uma sem saber se depois a outra ia ser aprovada pondo até em causa a própria recuperação da própria habitação. Portanto, houve aqui de facto esta grande preocupação e também definir de uma forma muito clara o peso digamos assim das famílias mais numerosas, o peso de cada um dos elementos do seu agregado familiar. Todas as candidaturas são analisadas por uma comissão multidisciplinar que já existia com o apoio sempre que se julgue necessário e que é fundamental também aqui este apoio, dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e das IPSS, atendendo à proximidade, ao conhecimento direto destas situações, aumentando assim até o rigor e o próprio controlo de todas estas situações. Como eu disse há pouco, houve aqui também uma preocupação de introduzir e que é de alguma maneira um apelo

à própria responsabilidade social dos projetistas, no fundo chamar também para esta causa quer Gabinetes de Arquitetura, quer Gabinetes de Engenharia, quer os Engenheiros quer os Arquitetos, que poderão digamos, apadrinhar se me permitem o termo, apadrinhar algumas famílias porque muitas vezes estes apoios, são apoios a pensar, enfim, como sabem há diversos tipos de trabalhos com foi distribuído no documento, nalguns quadros, e os projetos muitas vezes criavam algumas limitações especialmente às famílias mais carenciadas, portanto, tivemos aqui esta preocupação, por um lado de incluir o próprio projeto também já no próprio apoio e simultaneamente tentarmos criar parcerias com esses Gabinetes de Arquitetura, de Engenharia e com os Engenheiros e Arquitetos, felizmente já e foi por aí também que surgiu essa ideia, felizmente que já há bons exemplos e boas práticas a esse nível, todos os anos temos já alguns Engenheiros e alguns Arquitetos que digamos, oferecem a algumas destas famílias os projetos, portanto, para facilitar e portanto, quisemos criar aqui também os chamados Projetistas Solidários numa comunidade como a nossa que nos parece interessante e que estamos confiantes que possa ter uma boa adesão também por parte desses projetistas. Quanto aos limites máximos e ao cálculo do valor anual bruto, como já disse, introduziu-se como acontece a nível do país, o chamado IAS, o Indexante de Ação Social. Penso que estas são as principais novidades deste programa que nós pensamos, um programa extremamente positivo em relação aos anos anteriores, neste mesmo âmbito, ainda ontem na reunião de câmara foram aprovadas cinquenta candidaturas também no âmbito deste programa e que tem permitido de facto ir ao encontro de muitas famílias, ou uma simples mudança de um telhado ou numa casa de banho que não existe ou numa pessoa que infelizmente ficou com problemas de locomoção e que é necessário alterar enfim, a tipologia dessa mesma casa, ou a substituição da rede elétrica e do quadro que muitas vezes implica grandes perigos para essas mesmas famílias, enfim, as próprias caixilharias que muitas vezes estar dentro ou fora de casa é quase igual e portanto, tem havido esta preocupação, vai continuar a haver, aliás a câmara tem destinado entre o Viseu Habita e o Viseu Solidário cerca de 300 mil euros no orçamento também para isto e que felizmente tem sido muito bem acolhido também graças aqui, e é bom reconhecê-lo, a atividade dos Senhores Presidentes da Junta e também das IPSS que muitas vezes são eles próprios que sinalizam muitas destas situações e que ajudam as próprias pessoas a fazer estas mesmas candidaturas. Portanto, em síntese, é isto, atualizar, agilizar e facilitar.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Vice-Presidente. Dava a palavra ao senhor Deputado Carlos Costa.-----

----- SESSENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento daqui a Mesa, Senhor Presidente e os restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e o Público presente. O Programa Viseu Habita vem dar como o Senhor Vice-Presidente já disse continuidade a uma colmatação de um espaço importante no campo social, tendo já e que nós conhecemos um leque vasto de ações concretizadas e de resultados visíveis. Desde o seu início em 2003 e até 2014 a ajuda disponibilizada pelo Viseu Habita ou o programa que o precedeu, alcançou já 980 famílias e o somatório das comparticipações atinge um montante próximo dos 3,65 Milhões de euros, portanto, é um programa significativo e importante, volto a frisar pela ação social e pelo campo social em que se insere. O novo regulamento e da análise do novo regulamento vemos que ele não esquece as famílias carenciadas, não esquece os menores, os cidadãos com deficiência, os mais idosos, e também não esquece as vítimas de violência doméstica, promovendo ao abrigo do programa a reabilitação do edificado. Salvaguarda ainda as situações de emergência criando mecanismos de enquadramento mesmo fora dos prazos normais de apresentação de candidaturas o que é muito importante. Apoiam-se quer proprietários quer arrendatários, impondo no entanto a condição de que os primeiros não aumentem o valor

da renda num prazo ou num período de cinco anos o que nos parece também uma medida sensata. Mais uma vez e como também já disse o Senhor Vice-Presidente são chamados a colaborar a título benévolo os profissionais do setor, Arquitetos e Engenheiros, que solidariamente contribuem com o seu trabalho de forma significativa neste processo. Esta participação é exemplar e julgo mesmo que poderia servir de exemplo para ser extrapolada para outros campos socioprofissionais. De forma direta o programa Viseu Habita também contribui para, dinamizar a economia local, para manter em atividade muitas micro e pequenas empresas de construção e sabemos as dificuldades que todas atravessam, garantindo assim a manutenção de postos de trabalho e gerando também negócios ou potenciando negócios para empresas locais de materiais e equipamentos de construção. Tudo isto é muito importante, toda esta micro economia tem um peso muito significativo na nossa economia local, todos estes aspetos que são potenciados com o programa. Melhoram-se também aspetos como o limite máximo de rendimento para o acesso ao programa que passam a depender do Indexante de Apoios Sociais, ao invés da Pensão Social, seguindo assim a tendência da legislação mais atual. Os limites do programa sofrem ligeiras alterações por forma a garantir distribuição mais justa face à dimensão e características dos agregados familiares favorecendo agora os casos de pessoas com deficiência e os maiores de 65 anos de idade, favorecendo mais que do que no programa anterior. Expeditam-se também os trâmites burocráticos dos candidatos com limitações, seja por idade, por doença ou mobilidade condicionada na formalização das candidaturas a outros programas, e por tudo isto, achamos que este é um programa que importa valorizar, que importa acarinhar, que importa manter e ao qual naturalmente a bancada do PSD manifesta o seu total apoio.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Diria relativamente a este programa que estamos perante muito boas intenções mas parece-nos que também poucos meios! É um projeto muito positivo, portanto, dizer desde já que votaremos a favor do mesmo mas, há alguns reparos que temos que aqui trazer.-----

Sendo consideradas como prioritárias e muito bem as situações que estão relacionadas com limitações de mobilidade, seja por serem portadores de deficiência, seja pela idade, os limites de comparticipação terão tido em conta que os materiais a aplicar nestes casos têm custos acrescidos? E é enfim, uma questão pertinente que se nos colocou.-----

Mais, uma candidatura no prazo de 10 anos será suficiente para dar resposta a estes casos, tendo em conta os limites de comparticipação? Será possível reabilitar um edifício com mais de 45 anos com uma ajuda de 5000 euros? Antevendo que estas obras venham a ser realizadas por pequenas empresas do Concelho, e reitero o que há pouco foi dito e ainda bem porque pode efetivamente dinamizar o comércio local, as pequenas empresas, os pequenos empreiteiros, mas coloca-se-nos um problema: o beneficiário do programa, para aceder a 70% da comparticipação tem de apresentar fatura; a empresa fatura, sem ter recebido o valor registado e fica sujeita a ter de pagar o IVA respetivo sem o ter recebido! Gostaríamos que isto não viesse a acontecer. Não nos parece que assim se possam de facto ajudar os pequenos empreiteiros que tanto necessitam de apoio para manter os postos de trabalho que ainda preservam a muito custo. Quem se propuser fazer uma candidatura ao programa terá ajuda técnica para o fazer? É que ela parece-nos um pouco complexa e se haverá de facto essa ajuda técnica?-----

Quanto ao Projeto Solidário, seria interessante na nossa perspetiva que o executivo, com o apoio das juntas de freguesia, procedesse ao levantamento do número de famílias que se encontram em condições de aceder ao projeto solidário. Porque não ser a própria Câmara a constituir uma equipa para fazer as intervenções no âmbito deste programa? Pequenas intervenções, senão seria de facto viabilizarem mais facilmente essa intervenção?

Finalmente, quanto à divulgação dos beneméritos Arquitetos e Engenheiros, fazendo um pouco uso da linguagem Kantiana diria que pouco moral é a ação que visa a solidariedade como meio e não como fim. O verdadeiro benemérito não precisa de publicidade. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, antes de mais agradecer ao Senhor Vice-Presidente a apresentação que fez deste programa, é de facto um programa de grande potencial, que não só já produziu muitos bons frutos como seguramente irá produzir bons frutos no futuro. As observações que são feitas, designadamente pela Senhora Deputada, é de quem não percebe como é que isto funciona no terreno não é? Porque, fale com os Senhores Presidentes de Junta e pergunte-lhes como é que eles beneficiam do Viseu Habita ok? Eles vão-lhe explicar, eles vão-lhe explicar que diagnosticam nos locais, que as fábricas da igreja também o fazem, as associações do terreno e depois procuram muitas vezes encontrar um Engenheiro ou um Arquiteto que se disponibiliza para fazer o projeto, e não são os Engenheiros e os Arquitetos que nos estão a pedir para os identificarmos como beneméritos, somos nós que achámos que o devíamos fazer, porque é uma forma de os distinguir numa atividade de responsabilidade social que as pessoas acabam por ter. Portanto, mas eu percebo que a Senhora não entenda bem, estas coisas. Sobre os valores, estamos a falar de 300 mil euros, 300mil euros que vão ser aplicados numa fase que vai ser aberta agora logo após a aprovação deste regulamento e que eu acho que 300 mil euros é muito dinheiro em qualquer parte do mundo e pode ter a certeza que isto vai ter um efeito multiplicador muito grande, porquê? Em alguns casos trata-se de apoiar numa cobertura, noutros casos a fachada, noutros casos a cozinha, noutros casos a acessibilidade porque a pessoas deixou de ter a mobilidade que tinha, estamos a falar de pequenas intervenções que melhoram muito a vida das famílias, se quiser passar pela câmara eu mostro-lhe centenas ou milhares de fotografias do antes e o depois deste tipo de intervenções e se quiser falar com algumas destas pessoas beneficiárias também se arranja para perceber como em alguns casos mudou a vida delas, é a diferença de viver com mais dignidade ou viver sem dignidade e portanto, aquilo que a Senhora Deputada acha que são umas migalhinhas, olhe estas migalhinhas têm feito muito bem e vão fazer bem a muita gente, as cinquenta famílias que tiveram os projetos aprovados ontem na reunião de câmara seguramente que vão apreciar essas candidaturas que foram aprovadas, agora, se nós quisermos ver sempre o cisco nos olhos dos outros e se não procurarmos ver enfim, as virtualidades da evolução deste programa, porque este programa não é novo, este programa já vem de trás com virtualidades, aquilo que nós fizemos foi pegar no programa e acrescentar-lhe mais alguma coisa designadamente a integração que falou aqui o Senhor Vice-Presidente. Portanto, Senhores Deputados eu acho que este é claramente um instrumento que grande parte dele acaba por ser aplicado nas freguesias mais rurais, e onde há mais carência, portanto, acaba por ser um programa que os Senhores Presidentes de Junta acabam por o utilizar na tal lógica de proximidade do conhecimento de casos concretos. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iriamos já pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 121/122).*-----

Passaríamos ao Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 – 1.ª ALTERAÇÃO.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu solicitava ao Senhor Presidente que me pudesse permitir a abordagem integrada porque eles estão integrados do ponto

cinco, seis, e sete.-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde: Portanto, com a Mesa não há qualquer problema, colocaria a questão à Assembleia, como também não há, então iríamos.-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Permite-me no fundo uma abordagem integrada e depois estaremos disponíveis para alguma questão particular de algum dos pontos. Recordar-se-ão que na última Assembleia em novembro abordei esta questão das carências de pessoal dentro da autarquia designadamente em funções mais especializadas e referi também na altura que a negociação que a própria Associação Nacional de Municípios tinha feito com o Governo, iria permitir a municípios como os de Viseu deixarem de estar sujeitos a regras de estarem impedidos digamos assim, de abrirem algumas vagas para determinado tipo de carreiras, é isso que nós estamos a fazer aqui, é dar sequência aquilo que tínhamos combinado e prometido, portanto, no fundo estamos aqui a apresentar no ponto cinco uma alteração do mapa de pessoal que prevê a criação de oito postos de trabalho na categoria carreira de assistente técnico na área da museologia, portanto, para estabilizar a Rede Municipal de Museus com os recursos humanos necessários ao seu normal funcionamento, portanto, no sentido de criar uma equipa técnica permanente e especializada nesta rede, portanto, com pessoas formadas exatamente para este efeito. A segunda alteração é a criação de um posto de trabalho de Técnico Superior de Direito, que visa exatamente um contrato de trabalho por tempo indeterminado que visa reforçar a nossa Divisão de Consultoria Jurídica e Contencioso que de facto as necessidades são cada vez maiores e temos necessidade de reforçar esta área. Depois no Ponto Seis o que propomos é a apreciação e votação da proposta da autorização da abertura de um procedimento concursal para o preenchimento das tais oito vagas da Carreira de Assistentes Técnicos na Área da Museologia, portanto, era uma área que tínhamos em aberto para resolver e a prorrogação do prazo, atendendo às informações do júri deste concurso que apontam para a necessidade de mais quatro meses para a conclusão do concurso que está a decorrer para seis postos de trabalho de Bombeiros recrutados de acordo com aquilo que foi uma decisão anterior. Referir também que a autarquia viu também aprovado 18 vagas para o programa de estágios para a administração local o PEPAL, já os identificou e dentro de alguns dias..., está neste momento a tratar de toda a parte técnica para abrirmos um concurso de admissão, mas de técnicos bem identificados em áreas onde efetivamente temos carências, estamos a falar por exemplo na área de eficiência energética, estamos a falar na vertente da área dos transportes, estamos a falar do Turismo, estamos a falar de uma série de áreas especializadas onde de facto a autarquia tem carência de pessoas especializadas, sendo que depois a filosofia será, estes PEPAL como lhe chamam, são 18 vagas que nós temos, daremos preferência a duas pessoas com deficiência, dois cidadãos portadores de deficiência nesta mesma seleção, obviamente que serão publicitados os requisitos de qualificações das diferentes pessoas, portanto, estamos só a falar de pessoal especializado e o objetivo é que depois possamos também a abrir algumas vagas para estas áreas especializadas e aproveitar exatamente estas pessoas, estes jovens que vão passar pelo PEPAL, estamos a falar de jovens até vinte e nove anos que possam vir a enriquecer digamos assim, os quadros da própria autarquia em matérias onde hoje estamos deficitários e faço esta apresentação global para que se fique com uma visão global de que a estratégia de recursos humanos que estamos a seguir na autarquia, é exatamente reforçar áreas novas que há uns anos atrás não se justificariam mas que hoje se justificam e de que maneira e portanto, não só resolver um problema concreto que é a o problema da Rede de Museus a questão dos Bombeiros que é um problema concreto que também temos que resolver, mas ao mesmo tempo deixar aqui a porta aberta para a entrada de dezoito pessoas que no fundo vão fazer estágio e que depois poderão vir a ser quadros futuros em concurso público na própria autarquia, portanto, estamos a falar de um reforço da capacidade técnica da própria autarquia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu alertava só que está em discussão os Pontos Cinco, Seis e Sete. Dava a palavra à Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **SETENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Reitero os meus cumprimentos, dado o adiantado da hora e dizer que a minha intervenção vai-se centrar no Ponto Sete, vai-se focalizar o Ponto Sete no que diz respeito à Apreciação e Votação da Proposta de Renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para Seis Bombeiros Recruta, e relativamente a isto, efetivamente dizer-vos o seguinte: É do conhecimento de todas e de todos as dificuldades e a insatisfação que reina quer nos Comandos, portanto, nos Órgãos Dirigentes, quer nos corpos ativos dos Bombeiros e que originou até recentemente uma manifestação em Lisboa. É do nosso conhecimento de facto a insuficiência de profissionais e todas as consequências que daí surgem por arrastamento nomeadamente os horários alargados entre outras situações e que de facto, são sem dúvidas problemas reais com os quais os Bombeiros se confrontam. O recrutamento de seis Bombeiros vem certamente ainda que em tardia hora, é certamente bem recebido no seio deste corpo ativo e como é óbvio, é bem recebido e é bem visto pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, no entanto dizer-vos o seguinte: No próximo domingo, dia 1 de março vai ser assinalado o Dia da Proteção Civil, este ano a Autoridade Nacional da Proteção Civil escolheu o tema “A Proteção Civil e a Educação para o Risco” e saudamos desde já o conjunto de iniciativas que irão ser desenvolvidas pelo Comando Distrital de Operação de Socorro de Viseu, mas permitam-me que recue a 2011, cujo tema por deliberação da Organização Internacional da Proteção Civil, também no âmbito das comemorações desta data, em que o tema escolhido na altura, foi “O Papel da Mulher na Proteção Civil” e de facto, hoje, em que já aqui foram assinaladas algumas datas, eu assinalo esta, a do dia 1 de março, e em dia em que também foi assinalado o Dia Internacional da Mulher, as datas e a comemorações são importantes, sobretudo pela função central que lhes está associada, e importa trazer para a comunidade questões e causas que sobretudo pretendem vencer as desigualdades e assumir e assegurar a democracia participativa e neste sentido não podíamos deixar de saudar as mulheres que vêm desenvolvendo ou que têm vindo a desenvolver o seu trabalho na Proteção Civil, muitas vezes em situações de extrema exigência afirmando as suas qualidades com competência e perseverança em proveito das pessoas, do património, do ambiente e neste sentido e nesta sequência, dizer-vos que de facto, também aqui era importante irmos à prática e não nos determos somente nas celebrações importantes dos respetivos dias que assinalam a importância e o papel da mulher na sociedade, numa altura em que de facto já está consagrado o princípio da igualdade como direito fundamental entre homens e mulheres e neste sentido gostaríamos de recomendar que este processo concursal representasse o ponto pé de saída no recrutamento de mulheres nos Bombeiros Municipais de Viseu. Portanto, deixaria então aqui o lançamento deste desafio para que efetivamente passássemos não só do campo teórico também para a prática, utilizando as palavras do senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente mesmo, relativamente à justificação apresentada para a criação de um posto de trabalho de Técnico Superior de Direito, ela parece-nos um pouco parca, gostaríamos de saber se ela permitirá dispensar os pareceres dos gabinetes jurídicos aos quais o executivo tem recorrido, enfim, ou se este gabinete a partir daqui terá capacidade para dar resposta a todos os processos.-----
Relativamente ao Ponto sete, já em junho chamámos a atenção aqui nesta tribuna para o facto das respostas relativamente aquilo que são as necessidades sentidas pelos bombeiros serem absolutamente insuficientes. Dizem-nos que para poder dar resposta eficaz às

necessidades, seriam necessários além destes seis mais dez bombeiros. Para além disso a verificar-se a abertura do aeródromo como se prevê, mantendo este número de efetivos disponíveis será de facto impossível garantir a resposta desejada. Saudamos a decisão, e nisso somos claros, mas parece-me que ela continua a ser um bocadinho desajustada à realidade vivida no quartel. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente, eu vou-me limitar a perguntar à Senhora Deputada quais pareceres? Eu não encomendei nenhum parecer desde que estou em funções. Já agora, gostava que me dissesse quais são os tais pareceres jurídicos, pedia-lhe essa informação. Falou ali que se esta vaga iria permitir abdicar dos inúmeros pareceres jurídicos que são pedidos. Vá lá à tribuna dizer qual foi o parecer jurídico que eu pedi desde que estou em funções? Desafio-a! É que não há nenhum, até agora não precisamos de nenhum parecer jurídico, o que nós estamos é a reforçar os nossos Serviços Jurídicos porque nem imagina a quantidade de trabalho que temos no Departamento Jurídico. Não lhe passa pela cabeça, para podermos decidir com certeza legal tudo aquilo que temos de decidir o trabalho que damos aos nossos juristas diariamente. Portanto, se percebesse o funcionamento de uma autarquia, até acharia pouco e diria, nós até deveríamos estar a abrir era duas ou três vagas para o Departamento Jurídico para dar resposta a todo o trabalho que temos. Agora, quando for ali afirmar coisas, leve-as, prove-as. Diga-me lá quantos pareceres é que eu encomendei desde que estou em funções? E, onde é que a Câmara de Viseu, mesmo no passado encomendou pareceres jurídicos? Não faça generalizações, certo? Se é nalguma Câmara do Partido Comunista não sei. Agora, na Câmara de Viseu seguramente que não será. Já agora, em relação à política de Recursos Humanos, o facto de nós abrirmos vagas, não significa que possamos abrir todas as vagas que quisermos, porque a própria Lei nos criou limitações, a Senhora conhece a Lei do Orçamento de Estado que foi aprovada e que de facto abriu, diz que as autarquias que estejam em boa situação financeira podem abrir vagas, mas limitando a uma percentagem da receita direta que a autarquia tem e portanto, mesmo que nós em algum momento entendamos que, e até podemos necessitar de mais pessoas neste ou naquele setor, agora, também temos que fazer opções e posso-lhe dizer que neste momento terei que dar muito mais prioridade a áreas como há bocado referi. Portanto, eu terei que dar prioridade a áreas que passam exatamente por situações em que estamos muito deficitários na autarquia. Por exemplo, eu tenho aqui um papel onde estão todas as áreas que nós abrimos. Por exemplo, área da mobilidade, precisamos de ter um técnico na Câmara que saiba de mobilidade e transportes, nós precisamos de ter na câmara um técnico que se dedique exclusivamente área da eficiência energética porque a autarquia tem um consumo superior a 5 Milhões de euros por ano, a autarquia mais os serviços municipalizados na área da eficiência energética. Uma autarquia como Viseu que está a apostar no turismo, para já vamos ter um Técnico de Turismo, mas precisava de ter dois ou três, na área do próprio atendimento, na área da Engenharia Ambiental, enfim, são dezoito áreas todas elas complementares que precisam de pessoas especializadas e portanto, as opções que estamos a fazer neste momento é exatamente do reforço das competências que temos internamente. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Cristina Fonseca, basicamente não falou sobre o concurso em si, falou sobre o concurso da Proteção Civil, como sabe a própria Lei o define, nós não podemos discriminar em função do género, portanto, quando abrimos um concurso, o júri é nomeado e o júri vai fazer o seu recrutamento, eu até estava aqui a perguntar ao Senhor Vice-Presidente se sabia quantas pessoas concorreram, eu por acaso não tinha aqui o número porque entregamos isso ao júri e deixamos que o júri faça o seu trabalho de uma forma perfeitamente autónoma, mas, sei que são muitas e não tenho dúvidas que este concurso que estamos agora a abrir também vai ter imensa gente a candidatar-se, porque é normal, as pessoas

estão no desemprego, procuram soluções e por outro lado, trabalhar na autarquia é também um motivo enfim, as pessoas gostam de poder trabalhar na autarquia até pelas oportunidades de que disfrutam. Pronto, mas efetivamente a nossa política de recrutamento de novos quadros passa exatamente por privilegiar não a admissão de pessoas indiferenciadas porque temos lá muitas, mas privilegiar pessoas mais qualificadas e neste caso aproveitando o PEPAL que nos vai permitir ter estas pessoas durante um ano e que durante o ano permite-nos avaliar bem se as pessoas têm as características certas ou não têm as características certas para aquela função, se tiverem, como sabe do ponto de vista da Lei, as pessoas que frequentaram o PEPAL, num concurso publico de admissão para o lugar, podem ter prioridade pelo facto de já terem o estágio desenvolvido e a nós também nos permite nestes jovens que vamos admitir no PEPAL dar-lhes também aqui uma perspetiva de futuro e dizer-lhes vejam lá, apliquem-se bem porque pode ser benéfico depois futuramente para uma abertura ou outra de uma vaga dentro da própria autarquia.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos agora colocar à votação do Ponto Número Cinco. Antes disso tem a palavra a Senhora Deputada.-----

----- **SETENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Ora, nem esta seria sessão se eu não viesse aqui a ser mais uma vez apontada como ignorante. De facto a tarde já vai longa, o dia ainda maior e eu posso aqui ter cometido um lapso de semântica. Gostaria já que facto desconheço tão profundamente o funcionamento de uma autarquia que o Senhor Presidente me esclarecesse se efetivamente a Câmara não tem avenças que de facto mantém com advogados a quem paga trabalho, porque efetivamente da informação que me é dada tenho um mapa do qual consta uma sociedade de advogados. Portanto, tirem-me da minha ignorância por favor e expliquem-me o que é isto. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhora Deputada eu tenho muita consideração e amizade por si, mas quando as coisas são feitas, eu tenho que o dizer, é ignorância, é verdade. Aquilo que a Senhora ali foi dizer é que se isto significaria que a Câmara deixaria de encomendar pareceres. Esta câmara ainda não encomendou pareceres nenhuns ok! Por outro lado saiba de uma coisa, na informação do Presidente da Câmara vem sempre todo o litígio que a câmara tem, e obviamente que a quantidade de processos que a câmara tem de há uns anos a esta parte, tem uma sociedade de advogados que lhe dá apoio, isso é público, aliás, o relatório vem feito e assinado pela sociedade de advogados que nos dá apoio e como sabe a litigância em tribunal implica que seja feita por advogados, nós não temos pessoas da câmara a litigar, nós temos nos Serviços Jurídicos da Câmara pessoas que fazem o seu trabalho jurídico mas quando é preciso litigar, eu admito que não tem formação jurídica para saber estas coisas mas, quando é preciso litigar têm que ser advogados, não há câmara nenhuma que não tenha uma sociedade de advogados que lhe dê suporte, porque efetivamente necessitam de o ter, e isto é feito de uma forma transparente, as pessoas são recrutadas, por acaso o recrutamento até já vem de trás, não foi da responsabilidade desta, mas quero-lhe dizer que do trabalho que temos de uma ano e pouco com esta sociedade não temos razão de queixa, são pessoas disponíveis que fazem o seu trabalho, que alocam o número de horas que estão no contrato, agora, pareceres não há Senhora Deputada. Eu sabia bem qual era a intenção, era no fundo deixar aqui no ar a suspeição de que nós andamos aí a pedir pareceres aos amigos, nós sabemos bem que é deixar o pé o para trás para ver se alguém tropeça, mas eu também já ando nisto há uns anitos, também já não tropeço assim de qualquer maneira e portanto que fique bem claro, que, se houver pareceres a Senhora diga, e mais uma vez aqui se provou que afinal não há. A Senhora também não tem

conhecimento não é? Portanto, provou-se mais uma vez que falou gratuitamente, e disse uma coisa ali que no final de contas não tinha sequer estudado a lição para o poder dizer.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então, iríamos colocar à votação o Ponto Número Cinco **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 – 1.ª ALTERAÇÃO**. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 123/124).*-----

Íamos então, colocar à votação o Ponto Número Seis **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE OITO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO – ÁREA DE MUSEOLOGIA, COM RECURSO Á CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015**. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 125/126).*-----

Íamos passar ao Ponto Número Sete **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SEIS BOMBEIROS RECRUTA, TENDO EM VISTA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015**. Quem Vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 127/128).*-----

Íamos passar ao Ponto Número Oito, **INFORMAÇÃO DA CONCESSÃO PARA A NOVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS DE VISEU**. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Este agendamento que solicitámos ao Senhor Presidente tem um intuito meramente preventivo, porque saberíamos que com certeza a oposição chegaria a maio e perguntaria, então porque é que terminou o concurso dos transportes coletivos e ainda não está aberto o novo concurso? E portanto, preventivamente quisemos trazer este ponto aqui exatamente para realçar que o concurso dos transportes do STUV termina em maio de 2015, mas que por opção do município o concurso não será aberto de imediato por duas razões principais:-----

Primeiro, porque está neste momento em aprovação na Assembleia da República nova legislação sobre transportes coletivos, penso que saberão, entrou uma proposta de Lei que foi discutida com a Associação Nacional dos Municípios e não faz sentido estar a abrir um concurso sem termos neste momento em vigor o novo normativo que efetivamente estará presente. Por outro lado, o município está a preparar um plano de mobilidade para todo o concelho, um plano de mobilidade que passa pelos transportes coletivos, que passa pela lógica dos estacionamento, passa pela mobilidade suave, passa pela mobilidade para pessoas com dificuldades de movimentação, portanto, vai ter uma série de variáveis e portanto, faz sentido que este concurso seja aberto já no novo enquadramento legal e também já dentro do enquadramento do novo plano de mobilidade, porque entendemos e penso que estaremos a pensar bem, que faz sentido que, se temos neste momento a questão dos transportes coletivos para abrir concurso e se temos também disponível toda a rede de estacionamento de parámetros em Viseu, o que estamos é no fundo a ter um plano integrado de mobilidade para todo o concelho que abranja os transportes coletivos urbanos, que abranja os transportes interfreguesia, que abranja inclusivamente uma lógica de transporte “on demand” portanto, transporte a pedido que possa esbater as dificuldades das freguesias mais afastadas, que possam ter também um sistema de transportes ao fim de semana e à noite, portanto, estamos a preparar este plano e portanto, o concurso dos transportes coletivos entrará em linha de conta com estas duas variáveis. Portanto, quisemos trazer isto aqui para que não se pense que estamos

distraídos e que vamos deixar passar este prazo. Não, estamos é a fazê-lo já com base nos novos normativos que temos aí pela frente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção? Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SETENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Sobre este assunto tenho algumas dúvidas e inquietações por causa do histórico dos concursos anteriores e das concessões anteriores. Em 2013 houve um concurso, foram duas linhas adjudicadas à Empresa Berrelhas, a União do Sátão foi para tribunal e ganhou em primeira instância, o Tribunal Administrativo de Viseu mandou anular a adjudicação e entregar à União do Sátão as linhas de baixo, as 19 e 23 salvo erro, a Câmara Municipal recorreu e estão em recurso neste momento e por isso não entram neste pacote. O Executivo anterior, abre o concurso das restantes linhas, mas no final da Vereação o que ocorre perguntar porquê? Se é para acelerar e passar por debaixo da mesa? A União do Sátão e a Transdev pelo que me foi dado a saber pediram esclarecimentos mas a verdade é que não encerraram, portanto, a câmara não encerrou nem avançou o concurso, entretanto muda a Vereação. Fora do concurso, administrativamente fizeram com que as viaturas não passassem perto das escolas, dentro da circular, portanto, para a cidade, os pais estiveram contra, a Câmara Municipal chama as empresas para chegar a acordo e avisou que avançaria com um novo concurso porque o outro precisava de ser corrigido. A Câmara Municipal quer fazer o levantamento da mobilidade para alargar a rede mas, o problema e o meu receio é que, se vai enviesar o concurso como foi feito anteriormente, aliás, eu denunciei isso aqui na altura. Na altura denunciei que, por exemplo, nos critérios do concurso anterior tinha que haver um parque industrial e uma bomba, ou seja, aparentemente deu-me a entender que era um fato à medida do cliente. Portanto, foram entregando à Berrelhas pela "porta do cavalo", autocarros elétricos, funicular, sem concurso, ou estarei errado? Portanto, não estando na concessão inicial não deveria ter sido aberto um concurso? Pronto. Sobre o estudo de mobilidade acho muito bem, mas é preciso ver se a perspetiva de municipalização da vida local, não, portanto, não corre o risco de contaminação como acontece com a educação e a saúde. O Senhor Presidente afirmou há pouco tempo que o funicular iria a concurso, mas como há uma rede de transportes, presume que todos os meios deverão ficar integrados, também sabemos que o funicular, por melhor que se negocie será sempre dinheiro mal gasto, um milhão e meio na manutenção, 300 mil euros por ano, 600 euros por dia só na condução, é muito dinheiro. Eu já uma vez propus aqui que fosse pedido um estudo a Efacec para um eventual desmantelamento das linhas, porque aquilo é uma agressão física e visual, aquilo é uma aberração completa, várias pessoas e turistas já o manifestaram, para além dos acidentes que aquilo provoca como todos sabemos, são inúmeros, pessoas que vão parar ao hospital, etc. Portanto, para além disso, acho que o projeto inicial do Arquiteto Manuel Salgado que passava pela instalação de uma passadeira rolante só na calçada de Viriato, reduzindo os efeitos nefastos, os impactos visuais e físicos que têm ao longo da calçada, portanto do cruzamento até à estação do funicular, portanto, seria uma solução mais barata certamente, manutenção também muito mais económica e portanto, eu acho que não custa nada pedir para saber qual é a relação custo/benefício de uma solução destas. Relativamente aos autocarros elétricos, sabemos que as baterias são caríssimas e que se viciam como se diz em gíria com facilidade, é certo que é um projeto participado pelo IMT, mas a verdade é que o IMT é o nosso dinheiro, embora possa ter alguns fundos comunitários, não sei, a eletricidade é cara e parece-me que neste momento a única carreira que funciona é a do hospital, embora eu também já lá estive e vi o mesmo autocarro três vezes, portanto, presumo que só haja aquele autocarro a fazer a carreira do hospital, ou seja, como já houve municípios

que chamaram à atenção porque deixaram de ver os autocarros, eu não sei se os outros dois estarão com as baterias viciadas, mas na verdade parece-me que a única carreira que funciona é mesmo a do hospital. Eu também já propus aqui, já no anterior mandato uma solução par isso, aliás, apresentámo-la até recentemente já com este executivo que era a paragem do autocarro em paragens fixas, para além de poder parar quando as pessoas acenam, isso não tem nada de mal, até acho muito bem, mas paragens fixas, nomeadamente as do STUV, as paragens do STUV, com uma placa eletrónica com a informação do horário do próximo autocarro, aproximado, uma vez que pode não ser uma coisa exata, agora, o problema é que também já aconteceu comigo, ninguém consegue apanhar o autocarro porque nunca sabe a que horas passa, por onde passa e não vamos voltar a pôr a linha azul toda torda que já houve aí nas nossas ruas que até é ridículo. Por outro lado eu já chamei à atenção publicamente para isso, acho muito bem, eu fui um dos que mais defendeu o uso da bicicleta, inclusivamente levei o anterior Presidente da Câmara a permitir que a bicicleta pudesse circular dentro do funicular, mas, enfim, acho que é um esforço meritório as pistas cicláveis que foram agora criadas, mas criam um problema, é que não se está a tirar espaço aos veículos automóveis, está-se a tirar espaço aos peões, aliás, a sinalética diz mesmo que é para peões e para ciclista o que também provoca ali algum risco e depois há um problema de segurança porque quem vai na pista, as pistas passam pelas passadeiras e não há nenhum sinal a dar prioridade ou a retirar prioridade, ora pela lei, pelo código da estrada um ciclista não pode passar ou não deve passar de bicicleta numa passadeira, tem que se apeiar e passar como um peão normal, mas da forma como está, até agora, espero que seja corrigido, não sei se é essa a intenção, mas estou a alertar para isso, da forma como agora está é de facto um perigo porque o ciclista vai na pista e tende a seguir pela passadeira, em todos os países que eu conheço onde há este sistema e normalmente são separados, não há esta coexistência entre peões e ciclistas numa faixa tão estreita, há enfim, semáforos, ou sinalética de forma a evitar colisões e atropelamentos desnecessários, Era isso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **OITENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Votaremos a favor naturalmente desta proposta que nos é feita mas gostaríamos de deixar aqui algumas recomendações ao executivo camarário nomeadamente:-----
Depois de ouvidas algumas queixas, porque... por vezes a sensação que eu tenho é que de facto se parte do princípio se vem aqui falar enfim, assim, do nada, mas a verdade é que até à minha campanha batem para virem colocar problemas e pedir a minha intervenção. Portanto, o que eu trago aqui com muitos ou poucos votos Senhor Presidente, são os que me deram e tenho responsabilidades muito grandes relativamente a eles. Tenho que cumprir a confiança que me foi dada, e garanto-lhe até me tocam à minha campanha para efetivamente me fazerem chegar os problemas. As pessoas sabem onde eu moro, e pedem-me para intervir e portanto, é minha obrigação fazê-lo, sei o que sei e faço-o da forma como o faço, e nesta questão dos transportes eu tenho ouvido muitas queixas e portanto, não ficaria bem comigo se efetivamente não trouxesse aqui algumas recomendações que decorrem exatamente daquilo que tenho ouvido dos municípios, nomeadamente que é necessário proceder-se ao reforço de carreiras nas freguesias; que os horários estão desajustados das necessidades das populações e que provavelmente estão mais virados para salvaguardar os interesses das empresas que fazem os transportes do que propriamente das populações, e que é preciso ter isto em consideração. Há uma situação da qual me têm falado e que eu penso que tem que ser pensada, não há um autocarro que circule, na cidade, qualquer município que queira deslocar-se dentro da cidade tem que apanhar, um, dois, três autocarros, não há efetivamente um circuito que permita ao município deslocar-se dentro da cidade, e penso que isto tem que ser pensado. Finalmente, que é preciso reforçar a circulação dos transportes não poluentes e de

paragem livre. Gostaria muito que pelo menos fosse refletido ainda que, por opções que naturalmente o Senhor tem o direito de fazer possam não chegar à concretização no que diz respeito aos transportes. Muito obrigado-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- OITENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente dizer que isto não carece de votação não é? Portanto, nós trouxemos este assunto exatamente para informar a Assembleia, para que a Assembleia não questione o porquê de não abertura. Quero realçar o seguinte: Os Transportes Coletivos de Viseu, são autossustentáveis, esse mérito seja dado à anterior autarquia que soube desenvolver um sistema de transportes que foi crescendo e autossustentável. Somos talvez dos poucos municípios do país que em que efetivamente há uma autossustentabilidade. Referir que provavelmente que ou eu não fui claro ou a atenção não esteve toda aqui presente, porque eu referi que nós estávamos a fazer um plano de mobilidade nas suas diferentes vertentes onde inclusivamente fiz esta distinção, onde vamos passar a ter transportes coletivos urbanos e vamos ter transportes interfreguesias que são dois conceitos completamente diferentes, referi-me à mobilidade suave, no fundo estamos a integrar tudo aquilo que tem a ver coma mobilidade, portanto, não vou estar a adiantar já o plano em si porque quero apresentá-lo quando ele estiver concluído, mas ele tem opções na vertente do estacionamento e dos parques de estacionamento, tem opções no domínio dos transportes coletivos, tem uma lógica de “*car sharing*” tem uma lógica também de “*bike sharing*” tem uma série de conceitos novos que obviamente, se estamos a pensar num concurso para os próximos dez anos, é que estamos a pensar num concurso para os próximos dez anos, pensando nos transportes coletivos e pensando também na vertente do estacionamento urbano, ora, se estamos a pensar temos que conter dentro desse concurso plataformas, designadamente, olhe, interfaces, para as pessoas saberem a que horas saiu o autocarro e poderem até, isto obviamente que não passaria pela cabeça deste executivo estar a preparar um concurso que não passasse por a aplicação, designadamente das novas tecnologias, estamos a perspetivar a criação de um transporte “*on demand*”, portanto, um transporte a pedido que permitirá a tal mobilidade não sei se se recordam, eu hoje já falei nisto várias vezes, a tais linhas, três vetores de atuação para as freguesias onde eu falei sempre na mobilidade, não sei se se recordam disso, mobilidade é exatamente isso, é esbater as assimetrias que existem entre as freguesias e a cidade e permitir que as pessoas que vivem em Côta também tenham acesso à cidade, também possam vir ao Teatro, também possam vir ao cinema ou simplesmente visitar uma pessoa que está internada no hospital ou simplesmente vir passear à cidade. Portanto, quando nós nos referimos a um Plano de Mobilidade é exatamente avaliando, e obviamente que temos que entrar em linha de conta com os meios, nós pedimos à equipa que está a trabalhar connosco, uma parte da câmara e outra parte de gente de fora, é exatamente pensar já na perspetiva da ferrovia, pensar já na perspetiva dos voos regulares que vamos ter no aeródromo, pensar na rede rodoviária que temos no próprio concelho, enfim, pensar em todas estas variáveis, obviamente que também temos boa nota, sabe que eu todos os dias paro o meu carro pessoal à porta da câmara à hora que chego, normalmente às oito e meia, normalmente também tenho sempre lá alguns cidadãos que aguardam calmamente para conversarem comigo e é com muito gosto que eu falo com eles e que recebo muitas vezes as suas sugestões, hoje a autarquia felizmente tem muitos mecanismos criados na sua página na internet, no atendimento, etc., que permitem aos próprios cidadãos quando têm algum problema o trazer, nós conhecemos bem e seguramente que também vamos obrigar a que, a nova frota, vai ter que ser uma frota do ponto de vista ecológico do mais avançado que existir não é? Porque nós queremos um transporte ambientalmente sustentável na nossa cidade, mas também queremos estimular que as pessoas possam andar de bicicleta Senhor Deputado não é? Que possam por

exemplo, optar se estiverem a trabalhar no Politécnico irem do centro da cidade para o Politécnico de bicicleta em vez de irem no transporte, e a ligação dos vários pontos de contacto dentro da própria cidade, portanto, tudo isto está a ser perfeitamente inserido neste Plano de Mobilidade, a seu tempo ele será conhecido do ponto de vista público. Agora, o que não faz sentido é, estar em curso um Plano de Mobilidade e por outro lado alterações legislativas, alguns destes constrangimentos que o Senhor Deputado Carlos Vieira falava, a nova Lei que está em aprovação vai resolvê-los, porque é uma manta de retalhos a forma como se foram criando as linhas de transportes ao longo das últimas décadas, das muitas décadas e da forma como se entrecruzam os transportes coletivos com os transportes intermunicipais e depois isto vai ter que encaixar também num plano de mobilidade da própria CIM, Comunidade Intermunicipal, porque Viseu não vive isolado, vai entregar a sua rede de mobilidade na rede de mobilidade dos concelhos à volta, até porque, hoje já temos muitos movimentos pendulares para Tondela, para Oliveira de Frades, para Mangualde, por exemplo esta estrada nova que estamos a alcatroar que passa pela nossa Barragem de Fagilde foi também muito a pensar nos trabalhadores por exemplo trabalham na Citroen que algumas dezenas são de Povolide e portanto, isto está tudo a ser tratado e é por isso que não avançamos já com o concurso porque queremos ter os dados todos e há inclusivamente nesta legislação, aconselho-vos a lerem, o Governo abre a possibilidade pela primeira vez de subsidiar também não só os transportes coletivos de Lisboa e Porto como acontecia até aqui, mas também subsidiarem outros transportes coletivos urbanos e também, e de facto estou também para ver qual é o orçamento que vai ser alocado, agora, não vale a pena nós estarmos a abrir um concurso sem conhecermos estas regras todas do jogo, obviamente que será um concurso público internacional neste caso, portanto, onde qualquer entidade que corresponda a estes requisitos pode apresentar a sua proposta e portanto, será assim que ele será feito, com um júri previamente selecionado, etc., e com esta equipa que nos está a acompanhar porque nós não somos especialistas, mas temos connosco especialistas que nos estão a ajudar a preparar, alguns ligados até a escolas daqui da nossa cidade e outros de fora quando não tínhamos as competências cá, porque é sempre um princípio que nós seguimos, há competências em Viseu, vamos buscar essas competências, se não há em Viseu, vamos buscar fora.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Temos aqui uma situação, só para recordar, é que agora que terminámos a Ordem de Trabalhos, que aprovámos e para execução imediata as deliberações para serem aprovadas em minuto conforme o preceituado nos nº 3 e 4 do art.º 57 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, é só para ficar registado, que já tínhamos feito a aprovação anterior.-----

---Iamos agora passar ao Ponto Nove **ELEIÇÃO DO DELEGADO (EFETIVO E SUPLENTE) REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO AO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES.** Solicitamos aos Senhores deputados a apresentação de Listas. Temos aqui duas listas. Se entenderem fica a Lista A e a Lista B, que tem que ficar obrigatoriamente-----

A Lista A, fica efetivo Diamantino Amaral dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Viseu e suplente Fernando José Cardoso Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santos Evos.-----

A Lista B, efetivo Jorge Anselmo Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cavernães e suplente José Paulo Moreira Cardoso de Meneses, Presidente da Junta da União das Freguesias Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita.-----

É uma votação de qualquer maneira tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Pereira.-----

----- **OITENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Reitero os meus cumprimentos, já apresentados várias vezes durante este dia. Portanto, só venho aqui referir que a Lista A que foi apresentada por mim individualmente, mas também não deixa de ser uma lista apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD uma vez que a definição desta lista foi feita em sede própria onde

normalmente alinhavamos as situações que são apresentadas nesta Assembleia Municipal e portanto, não deixa de nos surpreender a apresentação da lista B.-----

----- **OITENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS COUTO DE BAIXO E COUTO DE CIMA FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Exatamente na mesma linha de raciocínio do colega, esta lista é apresentada por mim com base num entendimento de muitos colegas Presidentes de Junta, porque os assuntos que dizem respeito aos Presidentes de Junta têm que ser tratados com os Presidentes de Junta, é esse o único motivo que me levou a apresentar esta lista.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Nós íamos então, proceder à chamada, o que pedíamos a todos é que por uma questão e viram da outra vez que é muito mais rápido, por isso, temos lá atrás o boletim de voto, o boletim de voto tem Lista A e Lista B e por isso quem quiser ou põe A ou põe B. Está aqui para não haver dúvidas (foi exibido um boletim de voto), nós temos sempre vários boletins de votos, tínhamos aqui uns só com uma Lista, temos para duas listas, como temos para três, por isso estamos sempre preparados para qualquer votação, estávamos preparados para quatro, cinco, etc. Em relação a isto temos, Lista A e Lista B, vai ser por ordem, entendemos que era melhor por ordem alfabética e por isso, chamamos a pessoa, vai lá vota e vem aqui colocar na urna. O circuito é feito com calma e fazemos uma votação rapidamente e apelamos à vossa compreensão.-----

ADÉRITO PAIS CARDOSO-----

ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO-----

ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES-----

ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA-----

ANTÓNIO DA SILVA GOMES TAVARES-----

ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA - Não está presente-----

ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES-----

ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO-----

ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO - Não está presente-----

ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES-----

ARNALDO ANTÓNIO CORREIA GONÇALVES-----

AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO-----

CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES-----

CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA-----

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA-----

CARLOS FERNANDES DA CUNHA-----

CARLOS ALBERTO PEREIRA DA GAMA HENRIQUES-----

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA-----

CRISTINA MARIA NUNES FONSECA-----

CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES-----

CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA-----

DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS-----

ELSA MARIA DA COSTA LEMOS-----

FERNANDO JOSÉ CARDOSO RODRIGUES-----

FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA-----

FERNANDO MARTINS MACHADO-----

FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES-----

FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO-----

GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS-----

JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA-----

JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA-----

JORGE ANSELMO MARTINS-----

JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA-----
JOSÉ ANTÓNIO MARQUES SEABRA FIGUEIREDO-----
JOSÉ AUGUSTO HENRIQUES MOTA-----
JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO-----
JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA-----
JOSÉ FERNANDES-----
JOSE MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES-----
JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA-----
JOSÉ PAULO MOREIRA CARDOSO DE MENESES-----
JOSÉ PAULO VILA CHÃ CAVALEIRO-----
LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA-----
LUÍS FILIPE MARTINS DE ALMEIDA MENDES-----
MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES-----
PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA-----
PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA M. ANTUNES-----
PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA-----
RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA-----
RUI PEDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA-----
SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES - Não está presente----

O resultado da votação foi:-----

Lista A – 15 Votos-----

Lista B – 29 Votos-----

2 Votos Nulos-----

2 Votos Brancos-----

Por isso foi eleito como representante Efetivo ao Congresso, Jorge Anselmo Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cavernães e como Suplente José Paulo Moreira Cardoso de Meneses.-----

(Anexo 7 – Registo das votações, páginas 129/130).-----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, abre-se agora um período de intervenção do público conforme previsto no Regimento, agradecia que todos se sentassem, agradecia a todos os Membros que se sentassem nos vossos lugares. Temos o cidadão inscrito que é o Senhor Rui Martins que é o Presidente da Federação Regional da Associação de Pais, tem a palavra. Só para informar que o período de intervenção será distribuído pelos inscritos não podendo porém exceder cinco minutos por cada cidadão. Era só. Obrigado pela participação.-----

----- OITENTA E QUATRO – O SENHOR RUI MARTINS: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimos Deputados da Assembleia Municipal de Viseu, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

A Federação Regional das Associação de Pais do Distrito de Viseu, a FRAP Viseu, tomou conhecimento e analisou a proposta de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”, aprovada em Conselho de Ministros no dia 15 de janeiro, que visa concentrar nas autarquias um vasto conjunto de competências nas áreas das políticas educativas, da administração das Escolas/Agrupamentos, da organização curricular, pedagógica e administrativa, e da gestão de recursos (incluindo humanos), bem como analisou a matriz de responsabilidades a atribuir ao MEC Ministério da Educação, ao Município e aos diretores do Agrupamento.-----

Solicitou junto da Autarquia de Viseu audiência no passado dia 16 de janeiro e como resposta disse, cito “não existem elementos suficientes para abordar o assunto supra referenciado “. Acrescentou ainda que logo que tivesse elementos nos contactava o que ainda não ocorreu!-----

Não tendo a Autarquia de Viseu elementos suficientes a Frapviseu reafirma com efeito, se a autonomia das escolas não tem passado de retórica, neste quadro de municipalização da educação, (que agora se chama descentralização), ela fica irremediavelmente posta em causa, a autarquia passa, inclusive, a interferir na esfera da autonomia profissional que exerce nas escolas, quando, por exemplo, se propõe definir os “conteúdos, metodologias, atividades e avaliação” das componentes curriculares locais ao abrigo de um designado “coeficiente de eficiência”.-----

Assim, considerando que:-----

- O programa “Aproximar a Educação”, no modo como está formulado, imporá uma dupla tutela às Escolas – Estado Central e Câmaras, diminuindo a autonomia das Escolas;
- O programa “Aproximar a Educação” é pouco claro nos seus propósitos e processos, a que as escolas e agrupamentos se limitam a assistir. É grave que se discutam estas questões sem se dar voz ativa aos atores principais no processo de Educação: as Escolas e os seus órgãos;-----

- Os principais atores - os diretores, os conselhos gerais, as Escolas e aqueles que as representam - não podem ser figurantes menores neste processo. Têm de ser mais interventivos e tomar posição formal sobre o mesmo. É fundamental que as Escolas participem formalmente no processo;-----

- O texto de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências” representa, em muitos aspetos, uma inaceitável intromissão na vida das escolas, sublinhando como muito negativa a exclusão dos parceiros educativos do debate sobre este processo de municipalização/descentralização;-----

- A imposição da municipalização/descentralização pelo governo, sem um debate alargado, sem um consenso nacional e à pressa, é contraproducente, podendo provocar conflitos de interesses, abrindo lugar à politização da escola e da educação, retirando a escassa margem de autonomia que as escolas têm;-----

- Este modelo de municipalização não tem qualquer tradição de sucesso entre nós, bem pelo contrário, remete-nos para o que aconteceu na 1ª República e foi um fracasso;-----

- Se pretende substituir um centralismo distante por centralismos locais que são mais permeáveis a jogos de influências, ao nepotismo e caciquismo, podendo a proximidade, potenciar tanto a responsabilização, quanto o aumento de desmandos, de influências e pressões;-----

- Esta municipalização vai criar um maior fosso entre os municípios desenvolvidos e os mais desfavorecidos, aumentando a desigualdade e a desconfiança;-----

- A escola não deve ser politizada e a municipalização é por si só sinónimo de “politização do sistema de educação”;-----

- É totalmente inadmissível a assinatura de um contrato desta natureza e com estas implicações, sendo afastados dos níveis de decisão os docentes e a maioria dos parceiros educativos.-----

A Frapviseu:-----

- Manifesta a sua extrema preocupação pelo modo como está a ser conduzido todo este processo, que deveria ser um desígnio nacional e não partidário;-----

- Manifesta a sua oposição à ingerência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas;-----

- Exige a revalorização da Escola Pública, pelo que não faz sentido “guerras” entre Municípios e Escolas;-----

- Reclama a abertura de um debate público municipal alargado que permita aprofundar caminhos de descentralização para o nível local e para as escolas, quer do ponto de vista das competências a transferir, quer dos órgãos que as devem assumir, no respeito por regras democráticas de funcionamento e por uma adequada participação escolar e comunitária;-----

- Solicita a suspensão imediata do processo em curso e o início de uma discussão alargada em prol de uma ESCOLA MELHOR PARA TODOS.-----

- Propõe desde já alterar a constituição e reforçar poderes no Conselho Municipal da Educação, deixando de ser um órgão consultivo para deliberativo em que nenhum dos pares educativos possa ter maioria.-----

Estamos disponíveis para fazer este debate e alargar o mesmo em cada um dos Agrupamentos de Escola do Concelho de Viseu.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado ao cidadão Rui Martins Presidente da Frap de Viseu. Temos também um pedido de intervenção do cidadão Álvaro Rebelo Pires. Só para transmitir ao nosso cidadão Álvaro Rebelo Pires, são cinco minutos.

----- **OITENTA E CINCO – O SENHOR ÁLVARO MARTINS REBELO PIRES:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, distinta Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Vereação, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, os meus respeitosos cumprimentos. Senhor Presidente da Assembleia, leio no seu semblante alguma apreensão pela minha presença neste lugar, tranquilizo Vossa Excelência, a mensagem que importa transmitir será breve, cronometrei o tempo, a tolerância de Vossa Excelência e adotei a forma escrita para melhor o controlar.-----

Também a Vossas Excelências, Senhores Deputados, desta vez e relativamente ao assunto que motivou intervenções anteriores, direi apenas: A Câmara no passado quis sistematicamente vender-me uma guerra jurídica que evitei sempre comprar, porventura, será agora, não sei se apreço de saldo mas, seguramente, desgostoso, triste e contrariado. -- Também uma palavra breve ao Senhor Presidente da Câmara. Como compreenderá estou indignado, pela monstruosidade administrativa praticada, da qual, far-me-á justiça, publicamente e por várias vezes, o isentei dessa culpabilidade ainda que herdeiro responsável pelo exercício do cargo. Entretanto, quero aqui deixar-lhe uma palavra de agradecimento pelo seu empenho nesta causa e também uma pequena nota. Gostei de o ver, em fotografia de jornal, na Freguesia de Santos Evos, no restauro de um forno comunitário, pelo seu simbolismo, os dirigentes europeus deviam seguir-lhe o exemplo.-----

Senhor Presidente, pelo que foi dito, é do seu conhecimento e do que muito lhe falta conhecer, exorto-o, no pleno exercício de autoridade que o cargo lhe confere, a responsabilizar os culpados, não por mim, mas pelo que isso representa para a honorabilidade de uma câmara, que se deseja digna e confiável. Não sei se também aqui se aplica o inimaginável e aviltante conceito de “câmara boa” e “câmara má”, mas seja qual for a metodologia adotada para a chamada “operação limpeza”, tão do seu agrado, faça-o com a firmeza que ela própria exige e, então sim, separe o trigo do joio, como muito bem sugeriu numa das suas crónicas e, já agora, por gentileza, inclua-me na “câmara boa”. ---- Por isto, Senhores Deputados, mudemos de assunto.-----

Minhas senhoras e meus Senhores, não irei falar de política no sentido retórico, balofo e estéril, não tenho essa vocação nem categoria bastante. Sou um homem do povo, nele me sinto confortado e é nessa condição que preencho aqui o tempo a ele generosamente cedido em simples e modesta intervenção cívica. Irei tão somente abordar um assunto que nos preocupa e marca o nosso quotidiano coletivo. A todos os níveis da nossa vida coletiva somos hoje, mais do que nunca prisioneiros de um discurso economicista e tecnocrata, e os portugueses têm dificuldade em perceber porque motivo a tão apregoada “democracia de sucesso” lhes não bateu à porta.-----

A adesão à C.E.E., em 1985, travestida, posteriormente, na inadequada versão federalista, em detrimento do modelo confederal, mais ajustado à matriz europeia, à europa das pátrias, aos estados-nação, e as sucessivas “pipas de massa, alarvemente anunciadas, criaram nos portugueses a ilusão da “Terra prometida”, quase apetece dizer, com tanta fartura, temos “moedas a mais e estadistas a menos”. Consequentemente, esta velha

europa cuja diversidade cultural e linguística é a sua maior riqueza e fez dela berço de civilizações, vive hoje em completo desnorte, com políticas erróneas, avulsas, sem lideranças esclarecidas e, quando, perante o mesmo infortúnio, ouvimos dizer “que Portugal não é a Grécia”, “que os portugueses não são os gregos”, sugerido por quem tinha o dever de o não proferir, impõe-se dizer:-----
Somos, somos, porque também “nos vemos gregos”:-----
Para libertarmo-nos desta eurocracia e alguns “troikanos”, que “matam para salvar “ dizem, mas, como sempre, à custa do saque e sacrifício dos outros.-----
Para libertarmo-nos deste holocausto transfigurado de há 70 ano, que esta europa, excessivamente germanizada e insuportavelmente submissa, parece dar sinais preocupantes. Afinal, a tal “história de crianças”, pretensamente contada pela mais velha democracia, serviu para demonstrar ao mundo como o povo prego provocou solução alternativa, independentemente do seu pendor ideológico que não discuto, e do risco futuro que a defesa da sua dignidade reclama. A este propósito, permitam-me recordar-lhes a frase lapidar e premonitória de Gabriel Garcia Marques “Portugal está condenado, de sapatos rotos e casaco remendado, a sentar-se à mesa dos mais ricos do mundo”, modestamente digo eu também, é tempo de pensarmos viver com os nossos recursos, pobres mas de cabeça erguida.-----
Novecentos anos da nossa história é tempo bastante e bem precioso, para ser, perigosamente comprometido em aventureirismos federalistas, e se me perguntam europeus? Sim! Mas abertos ao mundo, na linha atlântica e universalista de mil e quinhentos. Até porque, não somos os “Estados Unidos da Europa” e ainda bem, nem teremos de o ser, sejamos sim, europeus pela unidade dos povos e países, que não em estados de união, sejamos europeus, em unidade dos princípios, valores e interesses comuns pela diversidade dos matizes culturais que nos preenchem e dão significado à vida, sejamos europeus, a coberto desta manta policromática comum, que nos envolve pelo mesmo sentimento de pertença a um espaço a um território e nos permite orgulhosamente dizer: Sim Europeu, porque sou português! Ora, o tal discurso economicista da “democracia do sucesso“ criou também nos portugueses a miragem da abundância e não preparou a Nação para os tempos difíceis que vivemos hoje face à ditadura financeira dos mercados sem rosto, os tais mercados que aprisionam estados e países inteiros, e cujos seus “homens de mão”, sem desprimor de algumas “mulheres de calças”, percorrem os areópagos internacionais, se cruzam e entrecruzam no celeberrimo Goldman Sachs, a escola predileta dos malabaristas e mágicos financeiros.-----
Vejo em Vossas Excelências, um sorriso irónico, no tocante à expressão “mulheres de calças”, esclareço, nada tem contra o seu uso, bem pelo contrário, quando emprestam aquele ar arredondado e curvilíneo, acontece, porém que, momentaneamente, estava a pensar em algumas excelsas senhoras de estado, da alta política internacional, sobretudo europeia, as quais nessa qualidade, poderão ter cabeça para nos infernizar, seguramente, não têm corpo para as preencher, nesse caso, a evidência aconselharia saias. Mas, não gosto da expressão “democracia de sucesso”, a palavra sucesso muito americanizada, muito goldmanizada, diria eu agora, está hoje comprometida com as coisas materiais e um país, uma nação, por muito que isso custe admitir aos tecnocratas, não é uma empresa, nem é redutível ao “deve e haver”. E o povo? “Esse eterno desconhecido”, também pensa e interroga-se pelo que vai acontecendo, só que, a culpa também é coletiva, pelas opções tomadas, por lideranças fracas, por ação uns, omissão outros. O país é um “Titanic” a afundar-se e os poderes instituídos sucessivos, continuam a tocar violino, por isso, apetece-me terminar com Virgílio Ferreira e dizer também, “hoje a obsessão foi mais forte” falar a Vossas Excelências, e se no dizer de Martin Luther King “o que preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”, por mim, quebrei-o há muito, para deixar extravasar este lado, algo inconformista que temos em nós, sentindo um apelo muito forte, para, em voz alta, exortá-los, salvemos a democracia dos valores, a “Nação como um sonho coletivo”,

não redutível ao “deve e haver”, repito, por muito que isso custe admitir aos vendilhões do sucesso imaginário. Dirão Vossas Excelências! Com que meios?-----

Eu respondo, tão somente, com a força da razão, da palavra e adesão popular, as únicas armas admissíveis de fazer baixar a mão e a espada dos carrascos.-----

Obrigado a todos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecemos a participação do Senhor Dr. Álvaro Rebelo Pires e como viu a Mesa foi tolerante, teve oito minutos. Como já não há mais ninguém inscrito, agradeço a presença e colaboração de todos e estão encerrados os trabalhos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze quando eram dezanove horas e um minuto. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 13 páginas anexas que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



ANEXOS

ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 19/FEVEREIRO/2015

	€		€
Saldo Inicial	23.625.217,32	Despesas Correntes	3.100.085,99
Receitas Correntes	4.788.452,38	Despesas Capital	1.234.128,09
Receitas Capital	170.574,38	Total das Despesas	4.334.214,04
Total das Receitas	4.959.026,76	Saldo Actual	24.250.030,04

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 19 de FEVEREIRO de 2015

	€
Fornecedores	1.047.961,16
Outros devedores e credores	845.023,43
Total	1.892.984,59

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 19 de FEVEREIRO de 2015

	€
Empréstimos obtidos	20.070.937,42
Estado e outros entes públicos	128.608,99
Total	20.199.546,41

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

ANEXO 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

VOTAÇÕES

PONTO 2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – EDIFÍCIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA AUGUSTA DA CRUZ, N.º 12, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, que alterou, republicou e reenumerou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, conjugado com o n.º 19 do mesmo artigo e normativo e com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVAR POR UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

GRUPO MUN-CIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Costa		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
5 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
6 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
7 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
8 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes Campos Salvador Pires		X			
10 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
11 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
13 PPD/PSD		Fiorbela de Almeida Correia Soutinho		X			
14 PPD/PSD		Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Arsénio Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLEDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUVOSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

VOTAÇÕES

PONTO 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – EDIFÍCIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA AUGUSTA DA CRUZ, N.º 12, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, que alterou, republicou e reenumerou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, conjugado com o n.º 19 do mesmo artigo e normativo e com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro:

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVAR POR
UNANIMIDADE?

Viseu 27/02/2015

Viseu, 27/02/2015

	GRUPO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO-CIMA	Fernando Manuel Leão de Almeida					X
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	Antônio da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U. F. REPESES E S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	UFN, SOUTO S. CIPARIANO ELSOUTO	Aurélien Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. F. VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balta Madeira Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X				
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Moita		X			
45	PS	UF FAI, VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47	CDS/PP		Elza Maria da Costa Leiros		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena da Mota Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
52	Não Integra Instituto Grago Municipal	U. T. BOMLHEIA, FARMILHÃO E TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso Mendes		X			
Resultado				1	49	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015 VOTAÇÕES

Referente à Sessão da
Assembleia Municipal
de Viseu do dia 27 de
fevereiro de 2015, que
deliberou:

APROVA POR
UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO "VISEU HABITA", nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	PRESENÇA	CONTUA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
5 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
6 PPD/PSD		Rita Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
7 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
8 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes Campos Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
11 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
12 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
13 PPD/PSD		Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
14 PPD/PSD		Pedro Ovídio dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BOCÓIOSA	Rui Manuel das Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Alvarado Mano dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOUÍDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Cenódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 3



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

VOTAÇÕES

PONTO 4. Apreciação e votação da proposta de Regulamento "VISEU HABITA", nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVAR POR UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

GRUPO MUNICIPAL	PROPOSTA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F. SÓTOS S. CRISTÃO VL. SÓTOS	Aurélia Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. F. VISEU	Diamantina Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Manuel António Rafael Amaro		X			
37 PS		Lúcio Fernando Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		José Paulo Vile Chã Cavaleiro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balta Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	UF TAL, VILA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elza Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena do Mates Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BORDADA, FARMACIÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			1	49	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

VOTAÇÕES

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVAR 302
UNANIMIDADE

27/02/2015

PONTO 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 – 1.ª ALTERAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	TRAB.	CONTINUA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
5	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
6	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
7	PPD/PSD	José Ernesto Pereira da Silva		X			
8	PPD/PSD	António Vicente da Figueiredo					X
9	PPD/PSD	Sofia Margarida Guedes Campos Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa					X
11	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
13	PPD/PSD	Florebela de Almeida Correia Soutinho		X			
14	PPD/PSD	Pedro Osório dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA		X			
16	PPD/PSD	CALDE		X			
17	PPD/PSD	CAMPO		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
19	PPD/PSD	CÓTA		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO		X			
23	PPD/PSD	ORGENS		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 4



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

VOTAÇÕES

PONTO 5. APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 – 1.ª ALTERAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVAR POR UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPOSES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F. SOUTO DO PRADO	Aurélia Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. F. VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		José Paulo Vilela Chã Cavaleiro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	UFFAL VIA OVA SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elza Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Mota Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOLDIA, FARMINHÃO E TORREDETA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			1	49	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE OITO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO – ÁREA DE MUSEOLOGIA, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da
Assembleia Municipal
de Viseu do dia 27 de
fevereiro de 2015, que
deliberou:
APROVAR POR
UNANIMIDADE
PD
Viseu, 27/02/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	ABST.	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Costa		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Canha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
5	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
6	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
7	PPD/PSD	José Ernesto Pereira da Silva		X			
8	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo					X
9	PPD/PSD	Solfa Margarida Guedes Campos Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa					X
11	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
13	PPD/PSD	Florinda de Almeida Correia Soutinho		X			
14	PPD/PSD	Pedro Ovídio dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDOÃO Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORGENS Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE Fernando Martins Machado		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE OITO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO – ÁREA DE MUSEOLOGIA, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da
Assembleia Municipal
de Viseu do dia 27 de
fevereiro de 2015, que
deliberou:

*APROVAR POR
UNANIMIDADE*

Viseu, 27/02/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U. F. REPESES e S. S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U. F. S. S. ESTREMO VILHOTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. F. VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balle Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X				
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. VILA CHÃ SÁ	José Anténio M. Sobra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOLDREIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			1	49	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU **Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015** **VOTAÇÕES**

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SEIS BOMBEIROS RECRUTA, TENDO EM VISTA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da
Assembleia Municipal
de Viseu do dia 27 de
fevereiro de 2015, que
deliberou:

APROVAR POR
UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FUJID	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
5	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
6	PPD/PSD		Filipe Manuel Carvalho de Almeida Mendes		X			
7	PPD/PSD		José Ernesto Pereira do Silva		X			
8	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo					X
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes Campos Salgado Pires		X			
10	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa					X
11	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
12	PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
13	PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Souzinhos		X			
14	PPD/PSD		Pedro Góvão dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tivanas da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo Antónia Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLENSE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Isidoro Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Sampaio Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 6



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVACÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SEIS BOMBEIROS RECRUTA, TENDO EM VISTA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 27 de fevereiro de 2015, que deliberou:

APROVADA POR UNANIMIDADE

Viseu, 27/02/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	SUSPENSE
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIRRO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. MOURA S. CIPRIANO VILARDO	Aurélien Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. F. VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balta Madeira Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X				
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. VILA CHÃ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOA-DEIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				1	49	0	0	2

a) Declaração de voto

MÚLTIPO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO 7



Assembleia Municipal de Viseu

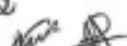
SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Votantes no Ponto 9 da Ordem de Trabalhos

ELEIÇÃO DO DELEGADO (EFETIVO E SUPLENTE) REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO AO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

NOME	PRESENTE
ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO	FALTA
ADÉRITO PAIS CARDOSO	✓
ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO	✓
ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES	✓
ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA	✓
ANTÓNIO DA SILVA GOMES TAVARES	✓
ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA	Assente
ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES	✓
ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO	✓
ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO	Assente
ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES	✓
ARNALDO ANTÓNIO CORREIA GONÇALVES	✓
AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO	✓
CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES	✓
CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA	✓
CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA	✓
CARLOS FERNANDES DA CUNHA	✓
CARLOS ALBERTO PEREIRA DA GAMA HENRIQUES	✓
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA	✓
CRISTINA MARIA NUNES FONSECA	✓
CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES	✓
CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA	✓
DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS	✓
ELSA MARIA DA COSTA LEMOS	✓

Presente em Sessão de 27 / 02 / 20 15
A Assembleia Municipal deliberou aprovar
a lista B por escrutínio secreto
por 29 votos a favor
Viseu 27 / 02 / 20 15


Resultado: Lista A - 15
Lista B - 29
Votos Nulos - 2
Votos Brancos - 2


ANEXO 7



Assembleia Municipal de Viseu

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Votantes no Ponto 9 da Ordem de Trabalhos

ELEIÇÃO DO DELEGADO (EFETIVO E SUPLENTE) REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO AO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

NOME	PRESENTE
FERNANDO JOSÉ CARDOSO RODRIGUES	✓
FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA	✓
FERNANDO MARTINS MACHADO	✓
FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES	✓
FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO	✓
GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS	✓
JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA	✓
JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA	✓
JORGE ANSELMO MARTINS	✓
JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA	✓
JOSÉ ANTÓNIO MARQUES SEABRA FIGUEIREDO	✓
JOSÉ AUGUSTO HENRIQUES MOTA	✓
JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO	✓
JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA	✓
JOSÉ FERNANDES	✓
JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES	✓
JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA	✓
JOSÉ PAULO MOREIRA CARDOSO DE MENESES	✓
JOSÉ PAULO VILA CHÃ CAVALEIRO	✓
LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA	✓
LUÍS FILIPE MARTINS DE ALMEIDA MENDES	✓
MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES	✓
PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA	✓
PEDRO AGOSTINHO DA SILVA B. M. ANTUNES	✓
PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA	✓
RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA	✓
RUI PEDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA	✓
SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES	✓